

Este Exemplar corresponde a
redação final da Tese de-
fendida pela Sra. Heloisa
André Pontes e aprova-
da pela Comissão Julga-
dora.

CAMPINAS, 28 de novembro de 1986.



Prof. Celia Lúcia Cardoso
Luzia Silva

DO PALCO AOS BASTIDORES

O SOS-Mulher (SP) e as Práticas Feministas Contemporâneas

HELOISA ANDRÉ PONTES

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Conjunto de Antropologia Social
da UNICAMP.

Julho de 1986.

Para a Bibia,
interlocutora fundamental,
amiga antes de tudo

e para o Gui.

AGRADECIMENTOS

Quero mencionar aqui meus agradecimentos às pessoas que, em momentos diversos e de diferentes maneiras, contribuíram para a realização deste trabalho. A Suely de Almeida, Haquira Osakabe, Luiz Orlandi, Ana Maria Niemeyer e Antônio Augusto Arantes devo a minha "iniciação" - no tempo da graduação - no universo da pesquisa acadêmica e da reflexão intelectual.

A Mariza Corrêa, interlocutora sensível e instigante, agradeço pela paciência, estímulo e interesse com que acompanhou e orientou esta pesquisa.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, em particular a Guita Debert, Peter Fry, Bela Feldman-Bianco, Maria Hermínia T. de Almeida, Claudio P. Coelho, Júlio Assis Simões, Nestor Perlonger, Edward MacRae, Marina Cardoso e Maria Helena de Castro Lima.

A Ruth Cardoso e Eunice Durham pelas sugestões e críticas oferecidas à pesquisa nos seminários que coordenavam no Departamento de Ciências Sociais da USP.

A Pedro Maia Soares pela atenção, estímulo e sobretudo paciência com que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho.

A Lília M. Schwarcz, amiga querida, um agradecimento especial.

As feministas que integravam o SÓS-MULHER pela possibilidade de realização desta pesquisa.

À Fundação Carlos Chagas pela bolsa de pesquisa concedida no ano de 1983 e pelas discussões e sugestões oferecidas em seus seminários.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa de pesquisa concedida no ano de 1984.

Por fim, quero agradecer a Hélio e Eunice Pontes, meus pais.

ÍNDICE

	Pág.
APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	16
- Objetivos	17
- O Debate sobre a Condição Feminina	20
CAPÍTULO I - OS ANOS 70: O FEMINISMO E OS OUTROS	30
1 - Os Movimentos Sociais	31
2 - A Cena Alternativa	38
3 - O Feminismo como um Fenômeno Internacional	42
4 - O Feminismo Brasileiro	45
5 - O Movimento em São Paulo: Constituição, Grupos e Eventos .	49
CAPÍTULO II - SERIAM AS FEMINISTAS NUER?	74
CAPÍTULO III - UMA PEDAGOGIA DO FEMINISMO	105
1 - O Momento Maravilhoso: o SOS no Ano de sua Fundação	106
2 - Quando Surgiram as Lésbicas	117
3 - Uma Prática Pedagógica: os Plantões de Atendimento	156
4 - O "Pique" Diminui	176
5 - "Estas Mulheres são um Desafio pra Gente": o Caso das Al- bergadas	195
CAPÍTULO IV - EPÍLOGO	212
1 - O SOS e os Demais Grupos Feministas no Ano de 1982	213
2 - O SOS em 1982	218
3 - A Crise	228
4 - O Último Encontro	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
BIBLIOGRAFIA	263

"Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade - em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir."

(Foucault, 1984, p.13)

APRESENTAÇÃO

FRAGMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DESTA PESQUISA

"Podia me dizer, por favor, qual é o caminho para sair daqui?" - perguntou Alice.

- "Isso depende muito do lugar para onde você quer ir" - disse o Gato.

- "Não me importa muito onde..." disse Alice.

- "Nesse caso não importa por onde você vá" - disse o Gato.

- "...contanto que eu chegue a algum lugar - acrescentou Alice como explicação".⁽¹⁾

Lévi-Strauss, em uma conferência feita em Genebra, a 28 de junho de 1962, por ocasião das cerimônias de comemoração do 250º aniversário de Jean-Jacques Rousseau⁽²⁾, afirmou que o pensamento do filósofo "desabrocha a partir de um duplo princípio: o da identificação com o outro, e mesmo com o mais 'outro' de todos os outros, ou seja, um animal; e o da recusa de identificação consigo mesmo, isto é, a recusa de tudo o que pode tornar o eu 'aceitável'. Essas duas atitudes se completam, e a segunda chega mesmo a fundar a primeira: na verdade, eu não sou 'eu', mas o mais fraco, o mais humilde dos 'outros'. Esta é a descoberta das Confessions ..." (Lévi-Strauss, 1976, p.47, grifos meus).

No lugar do ponto final que encerraria tal descoberta nos limites gráficos de uma frase, o pontilhar que a desdobra e a multiplica. Como se o antropólogo insinuasse que sua amplitude, em um primeiro momento, só pudesse ser "medida" no espaço da indeterminação e no tempo de uma pausa. Sem o que, parece, não faria sentido a indagação que a procede: "Que escreve o etnólogo, senão confissões?" (Idem).

(1) Aventuras de Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, São Paulo, Summus, p.82, 1980.

(2) Esta conferência, publicada pela primeira vez em 1962, foi incluída no livro Anthropologie Structurale Deux, editado pela Librairie Plon, Paris, em 1973.

Por força da estranheza que esta indagação provoca, somos como que lançados para fora da "conferência" e remetidos a um outro lugar e a um outro tempo; em que Lévi-Strauss - e não mais Rousseau - enunciará as suas confissões. A saber: ã estada do antropólogo junto aos Nambiquaras (localizados no norte do Mato Grosso), em 1938. Ali, afastado de seus companheiros de viagem e em contato com uma população que não escondia uma indisfarçável má vontade em relação a sua presença e intromissão, Lévi-Strauss enfrentou condições nada alentadoras de pesquisa. Os indígenas, por vezes, o abandonavam no acampamento e, sem deixar vestígios, desapareciam por vários dias para caçar ou para alguma expedição de coleta. Nesses momentos, Lévi-Strauss, ã espera dos principais "objetos" de sua pesquisa e, também, para que o abatimento não tomasse conta de sua pessoa, entregava-se a certas tarefas medíocres, "verdadeiras caricaturas da profissão", as quais realizava de maneira meticulosa e obstinada, tais como: medir a distância entre as habitações, temporariamente vazias, ou recensear os materiais utilizados para a sua construção.

Nesses momentos, a pesquisa e os objetivos perseguidos pelo antropólogo se diluíam e ele era envolvido por um emaranhado de dúvidas e de questões:

"Que vim fazer aqui?"

Com que esperança? Com que objetivo? O que é ao certo uma investigação etnográfica? Será o exercício normal de uma profissão como as outras, com a única diferença de que o escritório ou o laboratório estão separados do domicílio por alguns milhares de quilômetros? Ou será a consequência de uma escolha ainda mais radical, implicando que se ponha em causa o sistema no qual se nasceu e no qual se cresceu? Eu abandonara a França havia já quase cinco anos, tinha abandonado a minha carreira universitária; durante esse tempo, os meus condiscípulos mais sensatos subiam os degraus desta; aqueles que, como eu outrora, se tinham inclinado para a política, eram hoje deputados, dentro em breve seriam ministros. E eu corria pelos desertos, seguindo resíduos de humanidade. Quem ou que fato ter-me-ia levado a alterar radicalmente o curso normal de minha vida? Seria um estratagema, um hábil desvio, destinado a permitir-me reintegrar a minha carreira com vantagens suplementares que me seriam levadas em conta? Ou então a decisão exprimiria uma incompatibilidade profunda, relativamente ao meu grupo social, separado do qual, acontecesse o que acontecesse, estaria condenado a viver cada vez

mais isolado? Por um paradoxo singular, em lugar de me abrir um novo universo, a minha vida aventureira substituiu-me antes o antigo, ao passo que aquele ao qual eu tinha aspirado dissolvia-se entre os meus dedos. Do mesmo modo que os homens e as paisagens, a conquista dos quais eu tinha partido, perdiam, quando eu os alcançava, o significado que deles esperava, do mesmo modo a essas imagens decepcionantes, ainda que presentes, substituíam-se outras, postas em reserva pelo meu passado e às quais não dera apreço algum quando ainda faziam parte da realidade que me rodeava. A caminho, por regiões, que poucos olhares tinham contemplado, partilhando a existência de povos cuja miséria era o preço - pago em primeiro lugar por eles - para que eu pudesse recuar o curso dos milênios, eu já não apercebia nem uns nem outros, mas sim visões fugitivas da província francesa que a mim próprio tinha negado ou fragmentos de música ou de poesia que eram a expressão mais convencional de uma civilização contra a qual bem necessário seria que eu me persuadissem de ter optado, com riscos de desmentir o sentido que tinha dado à minha vida" (Lévi-Strauss, 1981, pp. 372-3).

O paradoxo descrito e vivido por Lévi-Strauss (e, talvez, por todos os que se dedicam ao ofício do etnógrafo) não se apresenta da mesma maneira e nem com a mesma intensidade para aqueles que fizeram ou fazem pesquisa de campo nas sociedades em que nasceram e cresceram. Principalmente, e este é o meu caso, para os que realizam algo como uma "antropologia na cidade", ou seja, que pesquisam e estudam manifestações culturais, rituais, grupos, localizados no espaço urbano. O que não quer dizer que estes pesquisadores não vivam, em seu trabalho, experiências adversas e enfrentem, como Lévi-Strauss, problemas éticos e morais resultantes da singularidade dessa profissão.

Minha intenção, entretanto, não é fazer dessas adversidades e da questão ética subjacente ao trabalho antropológico, o móvel das minhas "confissões". Pretendo sim refletir sobre as condições de produção das pesquisas que se realizaram em meados da década de 70 e início dos anos 80, relativas a certos temas, manifestações culturais e movimentos sociais que tiveram lugar nesse período. O que será feito a partir de uma reflexão pessoal a respeito da minha trajetória e participação em dois universos distintos: na academia e em um determinado movimento social. Estes, em função da pesquisa que realizei, foram cruzados, justapostos e separados, sucessivas vezes, sendo, quase sempre, transpostos e vividos de uma maneira

ra descontínua e fragmentada. Refiro-me a minha inserção, inicialmente como participante do movimento feminista e, posteriormente, como pesquisadora de um grupo particular: o SOS-MULHER. A dissertação de mestrado que aqui apresento é resultado desta pesquisa e deste deslocamento, feito e refeito em várias direções e sentidos.

Não é sempre que os resultados finais de uma pesquisa precisam ser acompanhados de uma reflexão sobre a trajetória pessoal do pesquisador que a realizou. Uma tese de mestrado, por exemplo, no momento de sua apresentação prescinde, quase sempre, dessa reflexão; assim como o arquiteto, o artista, ou o engenheiro, não precisam expor, para o público, os esboços e as etapas intermediárias que antecederam a conclusão de suas obras. Em se tratando do material utilizado para a composição, mas não para a redação final de uma tese, talvez se possa chamá-lo de "andaimes intelectuais", os quais por uma questão de "elegância" e "sobriedade" não devem, segundo alguns, ser mostrados. Concordo em parte com esse argumento. Pois, se até os anos sessenta, o pressuposto de que "toda sociedade diferente da nossa é objeto, todo grupo de nossa própria sociedade, desde que não seja o de que saímos, é objeto, todo costume desse mesmo grupo, ao qual não aderimos, é objeto" (Lévi-Strauss, 1974, p.18), era partilhado e defendido pelos antropólogos e, indiretamente, pelo restante dos cientistas sociais, a partir da década de 70, no entanto, tornou-se alvo de intensos questionamentos e de contundentes polêmicas. A questão da objetividade, da natureza e dos objetivos da pesquisa e da produção científica passou a ser largamente problematizada e debatida no decorrer da década de 70, década na qual a minha pesquisa se inscreve, ainda que formalmente só a tenha iniciado em junho de 1982. Senão vejamos:

"DE ONDE FALO?"

Sujeito e objeto de meu discurso, pois militante e pesquisadora do feminismo, opto pela forma ensaística, numa tentativa de dar voz a falas diversas. Falas estas que, embora provenientes de lugares distintos - já que produzidas na academia e na militância - reivindicam o texto como um dos espaços necessários para o tratamento da problemática feminista.

O ensaio aparece, assim, como o lugar privilegiado para a abordagem do objeto eleito, pois nos permite pensar junto e com li-

berdade, o que livre e junto se encontra em processo. E isto por uma razão básica, pois esta forma de escrita torna possível o tratamento do tema através de um "trabalho de pensamento" (Chauí, Marilena, 1980). Trabalho que consiste não numa tentativa de se apropriar e esgotar o "real", mas sim num esforço de elevar a problemática feminista - utilizo a idéia de problemática por ser a que melhor exprime a complexidade dessa prática - a uma condição de inteligibilidade enquanto experiência política que ganha presença no palco das lutas sociais verificadas hoje no Brasil. Experiência porque processo, porque prática que se realiza. Trabalho de pensamento com o intuito de resgatar a noção de praxis, em contraposição a certa concepção de ciência, onde esta aparece como estratégia de pensar e a prática como tática de agir.

Trabalho de pensamento e de reflexão que torne possível a emergência do sujeito de conhecimento. Trata-se de recuperar a idéia do conhecimento como afloramento da enunciação. Como nos lembra Barthes, "O enunciado, objeto habitual da lingüística, é dado como produto de uma ausência do enunciador. A enunciação, por sua vez, expondo o lugar e a emergência do sujeito, quicã a sua falta, visa o próprio real da linguagem, as palavras não são mais concebidas como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa (Barthes, 1979, p.20)."

A minha intenção, ao transcrever a parte inicial de um ensaio redigido em setembro de 1980 (e apresentado em novembro do mesmo ano, como um dos requisitos exigidos para o exame de seleção para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP), foi a de circunscrever a minha "fala" como parte de um discurso mais abrangente que teve lugar - e fez "sucesso" - no final dos anos 70 e início dos anos 80, nos meios universitários e nos movimentos sociais alternativos.

Não é, pois, aleatório que um ensaio, redigido em 1980, se abrisse justamente com a seguinte indagação: "de onde falo?". Através dessa pergunta, pretendia, por um lado, explicitar o lugar de onde provinha a minha fala e, por outro, revelar a minha intenção de "dar voz" a uma "categoria oprimida". Por essa razão, anunciava o fato de ser simultaneamente "sujeito" e "objeto" do meu discurso, uma vez que, além de militante, pretendia ser também

pesquisadora do movimento feminista. A essa explicitação, subten-
dia-se uma reivindicação, qual seja: que a "academia" me acolhes-
se nessa dupla atribuição. As desventuras, impasses e conseqüências
dessa situação só se fizeram sentir algum tempo depois. Mas, até
que eles se manifestassem, continuei a ser uma devota praticante
dessa "ética da transparência" e do discurso a ela associado.

Discurso este que, proclamando a importância de os indivi-
duos, alvos de discriminações e explorações diversas, assumirem as
lutas específicas que lhes diziam respeito, incitava-os a produzi-
rem os seus próprios instrumentos reflexivos, de forma a que pudes-
sem não apenas compreender como tornar públicas as situações em
que se encontravam envolvidos. Pois só assim, pressupunha-se, dei-
xariam de ser "objetos" - da ciência e da política tradicional -
e se transformariam em "sujeitos". De uma maneira simplificadora,
pode-se dizer que havia uma crença de que todos os males políticos
se resolveriam a partir do momento em que, por exemplo, as mulheres,
os homossexuais, os negros e os trabalhadores passassem a ser os
produtores de suas próprias falas. Não mais uma fala sobre e sim
uma enunciação de. Os adeptos dessa concepção pareciam acreditar,
não sem uma certa dose de voluntarismo, que, se bem praticada, se-
ria capaz de solucionar, de um só golpe, os problemas das "minorias"
e dos "oprimidos" em geral.

Com o intuito de tornar mais claros tanto os pressupostos
como as pretensões desse discurso, transcrevo um outro texto, qua-
se um "documento", redigido em agosto de 1980. Trata-se de um rela-
to sobre um ato público - transformado em uma passeata - promovido
por integrantes do movimento feminista, homossexual e negro, em ju-
nho de 1980, na cidade de São Paulo. O ato foi realizado para res-
ponder à repressão policial, desencadeada no centro da cidade, pe-
lo então delegado de política Richetti. Repressão que visava par-
ticularmente aos travestis e às prostitutas e que se revestia de um
caráter nitidamente machista.

*"Teve de tudo nessa manifestação; inícios de casos amo-
rosos, término de outros, travestis passeando de patins pelas ruas,
pessoas que se vestiam de maneira pouco usual para o gênero pro-
testo, palavras de ordem gritadas anarquicamente, enfim, um grande
"happening".*

O que há de novo nessa manifestação? O próprio ato.

A importância desse acontecimento revela-se na própria forma de sua condução: ausência de formas tradicionais de organização, onde sempre se postulou a necessidade de uma vanguarda esclarecida capaz de organizar e dirigir as massas.

A importância da manifestação: todos sujeitos de si mesmos e ao mesmo tempo todos sendo tudo. 'Somos todas putas. Os gays unidos jamais serão vencidos, olê, olê, olê a bicharada tá botando pra quebrar. Abaixo o machismo. Abaixo o subemprego. O negro unido jamais será vencido. Abaixo a hipocrisia'. 'Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão', gritavam uns, enquanto outros respondiam 'Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão'. 'Soltem nossos presos, o Arouche é nosso. Viva a República'. Palavras de ordem que a partir do momento em que eram levantadas incorporavam-se às vozes de todos. No limite todos somos todas as identidades presentes na manifestação.

Não mais o discurso sobre alguma coisa, mas sim o discurso de quem está de dentro: do coro dos destituídos. Inexistência de direção, de lideranças que se auto-intitulam enquanto tal, ausência de princípios hierarquizados, centralizados, verticais. Múltiplas respostas à forma como os poderes vêm se exercendo sobre cada grupo em particular. O tempo dessa manifestação: a realização do Aqui e Agora. Excesso de concretude configurando-se em espantosa lucidez. Identidades construindo-se no plural, possibilitando a todos o retorno às suas especificidades.

A importância desta manifestação: a força da colocação da palavra proibida - prazer e luta conjugando-se indiferenciadamente. A explicitação incontestável da falência do conceito de representação. O que estava em questão era a conquista dos espaços que nos foram roubados. Veio a público a expropriação a que se encontram submetidos nossos corpos, nossos movimentos, nossos desejos.

Estranhamente certas partes da esquerda organizada e a moral burguesa paulistana caminhando juntas, ambas compartilhando por discursos diferentes da mesma prática. Para a primeira a evidência de que tais questões - mesmo quando corpos estão sendo encontrados mortos, mesmo quando mais de cinco mil pessoas estão sendo presas - não são absolutamente relevantes. Evidência verificada

pela ausência de qualquer apoio político à manifestação. De um lado, liberais, militantes partidários e a moral burguesa, de outro, o coro dos desvalidos fechando as ruas de São Paulo.

A importância dessa manifestação: a sua forma em recusar o jogo do poder, em não totalizar lutas que por princípio têm sua existência na afirmação de suas especificidades. O poder no seu exercício tem que se apresentar como sendo universal, implacável, mas as lutas contra os poderes têm que explicitar suas fissuras. Totalizar as lutas significa "restaurar formas representativas de centralismo e de hierarquia"(Deleuze, 1979, p.75); significa apagar as diferenças em nome de princípios programáticos construídos arbitrariamente. Luta contra os poderes: descentralizar, estabelecer relações horizontais, suprimir as verticalidades e as hierarquias."

Enquanto isso o nosso professor de filosofia, uma espécie de Epicuro dos anos 80, entusiasmava-se com as nossas impressões de viagem. É que vivíamos sob a égide de Foucault, ainda que o referido professor já estivesse percorrendo os rizomas deleuzianos. Foi então que, cansados da mesmice universitária, aderimos de corpo e alma aos filosofemas políticos do momento. Passávamos horas blasfemando contra o "Mesmo" - entenda-se por isso um vasto leque que englobava marxistas, empiricistas, leninistas, nem Gramsci passou ileso - e celebrando a "Diferença". Discípulos fervorosos de uma discussão que nos chegava retalhada, não pela incompetência do mestre - este sim um cidadão acima de qualquer suspeita -, mas pela voracidade que alguns insistem em dizer é própria da juventude. Mas isso já é uma outra estória...

O que estou querendo mostrar é que, paralelamente ao surgimento desses novos atores políticos, integrantes dos movimentos sociais alternativos ou libertários, ocorreu, a partir da segunda metade da década de 70, em certos círculos universitários (notadamente entre os estudantes de ciências sociais), um amplo questionamento a respeito da natureza e dos objetivos da produção e da pesquisa científica. Temas até então relegados a uma posição secundária no interior das ciências sociais, como por exemplo, a questão da mulher e das minorias, ganharam destaque e visibilidade. A antropologia, por sua tradição de estudos localizados e particulares e por sua metodologia de pesquisa baseada na observação parti

cipante,⁽³⁾ tornou-se uma espécie de musa inspiradora desses novos estudos, atraindo um contingente significativo de estudantes, pesquisadores e curiosos. Vários, dentre eles, por frequentarem simultaneamente a universidade e os movimentos sociais urbanos, passaram a pesquisá-los e estudá-los. Tal foi o meu caso, como também de Maria Filomena Gregori (Bibia), de Edward MacRae⁽⁴⁾ e, indiretamente, de Cláudio Novaes e de Júlio Assis Simões, para citar apenas as pessoas que me são mais próximas.

Nesse sentido, quando, em 1980, apresentei um ensaio ao Programa de Pós-Graduação, acreditava na possibilidade de transformá-lo em um projeto de pesquisa sobre as práticas feministas contemporâneas. Para tanto, me parecia suficiente o fato de escolher um grupo feminista no qual pudesse realizar uma pesquisa de campo baseada na observação participante. Não colocara em questão, naquele período, a viabilidade de constituir como objeto de estudo e de pesquisa um movimento social, o feminismo, do qual não apenas participava como aderiria ideologicamente.

Esta pretensão, porém, revelou-se, pouco tempo depois, inexeqüível. Em primeiro lugar, me vi presa numa "armadilha positivista" (Durham, 1983). Ou seja: ao propor uma pesquisa orientada

(3) Proposta e definida por Malinowski. In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental, São Paulo, Abril (Os Pensadores), 1984.

(4) "A concepção inicial do meu trabalho", escreve MacRae, "formulada em 1979 se prendia muito às idéias em voga especialmente entre os membros europeus e americanos da geração '68' a respeito da natureza e dos objetivos que deveriam ter uma pesquisa científica. Com imensos pruridos e autodesconfianças pensava em dar, através do meu trabalho, a possibilidade de expressão a uma categoria social que até então fora silenciada. Nesse processo seria meu dever atentar para que esse estudo não se transformasse em um 'exercício de 'falar por' cassando assim, mais uma vez, a voz dos diretamente envolvidos. Sentia que para evitar essa usurpação da fala do oprimido seria necessário deixar bastante claro que não acreditava na existência de uma realidade 'objetiva' exterior que, munido com as armas da ciência, eu desvendaria e tornaria pública.
(...) Dentro da perspectiva de 'dar voz aos oprimidos' eu optei por estudar um grupo como o SOMOS, onde já existia uma tentativa de articular um novo discurso homossexual e onde estavam reunidas pessoas dispostas a entrar em conflito com a estrutura social e política vigente para efetuar mudanças sociais significativas. Nessas condições eu achava ser mais fácil acompanhar e detectar os vários aspectos da problemática homossexual" (MacRae, 1985, pp.9 e 11).

pela perspectiva de dar "voz aos oprimidos", percebi que a identificação subjetiva e política com as integrantes do movimento conduzia-me não à elaboração de uma análise antropológica sobre o feminismo, mas antes à realirmação, travestida de cientificidade, das categorias e explicações "nativas", isto é, feministas. E mais: conduzia-me a uma forma de pesquisa mais próxima da "participação observante" (Durham, 1983) do que da observação participante. O que, ao contrário das expectativas e pretensões iniciais, não me levava a uma compreensão mais alargada das práticas feministas e sim à formulação de uma reflexão tautológica.

Descobri, então, que a adesão ao meu objeto de pesquisa, se mantida, me impediria, por um lado, de estudá-lo e analisá-lo e, por outro, me conduziria a uma situação de "liminaridade". Como de fato aconteceu. No movimento feminista passei a ser reconhecida, antes de tudo, como uma "acadêmica" e no "circuito antropológico" como uma "pesquisadora pela metade", fruto do meu "engajamento".

Como decorrência dessa situação, me afastei do feminismo e dos objetivos iniciais da pesquisa que pretendia realizar. Já não me parecia possível nem desejável realizá-la.

Em 1982, porém, retomei a idéia de estudar o movimento feminista e redigi um novo projeto de pesquisa, a partir de perspectivas e preocupações distintas das originais (e que serão explicitadas na Introdução).

Entrei em contato com as feministas do SOS-MULHER (SP) e expus a elas a minha vontade de fazer uma pesquisa sobre o grupo e suas práticas. O que provocou uma grande polêmica. Para algumas feministas, a pesquisa, por ser um trabalho acadêmico que seria assinado por uma única pessoa, significava uma apropriação indevida de uma prática coletiva e anônima (e a prevenção à academia era muito grande no SOS, como aliás parece ser em todos os movimentos sociais alternativos). Alegaram que determinados assuntos e questões que poderiam vir a ser discutidos em meu trabalho talvez tivessem implicações negativas para o SOS e o feminismo de uma maneira geral. Por esta razão, alguns dados e informações sobre o grupo não deveriam ser expostos publicamente. Frases do tipo "estou me sentindo invadida com a sua pesquisa, me sentindo cobaia", ou, "você pode acabar discutindo coisas que não são interessantes para a gente e para o movimento feminista", foram ditas com a intenção

de pôr em questão a legitimidade de minha inserção, como pesquisadora, no SOS. Outras, porém, defenderam a pesquisa por acreditarem que ela poderia ser um serviço prestado ao movimento, em função do registro de sua história.

A minha permanência e integração no SOS foi motivo de conflitos e desentendimentos para suas integrantes, que não tinham uma posição consensual a respeito da pertinência ou não da pesquisa, que acabei por realizar. O fato de ser, ao mesmo tempo, participante do grupo e pesquisadora foi apreendido, pela maioria das feministas, como uma ambigüidade que precisava ser desfeita. Problema na medida em que, me diferenciando do restante das pessoas, rompia com um pressuposto fundamental do feminismo, qual seja, de que as mulheres se organizam para discutir e lutar contra a sua opressão específica e não para se tornarem "objetos" de pesquisa alheia.

Durante todo o decorrer do primeiro ano em que estive envolvida no SOS fui, quase sempre, vista como observadora e, raras vezes, como militante, apesar de participar assiduamente de todas as atividades promovidas pelo grupo. O fato de falar pouco e de escutar muito era entendido como uma manifestação de "poder" de minha parte, na medida em que não me "expunha" da mesma maneira que o restante das feministas e nem tinha a mesma ligação afetiva e subjetiva com o grupo. Além disso, quando por vezes apresentava sugestões e temas para debate, identificavam essa atitude como uma tentativa de dirigir as discussões de acordo com os interesses da minha pesquisa.

À medida que o tempo passava, no entanto, a minha presença e o fato de estar realizando a pesquisa se diluíram, no sentido de que não provocavam mais os problemas e inquietações anteriormente mencionados. Nunca cheguei a ser reconhecida como alguém de "dentro", mas também deixei de ser vista como sendo inteiramente de "fora". Essa percepção das feministas correspondia de fato a minha situação no interior do grupo: nem inteiramente "dentro", nem completamente "fora". Com a ressalva de que, neste caso, não se tratava de uma situação de "liminaridade", mas de um recurso deliberadamente construído para que pudesse realizar a pesquisa proposta. Tal foi a maneira que encontrei para sair do impasse original e chegar, assim espero, a um lugar.

*

*

*

*

*

A dissertação de mestrado que aqui apresento é o resultado dessa trajetória e da análise que realizei sobre o movimento feminista em São Paulo, a partir de um estudo de caso sobre o SOS-MULHER, apresentado no terceiro e quarto capítulos desta tese sob a forma de uma etnografia.⁽⁵⁾ Redigida após um esforço deliberado de "estranhamento" e de desligamento emocional em relação ao objeto pesquisado. Foi necessário "vestir a capa do etnólogo", pois só assim, munida desta indumentária, poderia vir a "adquirir competência" no grupo estudado (Da Matta, 1983, p.28).⁽⁶⁾

Os problemas que se apresentaram no momento da construção e redação dessa etnografia sobre o SOS permite uma analogia, guardados os diferentes propósitos, com os de Guilherme de Baskerville, frei franciscano, e de Adso de Melk, noviço beneditino que, ao findar dos anos de 1327, viram-se envolvidos em uma sorte de complicados acontecimentos, ocorridos numa abadia italiana. Guilherme fôra designado pelo Abade para descobrir o mistério que rondava a morte de cinco religiosos, seguidores da ordem beneditina. Tarefa a que se juntou Adso, seu discípulo e escrivão. Com argúcia e perspicácia, os dois foram recompondo os fios da trama e descobriram que estes se ligavam aos interstícios da biblioteca: ela era depositória dos saberes mais cobiçados da época e, ao mesmo tempo,

(5) Concebo o trabalho etnográfico no sentido dado por Geertz. A etnografia como "uma tentativa de ler (no sentido de construir uma 'leitura de') determinadas situações como se elas fossem um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses e incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado" (Geertz, 1978, p.29). A descrição etnográfica, entendida como trabalho interpretativo, consiste "em traçar a curva de um discurso social; fixá-lo numa forma inspecionável. O etnógrafo 'inscreve' o discurso social: ele o anota" (Idem, p.29).

(6) Recorrendo às reflexões do filósofo Merleau-Ponty, pode-se dizer que "em antropologia a experiência é nossa inserção como sujeitos num todo cuja síntese já está feita, e que é laboriosamente procurada por nossa inteligência, pois vivemos na unidade de uma só vida todos os sistemas de que é feita a nossa cultura" (Merleau-Ponty, 1980, p.199). O que faz da antropologia não uma disciplina definida por um objeto particular - as sociedades ditas primitivas - e sim "uma maneira de pensar que se impõe quando o objeto é "outro", e que exige nossa própria transformação" (Idem). Assim, segundo o filósofo, também podemos nos tornar etnólogos de nossa própria sociedade, com a condição de que tomemos distância em relação a ela. Próxima da filosofia, a antropologia é também um método singular. "Trata-se de aprender a ver o que é nosso como se fôssemos estrangeiros, e como se fosse nosso o que é estrangeiro. E não podemos sequer fiar-nos em nossa visão de despatriados: a própria vontade de partir tem seus motivos pessoais, podendo alterar o testemunho" (Idem, p.200).

guardiã das pistas ainda indecifráveis.

Munidos de grande habilidade e de uma enorme voracidade intelectual, nossos protagonistas entraram no templo venerado e certificaram-se de que ele era construído sob a forma enigmática de um labirinto. Nesse momento, iniciaram um curioso diálogo:

"O que é"? - perguntou Adso.

"Pensava num modo de nos orientarmos no labirinto. Não é fácil realizar, mas seria eficaz... No fundo, a saída é no torreão oriental, e isso nós sabemos. Agora supõe que nós tenhamos uma máquina que nos diz de que lado fica o setentrião. O que aconteceria?"

- perguntou Guilherme.

"Que naturalmente bastaria virar à nossa direita e estaríamos voltados para o oriente. Ou então bastaria andar em sentido contrário, e saberíamos estar indo para o torreão meridional (...). Então vamos pegar a pedra de Severino, e um vaso, água, e uma rolha" - disse excitado, Adso.

"Devagar, devagar", disse Guilherme. "Não sei porque, mas nunca vi uma máquina que, perfeita na descrição dos filósofos, seja depois perfeita em seu funcionamento mecânico. Enquanto a foi ce de um camponês, que nenhum filósofo jamais descreveu, funciona como se deve ... Tenho medo que girando pelo labirinto com um lume numa das mãos e um vaso cheio d'água na outra ... Espera, tive outra ideia. A máquina marcaria setentrião mesmo se estivéssemos fora do labirinto, não é verdade?"

"Sim. Mas aí não nos serviria porque teríamos o sol e as estrelas", disse Adso.

"Eu sei, eu sei", disse Guilherme. "Mas se a máquina fun ciona seja dentro, seja fora, porque não deveria ser assim com a nossa cabeça?"

"A nossa cabeça? Claro que ela funciona também, e de fora sabemos muito bem qual é a orientação do Edifício! Mas é quando es- tamos de dentro que não compreendemos mais nada!"

"Justamente", disse Guilherme. "Mas esquece a máquina agora. Pensar na máquina induziu-me a pensar nas leis naturais e nas leis do nosso pensamento. Eis o ponto: precisamos encontrar por fora um modo de descrever o Edifício como ele é por dentro".⁽⁷⁾

Ao iniciar a redação da etnografia sobre o grupo feminista SOS-MULHER, me encontrava numa situação parecida com a que foi descrita acima. Vi-me então diante da complicada tarefa de "encontrar por fora um modo de descrevê-lo como ele era por dentro". O que exigiu não um movimento de me "colar" ainda mais a sua realidade, mas um movimento inverso que só se tornou possível quando procedi a um recuo temporal e analítico frente ao material recolhido de pesquisa.

(7) *O Nome da Rosa*, Umberto Eco. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, págs. 249 - 251, 1983. (grifos meus).

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é estudar o movimento feminista que se constituiu, a partir da segunda metade da década de 70, em São Paulo. Pretendo analisar, por um lado, as peculiaridades de suas práticas, de sua ideologia, do perfil e composição do seu quadro de militantes, de sua dinâmica e de sua trajetória no cenário político brasileiro. Por outro lado, pretendo analisar as representações e formulações feministas sobre a condição feminina - e indiretamente masculina - e suas implicações nas práticas políticas, sociais e culturais acionadas pelo movimento.

Para tanto, realizei uma pesquisa no grupo SOS-MULHER (criado em outubro de 1980 e fechado em novembro de 1983), escolhido como campo privilegiado de investigação pelo fato de apresentar uma dimensão sintética das concepções, da ideologia e das formas de organização do movimento feminista. Sintética na medida em que sua formação resultou das discussões e das práticas implementadas pelos grupos feministas, no decorrer de 1980.

A história do SOS remonta ao Comitê de Defesa às Prostitutas, criado com a finalidade de denunciar a violência policial que se abateu sobre as prostitutas, na época da "operação limpeza" do centro da cidade de São Paulo, coordenada pelo então delegado de polícia Richetti. Após o 1º Encontro dos Grupos Feministas,⁽¹⁾ realizado em junho de 1980, na cidade de Valinhos, esse Comitê se transformou numa Comissão de Luta contra a Violência.

Nesse evento, definiu-se que uma das prioridades do movimento feminista era o fortalecimento e a ampliação do trabalho desenvolvido pelo Comitê, de forma a agilizar a luta contra a violência que incidia não só sobre as prostitutas como sobre as mulheres de uma maneira geral. A Comissão de Luta contra a Violência foi criada com essa perspectiva. Inicialmente foi composta de seis mulheres que representavam cinco grupos feministas: Associação de Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, Ação-Lésbico-Feminista, Grupo 8 de Março e Brasil Mulher. Mas, para evitar que essas representantes detivessem algum tipo de "poder" que as diferenciavam das demais integrantes dos grupos de origem, as feministas presentes no

(1) A descrição desse evento encontra-se no 1º Capítulo.

Encontro deliberaram por uma dinâmica de trabalho e por uma forma de organização em que as discussões e decisões fossem apreciadas em duas instâncias. De um lado, cada representante deveria levar para a Comissão aquilo que havia sido discutido em seu grupo de origem, de outro, deveria retornar a ele trazendo informes dos trabalhos que estivessem sendo realizados pela Comissão.

Após quatro meses de trabalho foi decidido que a Comissão passaria a ser uma entidade feminista de prestação de serviços e de solidariedade a todas as mulheres "vítimas da violência, independente de suas situações de classe, raça, cor e opção sexual".⁽²⁾ No dia 10 de outubro de 1980, numa manifestação pública realizada em frente ao Teatro Municipal, em protesto contra o assassinato de mulheres por seus companheiros, as feministas lançaram oficialmente o SOS-MULHER.

Em função de sua história, o SOS pode ser apreendido como resultado do processo de discussão e de organização do movimento feminista em São Paulo, na medida em que se formou a partir de uma síntese das várias concepções produzidas no interior desse movimento. Concepções estas que dizem respeito basicamente a sua forma de organização e as suas formulações sobre a condição feminina.

A segunda razão para a escolha do SOS como campo de investigação deveu-se à necessidade de delimitar e analisar a especificidade de sua prática em relação a de outros grupos que integravam o movimento. O SOS, ao surgir no quadro do feminismo brasileiro contemporâneo como a primeira entidade de prestação de serviços feministas à população, implementava uma prática de contato mais estreito com as mulheres em geral e não só com aquelas que já estavam discutindo a sua situação específica em grupos organizados com essa finalidade. Nesse sentido, a análise sobre as representações feministas relativas à condição feminina e indiretamente masculina ganhou maior complexidade na medida em que foi acompanhada por uma investigação dos discursos e das práticas que se articulavam e se produziam através de uma relação concreta entre as feministas e a "clientela".

(2) Trechos da Carta de Princípios, redigida em outubro de 1980, pelas feministas que integravam o SOS.

Em função dos objetivos deste trabalho, o SOS se torna um estudo de caso exemplar. Através dele foi possível analisar não só a dinâmica e as práticas organizacionais e políticas produzidas pelo feminismo, como também as relações que se constituíam no universo da militância feminista. O que foi feito por meio da investigação das relações que as feministas do SOS estabeleciam umas com as outras, com as mulheres que se dirigiam à entidade em busca de orientação e ajuda e, finalmente, com as integrantes dos demais grupos feministas, no período que se estende de outubro de 1980 a novembro de 1983.

A investigação dessas relações, por sua vez, permitiu ampliar as representações e concepções feministas sobre a situação das mulheres e dos homens em nossa sociedade. Ampliação que, neste caso, comporta duas dimensões e dois significados. Se tomarmos a palavra no sentido da ação, encontramos "o ato ou efeito de ampliar; tornar amplo ou mais amplo; alargar, dilatar". Mas podemos entendê-la também "como projeção, em câmara escura, de um negativo pequeno sobre uma folha de papel sensibilizado de dimensões maiores, com o fim de aumentar a imagem e, até, modificar-lhe a composição, alterando-lhe o enquadramento".⁽³⁾

No caso específico deste trabalho, me pareceu interessante "ampliar" as representações e formulações feministas sobre a condição feminina, com o propósito tanto de "dilatá-las" como de "aumentá-las", de forma a "enxergá-las" a partir de um outro "enquadramento". Esse procedimento tornou possível, por um lado, "projetar" de maneira mais visível as "fotografias" que o feminismo tira das relações e vivências de homens e mulheres, mulheres e mulheres, no "cenário" social. Por outro lado, permitiu analisar as implicações dessas "fotografias" e das representações feministas sobre a condição feminina - e indiretamente masculina - nos seguintes domínios:

- 1) nas práticas culturais, políticas e sociais acionadas pelo feminismo paulistano;
- 2) na formação e na dinâmica do SOS-MULHER, apreendido como um grupo de apoio e de prestação de serviços (que se pretendia alternar

(3) Definições arroladas por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. In: Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

tivo às instituições assistenciais, no tocante à violência contra a mulher) e, simultaneamente, como uma comunidade "auto-suficiente" de mulheres feministas;

- 3) no processo de "conversão" das mulheres à militância feminista, feito por intermédio de uma pedagogia particular.⁽⁴⁾

O DEBATE SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA

Introduzo aqui aspectos do debate feminista sobre a condição feminina com o propósito de tornar mais claro um dos objetivos deste trabalho, qual seja: analisar as representações e formulações feministas sobre a condição feminina e suas implicações nas práticas culturais, políticas e sociais implementadas pelo movimento.

Segundo a Associação de Mulheres (SP), por exemplo,

"A luta feminista surge a partir da tomada de consciência, por parte das mulheres, da perda de sua identidade, num mundo imaginado e construído pelo homem. Habitamo-nos desde sempre a considerar como masculinas todas as atividades que dizem respeito à política, à economia, às relações de poder, enfim, e que fazem parte do que se convencionou chamar de coisas sérias. Paralelamente, aceitamos que o nosso universo ficasse limitado às quatro paredes domésticas, no interior das quais tudo o que se passa é catalogado de secundário".

Partilhando dessa concepção, o grupo 8 de Março (SP) afirmava que:

"O feminismo é uma luta que visa modificar a imagem deturpada da mulher, fazendo com que ela se autoconscientize e se liberte como ser pensante que atua e também é uma força produtiva. Para tanto, é necessário questionar a ideologia machista que fornece à mulher valores que a levam a aceitar um papel de inferioridade".

(4) Quero deixar indicado aqui que o trabalho de pesquisa que realizei - e que agora apresento sob a forma de uma dissertação de mestrado - faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre o SOS, iniciado, em conjunto com Maria Filomena Gregori (que segue o Programa de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo, sob a orientação da antropóloga Ruth Cardoso), em 1982. Ver Gregori, 1982, 83, 84.

As reflexões feministas sobre a condição feminina almejam sobretudo a construção de uma categoria totalizante: a Mulher; que se contraporá, por sua vez, ao Homem, concebido nos mesmos termos. Tendem, por um lado, a desconhecer a diversidade da condição feminina e a não levar em consideração as formas específicas de que se reveste a subordinação estrutural das mulheres. Por outro lado, tendem a não problematizar a condição masculina.

No entanto, só podemos compreender a condição feminina em relação à condição masculina. Como os demais elementos da linguagem, o feminino e o masculino só existem por suas relações diferenciais e nunca isoladamente. Portanto, é necessário apreendê-los em relação e jamais destacando-os dos contextos particulares em que se constituem. Daí a confusão em que incorrem certas reflexões interessadas em demonstrar a opressão universal a que se encontrariam submetidas as mulheres. Segundo, por exemplo, o Coletivo-Feminista (RJ):

"Esta opressão é irredutível a qualquer outro tipo de opressão, ela é universal, atingindo a todas as mulheres, de todas as classes, raças, idades, profissões e é fundamentada no sexo". (5)

Se o feminino e o masculino são categorias construídas socialmente e se existem sociedades onde o poder político não se exerce através da coerção e da subordinação (Clastres, 1978), como afirmar a universalidade da opressão "baseada em gênero"?

Essa ressalva não tem a intenção de minimizar a importância das questões levantadas pelas reflexões feministas, e sim de mostrar que para enriquecê-las seria necessário que o feminismo es tivesse atento a outras questões igualmente relevantes. Não se trata de postular uma nova sobredeterminação, seja a luta de classes no caso das sociedades capitalistas, ou a recusa em explicitar os conflitos no caso das sociedades "primitivas" (Lefort, 1979), mas sim de buscar uma compreensão da condição feminina que passe pelo entremeio dessas configurações. O que parece não ocorrer nas reflexões feministas, na medida em que postulando a universalidade da

(5) Todas as citações feministas foram retiradas do Caderno do Movimento de Mulheres, editado pela Associação de Mulheres, São Paulo, 1979.

opressão da mulher, tendem a simplificar a especificidade da condição feminina tanto nas sociedades "primitivas", como nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Parto da idéia, elucidada por Foucault, de que o poder - nas sociedades ocidentais - não deve ser concebido como "um sistema geral de dominação exercido por um elemento ou grupo sobre outro" (Foucault, 1977, p.88). O poder se exerce de forma mais sutil e capilar, atravessando todo o corpo social, não porque venha de cima e por isto "tenha o privilégio de agrupar tudo sob a sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque engloba tudo e sim porque provém de todos os lugares" (Idem, p.89). Com esta perspectiva de compreensão do poder, temos necessariamente que repensar as reflexões referentes à condição feminina que partem de uma "oposição binária" entre homens e mulheres. Ou, para falar novamente nos termos do filósofo, temos que estar atentos em desvendar a especificidade da condição feminina a partir da busca "do esquema das modificações que as correlações de força implicam através do próprio jogo do poder" (Idem, p.94). É neste sentido, "não procurar quem detém o poder na ordem da sexualidade (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e quem é privado de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes ...); nem quem tem o direito de saber, ou é mantido à força na ignorância" (Idem).

Trata-se então de refutar as reflexões que, construindo categorias totalizantes, como por exemplo, "a Mulher", "o Negro" etc., pressupõem uma unidade entre os dominados. Unidade fictícia, pois o poder não se exerce sem a cumplicidade daqueles que se encontram sob o seu alvo e nem a "tirania se engendra sem a vontade de servir" (Lefort, 1982, p.126).

O que significa reconhecer o fato de que a subordinação das mulheres se realiza também por meio da cumplicidade que elas estabelecem com os homens, identificados pelo discurso feminista como seus opressores.

Segundo Françoise Collin, pensar as relações de poder somente a partir dos efeitos negativos que elas comportam é obscurecer parte fundamental da questão. Pois, "toda relação de poder apresenta um conjunto de gratificações reais ou simbólicas". Sendo

assim, "não há, na realidade, nenhuma submissão que não comporte al gum benefício secundário" (Collin, 1978, p.145).

Qual seria então a peculiaridade da condição feminina, tendo em vista que estes pressupostos se aplicam a outras relações de poder, como por exemplo entre brancos e negros?

Tal pergunta nos coloca, segundo Collin, diante da cons tituição do modelo real e simbólico da feminilidade sobre o qual se apóiam muitas das gratificações que, de certa forma, consolidam as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. O que faz com que as mulheres não somente aceitem, mas se tornem cûm pli- ces destas relações deve-se, na opinião da autora, a que este mo- delo realize em cada mulher a idéia de ser única, insubstituível e necessária.

Este sentimento de unicidade lhe assegura um nível de realização nas suas relações familiares, de tal modo "que para uma mulher única não há condição feminina coletiva contra a qual se re- belar" (Idem, p.145). Sobretudo se tentarmos detectar, como faz a au- tora, o modo pelo qual nas relações familiares se constitui a idéia de mulheres únicas, mães insubstituíveis, esposas realizadas. Qual seja, a autoridade das mães sobre a educação dos filhos e a idéia, real ou ilusória, de que têm algum poder sobre seus maridos reali- zada através do exercício da sedução e do "bom" desempenho que pre tendem ter no cômputo das atividades domésticas.

Poder-se-ia acrescentar que estes dispositivos fazem par- te de um quadro mais amplo que Michelle Rosaldo convencionou nomi- nar como estratégias informais de poder. Sendo assim, somam-se àque les: "a influência, métodos existentes de recompensas, controle de informações, exercício de pressão e manipulação de eventos" (Rosal- do, 1979, p.38).

Suely de Almeida, por sua vez, procura especificar as vi- vências singulares das mulheres, no "interior do seu universo comum enquanto Mulher (Almeida, 1982, p.186). É indicativo desse procedi- mento o título escolhido para o trabalho em questão: "Entre Nós Mu- lheres, Elas as Patroas, Elas as Empregadas". Partindo dessa pers- pectiva recupera a idéia de que a definição do feminino passa não pela discussão de sua biologia e de sua natureza, e sim pela defi- nição de "um lugar e de sua significação. Lugar ao qual estão cola-

dos atributos que compõem e expressam a definição do feminino, lugar ele próprio incorporado nesta definição" (Almeida, 1982, p.186). Ora, é no espaço doméstico, definidor da feminilidade, que se estabelece a relação patroa e empregada, ele é o palco onde se encena a trama que as envolve.

Digamos sucintamente que a sua pesquisa, ao revelar a existência de um conflito estrutural entre patroa-empregada, o faz de maneira a explicitar a ambigüidade feminina presente nesta relação, pois o "mesmo universo que define a mulher, o universo familiar doméstico, nega este caráter à empregada" (Idem, p.193). A essa relação colam-se não só os atributos próprios de qualquer relação estabelecida entre patrão-empregado, como sobrepõem-se aqueles de uma relação especificamente feminina. O conflito é, portanto, mais complexo e sutil, já que uma "leitura simbólica" das tentativas de delimitação do papel de ambas, patroa e empregada, detecta aí a negação da feminilidade à empregada. "É como se, ao afirmar a sua presença na casa, se colocasse imediatamente a necessidade da negação de sua presença na família" (Idem, p.192).

Nesse sentido, a questão que se coloca quando se visa a uma compreensão maior da dinâmica da relação patroa-empregada é a de saber porque esta dimensão do feminino é assim vivenciada. E, pergunta-nos Almeida, isto não acontece "justamente porque é uma mulher que está lá? E que este lá é também o lugar da mulher patroa?" (Idem, p.193).

Tal indagação parece sugerir que mais importante que afirmar a condição comum da vivência feminina (como faz o feminismo ao pressupor uma unidade Mulher que se contraporá à outra, o Homem) talvez seja ressaltar a existência de uma pluralidade de mulheres. Isto é: "de que há mulher, definida, redefinida, segmentada, parcelada em várias mulheres" (Almeida, p.193).

* * * * *

A minha intenção, ao apresentar alguns estudos interessados em circunscrever analiticamente a questão da condição feminina, foi de contrapô-los às reflexões feministas sobre esse tema. Entretanto, algumas ressalvas de caráter metodológico - no sentido de situar a análise a respeito das representações feministas sobre a condição feminina e suas implicações nas práticas desenvolvidas pe-

lo feminismo-são necessárias.⁽⁶⁾ Pois, apesar de o movimento feminista produzir uma reflexão que tende a simplificar, por vezes a obscurecer, a maneira pela qual se constitui a condição das mulheres em nossa sociedade (na medida em que não se atém às formas concretas de que se reveste),⁽⁷⁾ é importante não desconhecer a dimensão política contida em suas reflexões. Ou seja, é necessário não perder de vista que o feminismo, ao construir suas representações sobre a condição feminina - e indiretamente masculina - visa fundamentalmente estabelecer os contornos de sua identidade política, através da enunciação de um discurso particular.⁽⁸⁾

Tal discurso é produzido em um contexto onde estão presentes outros discursos sobre a condição da mulher, "cujos elementos constitutivos ele busca desarticular ou fazer com que articulem novas significações" (Debert, 1982, p.39). Assim, para entendermos o que constitui a unidade distintiva do discurso político feminista - e não apenas dele, mas de qualquer discurso político - é necessário recuperar a dimensão da luta política a partir da qual ele é gerado.

-
- (6) Por representação entendo não o estabelecimento de uma oposição entre o falso e o verdadeiro implícita no conceito de ideologia, como nos mostra Elinor Ostrom, e sim um conceito cuja amplitude e riqueza reside no fato de conceber o "componente simbólico da ação humana como elemento constitutivo da vida social" (Ostrom, 1981). Nesse sentido, quando me proponho a analisar as representações feministas sobre a condição feminina tenho em vista a necessidade de abordá-las como elementos constitutivos da prática política e social do movimento feminista.
- (7) Peter Fry chama a atenção para o fato de que os "movimentos de liberação feminina, por partirem da premissa de que as mulheres foram mantidas em posição inferior por um tempo suficientemente longo, atacam o problema, apenas, do ponto de vista das estruturas formais de poder" (...). "As consequências desta posição são que as estruturas formais deveriam ser abertas para homens e mulheres por igual e que desta maneira a mulher deixará de ser desprovida de poder" (Fry, 1977, p.17). Esta maneira de abordar o problema tem levado os grupos feministas a não refletirem sobre as estruturas informais de poder, acionadas pelas mulheres, em situações diversas. O que permitiria uma visão mais matizada da maneira pela qual se realiza a subordinação das mulheres.
- (8) "Ao contrário da explicação científica, que busca captar e explicar a complexidade e ambigüidade dos fenômenos, as representações políticas ou ideológico-políticas caracterizam-se precisamente por uma certa simplificação e ausência de ambigüidades; e, enquanto tais, entram na formação das identidades dos atores coletivos, e servem à argumentação e ao debate político (a imagem da classe trabalhadora, repositório de todas as virtudes, sem dúvida é simplificadora, mas nem por isso parece influir negativamente sobre as práticas das organizações sindicais ou políticas ligadas aos trabalhadores)". Sugestões de Maria Hermínia T. de Almeida ao projeto de pesquisa enviado à Fundação Carlos Chagas, em 1982.

"A luta política é sobretudo a luta pela constituição de um novo ator político, envolvendo a criação de novas identidades e a definição de novos interesses, que não podem ser automaticamente estabelecidos a partir da posição que os indivíduos ocupam no processo produtivo. A luta política, enquanto luta entre diferentes setores pela obtenção da hegemonia, constitui-se num conflito entre diferentes propostas de 'boa ordem' " (Debert, p.38).

Concebendo a luta política enquanto luta pela criação de um novo ator político, temos ainda que levar em consideração a importância do "que tem sido chamado de 'simbólico' ou 'cultural' para que tal aliança possa vir a se concretizar. Um novo laço social entre os indivíduos tem que ser produzido". Nessa perspectiva, a luta política é "justamente a luta pela produção desse novo laço social" (Idem, p.39).

O movimento feminista propõe-se a criar um novo laço social entre as mulheres e, para tanto, formula e apresenta, para o conjunto da sociedade e, em particular, para a população feminina, uma outra identidade, liberta e igualitária. Pretende, assim, atingir todas as mulheres de forma a despertá-las para o que há de comum no fato de serem mulheres. A opressão ganha nessa conceitualização um caráter "universalista", pois supõe que, por trás das diferenças sociais, exista uma identidade feminina que se afirma pela interdição.

"O empenho feminista será o de reconsiderar os valores associados aos sexos não mais como sendo inatos, mas como resultado de elaborações culturais. Assim, os traços - emotividade, fragilidade e irracionalidade - que justificam a alocação das mulheres para certas atividades sociais (o lar e a educação dos filhos) só podem ser compreendidos culturalmente, ou seja, no contexto em que se engendram os mecanismos sociais. Mecanismos estes que consideram as atividades e os códigos comportamentais masculinos como os únicos socialmente valorizados. Nesta linha, as "bandeiras" defendidas pelo movimento feminista reivindicam da sociedade a legitimação das características femininas para que as relações entre os sexos se tornem mais igualitárias.

Contudo, o pressuposto que afirma a identidade feminina como um campo de significações particulares incorre no risco de não considerar politicamente a complexidade das relações sociais.

Tal complexidade implica a inexistência de 'totalidades' femininas ou masculinas isentas de diferenciação. O que vale dizer que o feminismo, ao reivindicar o direito à diversidade, se refere à valorização de determinados traços de comportamentos ditos femininos (emotividade, fragilidade, intuição) destinando ao silêncio o conjunto de atividades femininas que é contraditório, ambíguo, repleto de nuances. Na tentativa de desmascarar a opressão corre-se o risco de não apreender as relações nas quais as mulheres estão inseridas e como elas reagem diferentemente segundo os contextos específicos em que se encontram" (Gregori e Pontes, 1983, p.9).

É importante, no entanto, enfatizar mais uma vez que essas considerações feministas sobre a situação das mulheres e sobre a opressão que as atinge se inscrevem em um discurso cuja finalidade é essencialmente política.

"Nesse sentido, sua dimensão deve ser analisada levando-se em consideração que a fala política supõe a denúncia, a reivindicação e estratégias para 'conscientizar' e 'desalienar' o público a que se destina. Adquirir eficácia para atingir um número maior de mulheres significa, em uma certa medida, recorrer a um discurso generalizador e destituído de complexidade no que tange à particularidade expressa por cada sujeito na sua relação com o mundo.

Desse modo, refletir sobre o discurso feminista exige certo cuidado, pois dele precisamos depurar as caricaturas e, assim, desvendar os seus pressupostos. Porém mesmo aceitando esta ponderação - já que a nossa análise é circunscrita à academia (cuja abordagem é por natureza distinta) não podemos deixar de nos indispor com alguns traços do discurso político feminista que consideramos contraditórios. A contradição que apontamos refere-se ao fato de o feminismo elaborar propostas opostas: propõe-se a tornar a mulher um sujeito atuante e político na mesma medida em que, quando enuncia seus pressupostos sobre a opressão, enfatiza a posição da mulher como vítima. Com isso incorre no risco de, em sugerindo uma oposição dual entre algozes e vítimas, atacar o problema das relações entre os sexos através de seu recorte puramente formal.

Esse dualismo impede a explicitação das várias formas de participação das mulheres e os benefícios adquiridos por elas na sua convivência, dita opressiva, com os homens" (Idem, pp.10-11).

A contradição apresentada pelo discurso feminista tem conseqüências negativas ao nível da eficácia política pretendida pelo movimento, sobretudo com relação a sua tentativa de "conscientizar" as mulheres da opressão específica a que estão sujeitas. O seu empenho em criar um novo laço simbólico entre as mulheres encontra grande dificuldade em concretizar-se. Tal dificuldade foi particularmente revelada no trabalho que o SOS-MULHER desenvolvia junto às mulheres "vítimas" da violência. E ainda que não se trate de explicar os infortúnios de sua prática a partir, apenas, das representações que suas integrantes construïam sobre a situação e condição das mulheres em geral - e, em particular, daquelas que procuram a entidade na condição de "clientes" -, estas têm que ser levadas em consideração. Caso contrário não seria possível compreender nem a crise vivida pelo SOS (que culminou com o seu fechamento em novembro de 1983), nem a crise do feminismo de uma maneira geral (expressa pelo refluxo do movimento). O que procurei fazer no decorrer desta pesquisa.

* * * * *

Esta dissertação se divide em quatro capítulos. Os dois primeiros constituem uma tentativa de analisar o movimento feminista paulistano; os dois últimos são uma etnografia sobre o grupo SOS-MULHER.

No primeiro capítulo, procurei, por um lado, situar o movimento feminista tanto no campo político-ideológico definido pelos movimentos sociais - notadamente os de natureza libertária ou alternativa -, como no campo da produção analítica interessada em compreender a sua constituição e trajetória específica. Por outro lado, tentei reconstruir a história do feminismo em São Paulo, observada a partir da segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, através da exposição e caracterização dos grupos que o integram (ou integravam) e da apresentação dos principais eventos por eles realizados.

No segundo capítulo, procurei analisar alguns aspectos da prática, da dinâmica e da ideologia feminista, que me parecem significativos para uma melhor compreensão da peculiaridade desse movimento. Tentei mostrar que a análise do feminismo apenas do ponto de vista de sua organização formal (recusa às lideranças, ao profissionalismo, negação do sistema de representação, vivência do coleti-

vismo enquanto forma de organização que fundamenta a ideologia do alternativo) é insuficiente para explicar a dinâmica interna do movimento, uma vez que esta é marcada por um processo ininterrupto de criação de oposição e segmentação entre os grupos que o compõem. Lutam para o reconhecimento da condição específica das mulheres, mas, simultaneamente, parecem se organizar para assinalar diferenças internas. Nesse contexto, a identidade política dos grupos ganha sobretudo uma dimensão contrastiva.

O terceiro capítulo é dedicado à análise do grupo SOS-MULHER, sendo apresentado sob a forma de uma etnografia. Descrevo a trajetória do grupo em termos de sua formação, prática, organização, dinâmica e relação com os demais grupos feministas, como em termos do gênero de militância e de militantes por ele criado. Procurei mostrar que o SOS não podia ser analisado apenas na sua dimensão institucional, inscrita na lógica dos movimentos sociais libertários ou alternativos. Pois, ao mesmo tempo, ele se constituía como um lugar de ensinamento de um conjunto de requisitos necessários para a aquisição de uma postura e de um comportamento militante. O que implicou apreendê-lo, de um lado, como um espaço de aprendizado da militância feminista, enquanto conduta política; de outro lado, como um lugar de iniciação e de "conversão" das mulheres no universo cultural, existencial e comportamental do feminismo, feitas através de uma pedagogia do feminismo.

Por fim, no quarto capítulo, procurei descrever e analisar a crise vivida pelo grupo, no decorrer dos anos 1982 e 1983, e que culminou com o fechamento da entidade SOS-MULHER, após três anos de existência.

CAPÍTULO I

OS ANOS 70: O FEMINISMO E OS OUTROS

1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os anos 70, no Brasil, trouxeram à cena novos atores políticos, através da emergência dos movimentos sociais urbanos. Esse "desabrochar" político das classes populares foi acompanhado de uma leva de estudos sobre a natureza desses movimentos, a tal ponto expressivo que significou, para dizer nos termos de Ruth Cardoso, uma "rajada de ar fresco" na produção sociológica contemporânea. Isto porque as discussões teóricas feitas na década de 60 encontravam-se dissociadas, ou melhor, não acompanharam as transformações por que passara a sociedade brasileira, particularmente quanto às novas formas de organização e de expressão política das classes populares.

Segundo a autora, a produção sociológica desse período estava fortemente marcada pelos temas da marginalidade e da dependência, e esses estudos enfatizavam as especificidades do desenvolvimento latino-americano, criando assim um "novo quadro teórico para analisar o processo de industrialização periférica" (Cardoso, 1983, p.215). Ao contestarem o esquema explicativo vigente na sociologia dos anos 50, baseado na forma clássica de luta entre as classes fundamentais, como o único e necessário caminho de transformação social, esses estudos produziram um novo modelo analítico no qual as massas marginalizadas, excluídas do processo de industrialização, viriam a assumir um papel histórico tradicionalmente reservado e destinado ao proletariado. Entretanto,

"Em vez de um capitalismo excludente e de cidades mais inchadas por um terciário miserável, os anos 70 trouxeram à cena (pelo menos em alguns países) uma camada popular mais participante. Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político, embora sua parte mais fraca. Nenhuma crescente exclusão era visível e não aumentava a distância entre os marginalizados e os "integrados". E isto ocorria, pelo menos em alguns países da América Latina, em condições especialmente difíceis. Durante este período, instalaram-se regimes militares que, rompendo abruptamente com os sistemas político-democráticos, proscreram todas as organizações ligadas às classes populares. Apesar deste contexto tão negativo de reorganização do Estado e da sociedade, passado o período de maior repressão, assistimos a uma revitalização das manifestações da vontade popular" (Cardoso, p.216).

Essa revitalização da vontade popular cria, por sua vez, um interesse crescente por parte dos cientistas sociais em analisar e captar o que de novo estava sendo colocado no cenário político latino-americano e, em especial, no Brasil. Grande parte de suas atenções se volta para o estudo dos movimentos sociais urbanos. Estes, por serem analisados na sua visibilidade mais imediata, isto é, enquanto demonstração da força latente dos anseios das classes populares, fundamentam a construção de um novo modelo explicativo, no qual as grandes transformações estruturais caberiam, não mais às classes fundamentais ou às massas marginalizadas, mas a esses novos atores políticos dispersos nos vários movimentos sociais.

Redescobre-se, então, a problemática urbana, uma vez que a cidade passa a ser o cenário não só das manifestações populares, cujos anseios podem ser traduzidos pela procura de uma qualidade de vida melhor, como das manifestações dos negros, das mulheres e dos homossexuais.

Essa redescoberta, apesar de estimular a produção de novas categorias explicativas da realidade, não se realiza sem problemas e, em certos casos, sem enganos. Como mostra Ruth Cardoso, grande parte das análises sobre esses movimentos desconhecem, ou melhor, desconsideram, as funções e o papel do Estado enquanto mediador dos conflitos concretos. Este aparece como pano de fundo nessas análises, sendo na maior parte delas caracterizado apenas pelo seu aspecto disciplinador e autoritário. Ao Estado não cabem nuances, pois, por ser percebido como o "inimigo" comum desses novos atores políticos, tende a ser analisado como personagem homogêneo e compacto. O cuidado com a ambigüidade, a diversidade e com a complexidade é feito na descrição da chamada sociedade civil, vista, antes de tudo, como dinâmica, conflitiva e espontânea. Tal viés analítico privilegia o visível caráter antigoverno das manifestações promovidas pelos movimentos sociais, confundindo-as "muitas vezes com uma crítica radical ao sistema político" (Cardoso, p.138).

Sobre esse procedimento, a autora em questão é taxativa:

"Declarar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora, sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado, parece incompleto. A simples existência empírica de

manifestações populares não autoriza conclusões a respeito de sua função política, pois elas estão referidas a um contexto que precisa ser descrito. Falta um mapeamento da diferença entre os vários movimentos sociais, das condições de sua eficácia e dos contextos políticos nos quais emergem" (Idem, p.219, grifos meus).

Esta ressalva vale tanto para os estudiosos dos movimentos de natureza reivindicativa, como os movimentos de luta por creches, água e esgoto, entre outros, como para aqueles interessados em discutir a especificidade dos movimentos alternativos criados pelos negros, pelas mulheres, pelos hippies e pelos homossexuais, que visam, ao mesmo tempo, transformações políticas imediatas e transformações de ordem cultural a longo prazo. Apesar de suas diferenças mais evidentes, é possível traçar alguns pontos de comparação entre eles, através de um exame mais cuidadoso da tentativa de construção de suas identidades políticas particulares.

Em relação aos movimentos populares, pode-se dizer que eles lutam para se fazerem reconhecidos pela sociedade política. Traçam novos contornos a sua condição de oprimidos, reclamando e reivindicando da sociedade, e do Estado em particular, maior igualdade e maior participação nas decisões políticas que se fazem, frequentemente, à revelia dos seus interesses mais imediatos. Reivindicam água, esgoto, saneamento, lutam pelo congelamento dos preços, ao mesmo tempo que alardeiam as péssimas condições de vida em que vive grande parte dos habitantes das periferias urbanas. Muitas vezes essas reivindicações, expressas através de manifestações públicas, acontecem simultaneamente em vários pontos da cidade, sem que exista uma coordenação que as unifique. Essa dispersão explica, em certa medida, a ineficácia de algumas de suas lutas.

"Isolados em seus bairros, os cidadãos enfrentam o Estado como grupos de pressão fragmentados e que competem pelos mesmos recursos. A unidade destes demandantes (que não podem ser qualificados como classe) é dada pelo Estado, que é ao mesmo tempo inimigo e legitimador. E sua força é dada por uma "cultura própria onde se preservou a rebeldia" (Cardoso, p.224).

Essa reflexão supõe uma complexidade maior nas relações que se estabelecem entre esses movimentos e entre eles e o Estado, na medida em que sem esta interlocução a unidade desses demandantes

estaria ameaçada. Nesse sentido, é forçoso reconhecer que os movimentos sociais, ao explicitarem as suas reivindicações por melhores condições de vida e por uma sociedade mais democrática - através da afirmação de um discurso radical, no qual identificam opositores e obstáculos a superar - estabelecem, ao mesmo tempo, contato com esferas particulares do Poder Público. Basta pensar, por exemplo, no caso das lutas por água e saneamento travadas entre setores populares de certos bairros da periferia de São Paulo e a SABESP. A resposta destas esferas do Poder Público às reivindicações dos movimentos populares não é única nem homogênea, na medida em que "podem atuar de maneiras distintas e muitas vezes contraditórias."

"O conjunto dos órgãos públicos, apesar de submetido a orientações básicas comuns, desenvolvem políticas parciais com objetivos diversificados e oferecem à população usuária faces bastante diferentes. Além do mais, as políticas públicas mudam de rumo de tempos em tempos, atendendo a novos objetivos políticos ou a incentivos de fontes financiadoras internacionais" (Idem, p.226).

Pode-se dizer, ainda, que essa interlocução explica o fato de os movimentos produzirem simultaneamente discursos inflamados e críticos em relação ao Estado e ao poder governamental, como negociações contínuas com os seus representantes. Eles lutam não só para o reconhecimento de sua condição de oprimidos, como lutam para que suas reivindicações sejam atendidas de forma a diminuir suas carências e melhorar suas condições de vida. São movimentos autônomos no sentido de que suas demandas não se vinculam necessariamente àquelas propostas nos programas partidários, mas contam com a presença de outros atores sociais (religiosos, profissionais liberais, jornalistas) que ajudam na sua organização e contribuem para o seu reconhecimento político. Entretanto, a ajuda desses colaboradores não é suficiente para que sejam percebidos como iguais. Eles são vistos como elementos de fora, mesmo que alguns deles optem por viver nas periferias, tendo em vista compartilhar de perto os problemas enfrentados por seus habitantes. É que o habitar um mesmo espaço não é por si um atributo suficiente para que todos os seus ocupantes se reconheçam como iguais. O que significa dizer que a construção da identidade, promovida por todos os movimentos sociais, envolve uma série de mecanismos sutis e complexos.

Um estudo sobre os movimentos sociais que não se detivesse no problema da identidade seria inconsistente, pois não seria capaz de analisar de fato a sua dinâmica interna. É através da construção e afirmação de suas identidades políticas específicas que esses movimentos vão demarcando, concreta e simbolicamente, seus membros, seus aliados e seus inimigos. Esse processo manifesta-se através da constituição dos iguais, dos diferentes e dos outros, geralmente os opositores a quem se dirige.

No caso dos movimentos populares, o Estado é visto como o "inimigo" primeiro, ainda que no decorrer das negociações seus representantes possam vir a ser percebidos através de novas matizes. Quanto aos colaboradores são tidos como diferentes por serem de fora, mesmo quando estão cotidianamente em contato com os membros desses movimentos. Com relação aos iguais, pode-se dizer que são aqueles que vivenciam uma experiência de luta e uma prática de organização comunitária.

Eis aí o ponto de intersecção entre os vários movimentos sociais, sejam eles de caráter reivindicativo, sejam os movimentos alternativos promovidos pelos negros, pelas mulheres, pelos homossexuais e pelos ecologistas. Todos eles, apesar da especificidade dos seus objetivos e de suas práticas, produzem uma "cultura" semelhante, fundamentada na vivência de práticas comunitárias. Nessa experiência se reconhecem como iguais, o que faz com que os limites dessas comunidades sejam demarcados por critérios simbólicos e não objetivos, como foi visto no caso dos colaboradores.

O que define a comunidade, segundo as sugestivas reflexões produzidas por Ruth Cardoso, é:

"uma experiência comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências, percebidas como injustas" (Cardoso, p.231).

O que singulariza a experiência dos movimentos sociais é, fundamentalmente, o fato de reunir pessoas que se reconhecem como portadoras de uma condição comum de opressão. Os movimentos das mulheres, dos negros e dos homossexuais, por exemplo, fundamentam a sua existência e constroem suas bases de cooperação entre aqueles que:

"real ou imaginariamente compartilhem os mesmos problemas. E é por isso que todos eles só reconhecem como membros plenos aqueles que podem exibir esta condição comum. Nos grupos feministas, por exemplo, só as mulheres são aceitas. Alguns poucos homens podem ser aliados, porque demonstram uma adesão intelectual que, entretanto, nunca pode substituir a vivência da condição feminina. Nestas condições, a definição de posições políticas resulta de discussões que passam pelas emoções e pela subjetividade, espaço este visto como privilegiado para a formação de um espírito coletivo" (Idem, p.232).

Essa característica é comum aos movimentos populares, reaparecendo nos bairros através da "vivência da pobreza". Seus habitantes, ao se reunirem e se organizarem, por se sentirem injustiçados e excluídos dos benefícios concedidos pelo Poder Público, vêm a si mesmos como iguais. E, ainda que existam diferenças reais entre eles, evidenciada por rendas familiares distintas, estas não são levadas em consideração, pois "o que os une é um sentimento e não a exigüidade de recursos. A comunidade é percebida como uma experiência de igualdade" (Cardoso, p.232).

Finalmente, para que essa experiência seja inteiramente compreendida é necessário destacar o papel que a união desempenha nesses movimentos. Ela cria a coesão de seus membros, ao mesmo tempo que reforça o sentimento de pertencimento imprescindível para que esses movimentos continuem a existir. Isso se explica se levarmos em consideração que uma parte significativa de suas reivindicações e lutas não chega a se constituir, de fato, em vitórias expressivas.

No caso do movimento feminista, por exemplo, esse sentimento de união é constantemente reforçado, aparecendo como absolutamente necessário para que suas participantes continuem a militar nos seus respectivos grupos de atuação, na medida em que grande parte de suas reivindicações não é socialmente exequível a curto prazo. Realizam, portanto, o chamado "trabalho de formiga" e não contam com vitórias espetaculares e com resultados imediatos.

Esta particularidade do feminismo aparece em todos os movimentos sociais, adquirindo, entretanto, dimensões diversas. Isso se explica se sublinharmos o fato de que:

"não são apenas as reivindicações que unem os participantes de um movimento e por isso mesmo sua ação negociadora nem sempre é a mais direta ou a mais eficaz.

A união é uma virtude em si mesma e, para mantê-la, tanto se usa a discussão muitas vezes infundável, quanto os cânticos ou outras formas lúdicas que hoje fazem parte de qualquer reunião"
(Idem, p.235).

2 - A CENA ALTERNATIVA

Para além da diversidade apresentada por esses movimentos, é possível apontar semelhanças entre eles, uma vez que a compreensão desses novos atores políticos exige um esforço reflexivo suplementar que, transcendendo o âmbito empírico de suas manifestações concretas, seja capaz de detectar as suas estruturas "profundas", desencarnando-as de seus conteúdos programáticos mais explícitos.

Para realizar esse trabalho o artigo de Ruth Cardoso foi fundamental, pois nele encontramos não só um balanço crítico da produção teórica sobre os movimentos sociais, realizada nos últimos anos, como um campo fértil de novas reflexões para repensarmos a particularidade das experiências empreendidas por eles. Reflexões que versam, fundamentalmente, sobre o problema da identidade e da comunidade.

A discussão anterior foi feita ainda com o objetivo de circunscrever as práticas feministas contemporâneas no debate e no campo político onde se manifestam os demais movimentos sociais.

Vale, agora, realizar uma reflexão mais delimitada sobre as características dos movimentos libertários ou alternativos, como define Tilman Evers no seu artigo "De Costas para o Estado, Longe do Parlamento", onde analisa a experiência dos movimentos sociais que se constituem na Alemanha, a partir dos anos 70, período em que se vive uma "crise generalizada de legitimidade das ideologias e das estruturas políticas tradicionais". Nesse contexto, a experiência desses novos atores que invadem o cenário político alemão pode ser interpretada como "sinal de uma procura de elementos de um consenso novo" (Evers, 1983, p.28).

Esses movimentos se organizam em torno de temas e de propostas de luta bastante diversificadas, incluindo feministas, minorias sexuais, punks, variados grupos de inspiração espiritual, grupos que implementam práticas de autogestão nos seus locais de moradia, nos jornais que editam e, finalmente, ecologistas, sendo os grupos antienergia nuclear seu segmento mais importante. Entre eles, alguns optaram por viver fora do espaço urbano, passando a cultivar seus próprios alimentos e a viver de acordo com as regras definidas por suas próprias comunidades.

O que há de comum entre eles? O fato de constituírem, na apropriada expressão de Evers, uma "cena alternativa" nas grandes cidades alemãs - exceção feita aos últimos grupos mencionados. "Cena" que evidencia um estar "do lado de fora com relação a algum aspecto mais ou menos específico da organização social dominante" (Evers, p.33).

É claro que a especificidade do processo social e político alemão repercute não só na forma de organização desses movimentos, como nas reivindicações e nas construções temáticas por eles empreendidas. Há uma espécie de descrédito em relação ao parlamento e um confronto claro e direto com o Estado, visto como uma estrutura excessivamente burocrática, anônima e agigantada (como aliás o título do artigo em questão sintetiza de maneira exemplar: de costas para o Estado, longe do Parlamento). Além disso, seus participantes travam "batalhas" ininterruptas com a esquerda tradicional, especialmente com os grupos marxistas-leninistas, através da produção de uma espécie de insurreição verbal contra os seus modelos de explicação da realidade e contra as suas práticas organizacionais.

Esses movimentos lutam fundamentalmente pela afirmação da vida, unindo o pessoal ao político, numa luta cotidiana contra a burocratização e a alienação. É em torno dessa afirmação que orientam suas práticas e suas reivindicações. Portanto, suas implicações políticas não podem ser avaliadas à luz das noções tradicionais, pois "ultrapassam de longe a esfera daquilo que se considera tradicionalmente o campo da política. Se é a vida que conta, a ação não pode ser orientada por metas preestabelecidas e imutáveis - o próprio movimento, com as oportunidades que oferece para obter experiência e para crescer, é a meta" (Idem, p.33).

Na medida em que eles, de uma certa maneira, se alimentam de sua própria existência, tanto a questão da eficácia de suas lutas como a questão das contradições a serem superadas têm que ser reproblematicizadas. No sentido de que, não formulando contradições "antagônicas" e "secundárias", vivenciam uma temporalidade distinta das organizações políticas tradicionais, construindo apenas contradições presentes, onde o público e o privado se imbricam.

Sem esquecer as especificidades do contexto sócio-político alemão é possível utilizar as reflexões de Evers para "iluminar"

a discussão sobre os movimentos alternativos que se formam no Brasil a partir do início dos anos 70. Aqui também se delineia uma "cena alternativa" nas grandes cidades, com tonalidades, sem dúvida, mais esmaecidas. Basta lembrar, por exemplo, que na Alemanha as manifestações políticas contra a instalação de novos mísseis nucleares chegam a reunir 400 mil pessoas com ideologias e posições políticas as mais diversificadas possíveis. Entretanto, esse vasto espectro ideológico não as impede de se concentrarem e de se reunirem em torno de um objetivo comum, qual seja, a afirmação e a necessidade de preservarem suas vidas. Aqui, no Brasil, o único evento de peso que nos últimos vinte anos conseguiu mobilizar multidões foi a luta pelo reestabelecimento das eleições diretas, que incorporou pessoas e grupos organizados com as mais variadas tendências políticas, entre eles ativistas dos movimentos alternativos. Esses não estão, portanto, tão longe do parlamento, ainda que frequentemente virem suas costas para o Estado.

Mas, aqui como lá, esses movimentos sociais compartilham de uma mesma "visão de mundo", fundamentada pela ideologia alternativa. Para eles "a exploração e a dominação são experimentadas e interiorizadas nas áreas mais variadas da prática social, não apenas no processo de trabalho capitalista ou no confronto direto com o Estado" (Evers, p.39). Partem do princípio que a transformação do cotidiano - correlata à idéia da indissociabilidade das esferas públicas e privadas - só é possível quando se recusa a eficiência, a disciplina e a unidade imposta de cima para baixo. Consideram, portanto, que a existência de uma direção centralizada "destrói as iniciativas espontâneas e o aprendizado personalizado", tidos como imprescindíveis para a vivência de experiências práticas de natureza alternativa. Pois, se a democratização deve ser vivida no espaço e no tempo do "aqui e agora" ela não pode ser conciliada com métodos não-democráticos.

Esses movimentos imprimem, ainda, novas matizes à categoria dos oprimidos, politizando a condição dos negros, das mulheres, das minorias sexuais, dos ecológicos, dos punks, entre outros, que, nesse processo, ganham visibilidade social adquirindo novos estatutos políticos.

Essa ideologia alternativa se expressa através de princípios organizacionais distintos tanto das organizações políticas de

esquerda, como de direita, ainda que essa ideologia possa vir a ser utilizada e manipulada por eles, como nos adverte Evers. "É com sentimentos contraditórios que percebemos que muitos elementos presentes nos atuais movimentos alternativos tiveram precursor na época da República de Weimar, antes de 1933" (Idem, p.39).

Vejamos a seguir no que consistem esses princípios organizacionais. Em primeiro lugar, eles pressupõem a existência de pequenos grupos de atuação, "baseados em relações interpessoais, enquanto agentes ou pelo menos componentes celulares". Em segundo lugar, afirmam-se pelo esforço em evitar especializações e profissionalizações, de forma "a tornar as questões em debate acessíveis e claras para cada membro do grupo". Seus ativistas devem estar aptos a desempenhar todas as atividades necessárias para a manutenção dos seus respectivos grupos de atuação. Nesse contexto, o profissionalismo é tido como um mal em si, pois demarca competências individuais que podem ser potencialmente manipuladoras de poder. E, na medida em que o "coletivo" é o bem mais prezado por seus membros, todos se esforçam para resguardá-lo desse perigo. A noção foucaultiana de que o poder se encontra disseminado por toda a textura social, não tendo um locus privilegiado de produção, encontra adesões irrestritas nesses movimentos. A tal ponto significativa que grande parte de suas reuniões internas é dedicada ao trabalho de detectar possíveis manifestações de poder de seus ativistas.

Esses princípios organizacionais se fundamentam na recusa ao centralismo, enquanto mecanismo de representação e de delegação de poderes. Em oposição à prática de formação de quadros militantes e de uma vanguarda esclarecida, esses movimentos supervalorizam a experimentação de formas de democracia de base, como forma de garantir que as suas decisões resultem de uma vontade coletiva. Finalmente, "tendem a repelir qualquer tipo de estrutura grandiosa, anônima e burocrática" (Evers, p.34), como os partidos e, sobretudo, o Estado.

Essas são as características mais importantes apresentadas pelos movimentos alternativos. Entretanto, é importante não perder de vista que apenas circunscrevi o campo político e ideológico no qual eles se inscrevem, sem me preocupar, ainda, em descrever e analisar a sua dinâmica concreta. O que será feito no decorrer deste trabalho, a partir da análise não só da ideologia como das práticas empreendidas por um de seus segmentos: o movimento feminista.

3 - O FEMINISMO COMO UM FENÔMENO INTERNACIONAL

A constituição do movimento feminista, a nível internacional, contribuiu para um alargamento da concepção do fazer político, na medida em que sua prática se inscreve num contexto maior de reavaliação da questão do poder e da questão da organização. Reavaliação que implica, fundamentalmente, a recusa ao centralismo democrático, enquanto dispositivo acionado pelos partidos de esquerda, particularmente os leninistas, e a criação de novas formas de organização política baseadas na democracia de livre participação.

Segundo Sheila Rowbotham, a experiência do feminismo, voltada para a produção de uma política sexual, sugere que:

"não só as conquistas que fizemos podem mudar significativamente o equilíbrio das relações de poder, mas também que a experiência de movimentos radicais relacionadas à construção de uma nova cultura e à libertação e ao desenvolvimento do potencial dos grupos subordinados pode igualmente atingir e começar a transformar as idéias e sentimentos das pessoas que neles se encontram, como também dos que estão fora deles. Trazem consigo diferentes formas de interpretação e de percepção do mundo" (Rowbotham, 1981, p.127).

Trata-se, sobretudo, de uma compreensão cada vez mais clara, traduzida pelas participantes do feminismo - e não só dele - de que uma transformação das relações de produção é por si só insuficiente para responder às demandas de transformação exigidas pelas mulheres, pelas minorias sexuais, pelos negros, pelos ecologistas, entre outros. Nesse sentido, ao promover a crítica da idéia de que a questão do poder se resolveria com a tomada e ocupação dos aparelhos de Estado pelos partidos de esquerda, o feminismo levanta novas reflexões políticas sobre a natureza dos chamados micropoderes, ao mesmo tempo que cria novas práticas de organização e de associação baseadas em pequenos grupos de atuação, nos quais inexistem hierarquias preestabelecidas e disciplinas rígidas.

Nesses grupos, as militantes procuram articular a luta feminista propriamente dita com uma prática de reflexão que permita a expressão e o reconhecimento de suas experiências pessoais e

subjetivas. Essa dupla dimensão da prática feminista se fundamenta no pressuposto de que é necessário desprivatizar a experiência das mulheres, através da construção de uma política sexual específica. Nessa perspectiva, suas ativistas ressaltam, por exemplo, a importância da "união", da proteção de um pequeno grupo e do sentimento de irmandade" (Rowbotham, p.48) para a implementação da prática feminista. Segundo Rowbotham, as feministas partem da idéia de:

"que não há uma disciplina única que possa ser apreendida de cor e passada adiante injetando-a nas pessoas. Pelo contrário, sabemos que nossos sentimentos e idéias movem-se e se transformam na relação com outras mulheres. Nossos pontos de vista são válidos porque surgiram de dentro de nós, e não porque mantemos uma disciplina rígida que nos foi ministrada (...). Nossa política tentou permitir a expressão de vulnerabilidade e franqueza para os sentimentos de todas as mulheres que a conscientização implica. Recusamos a organização central, estruturas hierárquicas e uma liderança" (Idem, p.48).

A genealogia dessa crítica ao exercício vertical dos poderes remonta aos acontecimentos de 1968, nos países desenvolvidos. Maio de 68 aparece nas reflexões desenvolvidas pelos movimentos libertários como marco simbólico e cronológico desse novo tempo que se anuncia.⁽¹⁾ Traz à tona, por exemplo, a força do movimento de mulheres. Torna pública a inviabilidade do tempo pensado hierarquicamente, do tempo à espera da revolução. Não mais um movimento que se articula apenas em torno de questões relativas à cidadania, no sentido estrito, e sim um movimento que possibilita a expressão e manifestação de desejos tidos como impúblicáveis e inconfessáveis. Maio de 68: as palavras proibidas ocuparam as ruas, as cabeças, os corpos; visibilidade dos desejos, dos gritos inauditos, publicação da palavra interdita-prazer. E as mulheres saíram às ruas lutando por sua libertação, pela igualdade de direitos, por uma sexualidade distinta da masculina, exercida em torno do prazer e desvinculada da reprodução, pela possibilidade de se afirmarem enquanto mulhe

(1) Para uma reflexão mais aprofundada desse período ver Matos, Olgária C.F. - Paris 1968: as barricadas do desejo. S.P., Ed. Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1981.

res ... Sabe-se, porém, que a tentativa subsequente foi de disciplinar, conter, reorientar, submeter essa explosão "discursiva".⁽²⁾

Aqui no Brasil 68 inaugurava um novo marco no regime militar, instaurado a partir do golpe de 1964. Repressão policial, caça aos guerrilheiros, morte de estudantes são alguns dos acontecimentos desse período. Simultaneamente, Caetano Veloso cantava "É Proibido Proibir", o tropicalismo ganhava corpo e a vanguarda cultural brasileira não se mantinha mais excluída do alvo certo das forças de direita.⁽³⁾ Entretanto, apesar da especificidade da situação política nacional, pode-se dizer que os ideários libertários de 68 também se fizeram presentes no Brasil, com alguns anos de diferença e com particularidades distintas daquelas apresentadas nos países desenvolvidos.

Nesse sentido, podemos circunscrever as práticas feministas brasileiras como uma manifestação localizada do debate mais geral promovido pelos movimentos feministas europeus e americanos. Porém, o fato de compartilharem pressupostos e práticas organizacionais semelhantes não devem nos impedir de apontar e analisar as singularidades do feminismo nacional.

(2) "As experiências de 68 abriram nossos olhos e ouvidos políticos. Às vezes o que se ouvia era inacreditável. Nada parecia impossível. (...) A atenção não estava apenas na produção ou mesmo num conceito mais amplo de luta de classes, mas sim na opressão na vida cotidiana, particularmente na família e no consumo. A revolução precisava libertar a imaginação. (...) Havia uma ênfase no sentimento subjetivo e uma desconfiança de qualquer espécie de estrutura, inclusive das reivindicações. "Não peça - Ocupe", declarou a Black Dwarf. A ênfase estava em se aprender fazendo, e na necessidade de a experiência ser a origem da teoria.

(...) Hoje é fácil olhar cinicamente essa utopia. 68 fracassou - então pode-se descartá-lo. Não acredito que se possa. Pois, se não compreendermos como surgiu essa política, como influenciou o aparecimento do movimento de mulheres e se cristalizou no marxismo libertário no início dos anos 70, não temos contexto onde possamos situar as suposições alternativas de organização que foram fundamentais nesses movimentos. Alguns dos seus aspectos ainda persistem em inúmeros projetos comunitários e culturais: comunas, tecnologia alternativa, ecologia, terapia" (Rowbotham, p.39/40).

(3) Para um análise da problemática cultural nesse período, ver Schwarz, Roberto: "Cultura e Política, 1964-69". In: O PAI DE FAMÍLIA e outros estudos. R.J., Paz e Terra, 1978.

4 - O FEMINISMO BRASILEIRO

Para entendermos a dinâmica do feminismo contemporâneo, que se organiza e se expressa politicamente a partir da década de 70, é necessário proceder a uma reavaliação crítica de sua trajetória no cenário político brasileiro. Isso significa apreender não só a sua dinâmica atual, como significa ainda examinar a sua história passada, já que parte das discussões e das práticas organizacionais propostas por esse movimento no seu estágio atual, dizem respeito também a uma contraposição difusa ao feminismo liberal constituído, na década de 20, em torno da bandeira sufragista.

A análise desenvolvida por Maria Célia Paoli sobre a trajetória política e social do feminismo no Brasil é, sem dúvida, uma das mais instigantes para o esquadramento e compreensão desse movimento. Através do exame das bandeiras propostas pelo feminismo sufragista, bem como de sua dinâmica mais geral, a autora desvenda seus limites enquanto movimento que pretendia inaugurar no campo social o debate sobre a condição feminina. O fato de não conseguir apreender a "complexidade multiforme" dessa condição refletiu-se na sua incapacidade de traduzi-la como experiência coletiva na qual as mulheres pudessem se reconhecer como sujeito político. "A não-incorporação da mulher de classe baixa no movimento e exclusão total das trabalhadoras fabris", bem como "a reafirmação do doméstico como lugar natural da mulher e a sua vocação suprema como mãe de família" (Paoli, 1981, p.19) indicam de maneira eloquente os limites desse feminismo. Nesse sentido, "ao ignorar a mulher operária, bem como outras figuras femininas importantes, como as prostitutas, as empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais - o movimento feminista que se estruturou em torno do voto limitou-se a si mesmo enquanto âmbito e significado" (Idem, p.19). O que vale dizer que, centrando-se na necessidade de conquistar e garantir os direitos civis, o sufragismo acabou por restringir suas lutas a uma mudança no estatuto jurídico da mulher; deixando de lado a constituição de um espaço político "por onde talvez se descobrisse a condição de um sexo necessário, atravessando a dominação de classe e indo muito além da conquista dos direitos legais e jurídicos" (Idem, p.28).

Para Paoli, foi somente na década de 70 que o feminismo se configurou como um movimento social ampliado. É nesse momento que ele ultrapassa seu âmbito programático, pois, apontando que "os oprimidos não são apenas os visivelmente explorados por um capitalismo selvagem, mas também os que vivenciam tal situação como sexo, cor, idade e competência distintas" (Idem, p.1), produz uma complexidade nova para o tratamento da questão da opressão.

O que de inédito é colocado por esse movimento advém justamente da constituição de um debate, onde as experiências femininas diversas, ao perderem seu caráter de práticas individuais, ganham, através da discussão pública, um espaço de reconhecimento coletivo. Esse debate se apresenta como a maior vitória do feminismo, pois, abrindo a possibilidade de discussão, põe para fora "esta imagem de um feminino constituído no espaço doméstico, no casal, na família, na maternidade, na submissão e na secundariedade" (Paoli, p.2).

A questão da identidade feminina ganha, nesse debate, uma posição de destaque; já que por meio dela o movimento tenta não só organizar e sistematizar a discussão sobre a condição de opressão vivida pelas mulheres, como ainda propõe-se a revesti-la de significados políticos e culturais. Nesse sentido, o debate criado pelo feminismo vai aos poucos definindo a condição da mulher a partir da especificidade de sua opressão. Nele, o cultural e o político aparecem indissociavelmente imbricados, na medida em que articulam e delinham não só as semelhanças como as diferenças presentes no universo feminino. Surge então um desafio para o movimento: qualificar politicamente a experiência e a vivência das mulheres de forma a explicitar que:

"o espaço que ela forma não é linear, não é neutro, não é homogêneo. Há muitas formas no modo pelo qual as mulheres vivem, por exemplo, a relação modular com a família e o modo como 'negociam' sua subalternidade. No mínimo, as diferenças de classe entre elas mostram claramente que as chances deste 'negócio' são diferentes" (Idem, p.8).

Contudo, se a reflexão sobre a condição da mulher, expressa no discurso feminista, parece hoje pouco reveladora - na medida em que acoberta as vivências singulares das mulheres sob o

manto da opressão - é necessário não perder de vista que a politização dessa condição, por parte do movimento, introduziu no espaço da política uma discussão inovadora: a indissociabilidade das esferas pública e privada. A formulação de que "o pessoal é político" revela tanto uma representação do feminismo sobre os mecanismos que envolvem a vivência de uma condição de subalternidade por parte das mulheres, quanto se refere à politização de um aspecto "silenciado" dessa vivência. A constituição desse debate propiciou um falar político das experiências femininas que, até então, eram apreciadas enquanto resultados de vivências individuais, revestidas, apenas, pelo seu aspecto parcelado e fragmentado. Trouxe à tona, sobretudo, a condição de privatização a que se encontravam expostas as mulheres.

Não se trata aqui de explicar a situação estruturalmente subbodinada das mulheres pela separação entre os domínios público e privado⁽⁴⁾ e sim de compreender em que medida a formulação desse pressuposto contribui para um alargamento da noção de cidadania. É que o feminismo - juntamente com outros movimentos sociais - irá justamente apontar para um outro tipo de territorialização do espaço destinado à política. A questão da mulher exige, pela própria complexidade que a envolve, uma abordagem e tratamento particulares. Isso a torna distinta tanto das questões gerais colocadas pela luta partidária, como da luta por uma reformulação do Código Civil, no sentido de garantir o exercício legal da cidadania - ainda que em alguns contextos elas possam se articular.

Dito de outra maneira, o feminismo entendido tanto como movimento social organizado, quanto constituição de idéias acerca da condição subordinada das mulheres - postas em circulação de maneira difusa - situa-se no domínio compreendido pelo espaço civil.⁽⁵⁾ Sendo assim, o feminismo, ao estabelecer condutas de atua-

(4) As pesquisas mais recentes interessadas em documentar as formas as quais se revestem essa subordinação deixam claro a pouca sustentação analítica desse pressuposto. Ver, especialmente, Oliveira (1985) e Almeida (1982).

(5) Utilizo a noção de espaço civil no sentido dado por Paoli, "o que estou chamando de espaço civil se situa a meio caminho do domínio compreendido pela noção de cidadania no sentido estrito - a igualdade jurídica de cada indivíduo perante a lei na defesa de seus direitos e no cumprimento de suas obrigações - e a ação política propriamente dita, enquanto estratégias organizadas de reivindicações coletivas" (Paoli, 1982, p.55).

ção e proposições gerais relativas à opressão a que está sujeito o sexo feminino, cria: de um lado, um novo código de relações para a redefinição dos atributos sociais pertinentes a homens e mulheres; de outro lado, inscreve-se, juntamente com os demais movimentos sociais de natureza alternativa, em um contexto mais amplo de questionamento das noções de política e de cultura, produzido na década de 70.⁽⁶⁾

(6) Segundo Cláudio Coelho, a novidade apresentada por esses movimentos reside no fato de realizarem "um questionamento do significado rotineiramente atribuído aos conceitos de cultura e de política". O primeiro "está centrado numa crença na necessidade de se captar os significados que, associados à experiência dos grupos sociais, produzem a sua identidade; enquanto que o questionamento do conceito de política estaria centrado numa proposta de politização do cotidiano" (Coelho, 1983, p.2).

5 - O MOVIMENTO EM SÃO PAULO: CONSTITUIÇÃO, GRUPOS E EVENTOS

Em linhas gerais, pode-se dizer que o movimento nasceu na década de 70 sob o signo de uma polêmica e de um embate, que atravessaram toda a sua história, particularmente até o ano de 1979. Refiro-me aqui ao debate por ele travado em torno da questão de como encaminhar as lutas feministas. No cerne dessa polêmica vinham à tona diferentes maneiras de qualificar a especificidade da condição feminina.

Desde o início, o feminismo foi marcado e constituído pela explicitação de concepções divergentes quanto à pertinência ou não de lutar pelas chamadas questões específicas das mulheres (sexualidade, aborto, contracepção, violência sexual etc.). A constatação e afirmação da existência de uma situação opressiva a que está sujeito o sexo feminino não significou o compartilhar de uma mesma ideologia e a implementação de uma prática política homogênea, por parte dos grupos que o integravam. Nesse contexto, esteve sempre presente o embate entre lutas específicas e lutas gerais.

O primeiro grupo feminista criado no Brasil, na década de 70, foi o Centro de Desenvolvimento da Mulher (SP), que se formou na época das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU, em 1975. Tinha por objetivo "conhecer e fazer conhecer a situação das mulheres em São Paulo e no Brasil". Objetivo este que se estruturava fundamentalmente em torno da necessidade de "contribuir para a formação de um número cada vez maior de mulheres brasileiras no desenvolvimento econômico, político e sócio-cultural do país". A modificação da situação da mulher, vista como intimamente ligada a uma mudança global da sociedade, não devia, segundo as concepções do grupo, ser abordada como uma questão específica, desvinculada do contexto mais amplo.

Nesse mesmo ano de 1975 foi criado o Movimento Feminino pela Anistia e o jornal Brasil Mulher. O primeiro tinha como principal objetivo promover a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, de forma a garantir a libertação de todos os prisioneiros políticos e a volta daqueles que estavam exilados ou banidos do Brasil. O jornal Brasil Mulher, criado em Londrina (Paraná), surgiu como um órgão semi-oficial do Movimento Feminino pela Anistia. Propunha-se a "engrossar a luta pelos direitos humanos, pelas liberdades democráticas, pela anistia e pelo fim da ditadura". Visa-

va, ainda, mobilizar as mulheres para que elas se inserissem, de forma organizada, nessas lutas. O Brasil Mulher esteve ligado ao Movimento Feminino pela Anistia até a publicação de seu sexto número, quando o editorial reivindica a posição feminista do jornal. A partir desse momento, o Movimento Feminino pela Anistia se desvinculou do BM e passou a editar um boletim intitulado Maria Quitéria.

Inicialmente, o jornal Brasil Mulher foi editado por jornalistas independentes em torno de Joana Lopes. Mas, a partir de 1976, ele passou a ser um órgão oficial da Sociedade Brasil Mulher (setor São Paulo), que concebia o papel do jornal e da imprensa feminista nos seguintes termos:

"Temos que levar em consideração que vivemos numa sociedade de classe, onde as classes dominantes não se contentam em explorar os trabalhadores, mas consagram grandes esforços para lhes desviar da luta, impingindo-lhes uma ideologia, cujo objetivo é o de manter os trabalhadores oprimidos e explorados e as mulheres em uma situação de inferioridade e à margem dos acontecimentos políticos e sociais. Para isso, servem-se dos grandes meios de comunicação e, no caso das mulheres, utilizam-se de revistas de fotonovelas e de telenovelas a fim de tirar as trabalhadoras da luta e deixá-las mergulhadas num mundo de fantasia.

Cabe à imprensa feminista, portanto, combater essa ideologia que mantém a mulher submissa e servil aos interesses dos poderosos. Cabe à imprensa feminista trazer a mulher para a realidade de sua classe, informando-a sobre a política geral e sobre a luta que enfrentam as outras classes sociais e mesmo os seus companheiros homens que deverão ser seus aliados na luta por sua emancipação. Portanto, o jornal deve conter matérias sobre a política e sobre as lutas que estão sendo travadas por vários setores da sociedade, como a anistia, as greves operárias, liberdade sindical, contra o arrocho salarial de outras categorias, por melhores condições de vida, de trabalho e de salário; a luta dos estudantes reivindicando maior participação política e melhores condições de ensino; a luta dos camponeses pela posse da terra e pela reforma agrária. Além desse conteúdo geral, é fundamental assegurar maté-

rias que tratem dos problemas e reivindicações específicas das mulheres."(7)

Pela citação acima, podemos compreender melhor os objetivos propostos pelo jornal. Este deveria ser um instrumento para combater a "ideologia que mantém a mulher submissa e servil aos interesses dos poderosos". Mas para combatê-la seria necessário, antes de tudo, que as mulheres se mobilizassem em torno da "realidade de sua classe". A organização das mulheres, nessa perspectiva, era entendida como parte de uma luta mais geral contra o regime e, em última instância, contra a sociedade capitalista. Em vista disso, tanto o Centro de Desenvolvimento da Mulher como o Brasil Mulher assumiram o "caráter de resistência" e de protesto contra o regime militar, desenvolvendo, "concomitantemente, atividades relacionadas com as lutas 'gerais da sociedade' e com as chamadas lutas específicas da mulher". Para muitas de suas militantes,

"a vinculação com um grupo de mulheres tinha se dado justamente em virtude de uma militância partidária anterior, e baseava-se no compromisso de organizar uma parcela importante da população para fazê-la participar da luta política na sociedade brasileira. Isso frequentemente resultava no estabelecimento de uma hierarquia entre instâncias de luta, que subordinava aquelas consideradas especificamente femininas aos 'interesses gerais da luta de classes' e, por conseguinte, no enquadramento dos grupos em estruturas partidárias" (Cruz, 1982, p.56).

Porém, nem todos os grupos partilhavam o mesmo ponto de vista quanto à definição e ao encaminhamento da luta das mulheres. Em 1976, com a criação do jornal *Nós Mulheres*, surgiu, no debate e na prática do movimento, uma nova abordagem feminista com perspectivas diversas daquelas formuladas pelo Centro e pelo Brasil Mulher. Abordagem essa que, centrando-se na apreciação e qualificação da condição das mulheres, trouxe novos elementos para o debate. Em seu primeiro número, publicado em junho de 1976, o jornal *Nós Mulheres* apresentou o seguinte editorial:

(7) Documento interno da Sociedade Brasil Mulher, escrito em 1976. Este documento encontra-se no Centro de Informação da Mulher, S.P.

"Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que nós mulheres não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa para homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem ser a função natural da mulher: mãe e esposa. NÓS MENINAS devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha e de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. Além disso, aprendemos a ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser doces, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa. (...) NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres. Mas, mesmo entre nós, existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas-de-casa, persistem as diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço para elas. Além disso, podem dar uma boa alimentação, uma boa escola, brinquedos e roupas a seus filhos. A maioria das donas-de-casa, porém, é obrigada a passar o dia inteiro lavando, passando, arrumando, cozinhando, cuidando dos filhos, num trabalho que não acaba nunca. Muitas não podem sequer dar a seus filhos uma boa alimentação.

Queremos mudar esta situação. Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. (...) Queremos boas creches e escolas para os nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que os nossos companheiros reconheçam que a casa em que moram e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta para tor-

ná-las sociais. Mas não é só isso. NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam co-
mer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. É por isso que não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas e também para pensarmos juntas nas soluções." (Gri-fos meus).

A transcrição quase integral do editorial justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de destacar a emergência de uma nova concepção sobre a condição feminina no interior do movimento. Foi a primeira vez que uma publicação jornalística declarou-se feminista, através da construção de um novo tipo de sujeito social e político: nós mulheres. A importância desse editorial na história do movimento reside no fato de afirmar categoricamente a opressão específica das mulheres por serem mulheres. Apresenta também algumas proposições e

"bandeiras que se tornaram posteriormente nas principais formulações e bandeiras de todo o movimento de mulheres. Assim, notemos que ele toca na questão dos papéis sexuais e da redução, 'naturalista', da mulher às funções (sociais) de mãe e esposa. Enfatiza sua importância para a reprodução da família; seu caráter necessário. Levanta a bandeira 'por trabalho igual, salário igual' e pela socialização do trabalho doméstico" ⁽⁸⁾ (Nehring, 1981, p.214).

(8) Cabe ressaltar que, apesar desse editorial apresentar "algumas bandeiras que se tornaram posteriormente nas principais formulações e bandeiras de todo o movimento de mulheres", não toca na questão da violência que incide sobre as mulheres. Esta questão não será abordada em nenhum outro editorial (oito ao todo) do jornal Nós Mulheres que circulou entre julho de 1976 a julho de 1978. Do número 6 ao número 7 o jornal ficou sete meses sem ser editado. Neste período aconteceu o "racha" do Nós Mulheres que se subdividiu em dois grupos: Nós Mulheres e Associação de Mulheres. Com relação à ausência de um tratamento específico, por parte do jornal, da questão da violência, pode-se dizer que não é de "responsabilidade" apenas do grupo Nós Mulheres, uma vez que essa questão só será abordada, tematizada e politizada pelo feminismo a partir de 1980, como mostrarei posteriormente.

A segunda justificativa para a transcrição desse editorial fundamenta-se na necessidade de iluminar as proposições e concepções comuns a todos os grupos feministas, quais sejam: a especificidade da condição opressiva a que estão sujeitas as mulheres e as lutas a serem empreendidas para modificá-la deveriam ser travadas, concomitantemente, com aquelas que visam conquistar uma sociedade mais justa. Por isso, esse editorial reafirma a necessidade de não separar a luta das mulheres "da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação". Nessa perspectiva, o movimento deveria se aliar a outros setores sociais empenhados na transformação das condições de vida da população brasileira.

Os grupos até então mencionados, apesar de conceberem a luta feminista de maneiras diferentes e por vezes divergentes, estabeleciam uma clara interlocução com os setores organizados de esquerda, no sentido de que partilhavam os seus ideários mais amplos referentes à necessidade de uma mudança estrutural das relações sociais. Além disso, estabeleciam uma oposição e um confronto com o Estado. Mas, simultaneamente, reivindicavam dele o cumprimento de suas atribuições específicas, isto é, de suas funções públicas. Sendo assim, caberia ao Estado oferecer à população em geral, e às mulheres em particular, determinados serviços de utilidade pública, tais como: creches,⁽⁹⁾ lavanderias, restaurantes, escolas, bem como melhorias das condições de vida e de saúde.

A primeira fase do movimento feminista que vai de 1975 a 1979 foi significativamente marcada por divergências relativas à maneira mais "adequada" de estabelecer condutas de atuação e de definir a opressão específica das mulheres. No entanto, essas divergências não tornam incompatível a relação entre os grupos, posto que promoveram alguns eventos e trabalhos conjuntos, feitos com o objetivo tanto de ampliar o debate sobre a condição feminina como de encampar e encaminhar algumas reivindicações propostas pelo movimento de mulheres, notadamente a luta pela obtenção de creches públicas.

(9) A luta pela obtenção de creches públicas já vinha sendo travada desde o início dos anos 70, basicamente pelos Clubes de Mães espalhados pelas periferias de São Paulo. Em 1975, foi promovido, na sede do Sindicato dos Jornalistas, o primeiro debate público entre feministas e integrantes dos Clubes de Mães sobre a questão das creches. Este debate foi gravado, arquivado e usado tanto pelo jornal Nós Mulheres como pelo Brasil Mulher. A questão das creches se tornou uma das principais bandeiras não só do movimento de mulheres como do

Pode-se dizer, ainda, que nessa época o feminismo esteve particularmente envolvido na discussão dos seguintes temas: autonomia ou não do movimento; lutas específicas e lutas gerais; prioridade ou não de se inserir nas lutas sociais e políticas mais amplas; luta feminina e luta feminista; contracepção e saúde das mulheres. De uma maneira geral, os grupos paulistas (Sociedade Brasil Mulher, Nós Mulheres, Associação de Mulheres e Prô-Mulher) desenvolviam atividades esporádicas com mulheres em bairros e sindicatos, publicavam boletins de informação sobre a situação das mulheres e editavam dois jornais feministas.

A partir de 1979, novos grupos se formaram, imprimindo uma dinâmica e propondo reflexões novas ao movimento. Segundo Anette Cruz:

"O ano de 1979 foi um marco para o feminismo no Brasil. A mudança da conjuntura político-social e o retorno ao país de muitas mulheres que viveram de perto a experiência dos movimentos de liberação europeu, abriu a possibilidade de uma mudança nos rumos que os grupos vinham tomando até então, o que não se deu de forma linear, tendo provocado vários conflitos e fracionamentos. Um dos frutos desse processo foi a cisão no Centro da Mulher Brasileira, dando origem ao Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Mais recentemente, vemos o surgimento do SOS-MULHER de São Paulo e do coletivo pós-SOS do Rio de Janeiro, além de inúmeros grupos autônomos de reflexão sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução, a saúde e os estereótipos na educação. Por outro lado, com a abertura dos canais de representação popular, a problemática da mulher trabalhadora parece ter-se transferido para os departamentos femininos dos sindicatos e novos partidos, sem vinculação com o feminismo" (Cruz, 1982, p.56).

Nessa segunda "fase" do movimento, novos grupos se organizaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, como em outras cidades brasileiras (Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Goiânia, Porto Ale

(...) movimento feminista.

Em 1977, iniciou-se na Universidade de São Paulo um movimento de estudantes, funcionários e professores que reivindicava da Reitoria a instalação de uma creche naquela universidade. Devido à cobertura recebida pelos meios de comunicação de massa, o movimento da USP contribuiu para a publicação e divulgação da questão das creches.

gre, Fortaleza, João Pessoa, Salvador, Florianópolis, Curitiba, entre outras). Em São Paulo, foram criados os seguintes grupos: 8 de Março, Coletivo Feminista de Campinas, Ação Lésbico-Feminista, Frente de Mulheres Feministas, e em outubro de 1980, o SOS-MULHER. Sobre os quatro primeiros pode-se dizer, em linhas gerais, que eram formados basicamente por estudantes, professoras e profissionais liberais.

O 8 de Março foi criado por estudantes da Universidade de São Paulo e funcionava como um grupo de reflexão e autoconsciência. O Coletivo Feminista de Campinas resultou de um encontro de estudantes e professoras da Universidade Estadual de Campinas que se reuniram, inicialmente, para organizar uma série de debates sobre a situação da mulher, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas daquela universidade. Esses debates foram promovidos pelo Coletivo durante três anos consecutivos (1978/79/80) e ficaram conhecidos como Semanas da Mulher, por terem sido realizados na primeira semana de cada mês de outubro. O Ação Lésbico-Feminista surgiu de uma divisão do grupo SOMOS que, até 1979, reunia homens e mulheres em torno do objetivo de ampliar a luta homossexual no Brasil.⁽¹⁰⁾ Finalmente, a Frente de Mulheres Feministas foi formada por intelectuais, artistas e profissionais de renome, que, reunindo-se para ampliar o debate sobre a condição feminina, criaram a Casa da Mulher. Era composta das seguintes pessoas: Ruth Escobar, Eva Blay, Silvia Pimentel, Iredé Cardoso, Ruth Cardoso, entre outras. Este grupo teve uma duração efêmera (praticamente um ano), pois com a criação do Conselho da Condição Feminina, após as eleições de 1982, parte de suas integrantes optaram por desenvolver um trabalho feminista junto a um órgão do Estado; outras permaneceram independentes ou passaram a desenvolver a militância feminista em conjunto com outras atribuições de ordem política mais ampla. Iredé Cardoso e Ruth Escobar, por exemplo, incorporaram as bandeiras feministas nas suas plataformas político-partidárias. A primeira como vereadora do PT (Partido dos Trabalhadores), a segunda como deputada estadual do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).⁽¹¹⁾

(10) Para uma análise sobre o movimento homossexual e sobre a história do grupo Ação Lésbico-Feminista ver Edward MacRae "O Militante Homossexual no Brasil da 'Abertura'" (Tese de doutoramento em Antropologia, USP, SP, 1985).

(11) Com a dissolução da Frente, a Casa da Mulher passou a ser ocupada pelo grupo Pró-Mulher, que realizava um trabalho de atendimento e de informação relativo à saúde e à contracepção feminina.

Esses grupos, apesar de possuírem características específicas apresentavam pontos em comum ao nível de suas práticas organizativas. Suas integrantes se reuniam com o propósito de realizar discussões sobre as particularidades da condição feminina, através de um tipo de prática feminista pouco desenvolvido até então no Brasil: a auto-reflexão,⁽¹²⁾ feita a partir da discussão dos relatos e das experiências individuais de cada mulher. Temas como a maternidade, contracepção, aborto, violência sexual, casamento, namoro, sexualidade feminina, discriminação no trabalho e na vida cotidiana eram amplamente debatidos. Através da comunicação das histórias de vida, esses grupos se propunham a definir o perfil da identidade feminista, buscando não apenas constatar que as mulheres são oprimidas, mas iam além, "no sentido de não restringir a atuação à denúncia e requisição de direitos. Estabeleciam como finalidade a criação de uma cultura alternativa; o que implica definir valores não-opressores ou desestigmatizar aqueles que justificam, na lógica 'machista', a discriminação" (Gregori, 1984, p.23).

Paralelamente a essa atividade, desenvolviam trabalhos esporádicos com outros grupos do movimento de mulheres, tendo em vista ampliar a conscientização delas sobre a opressão específica a que estão submetidas as mulheres. Esses trabalhos buscavam politizar e publicitar questões relativas à saúde, contracepção e sexualidade feminina. Nesse contexto, a prática desenvolvida pelo Lésbico-Feminista aparecia como uma exceção, uma vez que ela se estruturava em torno da necessidade de conscientizar não as mulheres da periferia, mas aquelas que se autodefinem ou são socialmente definidas como lésbicas. Mulheres essas que frequentam ou transitam pelo gueto homossexual da cidade de São Paulo, constituído basicamente por bares noturnos, situados nas imediações do bairro Bexiga e no Centro.⁽¹³⁾

(12) Em 1973, algumas intelectuais se reuniram para estudar a condição feminina. Foi o primeiro grupo de reflexão formado em São Paulo, porém sua prática tinha conotações bem diversas daquelas implementadas pelos grupos que se constituíram por volta de 1979. Seus interlocutores preferenciais não eram as feministas e os setores organizados da esquerda, mas os intelectuais.

(13) Para uma descrição analítica do gueto homossexual da cidade de São Paulo, ver o artigo de Edward MacRae: "Em defesa do gueto" in Novos Estudos CEBRAP, S.P., vol.2, nº 1, abril de 1983.

A conjugação dessas duas instâncias de atuação (interna e externa) propiciava, na prática, a eclosão de inúmeros conflitos. Esses grupos viviam sob a égide da dúvida, tanto em relação à eficácia e plausibilidade de uma prática feminista voltada para a apreciação dos problemas pessoais das mulheres, quanto em relação à pertinência política de implementar condutas de atuação auto-reflexivas em um país como o Brasil. A palavra de ordem de que o "pessoal é político", produzida por esses grupos, encontrava sérias resistências nos setores organizados da esquerda e, inclusive, em certos grupos feministas, notadamente o Brasil Mulher e o Centro de Desenvolvimento da Mulher. Ela só foi efetivamente assumida como uma proposição geral do movimento em 1980, após a realização do 2º Congresso da Mulher Paulista.

A luta feminista era considerada, pelos setores da esquerda, como uma luta menor em função do fato de se afastar ou se desviar da luta de classes e da luta contra o regime, tidas como as únicas realmente importantes. Esta crítica encontrava grande repercussão no interior dos grupos feministas, fossem eles coletivos de atuação ou de reflexão, provocando o surgimento de uma série de conflitos internos que, freqüentemente, conduziam suas militantes a situações de impasse. A discussão sobre a especificidade das práticas feministas era acompanhada pela recorrente tentativa de definir e delimitar as interlocutoras do feminismo: as mulheres de periferia ou as mulheres das camadas médias. Freqüentemente a opção era pelas primeiras; o que implicava direcionar as práticas de atuação pública para a conscientização dessas mulheres. Esse trabalho era feito inclusive pelos grupos de auto-reflexão.

* * * * *

Os grupos feministas existentes em São Paulo, apesar de possuírem diferentes maneiras de conceber e encaminhar as lutas feministas, promoviam trabalhos e eventos conjuntos. Em 1979, realizaram o 1º Congresso da Mulher Paulista, cuja importância explica-se não só pela discussão pública da situação da mulher brasileira, como pela composição política de sua organização. Foi a primeira vez que segmentos do movimento de mulheres e grupos feministas se uniram para realizar um evento dessa natureza, organizado de forma independente dos setores políticos atuantes no país. Segundo Maria Nehring:

"O 1º Congresso evidenciou uma presença popular supracitada para todos que, subestimando o feminismo, esperavam apenas os discursos e manifestações de um pequeno setor social. Assim, este é o momento em que o movimento de mulheres em São Paulo (com evidentes repercussões nacionais) adquire uma nova qualidade frente à 'classe política', em geral, e à esquerda em particular. A passagem dos pequenos grupos para as arenas públicas; a ocupação de novos espaços de atuação e um respeito novo dos seus aliados dentro da oposição: eis algumas das aquisições evidentes ligadas ao acontecimento" (Nehring, 1981, p.248).

O Congresso contou com a participação de mais de 500 mulheres. Foi realizado em três dias consecutivos, sendo finalizado no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Nele foi demarcada a necessidade de implementar uma luta organizada e unitária dos movimentos de mulheres e feministas, em torno do seguinte programa mínimo: luta por creches; por salário igual para trabalho igual; contra o programa de prevenção de gravidez de alto risco; pela profissionalização da mulher. Além disso, referendou a disposição de todas as entidades e pessoas ali presentes de lutar pelas liberdades democráticas, pela anistia ampla, geral e irrestrita e por melhores condições de vida.

Sabe-se, porém, que a tentativa subsequente foi de reorientar, conter e disciplinar as manifestações públicas promovidas pelo feminismo.

Março de 1980: realizava-se o 2º Congresso da Mulher Paulista. Acompanhá-lo significa compreender a crise causada pelo embate entre diferentes formas de organização política, que culminou em uma redefinição do movimento feminista. Vejamos pois, em primeiro lugar, como ele foi organizado.

A preparação do Congresso, embora tenha sido convocada pelos grupos feministas, foi aberta para outros grupos políticos existentes. O critério utilizado para a incorporação de novos grupos restringia-se apenas a que esses realizassem algum trabalho com mulheres. Ao final das reuniões de preparação - iniciadas em novembro de 1979 e finalizadas nas vésperas do Congresso - havia 51 entidades e grupos presentes, os quais apresentavam os mais variados tipos de composição. Encontravam-se desde grupos de periferia, passando por sindicatos, grupos de movimento estudantil, mulheres do Movi-

mento Negro Unificado, Associação das Empregadas Domésticas, até mulheres organizadas em partidos clandestinos ou em vias de constituição.

O clima de tensão era visível nessas reuniões pois, apesar de a unidade de ação ter se definido em torno da colocação das questões específicas da mulher, independente das posições político-partidárias que cada grupo ou entidade tivesse, as divergências eram evidentes. A tensão girava em torno da questão da autonomia ou não do movimento. Nesse sentido, apesar de a primeira ter sido a posição predominante, já que foi ela que norteou toda a fase preparatória do congresso, a segunda não foi suprimida, pois os grupos que a defendiam continuavam presentes. O temário eleito privilegiou a luta pela ampliação da participação da mulher, independente se esta convergia ou não para a ampliação da luta propriamente feminista. Questões tais como a luta contra a violência específica que recai sobre as mulheres, ou a discussão do aborto não foram incluídas por serem consideradas muito radicais. Definiu-se, então, que o temário abordaria os seguintes pontos: a discriminação da mulher enquanto mãe, trabalhadora, dona-de-casa e enquanto mulher. Uma vez definido o temário (conciliando as diferentes posições e depois de muita confusão e discussão), assim como as comissões organizadoras (creches, finanças, apoio etc.), passou-se à discussão sobre a "mesa": esta teria por função coordenar os trabalhos, não tendo, portanto, poder deliberativo.

O segundo Congresso realizou-se nos dias 8 e 9 de março de 1980, na PUC-SP, com a presença de mais de três mil mulheres de todas as faixas sociais, vindas dos bairros, do centro, da periferia, do interior de São Paulo e, inclusive, de outros estados. Para se ter uma dimensão do evento basta dizer, que havia 600 crianças abrigadas em 12 creches e um berçário para cuidar especialmente deste setor. As mulheres chegavam e se dirigiam para o teatro da PUC onde seria aberto o congresso. Naquele momento começaram a manifestar-se os primeiros incidentes. Certos setores do PMDB, representados pelo grupo MR8, munidos de um amplificador de som, cantavam uma música do partido, cuja letra tinha sido distribuída no portão de entrada. Após muita confusão, o que fez com que o congresso se iniciasse com duas horas de atraso, passou-se a sua abertura. Ao fim desta, todas as participantes foram encaminhadas para os grupos de trabalho. Para cada tema escolhido havia mais ou menos 25 grupos compostos de 15 a 20 pessoas, que no final do dia se agruparam em uma "plenária".

No domingo, o dia começou com uma reunião das coordenadoras dos referidos grupos de trabalho. Novos incidentes tornaram a acontecer, desta vez em torno da composição da "mesa", pois certos grupos não elegeram suas coordenadoras. Após muita discussão, a "mesa" encaminhou-se até o palco do teatro e deu início ao segundo dia do congresso. Nesse momento, uma militante do MR8 subiu ao palco e, munida de amplificador de som, gritou a seguinte frase: "Queremos denunciar que houve um golpe no congresso. A coordenação deu um golpe. Esta mesa ditatorial quer impedir a mulher da periferia de falar". Instaurou-se o caos. A confusão tomou conta do plenário: era quase meio-dia e os grupos não haviam se reunido. Enquanto isso o restante dos militantes do referido grupo gritava em coro: "abaixo a repressão" e "o povo unido jamais será vencido". Irrompeu uma verdadeira guerra partidária entre PT, PMDB, MR8 e Convergência Socialista. Uma representante da Associação das Donas-de-Casa subiu ao palco e fez um discurso no sentido de restabelecer a ordem. Após o término de sua fala - que enfatizou a necessidade de o congresso garantir a autonomia do movimento de mulheres -, as participantes foram encaminhadas para os seus respectivos grupos de trabalho.

No final da tarde de domingo, foi realizada a última sessão plenária, onde seriam demarcadas as bandeiras políticas tiradas pelo congresso. Todas as mulheres voltaram para o teatro e teve início a última fase do evento. A "mesa" fez algumas intervenções no sentido de repudiar as agitações partidárias que estavam novamente ocorrendo, e apelou para as participantes que permanecessem unidas em torno da sua problemática específica. Mas não havia mais clima para a continuação dos trabalhos. Subiu ao palco a mesma militante que havia tumultuado a abertura e fez a seguinte declaração: "Ficou provado que as mulheres têm problemas que interessam a homens e mulheres, portanto, não devemos nos organizar separadamente. Devemos nos organizar junto com os homens nos partidos, nos sindicatos, nos bairros e na luta sindical". A violência, tanto física como verbal, tomou conta do plenário. Em vista disso, a "mesa" decidiu encerrar o trabalho. Foi marcada uma reunião com todas as coordenadoras dos grupos para a elaboração de um documento final do congresso, que seria encaminhado a todos os grupos e entidades presentes ao evento.

Nesse congresso, como vimos, assistiu-se, por um lado, a uma tentativa de manipulação de certos grupos político-partidários interessados em resistir à especificidade da questão da mulher; por

outro lado, à tentativa de construção de um movimento feminista autônomo. Veio à tona, mais uma vez, o embate entre lutas gerais X lutas específicas. Os grupos que romperam a "unidade" estabelecida na fase preparatória do congresso - e que em determinados momentos usaram da violência física para impedir a fala de mulheres cujas posições diferiam das suas - tornaram evidente que as suas concepções de prática política se restringiam à resolução da contradição capital-trabalho, engendrada pela sociedade capitalista. Fora disto, as outras questões eram secundárias e periféricas e, na impossibilidade de serem suprimidas, deveriam englobar-se em um projeto político, subordinadas à "questão fundamental". Para os grupos feministas, o congresso representou um marco significativo, pois foi a partir desse evento que eles passaram a reivindicar seu caráter feminista não apenas enquanto grupos, mas enquanto movimento social e político.

Frente à tentativa verificada de cooptação e manipulação da questão da mulher, tornou-se claro, para as feministas organizadas, que a sobrevivência política do movimento só seria garantida através de uma reformulação das suas condutas de atuação.

Na primeira reunião de avaliação do congresso, foram expulsos da coordenação os grupos e entidades que o tumultuaram. Tentou-se, também, traçar um eixo de luta comum que, sem perder de vista a especificidade de cada grupo feminista, estabelecesse uma aliança em torno da questão da autonomia, considerada prioritária naquele momento. Em vista disso, foi organizado o 1º Encontro dos Grupos Feministas de São Paulo.

* * * * *

1980. Realiza-se, em Valinhos, cidade do interior de São Paulo, o 1º Encontro dos Grupos Feministas do Estado. Esse evento foi feito em um convento de religiosas que, durante os dias 21 e 22 de junho, transformou-se em acampamento feminista. Do convento, podia-se ver uma enorme plantação de figos, seguida logo abaixo por um lago acinzentado que refletia os dias nublados e frios do mês de junho. Ao redor, algumas montanhas davam o tom exato à existência recolhida das freiras que ali habitavam. Simpáticas e ordeiras freiras, tocavam o sino para tudo: para anunciar o café-da-manhã, o almoço e o lanche do final da tarde. No dia seguinte ao início do encontro, foi celebrada uma missa e todas as feministas ali presentes foram convidadas a comparecer.

O encontro começou com a discussão deste convite e os grupos feministas, antes mesmo de iniciarem a discussão da pauta, tiraram algumas representantes para assisti-la. Participação estratégica, acrescida daquelas que, porventura, eram católicas. O Coletivo Feminista de Campinas, encarregado da organização da infra-estrutura, foi o grupo responsável pela estada no convento. Um pequeno detalhe: para as freiras, o que estava acontecendo ali era um encontro de moças. Mal sabiam elas que as "moças" faziam parte de grupos feministas e que algumas, dentre elas, eram integrantes de grupos lésbicos.

O clima era de expectativa e efusividade; afinal, para as mulheres que ali estavam, esse evento marcava o 1º encontro do gênero em São Paulo e no Brasil. Participaram dele todos os grupos existentes no Estado, naquela época, bem como dois grupos convidados do Rio: Nós Mulheres, Associação de Mulheres, Prô-Mulher, Brasil Mulher, Ação Lésbico-Feminista, Grupo Feminista 8 de Março, Coletivo Feminista de Campinas, Frente de Mulheres Feministas, Coletivo Feminista do Rio de Janeiro, Grupo Lésbico-Feminista-Auê (RJ). Além destes grupos, estiveram presentes integrantes do movimento de mulheres, como por exemplo, a presidente da Associação das Donas-de-Casa.

O encontro foi realizado em dois dias, através do trabalho de subgrupos (compostos de uma pessoa de cada entidade) e da realização de duas sessões plenárias. A primeira foi feita para a apresentação dos relatórios de discussão do temário; a segunda, para traçar um programa mínimo de luta feminista, tirado a partir de propostas concretas que foram levantadas pelos subgrupos. Decidida a forma de encaminhamento que seria dada ao evento, os grupos passaram à deliberação definitiva do temário, que apreciou os seguintes pontos:

I - O que é o feminismo

1. especificidade
2. sexualidade
3. identidade
4. discriminação das mulheres e entre mulheres
5. grupos feministas
6. privado: político ou público?
7. dupla militância
8. autonomia

II - O papel do movimento de mulheres na conjuntura atual

1. *preparação e avaliação do 2º Congresso*
2. *relação do movimento de mulheres com outros movimentos*
3. *situação e intervenção feminista dentro do movimento de mulheres*

III - Situação das feministas entre si

1. *programa mínimo das feministas*
2. *formas de atuação*

Decidida a pauta, as pessoas retiraram-se do refeitório, procurando seus respectivos grupos de trabalho. Pequenos círculos, compostos de mulheres relativamente jovens (na faixa de 30 anos) se formavam ao ar livre, no pátio externo do convento. Todas se vestiam com trajes semelhantes: calças compridas, malhas de lã, casacos. Algumas usavam cachecóis e o colorido das roupas contrastava com o dia acinzentado.

Em todos os grupos verificava-se a ocorrência de um mesmo procedimento. As pessoas, sentadas no chão, faziam as necessárias e ritualizadas apresentações: Lena, do Nós Mulheres, Bia, do Coletivo Feminista de Campinas ...

Ao assistir às discussões internas dos subgrupos, constatei que, apesar da especificidade de cada um, o assunto tratado era basicamente o mesmo em todos eles. Foi dada uma grande ênfase na exposição da situação interna de cada entidade feminista ali presente: indício de que estavam vivendo um intenso processo de questionamento tanto do significado como das condições da luta feminista no Brasil. Observei, ainda, que as divergências políticas entre as feministas cediam lugar à tematização das suas diferenças. De um lado, notei que as discussões caminhavam para uma diferenciação, ainda que difusa, entre a prática feminista e a prática do movimento de mulheres. De outro, através da demarcação dessa diferença, os grupos foram se reconhecendo como parte de um movimento social, numa tentativa - esta sim clara - de se contraporem aos grupos políticos interessados em resistir à especificidade da luta das mulheres. A ausência de uma política feminista claramente definida foi a explicação dada pelas militantes para os problemas enfrentados pelos gru

pos, não só nas reuniões preparatórias do 2º Congresso, como na sua realização propriamente dita.

O primeiro dia do encontro foi marcado por uma espécie de ebulição discursiva, fruto da efusividade de suas participantes. No almoço a agitação era grande. Essa parecia ser a hora propícia para a escuta de fofocas e de trocas de informação. Na entrada do refeitório foi montada uma banca feminista, onde se vendiam broches, camisetas e publicações dos grupos.

A sessão da tarde foi interrompida mais cedo para a apresentação dos relatórios de trabalho. Vejamos, pois, o que foi exposto. Leila, membro do grupo Lésbico-Feminista-Auê (RJ) e na condição de participante do encontro, leu o seguinte relatório do seu grupo:

"A partir da análise que fizemos, hoje, nos grupos de trabalho, bem como da maneira como atuamos no 2º Congresso da Mulher Paulista, identificamos que existe no movimento feminista um problema fundamental, que é: como negar uma forma de organização patriarcal, machista e burocrática, substituindo-a por uma maneira de atuar feminista. Na prática, nós não estamos efetivando essa substituição, mas apenas reproduzindo os papéis que nos foram impostos, por essa mesma estrutura que combatemos. E temos feito isso de duas maneiras, ora adotando e impondo nossos pontos de vista, ora abrindo mão deles. Agimos assim tanto num caso, como no outro, por nos faltar a identidade feminista que se oporia à identidade machista que tem marcado nossa maneira de atuar.

Acreditamos indispensável para a aquisição desta identidade feminista uma maior clareza das nossas proposições, que só acontecerá com o efetivo debate dessas questões específicas dentro de cada grupo e entre todos eles. Acreditamos também, que a construção desta identidade requer um exercício diário tanto na maneira de agir quanto na maneira de atuar."

Muitos aplausos. Os relatórios expostos após essa fala foram, em sua maioria, desdobramentos desta intervenção. Porém, vale a pena destacar mais uma fala, pois ela aponta justamente para o significado que a questão da identidade adquire quando utilizada como marca de diferenciação política. Para o subgrupo 4, o movimento feminista foi entendido da seguinte maneira:

"O movimento feminista é uma parcela do movimento de mulheres. Não devemos ser a sua vanguarda, devemos sim nos colocar enquanto feministas e levar as bandeiras que nos competem, ou seja, devemos nos preocupar em encaminhar as lutas especificamente feministas."

As exposições continuaram pelo decorrer da tarde. Chamo a atenção apenas para um informe que foi apresentado, naquela sessão plenária, por uma integrante da Associação de Mulheres que pediu a palavra para informar sobre a experiência vivenciada por ela e outras feministas em São Paulo. Tratava-se do trabalho desenvolvido junto às prostitutas que, durante os meses de maio e junho de 1980, se encontravam sob o alvo das investidas repressivas desencadeadas pelo então Delegado de Polícia, Richetti. Ele coordenava a chamada "operação limpeza" do centro da cidade de São Paulo, feita com o objetivo de impedir o livre trânsito dos michês, travestis e prostitutas nessa área. Em vista disso, as feministas organizaram um Comitê de Defesa às Prostitutas,⁽¹⁴⁾ que contava com o apoio dos grupos homossexuais masculinos Somos, Eros e Libertos; do Movimento Negro Unificado; da Convergência Socialista; do grupo de mulheres do jornal "O Trabalho" (de tendência trotskista); do Departamento Feminino da USP; bem como da Comissão de Justiça e Paz e da Ordem dos Advogados. Esse Comitê iniciou uma prática de denúncias públicas, posteriormente acrescida de contatos mais sistemáticos com as prostitutas perseguidas pela polícia. Foi então que suas integrantes se depararam com uma série de problemas e dificuldades não previstos.

(14) Antes da criação do Comitê de Defesa às Prostitutas, algumas feministas, em caráter supragrupal, já vinham estabelecendo contatos com algumas prostitutas, que, após o assassinato de uma delas, organizaram uma passeata das prostitutas de São Paulo. Nela reivindicavam a proteção da polícia e exigiam da sociedade respeito por suas vidas.

Rose, a prostituta assassinada, foi morta por um estudante de veterinária que injetou, no seu corpo, uma droga para sacrificar animais. Depois de morta, seu corpo e seu carro foram encontrados queimados, pela polícia. O assassinato foi descoberto e reconhecido por uma amiga de Rose com quem esta dividia o apartamento. A amiga já tinha visto Rose em companhia do veterinário, mas não sabia se ele era ou não estudante. Decidida a encontrá-lo - pois tinha uma intuição de que ele era o autor do crime - percorreu, durante vinte dias, vários lugares, inclusive a USP. Lá, teve acesso a fotos de todos os estudantes de veterinária, tanto daqueles que já estavam formados, como dos que continuavam cursando a universidade. A partir das fotos reconheceu o criminoso.

Este caso aconteceu em maio de 1980 e foi amplamente divulgado pela Imprensa.

Aos poucos foram descobrindo a complexidade das relações que se estabelecem no universo da prostituição. Ao contrário do que supunham, as prostitutas vivem e sobrevivem através de regras hierarquizadas, o que, frequentemente, torna ambíguo o seu comportamento. Sendo assim, um trabalho feminista, como o do Comitê, esbarrava em uma série de obstáculos devido não só à complexidade das relações que as prostitutas estabelecem com os seus cafetões, como aquela que desenvolvem com a polícia. A articulação destes três personagens faz com que as suas relações sejam marcadas por critérios que, à luz do feminismo, são extremamente contraditórios. Pois, uma mesma prostituta que acoberta o seu cafetão da polícia, pode, em outros momentos, se utilizar de um policial para se proteger dele. Mas, deixemos de lado essas considerações e centremos nossa atenção no relato exposto por uma das integrantes do Comitê, que reivindicou aos grupos presentes uma discussão sobre as dificuldades que estavam enfrentando no trabalho realizado com as prostitutas. Reivindicou, ainda, o comprometimento efetivo das feministas com o Comitê, de forma a romper a condição de marginalidade que este tinha adquirido no movimento de mulheres. Essa fala trouxe à baila a controversa questão da violência que recai sobre as mulheres e, mais que isso, evidenciou, para o plenário, a urgência de uma tomada de posição do movimento feminista em relação a esse problema.

Após essa discussão, encerrou-se o primeiro dia de trabalho, cedendo lugar aos acontecimentos noturnos: no andar de cima do convento ensaiou-se uma festa, nos quartos burburinhos e fofocas.

O dia seguinte foi iniciado com a mesma dinâmica do anterior: o temário eleito foi aprofundado. No final da tarde, na plenária de encerramento, foram expostos os relatórios finais, bem como apresentado um programa mínimo de luta feminista, construído a partir da necessidade de garantir a autonomia do movimento. Foram tirados os seguintes pontos que deveriam ser encaminhados pelos grupos:

- a) Criação de uma coordenação feminista, formada por um membro de cada grupo e com caráter rotativo. A sua função seria a de coordenar e agilizar os trabalhos desenvolvidos pelos grupos feministas do Estado de São Paulo.
- b) Criação de uma imprensa feminista.

- c) Campanha de luta contra o projeto de controle da natalidade do governo.
- d) Criação de uma Comissão de Luta contra a Violência sofrida pelas mulheres.

Traçado o plano conjunto pelos grupos feministas para o ano de 1980 e 1981, restava, ainda, realizar a discussão de como operacionalizá-lo. Deliberou-se, em Valinhos, que a melhor maneira de organizar e implementar as bandeiras de luta do movimento seria sob a forma de comissões. Assim, tanto a comissão responsável pela criação de uma imprensa feminista (que não chegou a ser efetivada) como a Comissão de Luta contra a Violência que recai sobre as mulheres, funcionariam através de um sistema específico de representação. Cada grupo escolheria uma ou duas representantes que atuariam no interior dessas comissões.

Para evitar que as representantes detivessem algum tipo de poder que as diferenciasssem dos demais membros dos grupos de origem, optou-se por uma dinâmica de trabalho na qual as discussões e decisões fossem apreciadas em duas instâncias. De um lado, cada representante deveria levar para as comissões aquilo que havia sido discutido em sua entidade de origem; de outro lado, deveria retornar a ela, trazendo os informes das discussões e dos trabalhos realizados nas comissões. Nesta perspectiva, formou-se a Comissão de Luta contra a Violência, que foi o embrião do SOS-MULHER. Inicialmente, foi composta de seis mulheres que representavam cinco entidades feministas. Eram elas: Associação de Mulheres, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (SP); Ação-Lésbico-Feminista, Grupo Feminista 8 de Março e Brasil Mulher. Nesse período não havia nenhuma representante do Nós Mulheres, pois o grupo estava atuando junto à Comissão de Imprensa. Simultaneamente, a Frente de Mulheres Feministas articulava a organização de uma Casa da Mulher.

* * * * *

Entre os meses de agosto e setembro de 1980, as reuniões da Comissão de Luta contra a Violência foram realizadas na sede da Associação de Mulheres. Após alguns encontros, definiu-se que o trabalho dessa comissão seria desenvolvido junto a todas as mulheres "vítimas" da violência, pelo fato de serem mulheres. No decorrer desse processo de discussão, as representantes foram constatando que a

proposta inicial de articulação da Comissão com as entidades feministas não estava, na prática, ocorrendo.

Segundo a representante do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (SP):

"... isso acabou por fazer com que o SOS-MULHER, fruto do trabalho da Comissão de Luta contra a Violência, viesse depois a se formar como um grupo autônomo. A proposta inicial era de que cada entidade priorizasse, no seu interior, a discussão daquilo que estivesse sendo feito nas comissões. Mas isso não aconteceu. Quando eu ia para a Comissão, eu deveria apresentar aquilo que havia sido discutido no meu grupo de origem, no caso o Centro de Desenvolvimento. A proposta inicial era de que quando eu fosse para as reuniões dessa comissão deveria apresentar aquilo que meu grupo como um todo havia discutido e não aquilo que eu pensava sobre a questão da violência. Não deveria apresentar, portanto, uma proposta individual. Nas primeiras vezes isso até chegou a acontecer, mas depois não, pois cada entidade tinha que discutir uma série de outras questões ligadas a sua prática mais imediata. E a gente acabou percebendo que cada uma de nós estava, na verdade, colocando na comissão aquilo que imaginava que era mais legal. Na minha experiência, quando eu voltava para o CDMB, o que acontecia naquela famosa Comissão de Violência era dado apenas como um informe.

Nós começamos a pensar então como a Comissão deveria levar a bandeira da violência. O que fazer? Como fazer? Escrever um documento? Não ... Não é bem isso. Como a gente vai ficar sabendo dessa violência que as mulheres sofrem cotidianamente? E aí a gente pensou o seguinte: por que não criar um espaço? Alguma de nós poderia ceder uma casa, um telefone para que as mulheres nos procurassem.

Naquele momento ninguém pensou, por exemplo, nos trabalhos que os grupos feministas estavam fazendo na Europa e nos Estados Unidos. Só depois que criamos o SOS é que passamos a entrar em contato com alguns desses grupos, a trocar informações.

E aí pintou um espaço físico, de uma maneira facilíma, que acelerou o nosso trabalho. Não tinha nem dois meses que essa Comissão existia, quando o SOS se lançou oficialmente, com espaço físico e telefone funcionando. Esse espaço era lá na rua Arthur de Azevedo,

2124 (Pinheiros), onde funcionava, na época, um diretório do PMDB. Como eles só tinham reunião uma vez por semana, resolveram ceder o diretório para que a gente pudesse realizar o nosso trabalho.

Foi então que começamos a imaginar mais concretamente o que seria esse trabalho. Pensamos na possibilidade de fazer plantões, talvez dois por semana, porque, na época, éramos um número muito limitado de pessoas. Mas a gente, nesse período, ainda imaginava poder contar com as nossas entidades, já que a Comissão não era apenas nós sete e sim aquilo que nós representávamos. Então seria fácil manter um esquema de plantão, pois a gente poderia voltar para as nossas entidades e contar com um monte de pessoas. Foi nesse momento que nos propusemos a lançar oficialmente o SOS, mais aí quando nós convocamos as nossas entidades para ajudar na preparação do lançamento, quase que tivemos que intimá-las a comparecer. Estendemos, também, esse convite a outros grupos, tais como a Associação das Donas-de-Casa, Grupo de Mulheres da Associação dos Professores, Movimento de Creche etc.

Eu me lembro que, na última reunião antes do lançamento oficial do SOS, já contávamos com umas trinta pessoas. Pessoas que vieram de grupos feministas, outras que nem estavam organizadas.

Éramos um monte de gente. As nossas próprias entidades mandaram pessoas para ajudar na organização, uma média de três ou quatro pessoas de cada entidade" (Entrevista realizada em fevereiro de 1983).

Antes mesmo do lançamento, a Comissão já estava desenvolvendo um trabalho de atendimento às mulheres "vítimas" da violência. Esse trabalho era feito no período da noite, através de plantões realizados tanto por telefone, como pessoalmente. Porém, o endereço e as atividades da Comissão só foram divulgados, de maneira sistemática, após o ato público de lançamento, quando passou a chamar SOS-MULHER.

10 de outubro de 1980: dia do lançamento oficial do SOS-MULHER, em um ato público realizado em frente ao Teatro Municipal. Eram seis horas da tarde, quando o Júri Popular encarregado de apreciar os dois casos de assassinatos contra mulheres - ocorridos em São Paulo, em agosto e outubro daquele ano - deu início à manifestação. O julgamento foi feito sob a forma de teatro e uma das pes-

soas encarregadas de sua realização foi Ruth Escobar (na época, integrante da Frente de Mulheres Feministas). Os assassinos de Esmeralda Dias e de Anne Marie Armichaub⁽¹⁵⁾ foram considerados culpados. Pedia-se a punição para aqueles, homens, que matam suas companheiras. Pedia-se, também, justiça para as mulheres. A violência, no entender dos manifestantes, deveria deixar de ser um assunto privado, restrito ao âmbito familiar, para ser apreciada e entendida como um problema público e social, que atinge, de uma maneira ou de outra, todas as mulheres. Exigia-se, portanto, a visibilidade do problema.

As organizadoras, vestidas de branco - símbolo da paz e da confraternização - carregavam faixas e cartazes com dizeres feministas referentes à questão da violência. "Sem punição mais mulheres morrerão" ou "quem ama não mata", foram vistos por todos aqueles que passaram em frente ao teatro. Além das feministas organizadas, havia simpatizantes da causa e jornalistas de grande parte da imprensa paulista.

Ao final da apresentação do teatro, todas as pessoas presentes leram, em voz alta, uma carta aberta à população. Esta continha tanto uma exigência explícita para que os casos de assassinatos às mulheres não mais se repetissem; como uma explicação sumária do trabalho que seria desenvolvido, a partir daquele lançamento público, pelo SOS-MULHER.

Após a leitura ocorreu a primeira passeata feminista de São Paulo. Apesar da euforia das integrantes da Comissão, já se percebiam indícios de conflitos entre os grupos feministas presentes na manifestação. Nem todos aderiram à idéia da passeata por

(15) "Esmeralda Dias foi assassinada em agosto de 1980 pelo ex-marido Juca, por se recusar a voltar a viver com ele. Esmeralda era estudante da Faculdade de Jornalismo do Objetivo. Sofreu seu primeiro espancamento na lua-de-mel, mesmo assim viveu um ano com Juca, até que, não aguentando mais, voltou para a casa dos pais. Juca, inconformado, procurou Esmeralda e assassinou-a com três facadas. Está em liberdade esperando julgamento." "O ator Marcelino Moreira da Silva assassinou em São Paulo, em outubro de 1980, com quatro tiros, a socióloga Anne Marie Armichaub, após uma discussão. Anne, sem família no país, foi sepultada pelos pais do ator, sem alarde."

(Trechos da matéria sobre o SOS-Mulher, publicada no jornal Im Tempo, poucos dias antes do seu lançamento oficial. Escrita por Tereza Verardo que, além de colaboradora do referido jornal, era também uma das integrantes da Comissão de Luta contra a Violência.

considerarem o gesto prematuro e politicamente inconsequente. As divergências entre as feministas, desfocadas temporariamente do palco em função dos resultados do 1º Encontro dos Grupos Feministas de São Paulo, tornaram a reaparecer.

* * * * *

A descrição do 1º e 2º Congressos da Mulher Paulista, bem como do 1º Encontro dos Grupos Feministas de São Paulo foi feita, principalmente, com a intenção de indicar a eclosão de uma segunda fase do movimento. Fase essa que, iniciada a partir do ano de 1979, marca o aparecimento de novas condutas de atuação feminista e de novas proposições reflexivas sobre a condição do sexo feminino. A emergência dos grupos de auto-reflexão e a criação do SOS-Mulher constituem um dos indícios mais visíveis desta transformação. Nesse contexto, o feminismo perde paulatinamente o seu caráter predominante de denúncia das condições de vida e da opressão a que estão sujeitas as mulheres, passando a realizar, também, a implementação de um tipo de prática inédito, até então, no Brasil: os grupos de apoio e os centros de prestação de serviços, voltados para mulheres que, em sua maioria, não participam do movimento.

Esses grupos administram práticas de tipo institucional, estruturando-se, porém, "sob a lógica do alternativo". O que significa dizer, que recusam as formas de atendimento veiculadas pelas instituições oficiais, por entenderem que estas, "ao se apropriarem do saber técnico-científico, exercem uma autoridade que tem por objetivo reproduzir as relações de poder e, simultaneamente, alienar da consciência das pessoas o direito de decidirem sobre os seus problemas" (Gregori, 1984, p.26). Do ponto de vista da implementação prática, essa recusa é traduzida, nos grupos de apoio, através da formação de quadros não-profissionalizantes e da definição de procedimentos de atendimento baseados na escuta e no compartilhar das experiências cotidianas.

"Tem por finalidade prestar serviços feministas e solidariedade às mulheres que sofrem violência e/ou oferecer atendimento diferenciado a elas, no que diz respeito à saúde." Nesse sentido, se propõem a conscientizar a clientela, mostrando por exemplo "que o ato sofrido não é uma fatalidade, mas uma atitude previsível em relacionamentos ancorados em valores machistas" (Idem, p.25).

Para as militantes feministas (em especial, para aquelas que desenvolviam sua atuação no SOS-Mulher) o fenômeno da violência é apreendido como a expressão mais "radical" da condição de subalternidade das mulheres em nossa sociedade. Sendo assim, as relações entre homens e mulheres são percebidas como potencialmente geradoras de manifestações violentas que, apesar de "arbitrárias", são passíveis de inteligibilidade, posto que resultam da condição de "opressão" a que está sujeito o sexo feminino. O que vale dizer, que, para o feminismo, a violência é ao mesmo tempo efeito e expressão dessa condição.

Em vista disso, o SOS organizava a sua atuação e acionava determinadas práticas de atendimento, de um lado, com o propósito de "romper a passividade das mulheres frente aos problemas sofridos", de outro lado, "estimular a formação de novas comunidades de mulheres e a sua participação ativa diante dos problemas enfrentados" (Gregori, p.25).

"A qualificação do ato sofrido como sendo um problema político apontava para um outro aspecto dos objetivos dos SOS e dos grupos de apoio de uma maneira geral: politizar, ou seja, tornar públicas e passíveis de tratamento social, as experiências de opressão vivenciadas no cotidiano das relações" (Idem, p.26).

CAPÍTULO II

SERIAM AS FEMINISTAS NUER?

No capítulo anterior procurei, por um lado, circunscrever o movimento feminista tanto no campo político-ideológico definido pelos movimentos sociais, notadamente os de natureza alternativa, como no campo da produção analítica interessada em compreender a sua constituição e trajetória específicas. Por outro lado, procurei reconstruir a história do feminismo em São Paulo, através da exposição dos seus grupos e dos principais eventos por eles realizados, na década de 70 e início dos anos 80. O que oferece um mapeamento preliminar do contexto no qual o movimento feminista se inscreve.

Interessa-me, neste capítulo, analisar alguns aspectos importantes da dinâmica, da prática e da ideologia feminista, que, até o momento, não mereceram uma atenção mais cuidadosa dos pesquisadores interessados em compreender a sua constituição no cenário político brasileiro. Para tanto, vou realizar uma reflexão sobre aquilo que acontece nos interstícios desse movimento, de maneira a circunscrever as práticas feministas a partir de um novo enquadramento analítico.

Digamos, a título introdutório, que a minha pesquisa revela alguns dados instigantes para repensar a discussão que se trava hoje sobre os movimentos libertários e, particularmente, sobre o movimento feminista. Eles evidenciam que a análise desses movimentos apenas do ponto de vista de sua organização formal - recusa às lideranças, ao profissionalismo, negação do sistema de representação, vivência do coletivismo enquanto forma de organização que fundamenta a ideologia do alternativo - é insuficiente para explicar a sua dinâmica interna. O movimento feminista, por exemplo, privilegia essa forma de organização por entender que a luta pela obtenção de igualdade para as mulheres e por uma sociedade mais igualitária exige, desde já, a implementação de práticas políticas baseadas na democracia de base. Entretanto, não se pode desconhecer que a dinâmica desse movimento é marcada por um processo ininterrupto de criação de oposição e segmentação entre os vários grupos que o constituem. Lutam para o reconhecimento da condição específica das mulheres mas, simultaneamente, se organizam para assinalar diferenças entre os seus segmentos internos.

Nesse sentido, a trajetória teórica seguida neste capítulo fundamenta-se na necessidade de produzir um deslocamento do feminismo, enquanto objeto de estudo, de um campo de análise para outro. Pois entendo que a utilização do aparato ou instrumental

teórico produzido pela ciência política, por considerar basicamente os aspectos ideológicos-formais das organizações políticas, é insuficiente para a compreensão desse tipo de movimento. É nesse momento que o recurso à reflexão antropológica sobre grupos ou sociedades de "pequena escala" revela-se como de grande utilidade.

Vou abordar, a seguir, um aspecto relevante da dinâmica interna do movimento que diz respeito à produção de um processo ininterrupto de conflitos e divergências entre os próprios grupos feministas.

No projeto de pesquisa apresentado à FAPESP, em outubro de 1983, fiz uma tentativa preliminar de analisar os conflitos e divergências que atravessam toda a história e a prática do feminismo em São Paulo. Nele, escrevi o seguinte:

"Digamos que duas tendências reflexivas e conseqüentemente políticas, já que são elas que informam a prática dos grupos feministas, se esboçam a partir da discussão que eles realizam sobre a questão da mulher. A primeira consiste em absolutizar a classe, a mulher proletária sendo a interlocutora legítima deste debate, a segunda, em absolutizar a minoria - nós mulheres. Verifica-se, portanto, no desdobramento dessa discussão, a ocorrência de um procedimento que consiste, nas palavras de L. Orlandi, 'em inflacionar o particular' (1980). Prática, aliás, corrente não só nos movimentos políticos, como na produção acadêmica.

Se o movimento feminista parece estar atento à problemática do poder político, recusando o estabelecimento de organizações centralizantes, o mesmo não se verifica quando a reflexão versa sobre a especificidade da condição feminina. De um lado, enquanto movimento que surge no bojo das lutas políticas desencadeadas em maio de 1968, parece se dar conta das tramas do poder político, das suas sutilezas, dos seus exercícios; de outro lado, parece haver lacunas quando a reflexão recai sobre as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. Há como uma adesão rápida demais às explicações do tipo sociedade patriarcal, pública, ocidental etc. É necessário dizer e explicar que as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, mulheres e crianças são mais sutis, menos transparentes. É necessário repensar a separação público/privado, as relações femininas, as estratégias de poder.

Com isso, não estou desqualificando a importância das lutas empreendidas pelo movimento feminista, mas estou apenas chamando a atenção para um aspecto importante da vivência feminina que parece ter sido encoberto, ou mesmo abandonado pelos grupos em questão. Afinal, nunca é demais lembrar que os impasses a que chegaram os grupos de São Paulo no ano de 1981 e que impossibilitaram a realização do II Encontro dos Grupos Feministas devem-se tanto às concepções diferenciadas das lutas políticas, como a problemas internos dos grupos, que dizem respeito à situação ambígua vivida pelas mulheres. Na ausência de um 'inimigo comum', seja ele os grupos políticos ortodoxos, seja o machismo em abstrato, as fissuras reaparecem."

Essa análise não é isenta de problemas, ainda que parte das considerações feitas se sustentem quando "confrontadas" com a observação e com a realidade apresentada pelo movimento feminista. Na época em que escrevi o projeto, a pesquisa de campo estava basicamente circunscrita ao grupo SOS-Mulher, o que, se não justificava, pelo menos explica a prematuridade dessa reflexão. Parecia-me, naquele momento, que as tensões e os conflitos, resultantes das relações que os grupos feministas estabeleciam entre si, poderiam ser explicados pela ausência de uma reflexão mais profunda sobre a maneira como se realiza a subordinação estrutural das mulheres. Em lugar disso, o que se observava era a construção de certos pressupostos explicativos, que tendiam a obscurecer a "natureza" da vivência feminina, pois eram formulados a partir de uma adesão apressada às explicações do tipo sociedade patriarcal, pública, ocidental. Esses pressupostos, apesar de visarem a uma finalidade política imediata, acabavam por deixar de lado a complexidade das relações que homens e mulheres estabelecem nos seus cotidianos.

Entendia, ainda, que os conflitos resultantes das relações entre as feministas não poderiam ser explicados apenas pelo recorte das divergências políticas mais visíveis, isto é, pelas diversas concepções produzidas pelos grupos e por suas integrantes sobre as lutas feministas e as chamadas lutas gerais. Concepções que se chocam e, por vezes, se excluem, já que são informadas por uma visão política que transcende o âmbito programático do movimento. Sem dúvida, essas concepções têm um grande peso na produção desses conflitos. Minimizá-las seria obscurecer o fato de que as militantes feministas se encontram intimamente ligadas tanto ao debate promo

vido pelos setores organizados da esquerda, como são muitas vezes praticantes da dupla militância.

Entretanto, para que esses conflitos ganhem inteligibilidade é necessário que a reflexão se atenha menos aos seus aspectos visíveis, de forma a ousar uma análise sobre a maneira como as mulheres, na sua prática de militância, vivenciam o problema das divergências. O que vale dizer que, no caso da militância feminista, os conflitos e as divergências políticas são, frequentemente, acompanhados por divergências de ordem pessoal. Essas se traduzem e se explicitam através de um mecanismo que, se parece muito peculiar ao universo feminino, é, no entanto, uma característica de sociedades de pequeno porte e pode, talvez, ser encontrado em todos os grupos sociais: a prática da fofoca.

Finalmente, considerava que esses conflitos, divergências e disputas eram resultantes de algumas situações particulares e específicas vividas pelo movimento. Situações nas quais se tornava impossível postular e nomear um "inimigo comum", fosse ele os grupos políticos ortodoxos, que resistem à especificidade da questão da mulher, fosse o machismo em abstrato.

Essas reflexões são parcialmente reveladoras, mas não possuem a amplitude necessária para lidar com a complexidade dessas manifestações. Em que sentido? No sentido que tratam os conflitos e as divergências como manifestações ocasionais da prática feminista. Hoje, me parece, que longe de serem esporádicas, essas manifestações são recorrentes e características ao movimento. A disputa, os conflitos e as divergências são inerentes ao tipo de organização e de dinâmica vivida pelo feminismo e, talvez, de outros movimentos sociais de natureza alternativa.⁽¹⁾

Explico-me: os grupos feministas praticam uma democracia difusa que, negando o sistema de representação e de delegação dos po

(1) A análise desenvolvida por Edward MacRae sobre o movimento homossexual confirma esse pressuposto. Como mostra o antropólogo, na sua etnografia sobre o Grupo Somos, as divergências e os conflitos eram constantes no interior do grupo (1985).

deres - próprios das organizações tradicionais - imprime sobre as suas práticas cotidianas um caráter comunitário. Entretanto, essa prática de uma ideologia comunitária - no interior de uma sociedade onde a ideologia vigente é outra - não se realiza sem problemas e sem conflitos, propiciando a emergência de uma espécie de vigília coletiva em relação a eventuais exercícios e manipulação de poderes por parte de seus membros. Tal vigília se fundamenta na necessidade de preservação do ideal de um coletivo harmonioso, ainda que, ao produzir uma situação de controle e uma prática de normatização das condutas e dos comportamentos requeridos de suas ativistas, crie de fato uma situação de grande segmentação interna. Outra particularidade dos grupos é a sua constituição na forma de pequenas comunidades auto-suficientes. Contudo, isso não os impede de estabelecerem e de desenvolverem práticas de atuação conjuntas, feitas com o objetivo explícito de ampliar a luta feminista e/ou de se contraporem tanto aos grupos políticos organizados que resistem à especificidade da questão da mulher, como às práticas e manifestações sociais que evidenciam uma visão discriminatória da vivência feminina.

Mas, ainda que as militantes se reconheçam como ativistas feministas, no sentido amplo do termo, a identificação maior se dá, sobretudo, com os grupos de origem e com as pessoas que se apresentam como "iguais", por estarem vivendo uma prática de militância mais cotidiana. Isso acontece, justamente, porque esse gênero de militância supõe a articulação da dimensão política da luta das mulheres com a reflexão sobre a dimensão pessoal da vivência feminina. A formulação de que o "pessoal é político" revela tanto um alargamento da noção de política, como sugere um tipo de prática muito singular, na qual a dimensão da vida pessoal de suas militantes passa a ser considerada e tratada como matéria-prima para a reflexão que o feminismo realiza sobre a condição das mulheres em nossa sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que a militância feminista não só pressupõe como produz um contato mais estreito de suas ativistas que, ao partilharem essa vivência comunitária, estabelecem, nos respectivos grupos de atuação, relações de caráter pessoal e subjetivo. O resultado dessa vivência se expressa através da criação de uma forte identificação das militantes com os seus coletivos de atuação, cuja característica mais visível pode, sumariamente, ser descrita da seguinte maneira: cada militante tende a pensar o seu próprio grupo e a prática por ele implementada como símbolos de singularidade, quando confrontados com os demais grupos.

À esse mecanismo de identificação sobrepõe-se um outro diametralmente oposto que é o da produção ininterrupta de diferenciações entre os grupos. A articulação desses dois mecanismos marca a singularidade dos processos de organização e das práticas do movimento feminista e, talvez, de outros movimentos sociais de tipo alternativo, que exercitam a vivência dessa "anarquia ordenada".

Antes de esmiuçar a complexidade desse fenômeno, gostaria de destacar a análise de Evans Pritchard a respeito da ocorrência desses mecanismos, identificação e diferenciação, numa sociedade "primitiva", a dos Nuer.

Ao fazer uma descrição minuciosa da organização política dessa sociedade, através de uma análise pormenorizada sobre a maneira como esse povo vive as noções de tempo e de espaço, Evans Pritchard levanta algumas considerações que, no meu entender, extrapolam o âmbito empírico de sua pesquisa, nos permitindo assim um vôo reflexivo em direção a outros agrupamentos políticos presentes nas sociedades ocidentais contemporâneas. Porém, antes de sugerir a generalidade explicativa dessas considerações, façamos um percurso pela sociedade Nuer, a partir da sua observação pelo antropólogo inglês.

Os Nuer são um povo nômade, que desenvolve como atividade principal o pastoreio do gado. Dessa atividade deriva toda a sua organização social, uma vez que o gado, ao se constituir no seu bem mais prezado, não só do ponto de vista econômico, como do ponto de vista ritual, determina todos os processos e relacionamentos sociais desse povo.⁽²⁾ A sua organização política se caracteriza pelas alianças entre as várias tribos, sendo estas o seu maior segmento político.

"Não existe grupo maior que, além de reconhecer-se a si mesmo como uma comunidade local diferenciada, afirme a sua obrigação de unir-se na guerra contra estranhos e reconheça os direitos dos seus membros ao ressarcimento dos danos" (Pritchard, 1979, p. 10).

(2) Por povo Evans Pritchard entende: "todas as pessoas que falam a mesma língua e que têm, sob outros aspectos, a mesma cultura, aliado ao fato de se considerarem diferentes dos agregados semelhantes." (Pritchard, p.10).

Além dessas características, há uma outra singular que advém do fato de os chefes políticos não possuírem autoridade política, embora sejam considerados, pelos demais membros da tribo, como pessoas sagradas. Segundo o autor:

"Os Nuer, na verdade, não têm governo e seu estado pode ser descrito como uma anarquia ordenada. Da mesma forma, falta-lhes a lei, se tomarmos este termo no sentido de julgamentos feitos por uma autoridade independente e imparcial que tenha, também, poder para fazer cumprir suas decisões" (Pritchard, p.11).

Cada tribo, além de possuir seu próprio território particular e seu próprio nome, defende seus interesses específicos relativos tanto à construção e ao plantio de certas culturas como, principalmente, ao cuidado dos seus pastos e do seu gado. Os membros da tribo se reconhecem como membros de um mesmo território e são portadores de um sentimento comum em relação a ela. "Esse sentimento evidencia-se no orgulho com que falam de sua tribo, enquanto objeto de lealdade, na descrição jocosa de outras tribos e na indicação de variações culturais em sua própria tribo como símbolos de sua singularidade" (Idem, p.133).

A junção dessas tribos constitui o povo Nuer na sua totalidade; no entanto, um Nuer, antes de reconhecer e expressar o sentimento em relação ao seu povo, o faz, sobretudo, em relação a sua tribo de origem. Esse sentimento de pertencimento ao povo só se manifesta quando entram em contato com os Dinka, que são um povo vizinho, com uma estrutura social e uma organização política muito semelhante às dos Nuer. Contudo, a aliança entre as tribos é sempre muito frágil pois, a não ser em caso de confronto entre esses dois povos, os Nuer despendem boa parte do seu tempo e de suas energias numa luta intermitente entre suas próprias tribos. A luta intertribal é considerada mais perigosa e está sujeita a certas convenções: mulheres e crianças nada sofrem, casas e estábulos não são destruídos e não se fazem prisioneiros. Os Nuer não se tratam como prisioneiros naturais, ao contrário do que acontece quando um Dinka é capturado numa guerra.

Mas essas convenções são formais, pois, na realidade, o que se constata é a produção contínua de disputas e conflitos não só entre as tribos, como no interior de uma única tribo. Esse processo é tão recorrente que Evans Pritchard o analisa como uma ca-

racterística da vivência tribal. "Com efeito, a disputa é uma instituição característica desse tipo de organização" (Pritchard, p.135).

Para que possamos compreender o alcance dessa reflexão é necessário ainda acrescentar que a organização interna das tribos Nuer só é integralmente entendida "apenas em termos de sua oposição mútua e da oposição comum frente aos Dinka que os ladeiam" (Idem, p.136, grifos meus). Com relação à oposição comum que os Nuer estabelecem frente aos últimos, pode-se dizer que ela é geradora "de um forte sentimento de serem exclusivos", ao mesmo tempo que propicia "uma consciência de grupo" a esse povo.

"Um Nuer jamais é um estrangeiro para um outro Nuer, como é para um Dinka. Seu sentimento de superioridade, o desprezo que demonstram a todos os estrangeiros e sua disposição para lutar contra eles, constituem um vínculo de comunhão, e a língua e os valores comuns permitem pronta comunicação entre si" (Idem, p.136).

Vemos assim que, simultaneamente ao processo de identificação, ocorre a produção ininterrupta de mecanismos de diferenciação que resulta, por sua vez, na criação de um processo de oposições. Oposições que se referem tanto ao tipo de organização tribal - decorrente da maneira como cada membro pensa e vivencia sua relação com os demais membros de sua tribo e desta em relação às demais - como àquelas que se expressam através do confronto entre um povo e outro. Esse processo de criação de oposições, de produção de diferenciações e de identidades abarca vários níveis de complexidade, circunscrevendo campos determinados de manifestação. Nesse sentido, a estrutura política dos Nuer só ganha inteligibilidade quando deixamos de examiná-la a partir de sua aparência formal e nos detemos na análise do seu processamento mais estrutural. O que significa dizer que ela só pode ser compreendida quando "colocada em relação a de seus vizinhos, com os quais formam um único sistema político", ainda que o relacionamento social desses dois povos seja feito por meio de hostilidades e encontre sua expressão mais visível na guerra.

Nesse caso, não se trata de um simples relacionamento ocasional entre dois povos que se consideram estrangeiros, mas sim de um relacionamento estrutural entre povos que, sob vários aspectos,

são muito semelhantes e que, por se perceberem como mais "iguais", se esforçam por se diferenciarem. Para os Nuer, os Dinka não são como qualquer outro povo estrangeiro. Dessa maneira, "a guerra entre eles não é meramente um conflito de interesses", mas uma maneira muito singular de se relacionarem, na medida em que "tal relacionamento requer um certo reconhecimento, por ambos os lados, de que cada um, até determinado ponto, partilha dos sentimentos e dos hábitos de outro" (Pritchard, p.143).

Tal reconhecimento implica uma tentativa sempre renovada de produção de oposições e diferenciações, a tal ponto ininterruptas e estruturais, que somos forçados a concluir que a "unidade dentro de um grupo é função de sua oposição a grupos do mesmo tipo" (Idem, p.150). Nesse sentido, o sentimento de unidade dentro de um grupo menor necessariamente aparecerá com mais força e intensidade do que o sentimento de "unidade dentro de um grupo maior que contenha o primeiro" (Idem, p.159).

Após desenvolver essa análise sobre a organização política Nuer, Evans Pritchard afirma que a ocorrência desses procedimentos, identificação e diferenciação, não é privilégio apenas desse tipo de organização societária, podendo aparecer em outros agrupamentos políticos. Diz o autor:

"Uma característica de qualquer grupo político é, consequentemente, sua invariável tendência para divisões e oposições dos seus segmentos, e outra característica é sua tendência para a fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o próprio grupo. Os valores políticos, portanto, estão sempre em conflito falando-se em termo de estrutura. Um valor vincula uma pessoa a seu grupo e um outro a um segmento do grupo em oposição a outros segmentos do mesmo, e o valor que controla suas ações é uma função da situação social em que a pessoa se encontra. Pois, uma pessoa vê a si mesma como membro de um grupo apenas enquanto oposição a outros grupos e vê um membro de outro grupo como membro de uma unidade social, por mais que esta esteja fragmentada em segmentos opostos" (Pritchard, p.149, grifos meus).

Essa análise sobre as características dos grupos políticos nos permite avançar na compreensão dos mecanismos de diferen-

ciação e de oposição presentes e recorrentes nas práticas organizacionais do movimento feminista. É necessário, contudo, que se faça uma ressalva preliminar no sentido de circunscrevermos o alcance dessas reflexões: Evans Pritchard analisa uma sociedade "primitiva" cuja organização e estrutura social são muito diversas das sociedades ocidentais contemporâneas.

Gostaria de chamar a atenção aqui, para a questão da vivência do poder político nessas sociedades. Desconhecendo o peso da lei, os Nuer, por exemplo, afirmam um desejo inconsciente, para falar nos termos de Clastres, de não-submissão dos seus membros a um poder que lhes escaparia. "Recusam", portanto, a constituição do Estado, enquanto forma de organização política "separada" do social. Isso explica a ausência de poder dos seus chefes políticos, que são vistos como pessoas sagradas, sem autoridade política. A sua "função" nesse tipo de estrutura social é a de preencher um lugar vazio, isto é, ocupar formalmente uma posição que garanta o não-exercício formal da autoridade política. "Planejador das atividades econômicas e cerimoniais do grupo, o líder não possui qualquer poder decisório; ele nunca está seguro de que suas ordens serão executadas: essa fragilidade permanente de um poder sempre contestado dá sua tonalidade ao exercício da função: o poder do chefe depende da boa vontade do grupo" (Clastres, 1977, p.28). Ao nomear e preencher este lugar que, de antemão se sabe vazio, os "primitivos" criam os mecanismos necessários para impedir a produção e institucionalização das estruturas formais de poder.

Ora, ainda que no caso das sociedades ocidentais não se possa explicar a institucionalização das estruturas de poder apenas pela presença do Estado, na medida em que ele não se constitui como locus privilegiado de produção dos poderes,⁽³⁾ não se pode desconhecer que a sua função política - real e simbólica - é a de "organizar", "controlar" e "instituir" as diferenças e as divisões presentes no espaço social. Diferenças essas que, na nossa formação social, implicam desigualdade, pois expressam uma situação de opressão a que estão "submetidos" não apenas "os indivíduos visivelmente explorados por um capitalismo selvagem, mas também os que vivem tal situação como sexo, cor, idade e competência distintas" (Paoli, 1981, p.1).

(3) Pois, como nos mostra Foucault, "o poder se exerce mais do que se possui e não pode ser pensado como um sistema geral de dominação exercido por um elemento ou grupo sobre outro" (1977, p.88).

Entretanto, a constatação dessas particularidades e diferenças existentes entre esses dois tipos de sociedade - e que, sem dúvida nenhuma, são por demais significativas para serem minimizadas - não devem nos impedir de traçar pontos de comparação sobre algumas de suas similitudes quanto a determinados aspectos particulares de suas organizações. O meu propósito não é o de me alongar sobre as características particulares e irreduzíveis dessas sociedades, - tarefa para a qual um cientista político se encontra muito mais capacitado - e sim o de resgatar alguns elementos da análise desenvolvida por Pritchard, tendo em vista iluminar certas práticas desenvolvidas pelo feminismo.

Passemos, pois, à tarefa que nos interessa, qual seja, analisar os mecanismos de oposição, de diferenciação e de criação de sentimentos de pertencimento, presentes nas práticas dos grupos feministas.

No segmento anterior à exposição de Pritchard, afirmei que apesar de as militantes se reconhecerem como ativistas feministas, no sentido amplo do termo, a identificação maior se efetiva fundamentalmente com os grupos de origem e com as pessoas que se apresentam como mais "iguais", por estarem vivendo juntas uma prática de militância cotidiana. Isso acontece justamente pelo fato de esse gênero de militância supor a articulação da dimensão política da luta das mulheres com a reflexão a respeito da dimensão pessoal da vivência feminina. A formulação de que "o pessoal é político" revela não só um alargamento da noção de política, como evidencia um tipo de prática muito singular, na qual a dimensão da vida pessoal de suas militantes passa a ser considerada e tratada como matéria-prima para a reflexão que o feminismo realiza sobre a condição das mulheres em nossa sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que a militância feminista pressupõe e produz um contato mais estreito de suas ativistas que, ao partilharem, nos seus grupos de atuação, essa vivência comunitária, tendem a estabelecer relações de caráter muito pessoal e subjetivo.

O resultado dessa vivência se expressa através da produção de um forte mecanismo de identificação das militantes com os seus respectivos coletivos de atuação, cuja característica mais visível pode, grosso modo, ser descrita da seguinte maneira: cada militante feminista tende a pensar o seu próprio grupo e a

prática por ele implementada como símbolos de singularidade, quando confrontados com os demais grupos. Disse, ainda, que a esse mecanismo de identificação sobrepõe-se um outro diametralmente oposto que é o da produção ininterrupta de diferenciações entre os grupos. A articulação desses dois mecanismos marca a singularidade do processo de organização e da prática do movimento feminista e, talvez, de outros movimentos sociais de tipo alternativo que exercitam a vivência dessa "anarquia ordenada", ou da democracia de base. Isto é, que recusam o estabelecimento de lideranças formalizadas e que negam o centralismo democrático como forma de representação política.

Nesse sentido, pode-se dizer que a prática feminista, tal como definida nos documentos dos grupos da década de 70, é incompatível com a idéia e a vivência de uma organização centralizada. Ela só pode se realizar através da constituição de pequenos grupos de atuação, nos quais as militantes possam compatibilizar os seus propósitos políticos, relativos à politização da questão da mulher, com as suas expectativas e anseios de implementar uma prática que seja voltada, também, para a apreciação de suas questões individuais.

Essa prática feminista só ganha inteligibilidade na medida em que nos propomos a analisá-la a partir da imbricação dessas duas dimensões, quais sejam, a sua dimensão político-institucional e a dimensão individual de suas ativistas. O que implica não perder de vista que a imbricação, a complementariedade e, por vezes, as tensões que se observam entre elas, oferecem, na realidade, uma compreensão mais complexa da dinâmica interna do feminismo. É necessário, portanto, analisá-lo tanto no seu aspecto de movimento social organizado, como atentarmos para a maneira como as ativistas vivenciam essa prática, de forma a compreender a especificidade desse tipo de militância.

Para que essas considerações não se percam num trabalho de mapeamento formal das características desse movimento, e para que elas possam nos ajudar a avançar na discussão sobre os mecanismos de identificação e de diferenciação - expressos sob a forma de oposições e fusões entre os grupos feministas - transcrevo, a seguir, a fala de uma militante sobre a sua vivência tanto no SOS-Mulher como no Brasil-Mulher.

"Agora, em relação ao SOS, o que eu sentia era o seguinte: o serviço, de uma certa forma, muitas vezes servia para explicar a necessidade que o grupo tinha de se encontrar uma vez por semana. Essa foi uma reflexão que a gente fez quando voltou para o BM. A gente inventava umas tantas coisas para fazer, que nos permitisse encontrar uma vez por semana. Isso foi uma coisa que com o tempo foi ficando muito clara. Várias vezes a gente botava a pauta toda para correr e, em vez de discuti-la, ficávamos até uma hora da manhã conversando sobre a crise da meia idade, a crise das mulheres de 35 anos. Ficávamos conversando até altas horas e esquecíamos tudo que havia sido definido em termos de organização e encaminhamento das coisas. E isso é um pouco o que define a prática feminista, pois é uma atuação em que as pessoas criam laços pessoais, em que se aprofundam as coisas, vai nas raízes das coisas. E isso é uma prática que não acontece em nenhum outro tipo de participação política. Eu que sou velha de guerra, que faço política há anos e anos, desde 1967, que já tive as mais variadas experiências em termos de organizações políticas, sei que essa riqueza do feminismo não se encontra em nenhum outro lugar. Fora dele as coisas acontecem de uma maneira exterior a você. Enquanto que na atuação feminista você é incorporado como um todo, ela junta todas as coisas" (Entrevista realizada em novembro de 1983).

Ora, se a prática feminista se define pela incorporação da dimensão pessoal de suas militantes (de tal forma que ela não se realiza de uma maneira exterior às necessidades, anseios e objetivos formulados por suas participantes) não se pode explicar os conflitos existentes entre os vários grupos apenas pelas divergências políticas mais visíveis. Fazê-lo seria reduzir a militância feminista ao seu aspecto mais institucional: justamente aquele que este tipo de militância nega com mais veemência. Sendo assim, a produção de mecanismos de oposição e diferenciação, que se processam ininterruptamente não só entre os grupos como no interior de um mesmo grupo, deve ser analisada como uma manifestação estrutural desse tipo de organização. O que significa dizer que as razões que fundamentam a ocorrência de tais procedimentos não são únicas nem constantes, mas são derivadas dos diversos valores políticos, no sentido dado por Pritchard, expressos por suas militantes e pelos grupos nos quais se encontram inseridas. Como esses valores não são os mesmos para todas as atividades e podem muitas vezes entrar em conflito com os grupos nos quais atuam, temos que pensá-los como resultantes da situação social em que as pessoas se encontram. Dito de outra maneira, os conflitos,

oposições e diferenciações não podem ser explicados por uma única razão, já que são produzidos em contextos diversos.

Para citar um exemplo da ocorrência desses mecanismos e para mostrar como eles são mutáveis, vou me deter novamente no Encontro Feminista de Valinhos, realizado com o objetivo explícito de aglutinar forças para garantir a especificidade política da questão feminista. Conforme mostrei no capítulo anterior, esse Encontro representou um marco para os grupos que dele participaram, pois além de estabelecerem um programa mínimo de atuação conjunta, definiram com maior clareza a distinção entre movimento feminista e movimento de mulheres: o temário, as discussões, as deliberações sugerem essa delimitação. Foi através da construção e manifestação pública de uma identidade autodenominada feminista que os grupos ali presentes foram marcando as suas diferenças com o movimento de mulheres.

Para uma reflexão interessada em analisar a produção desses mecanismos de oposição e de diferenciação, o Encontro de Valinhos apresenta-se como um "caso exemplar". Nele, as divergências político-partidárias, bem como as diferenças em relação à própria atuação feminista foram postas de lado, tendo em vista a necessidade de se marcar política e simbolicamente um confronto e uma oposição entre a prática feminista e a prática das organizações políticas tradicionais, particularmente aquelas desenvolvidas por setores da esquerda que resistiam à especificidade da questão da mulher. O próprio lugar escolhido para a sua realização é indicativo desse procedimento: um convento, habitado e dirigido por mulheres, afastado não só do perímetro urbano, como distante do cenário onde se explicitavam as divergências e os embates políticos. Era preciso como que estar de fora não só do palco onde se travava a polêmica e o embate entre as feministas e setores organizados da esquerda que tumultuaram a realização do 2º Congresso da Mulher Paulista, como era necessário estar de fora do espaço onde se constituíam os conflitos cotidianos entre os próprios grupos feministas. A cidade de São Paulo estava, na aquele momento, impregnada de significações dessa natureza. Tudo se passou como se fosse necessário se retirar simbolicamente para fora dela, de maneira a encontrar um espaço "neutro", que viabilizasse a criação de um território comum.

Nesse encontro, como já foi dito, se estabeleceu não só uma oposição frente às organizações que desconsideravam a especificidade da luta das mulheres, como, ainda, se traçaram os contornos da luta feminista em relação às lutas desenvolvidas pelo movimento de mulheres. O que vale dizer que, simultaneamente à produção de um mecanismo de oposição, ocorreu a implementação de mecanismos de diferenciação. Nesse caso, o que estava em pauta era a viabilização e o fortalecimento do feminismo enquanto movimento social organizado. Para tanto, era necessário desfocar as divergências existentes entre os grupos feministas, de forma a garantir simbolicamente a ritualização de uma "comunhão" dos seus ideários específicos que, não esqueçamos, foi produzida num convento.

Contudo, com o desenrolar da militância cotidiana, novos conflitos surgiram e, de uma certa maneira, impediram o desenvolvimento de um trabalho conjunto. O SOS, que surgiu como resultado do Encontro de Valinhos, sob a forma de uma comissão, tornou-se um grupo autônomo, com uma prática de atuação e uma dinâmica de reflexão específicas. As outras comissões não chegaram a se viabilizar na prática. Em 1981, os grupos tentaram reeditar um segundo Valinhos que não se realizou. Vivia-se o início do processo de reorganização partidária, que apontou para novas discussões e tomadas de posição em relação à autonomia do movimento. Veio à baila, a partir de novos termos, a discussão sobre a questão da dupla militância. Essa discussão, feita de uma maneira extremamente conflitiva, produziu uma troca generalizada de acusações recíprocas, ora entre os grupos, ora intragrupos, expressas através de um clima permanente de fofocas e de desconfianças.

A razão aparente dessas divergências explica-se pelo processo de reorganização partidária em curso, que rompeu com a atuação conjunta dos grupos, uma vez que suas militantes, ao optarem por partidos políticos distintos, não conseguiram, na prática, viabilizar a proposta da dupla militância. O acirramento dessa disputa se fez, fundamentalmente, em torno das preferências pelo PMDB e pelo PT. Nesse período, algumas feministas priorizaram a chamada luta geral, deixando provisoriamente de lado a luta feminista propriamente dita. As que permaneceram no movimento acusavam as que se retiraram dele de traição à "causa", de usarem o feminismo como "trampolim" político para os interesses partidários particulares. Essas, por sua vez, acusavam as outras de sectarismo e denunciavam a ausên-

cia de uma proposta política clara do movimento com relação ao processo de organização partidária.

A explicitação dessas divergências trouxe, novamente, à tona as diferentes visões das lutas e das práticas feministas produzidas por seus grupos de atuação. Essas estiveram temporariamente "desfocadas", uma vez que no Encontro de Valinhos - devido à necessidade de diferenciar o feminismo do movimento de mulheres, bem como à necessidade de estabelecer um confronto direto e claro com setores da esquerda que resistiam à especificidade da questão da mulher - foi possível estabelecer um programa mínimo de atuação conjunta que, no entanto, não se viabilizou de fato. É que, no caso do feminismo de São Paulo, a atuação conjunta e organizada de seus grupos tem se expressado quase sempre de uma maneira ritualizada. Sendo assim, a explicação sobre a ocorrência de divergências e conflitos entre os grupos existentes não pode ser reduzida às suas razões mais aparentes. Sem dúvida, as diferenças quanto às opções partidárias distintas de suas militantes tiveram um peso importante na produção desses conflitos. Entretanto, elas não são suficientes para explicá-los. Nesse sentido, a análise sobre a ocorrência de mecanismos de oposição e de diferenciação deve se ater aos seus vários contextos de produção. Para que esse pressuposto metodológico ganhe consistência e inteligibilidade passo, a seguir, a descrever e analisar uma situação específica na qual ocorreu a produção desses mecanismos. Esta se refere ao relacionamento do Brasil Mulher com a Associação das Mulheres, no ano de 1981.

* * * * *

Em meados de 1981, os grupos feministas existentes em São Paulo fizeram algumas reuniões conjuntas para preparar o segundo encontro de Valinhos. O objetivo desse encontro era dar prosseguimento aos trabalhos iniciados em 1980, bem como discutir e avaliar a prática desenvolvida pelo movimento feminista. Pretendia-se, ainda, discutir o processo de reorganização partidária em curso, tendo em vista marcar uma posição feminista em relação aos seus desdobramentos. As reuniões tinham por finalidade redigir uma pauta mínima para esse encontro. Mas as diferentes concepções sobre o que deveria ser discutido e priorizado pelos grupos impediram a continuação não só dessas reuniões, como inviabilizaram a realização de um segundo Valinhos. Não foi possível chegar a um consenso sobre os vários te-

mas em pauta, pois alguns grupos entendiam que o mais importante era a preservação da autonomia do movimento, enquanto outros viam como necessário o engajamento das feministas nesse processo, através de sua inserção nos partidos políticos. Para os últimos, essa inserção não significava a perda da autonomia, na medida em que, ao se engajarem nos partidos, as feministas continuariam a atuar no movimento. Todos proclamavam a necessidade de se preservar a autonomia do feminismo, entretanto, atribuíam significados e pesos distintos à prática da dupla militância. Havia um clima de desconfiança generalizado, expresso sob a forma de fofocas e de acusações quanto aos princípios feministas de cada grupo envolvido nessas discussões. Uns se diziam mais feministas que outros, identificando os demais como "pregadores" da luta geral. As diferentes concepções a respeito das práticas feministas centravam-se em torno dessa "identificação", feita através de acusações mútuas sobre a história e a trajetória particular de cada grupo. Nesse contexto, um embate cada vez mais acirrado foi travado entre a Associação de Mulheres e o Brasil Mulher. Sobre o último, dizia-se que ele estava planejando o encontro de Valinhos para lançar a candidatura de suas integrantes pelo PMDB.

Para entendermos o alcance desses conflitos é necessário remontar à história de cada grupo, de forma a destacar as suas posições particulares sobre as lutas e as práticas feministas no Brasil. Transcrevo, a seguir, algumas reflexões produzidas pela Associação de Mulheres e pelo Brasil Mulher sobre essas questões. Estas reflexões foram publicadas pelos cadernos da Associação, com o título "O Movimento de Mulheres no Brasil", em agosto de 1979 (um ano antes do 2º Congresso da Mulher Paulista e do Encontro de Valinhos). Essa referência à data de publicação é importante, pois as divergências entre os grupos pareciam remontar a esse período.

Segundo o BM:

"A luta pela emancipação da mulher é uma parte integrante da luta pela emancipação do proletariado, mas sem contudo se limitar a este movimento geral. Precisa ir além, pois a mulher sofre uma opressão específica pela sua condição feminina. Por isso cabe às mulheres tomarem a frente do movimento pela sua emancipação, integrando-no na luta pela emancipação da sociedade."

(...) O movimento feminista é pois necessário e se caracteriza como uma forma de luta contra a exploração que a mulher sofre a nível econômico, ideológico e político, e tem como objetivo ser

incorporado aos canais de luta geral contra a exploração sofrida pelo conjunto dos trabalhadores."

"(...) Para colocar em prática sua proposta de luta pela emancipação da mulher, a SBM (Sociedade Brasil Mulher) tem um programa, aprovado na última Assembleia Geral, realizada em janeiro de 1979, cujos pontos principais são:

- . A SBM defende que a luta pela emancipação da mulher está diretamente associada à luta pela transformação da sociedade. E o desenvolvimento da consciência e da organização da mulher significará o aumento das forças que trabalham na construção de uma sociedade na qual os trabalhadores e demais setores explorados tenham os seus interesses atendidos.
- . A SBM defende que a emancipação da mulher não se fará antes da libertação dos setores mais explorados da sociedade; mas a mulher tem que começar desde já a sua luta, pois há séculos que são oprimidas, desde a divisão da sociedade em classes.
- . A SBM combate vigorosamente a visão de um feminismo distanciado da luta de classes, pois entende que, embora sejam todas as mulheres que sofram algum tipo de discriminação nesta sociedade, em função de seu sexo, isto não significa que todas sofram pressões idênticas, nem que possuam os mesmos interesses. Isso vai depender da classe social a que pertencem.
- . A SBM defende que a luta feminista no Brasil, hoje, está necessariamente incorporada à luta de todos os setores populares pelo fim da ditadura militar.
- . A SBM se propõe a trabalhar prioritariamente com as mulheres trabalhadoras: operárias, assalariadas, donas-de-casa, aproximando-se, de forma sistemática, das mulheres nos bairros, sindicatos e outras entidades. Também se propõe a atuar nas áreas de profissionais liberais, estudantes etc." (Idem, pp. 98, 99, 100; grifos meus).

Fica claro, pelo trecho acima descrito, que para o BM a luta feminista se constituía no bojo das lutas mais gerais pelo fim do regime militar e, principalmente, pela transformação das relações

sociais de produção. Era, portanto, uma luta que visava à construção do socialismo, onde as mulheres deveriam desfrutar de uma condição social mais igualitária. Em nenhum momento, no texto, o grupo afirma de forma explícita a necessidade de preservar a autonomia do movimento. É em torno desse ponto programático que se construíam as maiores divergências entre o BM e a Associação de Mulheres. Para ela, o movimento feminista deveria buscar as suas próprias formas de organização, o que significava

"A articulação de duas iniciativas essenciais e inseparáveis. De um lado, a discussão - entre mulheres - de questões que dizem respeito tanto à nossa sexualidade e à imagem que fazemos de nós mesmas, quanto ao nosso papel na família e a nossa inserção no processo produtivo. De outro lado, a generalização dessas discussões - e das reivindicações que se colocam a partir das mesmas - para o conjunto da sociedade. Mas, antes de tudo, acreditamos que esse movimento deva ser autônomo, pois temos a certeza de que nenhuma forma de opressão poderá ser suprimida sem que os diretamente interessados assumam a luta em suas próprias mãos."

(...) Duas condições, acreditamos, permitirão a construção de um sólido movimento de mulheres. Em primeiro lugar, a vivência coletiva das mulheres organizadas em torno de aspirações que lhes são comuns. Viver, expressar, pensar e analisar nossa opressão comum, significa poder superá-la enquanto uma problemática individual e assumi-la enquanto problemática política e social.

(...) Por outro lado, nada conseguiremos isoladas em nosso próprio movimento. Compreender que somos parte integrante de um movimento geral que visa à transformação da sociedade em todos os seus aspectos (incluindo aqui a transformação radical de todas as relações humanas baseadas na opressão, e portanto de toda uma mentalidade baseada na existência da opressão) não pode levar à negação do movimento autônomo. Por outro lado, a particularidade do nosso movimento não pode levá-lo ao isolacionismo, que, fatalmente, o destruiria. A construção de um sólido movimento de mulheres depende também da capacidade que tivermos em disseminar nossas aspirações o mais amplamente possível e que estas sejam assimiladas e assumidas por todos os movimentos sociais que aspiram, assim como o nosso, a uma transformação radical da sociedade.

Defendemos, portanto, a dupla militância das mulheres, ou seja, uma atuação tanto no movimento de mulheres como no seio de movimentos gerais (sejam partidos, sindicatos ou outros), tendo claro que nestes, não se trata, para nós, simplesmente de lutar ao lado dos homens pelas reivindicações gerais, mas também de introduzir e lutar pelas nossas aspirações específicas" (1979, pp. 11, 12, 13; grifos meus).

A luta feminista, para a Associação, era parte de uma luta mais geral pela transformação radical da sociedade. Transformação que implicaria não só modificações estruturais do sistema econômico e político, como modificações profundas de todas as relações baseadas na opressão. Essa transformação pressupunha a organização dos oprimidos em movimentos sociais diversos. Ela não deveria, portanto, obscurecer a especificidade de suas questões e de suas lutas. Nessa perspectiva, entendia que o movimento feminista deveria ser, antes de tudo, uma organização autônoma das mulheres.

Tanto a Associação como o Brasil Mulher enfatizavam a indissociabilidade da luta feminista das lutas mais gerais pela transformação da sociedade, posto que suas militantes se engajavam no movimento como feministas de esquerda. Entretanto, concebiam a articulação dessas lutas de maneira diferenciada, pois, se para a Associação a autonomia era um pressuposto fundamental, para o Brasil Mulher não se constituía, sequer, em um ponto programático específico. Como não se tratava de uma simples questão de retórica, uma vez que essas concepções imprimiam marcas diferenciadas à dinâmica de cada grupo, pode-se dizer que parte dos conflitos e divergências ocorridos entre eles remontavam a um embate sobre esses pressupostos gerais. No entanto, é importante não perder de vista que algumas dessas concepções, como no caso do BM, se modificaram após o Encontro de Valinhos. Segundo uma ex-integrante do grupo:

"Valinhos foi muito importante, apesar de ter produzido resultados muito efêmeros. Do ponto de vista dos grupos que existiam, ele significou um marco no sentido da virada para o feminismo. Ele representou a virada para esses grupos de mulheres organizadas que existiam naquele período. Eu militava desde 1976 no BM, que era um grupo que recém tinha começado a se assumir enquanto feminista. Ele surgiu muito mais em cima da necessidade de se avançar a luta, do ponto de vista da mulher, pelas melhorias de condições de vi

da, pela liberdade de organização e participação. Ou seja, durante praticamente dois ou três anos, apesar de trabalhar em cima do ponto de vista da mulher com objetivo de levar as mulheres a participarem mais, as questões prioritárias que o grupo tratava eram as questões das lutas gerais. Questões que tinham a ver com a conjuntura política que se vivia naquela época. Para nós, a questão da mulher surgiu num processo de encaminhamento dessas lutas. Foi a partir delas que nós acabamos nos ligando à questão da mulher. Foi um processo inverso de conscientização nossa. Muitos dos outros grupos, tipo a Associação, as pessoas estavam neles porque tinham vivenciado um movimento feminista muito mais adiantado na Europa. E vinham trazendo para o Brasil o que elas tinham vivido lá fora, em termos da vontade de organizar aqui alguma coisa parecida. Nós não. Nós basicamente nos organizamos em cima do custo de vida, nos movimentos de periferia, nos movimentos de luta por creche, isso aconteceu durante quatro anos. Foi a partir dessas lutas que nós começamos a perceber a especificidade da mulher, na sua participação política, a perceber as limitações que elas tinham, a ver de onde vinham essas limitações. Foi a partir daí que começamos a ficar seduzidas pela questão feminista.

Para nós, do Brasil Mulher, o encontro de Valinhos representou realmente a passagem para o feminismo, no sentido de realmente assumir o feminismo e, a partir daí, construir uma plataforma efetivamente feminista" (Entrevista realizada em novembro de 1983).

Como vimos acima, o Encontro de Valinhos representou para alguns dos grupos que dele participaram a "virada para o feminismo". Mas sua importância reside menos na concretização de uma prática de atuação conjunta e mais na possibilidade de compartilhar uma identidade feminista comum. Se os seus resultados concretos foram efêmeros, o mesmo não se pode dizer quanto a sua eficácia simbólica. Ela explica o fato de as divergências existentes entre os grupos terem sido, naquele contexto, traduzidas não mais a partir de sua irreduzibilidade e sim como expressão de práticas de atuação diversas que, ao fim e ao cabo, permitiam a implementação de uma luta comum contra a discriminação e a opressão sofridas pelas mulheres. Contudo, um ano após a realização desse evento, as relações entre os grupos já não autorizavam tanta esperança no sentido desse reconhecimento.

Em 1981, quando os grupos feministas iniciaram as reuniões preparatórias do 29 Valinhos, a Associação de Mulheres e o Brasil Mulher partilhavam a mesma sede de trabalho. Ambos estavam vivendo um intenso processo de discussão de suas situações específicas, motivado por razões distintas. O BM, que se constituiu como uma frente de mulheres de esquerda, vivia, naquele momento, o início do seu declínio enquanto grupo feminista organizado. É que parte de suas militantes, devido ao processo de reorganização partidária em curso, deixou de lado a luta feminista propriamente dita. Uma parcela significativa do grupo entrou para o PT, para atuar junto ao grupo de mulheres do partido. O restante do grupo continuou a desenvolver a militância feminista, ao mesmo tempo que se inseriu no PMDB.⁽⁴⁾

Com relação à Associação, que sempre defendeu a autonomia do movimento e a prática da dupla militância, pode-se dizer que os efeitos do processo de reorganização partidária também se fizeram sentir no grupo. Até então, as diferenças quanto às opções políticas diversas de sua militantes não se constituíam em um problema para o grupo, uma vez que todas priorizavam, em primeiro lugar, a luta feminista. Entretanto, desde o segundo semestre de 1980, já existia um clima de tensão no grupo. A princípio, os conflitos eram explicitados através de discussões relativas à melhor maneira de desenvolver a prática feminista. Essas discussões eram acompanhadas de análise de conjuntura, com o objetivo de avaliar as possibilidades reais de atuação do movimento. Não havia consenso sobre essa questão, mas como todas defendiam a democracia participativa, por considerá-la uma forma privilegiada de organização, tentaram conviver internamente com essas concepções diferenciadas. No entanto, essa convivência foi se tornando cada vez mais conflitiva. Já existiam duas alas nítidas no interior da Associação, mas que não se constituíam, ainda, como grupos distintos. A primeira ministrava cursos sobre a sexualidade feminina para as mulheres de periferia, enquanto a segunda discutia a criação de um tribunal feminista que teria a função de denunciar a discriminação contra a mulher a partir dos seus vários contextos de manifestação.

(4) A maior parte do grupo integrou-se no Conselho da Condição Feminina, criado logo após a eleição do governo Montoro, como um órgão de trabalho ligado ao Estado.

Com o início do processo de reorganização partidária, os conflitos se acirraram e dois grupos se formaram no interior da Associação. As divergências ampliadas expressavam não só concepções distintas sobre a prática feminista, como revestiam-se de conotações políticas que extrapolavam o âmbito do movimento. Os grupos passaram a se "enfrentar" através de uma acirrada oposição entre petistas e peemedebistas.

Segundo uma ex-integrante da Associação:

"As crises dentro da Associação começaram no segundo semestre de 80. Eu não sei bem como elas começaram, porque tenho uma visão muito impressionista desse período. Eu me lembro que começamos a discutir sobre o que fazer com a Associação, pois havia uma certa paralisia no nosso trabalho, com o agravante de que, após o Segundo Congresso da Mulher Paulista, a Associação estava cheia de gente. Entraram vinte mulheres novas no grupo e nós não sabíamos como trabalhar com elas. Então, bateu um desespero! Por causa dessa situação eu e mais algumas pessoas resolvemos propor um cursinho de sexualidade na Associação. A nossa idéia era fazer esse curso na periferia. Acontece que, dentro da Associação, ninguém mais tinha vontade de trabalhar na periferia.

A partir dessa proposta começou a haver uma polarização na Associação. O ponto de partida foi o projeto de trabalho, mas, na minha opinião, ele foi usado como pretexto para encobrir problemas pessoais. Naquele momento, a gente ainda conseguia fazer algumas reuniões tranquilas. Numa dessas reuniões, a B. nos disse que a polarização havia acontecido pelo fato de algumas pessoas identificarem a nossa proposta de trabalho como parte de um projeto partidário. Eu acho que isso realmente passou pela cabeça das pessoas, pois a nossa proposta foi feita com pessoas que, por coincidência, tinham uma mesma opção política ligada ao projeto do PT, que estava começando a aparecer. Acho que isso deve ter servido para criar um pouco a desconfiança. Além disso, a nossa participação dentro da Associação já era muito pequena. A Associação já estava um pouco dividida, já existiam políticas internas e por causa disso eu e outras pessoas já estávamos um pouco fora da Associação.

Nesse período, surge a proposta de se fazer um tribunal. Essa proposta foi feita por algumas mulheres da Associação que sem

pre tiveram uma grande organicidade dentro do grupo. Antes de entrar para a Associação elas já trabalhavam juntas, publicavam uma revista.⁽⁵⁾ Isso era sabido por todo mundo da Associação, nós conversávamos sobre isso. O fato delas terem essa organicidade nunca tinha se constituído num problema para a entidade. Mas, naquele momento, quando elas propõem o Tribunal, as discussões se polarizam até que as coisas chegam num ponto em que fica Tribunal versus Periferia. Nas primeiras reuniões, essa polarização ainda não aparecia, pois todo mundo estava de acordo com a idéia. Mas com o passar do tempo a crise foi aumentando. Aliado a isso há uma crise de ordem pessoal. Cada vez que a gente fazia uma reunião alguém tinha um ataque, o clima já não permitia mais que a gente discutisse. No meio disso fizemos uma reunião muito complicada de avaliação do movimento. Para as pessoas que defendiam o Tribunal, o movimento feminista já não existia mais e por isso tínhamos que criar novas formas para reorganizá-lo. O Tribunal seria essa nova forma de organização. Mas eu era contra esse tipo de visão, esse tipo de avaliação. Achava que o Tribunal teria uma função dentro do movimento, mas que ele não poderia substituí-lo. A gente não podia deixar de lado a coordenação do movimento, não podíamos abandonar os demais grupos feministas, nem o trabalho com as mulheres da periferia" (Entrevista realizada em abril de 1983).

Tal era a situação vivida pela Associação quando se iniciaram as reuniões preparatórias do 2º Valinhos. Naquele momento, a entidade já comportava, de fato, dois subgrupos, cujas propostas e concepções eram inconciliáveis. A polarização entre eles se expressava através das preferências de suas militantes pelo PT e pelo PMDB. Surgiu, então, o boato de que uma ala da Associação, representada pelas pessoas que defendiam o Tribunal, estava planejando o encontro para lançar, juntamente com as integrantes do BM, suas candidatas, para as eleições de 1982.

"Corria o boato de que a C. da Associação e de que a I. do BM iam se lançar como candidatas a vereadoras. Corria ainda o boato de que uma ala da Associação queria fazer Valinhos para poder respaldar a candidatura da C. A minha avaliação disso é que foi muito mais o pessoal do PT contra o PMDB, porque o PT, naquela época,

(5) Referência à revista Debate, editada em Paris, na década de 70, por exilados políticos brasileiros pertencentes ao grupo do mesmo nome.

ainda não tinha lançado suas candidatas mulheres. Dizia-se, ainda, que a S. ia se lançar como candidata e que a I. ... Foi um melê horrível, dividiu todo mundo. Sabe aquele tipo de reunião onde corre todo o tipo de baixaria? As pessoas se perguntavam sobre os motivos que levavam as coisas a não ficarem claras. Então o pessoal do PMDB resolveu botar as cartas na mesa e discutir quem seriam realmente as candidatas, quem não seria. As coisas estavam muito misturadas, mas as divergências apareciam sempre em cima da questão do uso do movimento. Com isso, todas as reuniões que fizemos na Associação para preparar Valinhos acabaram, pois não havia clima para se discutir e, muito menos, havia a possibilidade de se fazer um segundo Valinhos. Sendo que no primeiro semestre de 81 nós até tentamos encaminhar conjuntamente as decisões que foram tiradas no congresso das mulheres de 80" (Entrevista realizada em novembro de 1983).

Mais do que revelar a "verdade" sobre os acontecimentos conflitivos que tiveram lugar em 1981, esse depoimento, emitido por uma ex-integrante do Brasil Mulher, apresenta-se como uma das versões correntes entre as feministas para explicá-los. Pelo que foi acima descrito, o conflito entre os grupos poderia ser explicado pela polarização entre o PT e o PMDB. Entretanto, é importante ressaltar que as preferências partidárias das militantes feministas tiveram significados e conseqüências distintas para os dois grupos em questão. Pois, ao mesmo tempo que a entrevistada reconhece o peso dessa oposição ("a minha avaliação é que foi muito mais o pessoal do PT contra o PMDB") chama a atenção para o fato de que essa polarização não se configurou em um ponto problemático para o seu grupo de atuação.

"No BM, as opções partidárias de cada uma de nós foram colocadas em termos muito claros, mas nós nunca brigamos por causa disso. Afinal, o tipo de mulheres que ele atraía era de militantes políticas ganhas para o feminismo, mas com todo um passado semelhante ao meu. Quer dizer, todo mundo tinha uma atuação política de muitos anos. Embora, eu ache que o BM foi o grupo que mais sofreu... se você olhar o grupo de mulheres do PT que se formou você verá que ele se formou com um monte de gente do BM. Isso é uma questão importante, pois com a criação dos partidos ampliava-se a possibilidade de ação do feminismo, e todo mundo concordava com isso. Por causa disso nós não tivemos brigas internas. Na verdade nós achávamos justo que elas fossem priorizar a militância delas no PT naquele ano. E a gente assu-

miu o compromisso de cuidar da entidade. Isso foi feito sem brigas e sem cisões internas" (Idem).

Estamos, portanto, diante do ponto central que me interessa sublinhar e discutir, qual seja: de que as divergências entre os grupos e no interior de um mesmo grupo não podem ser explicadas por suas razões mais aparentes, uma vez que são produzidas em contextos diferenciados. A polarização entre os grupos se fez e foi explicitada, fundamentalmente, em torno das preferências partidárias. No entanto, essa polarização teve não só conseqüências distintas para os grupos como foi vivenciada de maneiras diversas. Para o BM, a sua conseqüência mais imediata evidenciou-se na diminuição de suas ativistas, pois o grupo, devido à saída de algumas delas, passou a "sobreviver" com um número reduzido de pessoas. Concretamente isso foi vivido como uma perda. Mas, na medida em que o grupo não se dividiu, uma vez que esse processo foi vivido sem brigas e sem cisões internas - pois havia consenso em torno da importância da política partidária - tornou-se possível representá-lo como um ganho. Principalmente quando suas ativistas confrontavam a experiência do BM com a Associação.

"Com relação à Associação, eu acho que no fundo a briga perpassava por aí, quer dizer, ali dentro se tinha um grupo do PMDB em número muito maior do que o grupo do PMDB do BM, e se tinha um grupo do PT. Mas as divergências na Associação nunca foram colocadas em termos claros. Já no BM isso foi colocado neesses termos, foi claro, mas nós nunca brigamos por causa disso" (Idem).

Ao contrário do que aconteceu na Associação, o BM viveu e saiu desse processo como um grupo "unido", ainda que parte de suas ativistas tivessem priorizado a militância partidária. A união, nesse caso, teve sobretudo uma dimensão simbólica. Essa se evidencia na medida em que a entrevistada, ao enfatizar o aspecto da coesão interna do BM, atribui-lhe uma marca de singularidade. Contudo, como essa é uma versão particular dos acontecimentos, tende a problematizar os conflitos ocorridos na Associação apenas pelo recorte político-partidário mais explícito. A polarização entre PT e PMDB existiu de fato, mas ela não se explica apenas pelo fato dessas preferências terem sido colocadas em termos pouco claros e sim porque, a partir delas, novas alianças foram feitas entre uma ala da Associação, representada pelas pessoas que defendiam o Tribunal, e parte do BM.

O fato de haver, na Associação, pessoas com posições políticas definidas era notório e não se constituía, a princípio, em um problema para suas ativistas. Todas defendiam a autonomia e a prática da dupla militância. Mas esse pressuposto geral não foi suficiente para produzir uma visão homogênea sobre as prioridades do movimento. A partir do momento em que diferentes concepções sobre as práticas feministas passaram a se revestir de conotações político-ideológicas mais amplas, os conflitos se acirraram. Formaram-se então dois subgrupos com posturas e posições divergentes. Um deles se aliou às mulheres do BM, ligadas ao PMDB, enquanto outro se engajou no PT. Essa aliança tornou as posições irreduzíveis, detonando a divisão da Associação em dois grupos distintos: o Sexualidade e Política e o Tribunal Bertha Lutz.

"A aproximação entre certas pessoas da Associação e pessoas do BM só começou a existir a partir da formação do PMDB. Até então o BM era visto como um grupo que tinha uma prática muito política. E de repente, algumas pessoas da Associação passaram a ter como aliadas principais aquelas 'caras' do BM com as quais tínhamos grandes diferenças, porque as pessoas do BM nunca foram explícitas com relação à autonomia do movimento. Isso, para elas, era um questão secundária, não era uma questão importante. Tinham um pouco aquele discurso que a autonomia era coisa de intelectual. A Associação é que tinha a preocupação com a autonomia e que a defendia de maneira explícita. Além disso, a Associação tinha uma reflexão mais madura sobre o problema do movimento de mulheres em geral e, também, a nível internacional, coisa que o BM não tinha. O BM não integrou a reflexão sobre o movimento, enquanto movimento que acontecia internacionalmente. Mas, de repente, essa diferença não servia para separar a prática de um da prática de outro, porque as alianças se faziam em torno do PMDB. Isso nos deixou com o pé atrás" (Entrevista realizada em abril de 1983).

Os conflitos e divergências ocorridos na Associação resultaram dessa aliança e não apenas de preferências partidárias distintas. Uma vez que a entidade sempre defendeu a prática da dupla militância, é preciso assinalar que o "drama" ali vivido diz respeito não ao fato de suas ativistas estabelecerem alianças e sim com quem essas são contraídas. Nesse sentido, o depoimento acima citado deve ser "lido" como expressão da indignação da entrevistada frente a essas novas composições, pois, a partir do momento em que uma ala

de sua entidade se aliou às mulheres do BM, tornou-se impossível não só marcar as diferenças como demarcar fronteiras nítidas entre os grupos. A defesa da autonomia, nesse contexto, revelou-se como uma questão retórica, perdendo assim seu caráter distintivo. Era através dessa defesa que a Associação se diferenciava e explicitava suas divergências com relação ao Brasil Mulher. Mas, no momento em essa aliança foi feita, a defesa da autonomia perdeu sua "aura" de singularidade, ganhando uma dimensão "profana".

A compreensão desse conflito exige, ainda, uma reflexão sobre a natureza da militância feminista. Esta não se realiza de uma maneira exterior às suas ativistas, na medida em que suas expectativas individuais são tematizadas e traduzidas a partir de novos recortes políticos. O que significa dizer que esse gênero de militância pressupõe a indissociabilidade das esferas pública e privada. Sendo assim, as situações conflitivas que atravessam toda a prática feminista são marcadas tanto por divergências político-ideológicas mais amplas, no sentido que extrapolam o âmbito do movimento, como por conflitos e divergências de ordem pessoal. No caso da Associação, os conflitos, ao adquirirem essa dupla conotação, tornaram-se irredutíveis, produzindo a segmentação interna do grupo. Essa irredutibilidade se evidenciou na "quebra" do sentimento de pertencimento de seus membros, imprescindível para a realização de uma prática militante baseada na vivência da ideologia comunitária. Uma vez "perdido" esse sentimento, no caso da Associação, só pode ser reconstruído através da criação e delimitação de dois grupos distintos, que passaram a se relacionar como segmentos opostos. Recorrendo, novamente, às reflexões de Pritchard, isso acontece porque "uma pessoa vê a si mesma como membro de um grupo apenas enquanto em oposição a outros grupos e vê um membro de outro grupo como membro de uma unidade social, por mais que esta esteja fragmentada em segmentos opostos" (1979, p.149).

Finalmente, há que se considerar um outro aspecto relevante da prática organizacional do feminismo, sem o qual não se pode compreender integralmente a especificidade que os conflitos adquirem no movimento. Qual seja: a recusa ao centralismo enquanto dispositivo acionado para "eliminar" das organizações seus elementos dissidentes. Conforme foi enfatizado no decorrer desse capítulo, a prática feminista contrapõe-se às das organizações "tradicionais" por recusar a disciplina rígida e hierarquias previamente estabelecidas.

Quando os conflitos emergem, revestindo-se sob a forma de divergências irreduzíveis, os grupos feministas se segmentam. Não há uma instância formal de poder e muito menos uma vanguarda "esclarecida" que possa fazer a mediação entre as concepções divergentes. Nesse sentido, não se pode "expulsar" os elementos divergentes do grupo, sob a alegação de que, por serem dissidentes, contrariam os princípios básicos da organização. Ao contrário, os grupos feministas desenvolvem novas maneiras para apreender e lidar com os conflitos e divergências. Uma delas, talvez a mais significativa, é a produção de mecanismos de diferenciação e de identificação, que faz com que os grupos ou se fragmentem em elementos opostos ou se fundem com outros agrupamentos do mesmo tipo. Ao nível retórico-discursivo, essa segmentação não implica a constituição de grupos baseados na idéia de que detêm o "verdadeiro" feminismo. Embora, na prática cotidiana de atuação tendam a se representar como mais feministas que outros.

* * * * *

Neste capítulo procurei analisar a dinâmica interna do movimento feminista, através do exame de alguns aspectos significativos de sua prática e de sua ideologia. Tinha por intenção demonstrar que a análise desse movimento apenas do ponto de vista de sua organização formal (recusa às lideranças, ao profissionalismo, negação do sistema de representação, vivência do coletivismo enquanto forma de organização que fundamenta a ideologia do alternativo) é insuficiente para explicar a sua dinâmica interna, uma vez que essa é marcada por um processo ininterrupto de criação de oposições e segmentação entre os vários grupos que o compõem. Lutam para o reconhecimento da condição específica das mulheres mas, simultaneamente, se organizam para assinalar diferenças internas. Nesse contexto, a identidade política dos grupos ganha, sobretudo, uma dimensão contrastiva.

Esse processo de segmentação revela-se, conforme tentei demonstrar no decorrer do capítulo, como uma consequência estrutural desse tipo de organização política, e não como uma manifestação conjuntural que se pudesse, por força de uma vontade consciente, suprimir. Pois a segmentação se processa segundo uma lógica que, embora passível de inteligibilidade, é sempre, ou quase sempre, independente da consciência dos sujeitos por ela envolvidos. Por essa razão, a segmentação, vivida de uma maneira processual, é ao mesmo

tempo um dispositivo e um mecanismo. Quero com isso dizer que, mesmo se as militantes feministas - e não só elas - pudessem apreendê-la ao nível da consciência, elas não poderiam suprimi-la. Menos que uma fatalidade, um dado estrutural. Cabe aqui uma citação de Merleau-Ponty:

"Os sujeitos que vivem numa sociedade não têm necessariamente conhecimento do princípio da troca que os governa, assim como o sujeito falante não precisa, para falar, passar pela análise lingüística de sua língua. A estrutura é, antes, praticada por eles como óbvia. Por assim dizer, ela 'os tem' mais do que eles a têm, se a compararmos com a linguagem, tanto no uso vivo da fala, quanto em seu uso poético, onde as palavras parecem falar por si mesmas e tornar-se seres" (Merleau-Ponty, 1980, p.196).

Essa citação nos ajuda a refletir sobre a dimensão estrutural contida no processo de segmentação, mas com a condição de não levarmos demasiadamente longe sua comparação com a linguagem. Pois, sendo a língua uma totalidade não-reflexiva, exterior à consciência e à vontade, não há, porém, dúvida quanto a sua função: a de permitir a comunicação.⁽⁶⁾ O mesmo já não se pode dizer em relação à segmentação, a não ser que se presta para assinalar diferenças entre os grupos e indivíduos, o que de novo nos conduz a uma enunciação tautológica. Por esta razão, mais do que nos perguntarmos sobre a sua função, trata-se de apreender e captar os contextos sócio-políticos nos quais ela se produz e se processa. O que, espero, tenha-se parcialmente cumprido neste capítulo.

Por fim, cabe acrescentar que essas reflexões serão retomadas e aprofundadas nos capítulos seguintes, dedicados à análise do grupo SOS-Mulher, escolhido, conforme indiquei na Introdução, como campo privilegiado de minhas investigações, e apreendido na perspectiva de realização de um estudo de caso.

(6) Para uma abordagem sistemática e complexa dessa questão ver especialmente Lévi-Strauss - "A análise estrutural em lingüística e em Antropologia", in *Tempo Estrutural*, Tempo Universitário, RJ, 1977 e Pouillon, Jean - "Sartre et Lévi-Strauss", in *L'Arc*, nº 26, Paris, 1968.

CAPÍTULO III

UMA PEDAGOGIA DO FEMINISMO

1 - O MOMENTO MARAVILHOSO: O SOS NO ANO DE SUA FUNDAÇÃO

Transcrevo, a seguir, trechos da carta de princípios, elaborada pelas feministas do SOS, em novembro de 1980, com o propósito de registrá-lo como uma entidade civil de utilidade pública. Ne-la constam os seus principais objetivos:

- "1 - Criar e manter um espaço receptivo e solidário com as mulheres que sofrem qualquer tipo de violência cotidiana, todos os níveis de agressão: física, ameaças, ataques sexuais, estupro, danos morais e materiais apoiados em discriminação por sexo, opção sexual, estado civil, idade, aparência, atividade profissional.
- 2 - Oferecer atendimento telefônico e/ou pessoal às mulheres que procuram o espaço da entidade.
- 3 - Oferecer às mulheres vítimas o acesso a serviços jurídicos, médicos, psicológicos etc., sempre que possível.
- 4 - Oferecer às mulheres vítimas a oportunidade, espaço, orientação no sentido de socializarem as experiências e buscarem soluções.
- 5 - Denunciar sistematicamente, através da imprensa, campanhas e outros meios, as violências, discriminações e opressões sofridas pelas mulheres na família, na escola, no trabalho, no sistema hospitalar, no sistema carcerário etc.
- 6 - Oferecer às mulheres as informações disponíveis sobre as melhores maneiras de evitarem e/ou se livrarem de agressões e discriminações.
- 7 - Para cada objetivo há muito o que fazer (operacionalizar):
 - a) promover os meios materiais para a manutenção de um espaço, (aluguel de casa e pagamento de telefone).
 - b) promover o estabelecimento de plantões consistentes; promover a formação constante de novas plantonistas e reciclagem de todas; promover uma reflexão constante sobre o atendimento oferecido.

- c) *Levantar os serviços disponíveis, ampliá-los, conservá-los sob contato, refletir sobre sua atuação.*
 - d) *Promover os encontros e provê-los de pessoas especializadas nesse tipo de grupo.*
 - e) *Manter abertos os canais com os órgãos de divulgação, pensar novas formas de divulgação e denúncia.*
 - f) *Trabalhar em cima de programa de prevenção da violência.*
- 8 - *Manifestar solidariedade a todas as mulheres vítimas de violência, discriminações e opressões enumeradas no item 5 e as suas famílias, em caso de serem vítimas de homicídio.*
- 9 - *Divulgar o trabalho da entidade.*
- 10 - *Conquistar a adesão e a solidariedade de um número cada vez maior de mulheres."*

Esta carta de princípios, escrita em uma linguagem de tipo "burocrática", aparecia como a face "visível" da entidade. Mas há também uma face "oculta" que merece ser revelada: o documento redigido pelas feministas e intitulado "histórico". Vale a pena transcrever alguns dos seus trechos, pois apresentam um outro aspecto do SOS: aquele que é fruto da sua dimensão de coletivo feminista, inscrito na lógica e na dinâmica dos movimentos alternativos ou libertários.

"Não imaginamos muito bem traçar aqui o histórico, o balanço, os objetivos da SOS. É que o SOS não é assim algo tão certo, tão organizado que a ele corresponda uma linguagem muito estruturada. A linguagem do SOS é para nós uma linguagem muito subjetiva, que contém hesitações, dúvidas, algumas certezas, muitas contradições e ambigüidades.

Em primeiro lugar, ocorrem imagens, cenas de um filme muito vivo e emocionante. As cenas do ato público em que lançamos o SOS. Um ato à nossa imagem. Lá fizemos teatro, ouvimos depoimentos, conversamos com as pessoas nas ruas. Não éramos nós mulheres falando, discursando sobre a violência específica que atinge a mulher. Éramos nós, atingidas por essa violência, manifestando nossa inconfor

midade, manifestando nossa vontade de poder ser integralmente, e não ser menos por ser mulher. A gente quer se dar uma força, a gente se dá uma força enorme, e essa força tem que ser ampliada." (SOS-MULHER, 1980, pp.1-2, grifos meus).

"Certezas e dúvidas, imagens de solidariedade e de verdade produzidas no interior de um universo subjetivo" (Gregori, 1984, p.5), no qual a militância feminista, ao enunciar-se através da explicitação consentida dos aspectos mais subjetivos da vida de suas participantes, buscava sobretudo a formação de um espírito comunitário.

A comunidade, entendida "como uma experiência comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências percebidas como injustas" (Cardoso, 1982, p.231), pressupõe, da parte de seus membros, determinados esforços e ações, "para integrar a vida pessoal e a subjetividade na ação comunitária, para avaliá-los em função de seus efeitos sobre o bem-estar pessoal e para encontrar formas de organização, participação e comunicação que lhes permitam aproximar-se desse objetivo." (Evers, 1983, p.33).

No caso da militância feminista e, em especial daquela que se praticava no SOS, a formação desse espírito comunitário presupunha ainda uma identificação irrestrita, por parte de suas integrantes, com os problemas enfrentados e vividos pelo conjunto de mulheres em nossa sociedade. Exemplo significativo desse procedimento foi o primeiro caso de violência registrado pelo SOS após o seu lancamento, no dia 10 de outubro de 1980, o qual conferiu mais verossimilhança à enunciação, encontrada no "histórico", de que "não éramos nós mulheres falando, discursando sobre a violência específica que atinge as mulheres. Éramos nós, atingidas por essa violência...". Não se trata de um recurso retórico, mas de uma situação de fato, em que a tão propalada e desejada identificação com as mulheres "vítimas" da violência transformou-se em realidade concreta, produzindo efeitos simbólicos surpreendentes. S. relata que:

"No dia do lançamento do SOS (eu não sei se essa informação te interessa), logo depois do lançamento, o primeiro caso do SOS aconteceu com a gente mesma: seis pessoas do SOS acabaram apanhando na rua. Foi uma coisa muito triste porque eram só dois homens e nós éramos seis mulheres. Todo mundo apanhou e a gente não

não fez nada, só ficamos muito nervosas e choramos muito. A gente tinha acabado de jantar, era por volta da meia-noite, em um local que é considerado, o pessoal taxa como Boca da Noite, e estávamos voltando em duplas, conversando na calçada. Era uma calçada estreita e a gente estava em bloco. Me parece que as duas últimas pessoas, que eram a R. e a J., estavam conversando e dois elementos começaram a mexer com elas: eram dois caras que estavam atrás delas. Mexendo, falando uns absurdos, cantando e parará, parará. Elas resolveram parar em frente a um cartaz de cinema para deixar os dois elementos passarem e elas continuarem a conversa. Acontece que quando elas pararam, os caras atravessaram por elas, mas, em vez de seguirem em frente, voltaram para elas e continuaram mexendo e as chamando de gostosas e outras coisas mais. A J. estava chupando um sorvete e o cara começou a mexer com isso, a fazer todo um jogo de linguagens com a estória de que ela estava chupando o sorvete. Isto incomodou tanto que a J. acabou atirando a casquinha e o sorvete no rosto do cara. Aí, quando ela fez isto, os caras não tiveram a menor dúvida, partiram para uma agressão física, dando as maiores pancadas nela e na R. Aí elas começaram a ... Isso é um fato gozado porque a gente tinha decidido no lançamento que a Comissão Contra a Violência se chamaria SOS-MULHER e foi gozado que as duas contam que, naquela hora, começaram a gritar: SOS, SOS, SOS! Mas era uma coisa tão nova ainda na cabeça da gente, que a gente que estava caminhando na frente acabou que ... Era um som que não chamou atenção: SOS, SOS ... A gente não estava nem familiarizada com o nome. E as duas meninas que estavam na frente, a V. e a M. do Lésbico-Feminista, voltaram para acudir e tentaram intervir, mas o cara acabou batendo nas duas. Até que depois eu e a R. - um tempo depois é que a gente descobriu que as meninas estavam lá trás apanhando - e a R. tentou conversar com o cara, tentou falar, mas o cara acabou dando uns tapas na cara dela e dando chutes na gente. E era uma loucura, porque as pessoas que estavam passando na rua e que tentaram defender a gente (porque a gente não foi em bloco para cima dos caras, ao contrário, quando ia uma e apanhava a outra corria para ajudar, uma coisa boba, né?) diziam assim: 'deixa prá lá, onde já se viu, elas estavam aí tranquilas, fazendo o trabalho delas'. Ou seja, na verdade, como éramos mulheres sozinhas, à meia-noite, numa rua considerada da 'Boca', então as pessoas não defendiam porque era um ser humano que estava apanhando, sendo agredido, não era por isso, mas sim porque, de repente, éramos mulheres possivelmente da 'Boca', que estavam ali batalhando o pão de cada dia e que os camaradas tinha mexido.

Aí, outro dizia assim: 'são lésbicas, mas tudo bem, são lésbicas mas não precisava bater', diziam coisas nesse sentido" (Entrevista realizada em fevereiro de 1983).

Este acontecimento, apesar de doloroso para as feministas que dele participaram, teve uma eficácia simbólica surpreendente na formação do recém-estruturado grupo SOS-MULHER. A surra que levaram, ao transformá-las em mais uma das "vítimas" da violência exercida contra o sexo feminino, contribuiu não só para uma maior identificação com os problemas enfrentados pelas mulheres em nossa sociedade - em termos da opressão e da discriminação a que se encontram expostas - como propiciou a criação de um forte sentimento comunitário entre elas: requisito indispensável para a viabilização da prática feminista.

A produção desse sentimento comunitário, por sua vez, acelerou o processo de formação do SOS como mais um grupo feminista autônomo, o que já vinha ocorrendo antes mesmo do seu lançamento oficial. Dessa maneira, o SOS que originalmente surgiu sob a forma de uma comissão de luta contra a violência - integrada por todos os grupos feministas atuantes em São Paulo, no ano de 1980 - perdeu rapidamente o seu caráter de frente. Um mês após a sua fundação já apresentava uma dinâmica, uma prática e uma composição que, de uma certa maneira, encontravam-se desvinculadas dos demais grupos que lhe deram origem.

* * * * *

Em novembro de 1980, 30 mulheres, na condição de militantes feministas, integravam o SOS. Nesse período, vivia-se, ali dentro, um intenso processo de discussão, tanto da prática concreta que deveria ser acionada pela entidade com objetivo de lutar contra a violência, como dos ideários e das proposições feministas. A formação do primeiro SOS-MULHER, no Brasil, revelava-se, para as suas participantes, como experiência extremamente rica e apaixonante. Segundo R. (numa entrevista realizada um mês após a fundação do SOS),

"a vivência desta experiência está sendo muito rica, pois, para muitas de nós, é a primeira vez que o público e o privado se fundem. Ali há espaço para a manifestação de nossa subjetividade,

de nossa afetividade. É a primeira vez que, para mim, o feminismo se realiza passando por cada uma de nós. Isso faz com que exista muita solidariedade entre a gente."

Se a solidariedade e afetividade eram, naquele momento, destacadas para demonstrar a singularidade da experiência vivida coletivamente pelas integrantes da entidade, o mesmo não se pode dizer da relação que o restante dos grupos feministas organizados no período estabeleciam com o SOS. Alguns dos problemas e dos conflitos surgidos dessa relação podem, inclusive, ser exemplificados a partir da trajetória pessoal das feministas que fundaram o SOS. R., uma das integrantes da comissão e ex-militante da Associação, me contou que no decorrer do processo de formação do SOS, a relação entre os dois grupos foi marcada por uma grande tensão: na manifestação de lançamento da entidade, apenas cinco militantes da Associação compareceram. Após este "incidente", R. decidiu romper com o seu grupo de origem, passando a trabalhar no SOS, na condição de feminista independente.

"Na Associação, os grupos de trabalho eram organizados de maneira estanque. Isso dificultava que as informações fossem socializadas. O grupo falava de mulheres como se nós não fossemos mulheres, como se fosse suposto que todas nós tivéssemos resolvido a nossa situação de discriminação. Eu nunca falei nada da minha vida na Associação. É no SOS que isso está acontecendo pela primeira vez. É a primeira vez que encontro espaço, num grupo feminista, para falar de mim. Talvez isso aconteça pelo fato do grupo se organizar em torno da violência específica contra as mulheres. Isso cria uma situação favorável para a emergência e manifestação de nossa subjetividade. De certa maneira, todas nós vivemos, em maior ou menor grau, essa violência" (Entrevista realizada em novembro de 1980).

Simultaneamente ao exercício dessa vivência "solidária" e "afetiva" (sublinhada contrastivamente pela entrevistada para enfatizar a singularidade do SOS), as feministas da entidade direcionavam seus esforços na implementação de formas organizacionais adequadas a um trabalho feminista de combate à violência. A "questão da organização" ocupava grande parte das discussões, promovidas pelo grupo, em novembro de 1980. Nessas reuniões, discutia-se tanto a situação interna da entidade, do "coletivo",⁽¹⁾ como o tipo de

(1) O grupo de mulheres que integrava o SOS denominava-se por coletivo. Esta palavra era usada, a princípio, apenas por uma de suas integrantes, oriunda do grupo Lésbico-Feminista. Com o passar do tempo, passou a ser utilizada pelo restante do grupo.

relação que o SOS deveria estabelecer com o restante dos grupos feministas paulistanos. A grande preocupação, enunciada pelas participantes, era no sentido de garantir o SOS como um espaço de solidariedade feminista. Tal preocupação, no entanto, esbarrava em algumas dificuldades, pois o SOS, para se manter, precisava ampliar o seu quadro de participantes. Segundo A.:

"Quando começamos éramos apenas seis mulheres. Mas após a realização do ato público de fundação, o SOS passou a aglutinar mais mulheres. Hoje (novembro de 1980) somos trinta. E um número como esse cria alguns problemas e dificuldades, principalmente quando fazemos reuniões de discussões. Além disso, o grupo é muito heterogêneo: tem desde feministas independentes, até mulheres que nunca participaram do movimento, e que começaram a se interessar pela questão depois da nossa fundação.

Por outro lado, esse grande número de participantes deve servir de estímulo para o nosso trabalho e, por isso, devemos estar atentas em criar formas de organização que sejam capazes de comportar toda a riqueza deste processo que estamos vivendo" (Entrevista realizada em novembro de 1980).

A discussão sobre essas formas de organização incluía também uma reflexão sobre a questão do poder dentro do grupo. O debate articulava-se à necessidade de criar mecanismos informais de "controle" que impedissem a formação de estruturas hierárquicas de poder, na entidade. Tal preocupação, segundo A., surgia pelo fato de o grupo comportar tanto as "fundadoras", como as "novas", isto é, aquelas mulheres que não tinham um passado anterior no movimento feminista.

"Nós, as fundadoras, que participamos da comissão, pelo fato de estarmos vivendo esse processo desde o início, possuímos um número muito grande de informações sobre a questão da violência. Nós fomos o grupo que mais levantou o problema específico da violência contra as mulheres, e fizemos isto através do rádio, televisão, jornal, conferências etc. E se a gente não conseguir socializar estas informações, para o restante das participantes do SOS, poderemos acabar exercendo um tipo de poder sobre elas. Tenho receio que isto aconteça" (Entrevista realizada em novembro de 1980).

Essas preocupações nortearam a organização do SOS, que, inicialmente, funcionava a partir da articulação de quatro grupos de trabalho: o grupo de reflexão, de imprensa, de finanças e de documentação. Este último recolhia material e depoimentos de pessoas relacionadas a Esmeralda Dias e Anne Marie Armichaub, ambas assassinadas pelos maridos. O objetivo desse trabalho era produzir um livro feminista sobre a questão da violência contra as mulheres e, particularmente, sobre os assassinatos de que de muitas delas são vítimas; o que, porém, não se cumpriu.

Além desses quatro grupos de trabalho, as militantes do SOS desenvolviam uma prática de atendimento às "mulheres vítimas da violência", realizada, inicialmente, por telefone e, mais tarde, sob a forma de plantão.

* * * * *

De outubro de 1980 a junho de 1981, as feministas do SOS dedicaram grande parte do seu tempo para a construção da entidade. Nesse período, militar e viver eram quase como uma única e mesma realidade. O entusiasmo e a paixão que sentiam pelo trabalho não se esmoreciam nem mesmo frente ao aparecimento de inúmeros problemas, resultantes tanto da falta de uma infra-estrutura econômica como da própria atividade de atendimento às mulheres. Como recorda B.,

"o público existia, a solicitação era enorme, e nós estávamos fazendo um trabalho voluntário, em tempo integral, total. Isso causava alguns problemas. Muitas vezes a gente não tinha nem dinheiro para pagar a conta do telefone, que era uma conta monstruosa. A gente não tinha nem papel suficiente para fazer o atendimento. Antes disso acontecer, passamos mais de um mês e meio com pilhas de papel soltos dos casos atendidos.

Com relação às advogadas, algumas realmente assumiram o trabalho de orientação. Quanto às outras, nós realmente não conseguimos fazer uma proposta de trabalho capaz de prender as advogadas na proposta do SOS.

De cara, surgiu a idéia de que precisaríamos ter algum tipo de financiamento, algum tipo de dinheiro para podermos montar

uma estrutura mínima. A partir daí, começaram os contatos para financiamentos e muitos trabalhos de agitação e propaganda foram feitos. Nós éramos solicitadas para todos os programas de televisão, para todos os debates. Aquele grupo tinha que atender a essas solicitações, tinha que cuidar da infra-estrutura, tinha que dar encaminhamento para os casos atendidos, tinha que cuidar da parte de divulgação, olha, era uma loucura total e absoluta! Bem coisa de mulher! Só o pique da gente é que levava aquilo para frente, com o adendo de que estava todo mundo trabalhando em outro lugar, durante a semana inteira" (Entrevista realizada em novembro de 1983).

Como explicar e analisar essa disponibilidade quase total e a paixão que as feministas sentiam pelo SOS? Quais seriam as razões que possibilitaram a vivência desse "pique", que a entrevistada enuncia como "bem coisa de mulher"? Ou, em outros termos, como entender a importância que o trabalho realizado no SOS adquiriu para cada participante e para o "coletivo" como um todo? Antes de responder a essas perguntas, lembremos das palavras de R. (entrevistada um mês após a fundação do SOS) sobre sua experiência na entidade: "era a primeira vez que o público e o privado se fundiam", era, também, "a primeira vez que o feminismo se realizava de fato passando por cada uma de nós". Ali, no SOS, havia espaço "para a manifestação de nossa subjetividade, de nossa afetividade". O que resultava na criação de "muita solidariedade e afetividade entre a gente".

Cabe aqui uma outra pergunta: por que, ou melhor, o que tornou possível essa experiência? A resposta a esta indagação pode ser, em um primeiro momento, dada pela própria entrevistada: "talvez isso aconteça pelo fato de o grupo se organizar em torno da violência específica contra as mulheres: isso cria uma situação favorável para a emergência dessas manifestações subjetivas. De uma certa maneira, todas nós vivemos, em maior ou menor grau, essa violência".

Mas, por que um trabalho ligado à violência propiciou a vivência dessas manifestações afetivas, fundadas no exercício da solidariedade? Em primeiro lugar, pela própria natureza desse trabalho que criava condições ímpares, do ponto de vista dos ideários e das proposições feministas, para a constituição de um espírito e de uma prática de tipo comunitário. Ou seja, para a experimentação coletiva de uma condição comum de discriminação, baseada em gênero,

que enfatizava o compartilhar de certas interdições percebidas como injustas, tendo em vista a sua superação. As feministas do SOS se reconheciam como parte de uma comunidade maior: a da população feminina que vivencia, no seu cotidiano, as investidas de uma violência particular, fruto, segundo o discurso feminista, da opressão a que está sujeito o sexo feminino.

Nessa primeira fase do SOS, marcada pelo entusiasmo e pela paixão, a contraposição entre mulheres de periferia e mulheres de classe média - tão presente e recorrente nas formulações e nos debates internos promovidos pelos grupos feministas - parecia dissipar-se. Através da apreciação política do fenômeno da violência, procurava-se rastrear, delimitar e recortar um outro aspecto da vivência feminina, que vivido de uma maneira particular por cada mulher, é, enquanto experiência social, comum a todas elas. A violência, nessa perspectiva, era percebida como o termo unificador da condição de discriminação e subordinação vivida e partilhada pelo conjunto de mulheres em nossa sociedade. O que não acontecia com as demais bandeiras de luta e proposições ideológicas do feminismo, pois, embora destinadas a toda a população feminina, elas, na realidade, acabavam por privilegiar, enquanto interlocutores preferenciais, ora as mulheres da periferia, ora as mulheres de classe média.

A questão da violência, seja enquanto vivência particular, seja enquanto experiência social, criaria, no entender das feministas do SOS, o laço simbólico necessário para a constituição de uma identidade mais globalizante entre mulheres. Isso significa dizer que a violência, pelo menos nessa primeira fase do SOS, era percebida como uma questão que permitiria o estabelecimento de uma forte identificação entre mulheres com experiências e biografias diferentes. A vivência da violência, nessa perspectiva, transcendia a posição de classe de quem a experienciava.

O SOS, no contexto de atuação dos demais grupos feministas, aparecia como o único grupo que conseguia articular e operacionalizar duas dimensões tidas como fundamentais para o exercício das proposições e dos ideários do movimento: a prática e a reflexão. De um lado, porque desenvolvia um trabalho prático de combate à violência - feito através dos plantões de atendimento - que incorporava tanto as mulheres vindas das periferias da cidade, como as

mulheres provenientes das camadas médias. De outro lado, porque procurava imprimir sobre esta prática um discurso e uma reflexão sobre a condição das mulheres, próprios dos grupos de auto-reflexão. A articulação dessas duas instâncias ou dimensões do feminismo conferia, ao coletivo de militantes da entidade, uma posição singular frente aos demais grupos existentes em São Paulo, naquele período. Posição esta que legitimava o exercício e a apreciação coletiva dos aspectos subjetivos frutos da vivência individual de suas integrantes.

Ilá, ainda, uma segunda razão para explicar a pergunta anteriormente colocada, qual seja: por que um trabalho ligado ao combate à violência propiciou a emergência e vivência de manifestações afetivas e subjetivas, por parte de suas militantes? Isto se deveu, por um lado, ao grande número de mulheres lésbicas que passaram a integrar o coletivo do SOS - contribuindo assim não só para a sua formação como um grupo autônomo, como para a descoberta da problemática homossexual no interior de uma prática feminista. Por outro lado, à própria concepção do fenômeno da violência, que foi formulada por suas integrantes.

2 - QUANDO SURGIRAM AS LÉSBICAS

A presença de um grande número de lésbicas nos SOS contribui não só para o aceleramento do processo de autonomia da entidade - em curso antes mesmo do seu lançamento oficial no dia 10 de outubro de 1980 - como para imprimir uma marca singular no trabalho, nas discussões, na organização e na dinâmica do grupo. Esta presença, bem como a visibilidade que as lésbicas ganharam no SOS, no decorrer dos seus três anos de funcionamento, estabeleceu-se a partir da eclosão de inúmeros conflitos.

Inicialmente, o SOS surgiu (conforme relatei ao historiar a sua formação) sob a forma de uma comissão de luta contra a violência, formada a partir de uma "frente" feminista. Esta frente era composta de representantes de todos os grupos feministas atuantes em São Paulo, no ano de 1980. Entre eles, encontravam-se membros do grupo Lésbico-Feminista. A atuação dessas mulheres gerou muitos conflitos e brigas, pois, no entender de grande parte das feministas, baseava-se numa concepção sexista do problema em pauta: a violência que incide sobre o sexo feminino.

Essa crítica era feita não só por parte das feministas organizadas em outros grupos específicos, como pelas próprias integrantes heterossexuais do SOS. Porém, quando explicitada pelas últimas adquiria e ganhava significados diferentes, merecendo, por esta razão, uma análise mais particularizada. No momento de formação da entidade, as militantes lésbicas quase sempre assumiam uma postura marginal frente às demais integrantes do SOS. Qualquer crítica era por elas entendida como uma atitude preconceituosa das "heterossexuais" em relação às "homossexuais". Uma das fundadoras do grupo e sua principal líder - resultado do carisma que exercia sobre as demais participantes - era identificada como uma pessoa muito emocional e pouco política, que se apresentava e se comportava publicamente a partir de uma "postura vitimista". Por outro lado, o seu desempenho no SOS e o seu comportamento pessoal eram percebidos, não pelos seus aspectos ambíguos, mas como resultado de uma falta de clareza política quanto a sua identidade pessoal e a de seu grupo. Isto porque as suas intervenções visavam simultaneamente dissolver a sua identidade de lésbica no interior do trabalho feminista realizado pelo SOS, como defender e resgatar a especificidade de sua condição e do gru

po do qual participava. Seus pronunciamentos contavam com o apoio de uma parte das militantes lésbicas, mas não produziam uma visão consensual a respeito da necessidade política de dissolver a identidade lésbica no interior de uma identidade feminista mais geral. O que acabou por resultar em uma segmentação do grupo Lésbico-Feminista.

Esse processo de segmentação foi acompanhado pela eclosão de conflitos pessoais. Naquele período Z. estava rompendo uma ligação amorosa de dois anos com L., militante lésbica. Esta última, por sua vez, estava namorando M, que também era integrante do grupo. Este triângulo amoroso foi vivido de uma maneira extremamente conturbada tanto pelas suas protagonistas como pelas demais militantes lésbicas. Algumas, revoltadas com o comportamento e com a forma de condução do novo romance, aliaram-se a Z.; outras a M. Em ambos os casos, as alianças e dissidências apareceram revestidas por concepções políticas distintas, relativas a maneiras divergentes de qualificar as preferências sexuais.

As que romperam com Z. aglutinaram-se em torno de M. e se desvincularam do SOS. Para elas, o lesbianismo não se constituía apenas em uma opção sexual, sendo tratado, antes de tudo, como um problema de identidade social e política. Em torno dessa preferência sexual construíam uma prática centrada na necessidade tanto de atribuir ao lesbianismo uma dimensão político-cultural como de ampliar a luta homossexual em São Paulo. Entendiam que o lesbianismo devia ser "assumido" como uma identidade por todas as mulheres que o praticavam. Não punham, portanto, em "questão os fundamentos da taxinomia que divide o mundo em 'heterossexuais', 'homossexuais' e, marginalmente, 'bissexuais' " (Fry, 1982, p.107).

Ao contrário, as que se aliaram a Z. retiraram-se do LF e passaram a recusar a identidade lésbica enquanto uma identidade política. Essa recusa, em certa medida, era legitimada pelos artigos do antropólogo Peter Fry,⁽²⁾ escritos para o jornal *Lampião da*

(2) Segundo Fry, "essa busca de uma 'identidade' homossexual e as pressões concomitantes exercidas sobre os indivíduos que gostam de manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo para que 'assumam' a identidade de homossexual tendem a conferir uma legitimidade ao modelo que a ciência médica sozinha jamais conseguiria impor". No seu entender "não há nada mais eficiente na produção de 'condições sociais' do que a crença na sua existência" (Fry, 1982, p.107 e 108).

Esquina,⁽³⁾ lidos por várias delas. Ao romperem com o LF, privilegiaram a identidade feminista, pois entendiam que o fato de praticarem o lesbianismo como preferência sexual era uma particularidade a mais de suas vidas e não a marca definidora de suas identidades. Antes de tudo se reconheciam como mulheres e, como tal, pressupunham a vivência de uma condição estrutural de subalternidade baseada em gênero. O fato de postularem o lesbianismo como categorização política não significava, porém, que ele não fosse exercido como opção sexual, inclusive dentro do SOS.

O interessante a destacar desse embate de posições e da dissidência por ele promovida diz respeito à maneira pela qual os conflitos são vividos e tematizados no âmbito da militância feminista. Como foi apontado acima, a segmentação do grupo lésbico foi motivada tanto por razões políticas como por razões de ordem pessoal, mais especificamente de ordem afetivo-sexual. Na elaboração do conflito, as divergências pessoais não foram suprimidas; ao contrário, ao serem explicitadas, tiveram um peso importante na segmentação do grupo. Isto se tornou possível graças à concepção, partilhada por todas as feministas de que o "pessoal é político". Assim, os problemas pessoais deveriam ser apreciados e tematizados da mesma forma que os problemas políticos e sociais. Os primeiros, pelo menos a princípio, eram tão legítimos quanto os segundos.

Para uma reflexão interessada em apreender tanto a especificidade dos mecanismos de oposição e de identificação produzidos pelas integrantes lésbicas do LF e do SOS, como a natureza de suas relações, é possível pensar que eles possuem grande similaridade com as dos Nuer e dos Dinka, analisadas por Evans Pritchard (1979). No sentido de que não se trata de um simples relacionamento entre grupos que se consideravam "estrangeiros", mas sim de um relacionamento entre grupos que, sob vários aspectos, eram muito semelhantes e que, por se perceberem como mais "iguais", se esforçavam por se diferenciarem. Parafraseando Pritchard, diremos ainda que tal relacionamento requeria um certo reconhecimento, de ambos os lados, de que cada um até determinado ponto, partilhava dos sentimentos e dos hábitos do outro.

(3) Para uma história do jornal Lâmpião da Esquina ver MacRae, 1985.

Apesar de atribuírem pesos e significados distintos à questão do lesbianismo, as ativistas desses grupos partilhavam um 'estilo' de vida parecido, o que fazia com que suas experiências pessoais fossem, sob vários aspectos, estruturalmente semelhantes. O esforço sempre renovado por se diferenciarem implicava a tentativa tanto de demarcarem fronteiras entre os grupos, através de um procedimento essencialmente discursivo, como de demarcarem as singularidades de suas práticas. Nesse contexto, a identidade política dos grupos ganhava sobretudo uma dimensão contrastante. Nesse sentido é possível afirmar que para aqueles indivíduos ou grupos, que se representam ou são vistos socialmente como iguais, seja por partilharem situações de vida semelhantes, seja por atribuírem às suas experiências pessoais uma dimensão política, há apenas duas alternativas: ou se fundem ou se diferenciam internamente.

* * * * *

A presença, no SOS, de um grande número de mulheres, adeptas do lesbianismo enquanto opção sexual, ao criar condições para o exercício de um erotismo, nem sempre difuso, entre as suas integrantes, propiciou a redescoberta, a partir de novos signos, do universo feminino. As feministas viviam quase que exclusivamente entre mulheres, seja por desenvolverem um trabalho cotidiano de prestação de serviços e de solidariedade a uma clientela eminentemente feminina, seja por implementarem uma militância que exigia uma disponibilidade de tempo praticamente integral. L. uma das fundadoras do SOS, relata que:

"Quando o SOS começou, entraram muitas mulheres que transavam entre si. Isso era uma novidade absoluta para mim, pois jamais tinha passado na minha cabeça esse tipo de coisa. Era uma coisa que eu ignorava, quer dizer eu sabia disso, mas era completamente fora de qualquer referência minha.

Todo esse processo de formação do SOS, do lançamento do SOS, criou laços muito fortes entre as pessoas. Ao mesmo tempo que eu estava conhecendo mulheres lésbicas nesse processo, eu sentia que havia uma coisa extremamente erótica entre as mulheres. Um clima erótico, que, até então, nunca tinha percebido, nunca tinha sentido. Isso passou a existir para mim como uma possibilidade. Isso era uma coisa que se tornava possível para mim. E os laços entre as pessoas que transaram esse processo eram muito fortes. Pintavam umas coisas fantásticas, a gente brincava muito de se tocar. Então

no começo das reuniões, antes da gente começar a discutir mesmo, a gente ficava de olhos fechados e começávamos a nos cheirar e tentávamos nos reconhecer pelo cheiro, pelo contato com as mãos. Eu me lembro de uma brincadeira de roda que nós fizemos na casa da S., onde todo mundo se tocou com os pés e com as mãos. Era uma coisa genial, a gente brincava muito! E para mim era fantástico isso de poder brincar. Ao mesmo tempo eu sabia que isso que estava acontecendo não aconteceria na minha relação com os homens, que eu era incapaz de fazer isso com eles, nesse nível de infantilidade que se misturava com um nível de sensualidade, que corria direto entre a gente. Era uma coisa assim que, para mim, era uma novidade absoluta. E tudo isso ligado só com mulheres ... então era um universo só de mulheres. Um trabalho feito completamente em cima e entre as histórias de mulheres" (Entrevista realizada em janeiro de 1984).

Esta fala retrata, com riqueza de detalhes, o "ambiente" e a "atmosfera" vividos no SOS, pelo seu conjunto de participantes nos primeiros meses de existência da entidade. Nesse período - que se estende de novembro de 1980 a meados de abril de 1981 - o SOS chegou a ter 60 integrantes, na condição de militantes: algumas eram provenientes de grupos feministas atuantes no período; outras vieram na condição de feministas independentes; havia também aquelas que estavam entrando em contato com o feminismo pela primeira vez. Em número menor, mas nem por isso menos expressivo do ponto de vista da atuação, incorporaram-se ao SOS algumas mulheres vindas do exílio, e que tiveram uma participação nos movimentos feministas internacionais, notadamente no movimento francês.

As mulheres, que tiveram uma atuação anterior no movimento feminista, tanto nacional como internacional, optaram pelo SOS basicamente em função do trabalho específico que ele se propunha a realizar. O relato de S. sobre os motivos que a levaram a entrar no SOS é, nesse sentido, ilustrativo:

"Eu, que militava no Centro da Mulher Brasileira, deixei o grupo porque, de repente, o SOS veio muito mais de encontro com aquilo que eu esperava, com aquilo que pretendia de um trabalho feminista, do que o grupo que eu fazia parte, onde, na verdade, as questões específicas da mulher eram muito pouco discutidas e pouco priorizadas. Então, a opção pelo SOS foi uma opção de trabalho mesmo. É claro que por trás desta opção tem a minha história de vida,

pois algumas questões trabalhadas no SOS vêm de encontro a minha própria história. Mas, naquele momento, para mim, não foi por causa disso, foi uma escolha, porque eu estava muito mais a fim de trabalhar com a questão da violência do que com a questão do planejamento familiar, por exemplo" (Entrevista realizada em fevereiro de 1983).

Em linhas gerais, esse era o perfil das integrantes do SOS. E foi neste quadro - por si só heterogêneo e diversificado - que as mulheres praticantes do lesbianismo como opção sexual foram inseridas. A presença de um número significativo de mulheres nessa condição contribuiu, de maneira incisiva, para a constituição e vivência de um tipo específico de militância feminista: aquela que enfatiza a junção do trabalho político com as questões pessoais e subjetivas de suas integrantes. Nesse contexto, o SOS propiciava, antes de tudo, para suas militantes, a possibilidade efetiva de viverem e compartilharem aspectos pouco explorados, na perspectiva feminista, do universo feminino. O contato de mulheres "homossexuais" com mulheres socialmente definidas como "heterossexuais" permitiu, ao coletivo do SOS, a manifestação de gestos solidários e de comportamentos afetivos e eróticos, até então pouco usuais nos grupos feministas (pois, como enfatizei ao relatar e analisar a história do feminismo em São Paulo, grande parte das militantes feministas teve uma trajetória política anterior e, por vezes simultânea, nas organizações de esquerda que tendiam a deslegitimar e desqualificar esses aspectos de vida de seus quadros políticos).

Vivia-se, no SOS, uma experiência que priorizava a articulação das questões "públicas" com as questões de ordem "pessoal". No entender de uma de suas integrantes era "a primeira vez que o feminismo se realizava de fato passando por cada uma de nós". Esta experiência marcou a primeira fase do SOS que, por falta de um qualificativo mais sugestivo, resolvi designar de "o momento maravilhoso". Essa vivência paradisíaca, edificada no convívio exclusivo entre mulheres, foi, com o tempo, cedendo lugar à emergência de crises, de insatisfações, decepções, desconfianças, brigas, enfim, a toda uma sorte de infortúnios não-previstos neste primeiro momento do SOS. Antes porém de analisar esse segundo período do "coletivo" e da entidade da qual fazia parte, vejamos ainda novas versões que nos permitam apreender e entender o que foi este "momento maravilhoso" e qual o significado e importância que ele adquiriu para as pessoas que dele participaram. H. contou-me que:

"A vivência no SOS foi uma coisa muito interessante, foi muito desbundante e mexeu com todo mundo. Eu acho que a solidariedade, que era colocada até então dentro do movimento feminista como uma questão teórica, é uma questão vivida dentro do SOS como uma coisa mais real e concreta. Uma outra coisa que também aconteceu no SOS foi o fato de que, ali dentro, nos foi permitido viver os aspectos femininos do ser mulher. Porque, até então, o feminismo, para mim, era uma militância política diferente, e na militância política nós também adotamos modelos masculinos, tais como, o discurso mais estruturado, a questão mais justa, que são padrões masculinos. De repente, o SOS é um lugar onde você ousa dizer que não sabe, que quer pensar, que pode mudar de idéia. No SOS as pessoas ousam mais neste sentido.

Para mim é uma experiência muito interessante, pois me permite incorporar todo um outro lado de ser mulher na minha vida, em função dessa passagem pelo SOS.

Além disso, eu acho que muito do prazer que foi incorporado à militância no SOS se deve, num primeiro momento, às pessoas que vieram dos grupos homossexuais, que nós, feministas de esquerda, não convivíamos até então. Com o passar do tempo fica difícil dizer quem é homossexual, quem não é, pois de repente não existe mais essa divisão. Isso se deve ao fato de que a subjetividade, a proximidade, essas coisas todas acabam circulando de um jeito tal, que acabam fazendo com que a afetividade se estenda e ultrapasse estes limites. Isso acaba contaminando todo mundo" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

A possibilidade de pensar e exercitar uma outra dimensão da vivência feminina - inédita para as feministas provenientes das organizações de esquerda - foi acionada, como vimos pelo relato acima transcrito, simultaneamente à descoberta da problemática trazida pelas militantes lésbicas. No entanto, devido à ampliação de afetividade, um outro sistema classificatório foi elaborado pelas integrantes com o objetivo de dissolver as fronteiras socialmente estabelecidas entre mulheres "heterossexuais" e "homossexuais". Na prática isto significou, para muitas das militantes do SOS que até aquele momento mantinham relações amorosas e sexuais apenas com os homens, a descoberta de um lado "homossexual". Esse "papo cubista", do tipo o "lado" feminino ou masculino, que cada pessoa carrega con

sigo - tão em voga e recorrente no cenário da "juventude" urbana brasileira da década de 80 - foi levado às últimas consequências no SOS. Grande parte de suas integrantes passou, se não a estabelecer relações amorosas com mulheres, pelo menos a se preocupar existencialmente com a temática homossexual. Tal preocupação, bem como a prática efetiva do lesbianismo enquanto opção sexual, exercitada no interior do coletivo de militantes do SOS, tiveram repercussões contundentes tanto na dinâmica e na organização da entidade, como na concepção e política, ali elaboradas, relativas ao fenômeno da violência que incide sobre as mulheres. Como relata P. (uma das participantes proveniente do grupo Brasil Mulher), grande parte das discussões e reflexões feitas pelo "coletivo" versava sobre essa questão:

"O próprio funcionamento do grupo estava ligado ao fato dele ser composto por mulheres lésbicas e não-lésbicas. Para mim, esse contato foi extremamente rico. Mas se gastava um tempo enorme com a relação entre as lésbicas e as não-lésbicas, pois isso mexia com todo mundo. Se gastava objetivamente um tempo enorme com isso, já que havia um grande desgaste emocional entre as lésbicas e as não-lésbicas, porque, evidentemente, existia uma relação de sedução. Muitas das pessoas que chegaram ali, como por exemplo, pessoas do BM ou mesmo da Associação de Mulheres, eram pessoas que nunca tinham trabalhado a questão do homossexualismo, que nunca tinham convivido com essa problemática. Isso dava um encanto para o grupo, porque na verdade elas eram muito sedutoras, passavam muitos bilhetinhos, faziam 'correio elegante'.

Houve um momento em que a gente trabalhou esse relacionamento e foi uma coisa muito difícil. Porque até que ponto você estava definindo a sua posição em função de uma postura discriminatória? Até que ponto você estava defendendo o homem...? Era um negócio muito misturado, eu não sei te explicar muito bem. Muitas vezes você ... E tinha uma outra questão que era a questão da postura. Eu me lembro de uma reunião em que isso me assustou profundamente: era uma reunião do grupo, na sala de reuniões, e havia algumas mulheres que estavam na sala ao lado, esperando para serem atendidas; enquanto isto duas mulheres se beijavam. Eu não sei até que ponto - embora para mim isso não fosse uma questão que me chocasse - mas eu achava que aquelas duas senhoras que estavam ali, no canto, esperando para serem atendidas pelas plantonistas não iam

achar a mesma coisa que eu. Porque o universo daquelas mulheres era outro, e tinha que ser respeitado. Mas não existia espaço para que essa discussão fosse feita, não existia espaço. Podia até ser que existisse, mas eu pessoalmente tinha medo de colocar e do que viesse depois disso. Eu não tinha certeza.

Muitas das pessoas que saíram do SOS depois, pelo menos daquelas que eram do Brasil Mulher, eu senti que isso pesou na decisão dessas mulheres. Pesou muito o fato de você não conseguir ler ... o espaço era meio ... aparentemente era liberal, mas o peso específico das homossexuais fazia com que a correlação de forças não fosse favorável (risos). Eu acho que por causa disso muita gente deixou de colocar os problemas e dúvidas que tinham. Por outro lado, elas são mulheres maravilhosas. Todas elas são batalhadoras, dedicadas, apaixonadas. Um trabalho como esse do SOS você não faz se não tiver um mínimo de paixão. Elas tinham um pique inacreditável. Além disso, a existência das lésbicas no grupo foi uma coisa muito boa para contrapor uma série de coisas minhas.

O SOS enquanto serviço é uma outra questão, um outro papo. Mas enquanto grupo de reflexão nós desenvolvemos uma relação muito intensa, devido ao fato de nos espelhar-mos em outros tipos de mulheres. Nós transamos a questão do afeto e do amor com uma outra dimensão, que não aquela tradicional que estávamos acostumadas, que era a questão do amor entre homens e mulheres. Então era uma experiência muito amorosa, em que se rompiam muitas barreiras, muitos preconceitos. Foi muito rica e fecunda essa experiência. Para mim, ela representou um ganho, porque eu me lembro muito bem de algumas situações que me incomodavam e, hoje, eu sei que tipo de relações elas envolviam. Eu saí do SOS com uma relação afetiva, sabendo exatamente o que era bom e o que não era, sem me sentir pressionada. Eu me lembro da T. discutindo e aprofundando a questão da mulher, a partir da ótica delas que tinham feito uma opção pelo homossexualismo. Tinha uma coisa engraçada: muitas delas, inclusive, não permaneceram apenas com essa opção homossexual. Elas eram muito jovens, muito questionadoras. Nós pertencíamos a uma faixa etária muito mais velha do que a delas, era uma diferença de quase dez anos, tínhamos uma outra cabeça. Uma parte do Brasil Mulher, ou quase toda, era composta de pessoas mais velhas" (Entrevista realizada em novembro de 1983).

A entrevistada chama a atenção para duas questões importantes. A primeira refere-se às diferenças existentes entre as participantes em termos de faixa etária: havia quase como que duas gerações de mulheres atuando em um mesmo campo político-feminista. A segunda versa sobre o passado político das militantes, pois algumas dentre elas vinham não só de grupos feministas que nunca tinham trabalhado a questão do homossexual, como de certas organizações de esquerda onde tal temática era apreendida, se não como um desvio de natureza "pequeno-burguesa", como algo que não merecia um tratamento político específico. O relato de P. retrata as descobertas e os conflitos que essas feministas tiveram ao se depararem com a questão e a prática do lesbianismo.

Vejamos, a seguir, uma outra versão sobre esse contato, feita por uma mulher dez anos mais nova que P, que, até entrar no SOS, nunca tinha participado de nenhum grupo feminista. B., a pessoa a quem me refiro, tinha 26 anos quando entrou no SOS. Na década de 60 e início dos anos 70 morou nos EUA, onde entrou em contato com o feminismo americano sem, no entanto, atuar de uma forma organizada e militante. Voltando para o Brasil, em 1978, foi estuprada. Quatro anos depois, foi convidada por uma amiga, que participava do movimento em São Paulo, a assistir as comemorações do Dia Internacional da Mulher, realizadas no teatro do SESC, em 1982. Nesse dia, as integrantes do SOS apresentaram uma peça de teatro, feita a partir da montagem de alguns esquetes relativos à violência que recai sobre as mulheres. Entusiasmada com o "teatrinho" do SOS decidiu participar da entidade. Ali permaneceu quatro meses. Saiu por motivos pessoais, pois estava decidida a "concentrar todas as suas energias" no mestrado que estava cursando. Aos motivos pessoais, aliou-se uma certa insatisfação quanto ao trabalho concreto desenvolvido pelo SOS : os plantões de atendimento e as discussões pouco "aprofundadas" e pouco "sistematizadas" sobre a questão da violência e sobre a prática da entidade. Apesar disso, B. ressaltou a importância que o contato com mulheres lésbicas teve para sua vida:

"Uma coisa que se alterou muito depois da minha entrada no SOS foi a minha percepção do homossexualismo. Eu nunca tinha tido nenhum contato mais cotidiano com a homossexualidade, com mulheres lésbicas. A minha percepção sobre isto mudou muito a partir da minha atuação no SOS, tanto no sentido de me sentir mais à von-

tade, de aceitar mais internamente, como de perceber em mim uma dimensão homossexual. Eu não digo isso com a intenção de generalizar que todo mundo seja bissexual, ou que todo mundo seja não sei das quantas. No meu caso, especificamente, eu saquei isto. Foi uma coisa que se alterou muito a partir do contato que tive com as pessoas do SOS, da minha experiência no grupo. Esta experiência me deu a possibilidade de sacar esta minha dimensão homossexual e também de transar de uma outra forma as mulheres lésbicas" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

O saldo positivo da experiência no SOS, abordado por B., era recorrentemente explicitado por outras feministas da entidade. O contato entre mulheres que se pretendiam e se reconheciam como "iguais", "liberais" e "desviantes" proporcionou a vivência de relações socialmente definidas como homossexuais. O que me leva a afirmar que o SOS, para além da sua dimensão de instituição alternativa de prestação de serviços feministas às mulheres "vítimas" da violência, era também um lugar de iniciação e de incitamento do aprendizado do lesbianismo, não só do ponto de vista da prática amorosa e sexual, como fundamentalmente da criação de um estilo de vida particular para as mulheres que nele se integraram.

A versão que B. nos oferece sobre o lesbianismo constrói-se não só a partir de sua inserção no universo da militância feminista, como de uma "visão de mundo" mais geral partilhada por uma certa camada urbana, de jovens "intelectualizados" de classe média, encontrados nas grandes cidades brasileiras. Em vista disso valeria acrescentar dois novos relatos sobre o problema em pauta, oferecidos por duas feministas do SOS que se encontravam na mesma faixa etária de P. (ex-integrante do BM), mas que não tinham nem um passado feminista, nem uma trajetória política anterior nas organizações de esquerda.

O primeiro relato foi feito por G., uma mulher de 34 anos, casada, mãe de dois filhos, que entrou no SOS no começo de 1981, em meio a uma crise pessoal e profissional, deflagrada a partir do nascimento do segundo filho.

"Eu entrei no SOS no momento em que estava vivendo uma crise mesmo, tinha tido o meu segundo filho, queria voltar a trabalhar (eu tive os meus filhos com a pessoa que eu escolhi e no mo-

mento que quis), mas não conseguia fazer isto porque não conseguia deixar a criança na creche. De repente eu descobri que estava vivendo uma série de conflitos. Por exemplo, eu achava que não deveria usar a família para me ajudar nesta questão de cuidar dos filhos. O conflito era de tal ordem que eu pensei que estava enlouquecendo. Precisava de alguém com quem pudesse conversar e que sentisse as mesmas coisas que eu estava sentindo.

Essa estória de que ter filho é só um paraíso, não era verdade para mim, e eu não conseguia mais conversar com pessoas que pensavam desta maneira. Estava procurando outras pessoas que sentissem outras coisas, que percebessem que ter filho é muito bom, mas que às vezes eles atrapalham, que esta sensação de obrigação de que temos que fazer tudo para eles é absurda, é uma mentira. Tudo pelos filhos coisa nenhuma! Mas no meio em que eu convivia isso era uma verdade, então quando eu dizia o que eu pensava as pessoas quase me apedrejavam. Por causa disto eu acabei me fechando e passei a não falar mais sobre essas coisas.

Quando o meu segundo filho nasceu, juntou tudo: juntou a crise profissional - porque eu não estava mais crescendo profissionalmente e descobri que não queria mais fazer o trabalho que estava fazendo - com a crise de identidade feminina. Então eu parei de trabalhar, e era um trabalho de terapia ocupacional que vinha fazendo há 10 anos, um trabalho que eu realmente acreditava e que era altamente revolucionário para a década de 70 (eu comecei a trabalhar nisso em 1969 e saí no começo de 1979).

Naquele momento eu sabia que estava usando o nascimento do meu segundo filho para poder largar o emprego, para sair de lá. Depois que parei de trabalhar decidi ficar em casa, sendo mãe de dois filhos. Nessa mesma época também aconteceram coisas pessoais, por exemplo, meu pai morreu. Vivi uma crise total, realmente estava muito ruim. Perdi a noção do tempo.

Eu tinha decidido largar a minha profissão e fazer cerâmica, que é uma coisa que eu sempre fiz paralelamente ao meu trabalho. Então resolvi aprender a técnica de fazer cerâmica. Aí a minha cabeça pirou! Porque quem faz aulinha de cerâmica é toda uma população de donas-de-casa, classe média, metida a burguesa, que não conseguiram ou não querem trabalhar. Eu fui fazer aulas com

essas pessoas que sempre questionei muito, pois sempre questionei o papel da dona-de-casa que não trabalha. E de repente eu me encontrava no meio deste grupo. Foi muito dura, para mim, esta experiência, mas eu acho que consegui perceber o outro lado: o lado dessas mulheres. Depois disso comecei a transar melhor com elas.

Eu acho que comecei a lidar de uma outra maneira com essas mulheres, a perceber muitas coisas novas, porque até então eu só transava com pessoas do meu meio de psiquiatria. O meu marido é engenheiro e as mulheres de engenheiro não têm nada a ver comigo, e eu as agredia muito. Mas quando eu larguei o meu emprego, comecei a fazer o curso de cerâmica e passei a ser uma dona-de-casa, essas coisas deixaram de ser pejorativas e ruins para mim. Eu comecei a perceber o nível de violência que existe na vida dessas mulheres, uma violência que fica invisível, como se não existisse" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

Entre a descoberta dessa "violência" e a procura do SOS, passaram-se quase dois anos. G. não conhecia nenhum grupo feminista, sabia o que eles estavam fazendo apenas por intermédio da imprensa. Até que um dia leu em um jornal que haveria uma reunião no SOS para preparar o 3º Congresso da Mulher Paulista, que se realizaria no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) de 1981. Depois de muito relutar, decidiu ir a reunião.

"Me empetequei toda e fui até o SOS. Me arrumei inteirinha, com uma roupa lilás (eu nem sabia que lilás era a cor das feministas), uma roupa bem bonita, bem arrumada e apareci lá. A S. (uma das fundadoras do SOS) estava dando plantão, era uma sexta-feira de noite e tinha mais duas ou três mulheres junto com ela. Sabe aquela coisa de vou não vou, do medo? Eu estava ansiosíssima, foi um negócio incrível a sensação que eu tive. E eis que chego lá e, de repente, a S. começa ... ela estava dando plantão e falava algumas coisas ... e eu comecei a sentir que era por aí mesmo. E foi um barato! Foi incrível começar a participar do SOS. Aquilo lá estava numa perfeita ebulição. O nível de politização do pessoal era muito maior que o de agora" (Referência à situação do coletivo no ano de 1982, quando a entrevista foi realizada).

No SOS, G. encontrou espaço para discutir e pensar sobre os problemas e as questões que a afligiam, principalmente aquelas

relativas à violência contra a mulher, que ela já percebia, mas de uma maneira difusa, quando fez o curso de cerâmica. Foi lá também que se deparou com a prática do lesbianismo.

"Eu acho que o que me assutou de cara foi a questão da homossexualidade. É lógico que por razões profissionais eu sempre lidai com isso, mas com uma outra postura. Desde que me formei, sempre trabalhei profissionalmente com mulheres. Isso é uma curtição e para mim é uma coisa normal estar num meio de mulheres. E aí pintou a questão da homossexualidade. Eu levei uns seis meses para desgrudar da parede, mexeu muito comigo esta questão - que no SOS era aberta, mais ou menos tranqüila - porque eu nunca tinha transado com um grupo de lésbicas tão elevado como lá. A homossexualidade foi realmente um parafuso para mim! Eu não conseguia tocar nas pessoas, no começo. Não por culpa das pessoas, mas por questões minhas, lógico, né? Eu acho que a minha vivência no SOS, no sentido de transar mais a minha própria sexualidade, foi muito importante. A partir do SOS aconteceram transformações pessoais, minhas, que foram incríveis! A questão da sexualidade, da solidariedade que eu nunca tinha sacado antes" (Idem).

Para que possamos compreender tanto o alcance das transformações operadas em G. após a sua entrada no SOS, como o impacto que o contato com mulheres lésbicas teve sobre ela, é necessário acrescentarmos outras informações sobre a sua vida. Como vimos, G. nunca tinha participado do movimento e, por esta razão, desconhecia o que poderíamos chamar de modus vivendi das feministas, particularmente daquelas que militavam no SOS. Sua presença na entidade chamava a atenção pelo contraste que estabelecia com as demais integrantes:

"Dentro daquela mostra de população eu sou, sem dúvida, a pessoa mais burguesa que tem lá, pela minha própria estrutura de vida. Tinha umas diferenças incríveis, tipo organização de vida, ser casada há dez anos com um homem, ter dois filhos, morando num mesmo lugar, com obrigações, entre aspas, da grande maioria da população, das mulheres. Porque quase todo mundo que está no SOS não faz esse gênero. Quem tem dois filhos no SOS? Só três pessoas.

Eu acho que chegou uma hora em que isso entrou em choque. Eu, às vezes, me colocava meio de lado, não sei bem como dizer so-

bre isso. Eu sentia que existia uma situação de preconceito, não sei se é preconceito, mas vamos chamar de preconceito, por esse tipo de situação que vivo. De questionarem o casamento, de se perguntarem como uma pessoa pode viver tanto tempo com uma única pessoa. E eu vivo com R., meu marido, há dez anos.

Uma época eu fiquei pensando o seguinte: será que não estou doida de viver tanto tempo com uma única pessoa? Será que o certo não é mudar de parceiro de três em três meses? Coisas desse tipo. Mas, espera aí ... todo mundo faz um puta esforço para procurar um parceiro ideal que ... Eu sentia que era muito questionada por isso: como você pode viver com um cara tanto tempo?

Tinha o maior pau lá dentro entre homo x hetero. Tinha uma época em que o papo lá começava assim: porque eu sou homossexual, porque eu sou heterossexual, isto dava o maior pau, as pessoas se classificavam enquanto tal (risos)! (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

O lesbianismo, seja enquanto questão, seja como opção sexual e amorosa, exercia, sobre G., ao mesmo tempo um fascínio e uma ameaça. Este duplo sentimento, antes de impedir, reforçou a sua vontade de permanecer e integrar-se ao coletivo de militantes do SOS. O que, no entanto, foi feito de uma maneira particular:

"No começo do SOS eu ia para lá, mas não queria dividir a minha vida, não queria que invadissem a minha vida. Podiam invadir as minhas idéias, mas não queria que as pessoas me invadissem. Poucas pessoas do SOS já vieram a minha casa, a O., você ... Mas a amizade começou muito depois que eu entrei no SOS. Eu sentia que o SOS era um aprendizado para mim, e que deveria tentar entender como as pessoas viviam, tentar respeitá-las, porque a gente está sempre cheia de modelinhos na cabeça do que as pessoas devem fazer, do tipo de vida que elas devem viver. Nesse sentido, esta experiência foi muito importante, ainda que tenha sido muito sofrida. Tive épocas que eu tinha muito medo. Por exemplo, teve períodos que o nível de politização era muito grande e quem não participava do jornal Em Tempo, de não sei mais que outra coisa, enfim, de todas essas perfumarias da esquerda que andavam por aí ... E eu não participava de nenhuma delas. Discutir isso ou aquilo, tinha horas em que realmente as pessoas se perdiam lá dentro, em que as pessoas

estavam apenas fazendo discursos vazios. E, às vezes, eu realmente não entendia. Achava que tinha dois níveis: um nível teórico e um nível prático. E eu me considerava uma pessoa mais prática, era por aí que eu tinha que entrar.

Eu percebia que aquele linguajar era uma coisa muito distante, apesar de ter algumas coisas que entendia e outras não. Acho que isso está muito ligado a toda essa época de repressão política, ao fato de não ter tido participação política, de ter entrado na faculdade na época em que a repressão começou a reprimir mesmo. Acho que passa muito por aí a minha dificuldade de participar das questões políticas" (Idem).

A partir do relato de G. sobre a inserção no SOS, podemos compreender melhor, de um lado, a composição de seu "coletivo" de militantes, de outro, as implicações que o contato entre mulheres com opções sexuais distintas teve sobre a organização e dinâmica da entidade. De uma frente feminista-constituída com o objetivo de apreciar e lutar contra toda e qualquer forma de violência que recaí sobre as mulheres - o SOS foi se transformando em um grupo autônomo. Nele incorporaram-se e interagiram, não sem conflitos, feministas organizadas, provenientes de diferentes organizações de esquerda, feministas independentes, que não se encontravam vinculadas a nenhum grupo em funcionamento no período, lésbicas oriundas do movimento homossexual, que praticavam o lesbianismo como opção sexual, mas que o recusavam enquanto identidade política, mulheres que nunca tinham atuado no feminismo. Um quadro, no mínimo, heterogêneo. Mulheres militantes, gerações diferentes, estilos de vida variados. Viviam-se, ali, no período que se inicia em novembro de 1980 e se estende a meados de julho de 1981, um clima de grande efervescência das idéias e da prática feminista. Com o tempo, porém, a diversidade e heterogeneidade, que tanto encantavam as suas integrantes, foram revelando-se mais como uma retórica do que como uma realidade. É que, aos poucos, foi se construindo e se edificando um convívio e uma militância baseados e assentados em um universo exclusivo de mulheres, que tendia à autosuficiência. O "outro", os homens, era ali pensado quase como um caso limite de exercício de alteridade. Mas sobre isto falarei depois.

Vejamos, a seguir, mais um relato e uma nova versão sobre o contato entre mulheres "homossexuais" e "heterossexuais", for

necido por uma mulher de 42 anos que, assim como G., também nunca tinha participado e atuado no movimento feminista. O. entrou no SOS em abril de 1981, na época em que se preparava a organização da manifestação contra o assassinato de Eliane de Gramont. Através da imprensa ela soube da reunião que o SOS, juntamente com os demais grupos feministas existentes, iria realizar, em sua sede, para discutir e preparar a manifestação. Ali chegando conheceu o seu coletivo de militantes e inteirou-se sobre os plantões de atendimento por ele realizado.

"O SOS foi a primeira oportunidade que tive, o primeiro lugar onde eu poderia ir e protestar. Foi uma experiência muito bacana entrar no SOS. E a prática mesma do feminismo eu aprendi com quatro mulheres que eram minhas co-plantonistas" (Entrevista realizada em abril de 1982).

O SOS, para O., apareceu como o primeiro lugar onde poderia ir para protestar e, simultaneamente, como espaço de aprendizado da prática feminista, sinônimo de prática de atendimento realizada nos plantões, em conjunto com mais quatro militantes-plantonistas. Ela viveu uma experiência particular de iniciação que, por esta razão, merece ser descrita, antes mesmo de relatarmos a maneira pela qual ela elaborou o contato que estabeleceu com as "lésbicas". Ao contrário da maioria das militantes que, ou já tinha um passado feminista, ou se relacionava proximamente com pessoas que atuavam no movimento, O. desconhecia o universo social, cultural e existencial do feminismo. Soube da entidade pela imprensa e para lá se dirigiu, juntamente com outras mulheres, ávida por manifestar sua indignação contra os homens que matam suas companheiras. Enquanto a maioria das mulheres que procurou o SOS na mesma condição de O. se retirou logo após a realização da manifestação, ela ali permaneceu. Sua integração no grupo, porém, não foi isenta de conflitos. Tanto O. como E. (uma mulher negra, de 22 anos, que também nunca tinha participado do movimento feminista) causaram muita estranheza no grupo. Entre outras coisas, porque:

"Nós falávamos uma porção de coisas que este grupo altamente intelectualizado, de universitárias, não falava. Nós falávamos de futebol, de televisão, coisas que uma certa elite intelectual do grupo não podia admitir, porque se futebol já é alienação, novela de televisão então é abaixo da crítica" (Entrevista realizada em abril de 1982).

Além disso, O. vestia-se, pintava-se e falava uma linguagem diferente daquela que era utilizada pelas demais integrantes do grupo, visto, em um primeiro momento, como um grupo de universitárias, de intelectuais, ou para dizer com suas próprias palavras, como

"um grupo fechado 'democraticamente'. Eu digo isso com aspas porque se o SOS se propunha a abrir para todas as mulheres, para todas as ideologias e culturas, na realidade, se formava sempre uma espécie de panelinha com discursos e culturas semelhantes. Eu tive muitos problemas quando entrei, inclusive de vocabulário. Eu não entendia o que era politizar, pois, para mim, isto estava ligado à política partidária. Eu queria dizer doutrinar e era uma coisa assim execrável. Finalmente sugeri conscientizar, já que é uma palavra que abrange tanto a minha idéia de doutrinar como a delas de politizar. Porque, naquela época, ainda era eu e elas; mas, agora, já é nós faz tempo. Eu também passei a minha linguagem e o meu vocabulário para elas, ao mesmo tempo que elas me passaram a linguagem delas e, foi nesse processo que viramos nós. Mas, no princípio, éramos nós de cá e elas de lá e, apesar de não haver brigas, causávamos muita estranheza no grupo" (Entrevista realizada em abril de 1982).

Este conflito inicial, no entanto, não impediu a permanência de O. no grupo. Não só ela continuou participando como a sua presença acabou por produzir algumas modificações no restante das integrantes do SOS.

"As pessoas hoje (referência ao ano de 1982 quando a entrevista foi realizada) têm coragem de dizer que assistem televisão, que torcem para determinado time de futebol, têm coragem de dizer até que, de vez em quando, assistem à novela das oito. As pessoas têm coragem de admitir isto porque, hoje, isto deixou de ser feio dentro do SOS, sem contar que de vez em quando algumas pessoas se vestem mais bonitinhas, têm prazer em vestir uma roupa mais bonita, porque antes isto era castigo. Antes passar uma pintura era uma espécie de crime ideológico! Agora já me confessam, em segredo, que usam (risos). Neste intercâmbio houve uma fecundação. Houve uma fecundação das respectivas idéias que, ao se misturarem, puderam crescer e deixaram de ser excludentes" (Idem).

O., ao descrever sua experiência de inserção no SOS, re-trata de maneira eloquente as diferenças existentes no interior do grupo. A princípio, este foi visto como essencialmente intelectua-lizado. Essa qualificação diz respeito não só ao universo de refe-rências teóricas e às atividades profissionais de suas integrantes, mas sobretudo, à percepção de O. de que elas eram diferentes dela. (Afinal, O. é tradutora profissional, lê e fala corretamente quatro idiomas). Diferentes na medida em que se vestiam, se comportavam e falavam de uma maneira que lhe era desconhecida. Esse desconhe-cimento revelou-se, em um primeiro momento, como um sentimento di-fuso de não-pertencimento, o que explica a "estranheza" que causou no grupo.

Entretanto, com o passar do tempo, a relação de O. e B. com o grupo foi se "fecundando" através da construção de um proces-so de identificação, em que ambas as partes se envolveram. É inte-ressante notar que a constituição desse nós se fez, concomitante-mente, com a aquisição de um discurso e de uma postura. Nesse sen-tido, o depoimento de O. é exemplar: por ser outra em relação ao grupo, pode detectar com precisão os gestos, a terminologia e os comportamentos utilizados por suas integrantes. A sua inserção no grupo pode, assim, ser comparada a de um pesquisador indigenista que, defrontando-se com uma tribo desconhecida, concentrará toda a sua atenção na busca dos elementos que tornem inteligíveis os comportamentos dos indivíduos estudados. Nessa busca deparar-se-á, talvez, com a dificuldade em desvendar a situação do grupo, ao des-cobrir que mesmo dominando tecnicamente o seu idioma, não é capaz ainda de apreender as suas implicações simbólicas.

Ora, a situação de O., ao entrar em contato com o SOS, não é muito diferente daquela vivida por nosso hipotético etnólogo. Ela também dominava o "idioma" utilizado por suas integrantes, mas não o seu "dialeto". Essas, num certo sentido, a entendiam, no entanto, essa "competência lingüística" não foi suficiente para que se com-preendessem. Nesse contexto, as diferenças "lingüísticas" podem ser apreendidas como traços distintivos que, quando atualizados pelos falantes dessa "comunidade", servem não só para marcar o grau de pertinência de uns em relação a outros como, ainda, qualificam o desempenho de cada um no interior do grupo. Enquanto para O. o trabalho, que se fazia ali dentro, se caracterizava por seu as-pecto doutrinário, para as outras era sobretudo um trabalho polí-

tico que, como tal, exigia a tarefa de "politizar" as mulheres que para ali se dirigiam em busca de orientação e ajuda. Se a palavra conscientização tornou-se o termo de consenso para definir esse trabalho, nem por isso devemos perder de vista que, na realidade, havia diferentes maneiras de concebê-lo, como veremos posteriormente.

Parafraseando o célebre dito de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se mulher", podemos afirmar, a partir do relato da experiência e inserção de O. no SOS, que não se nasce feminista, torna-se feminista. O que significa dizer que a aquisição de uma postura feminista, requisito necessário para qualquer mulher que deseje tornar-se militante, implica um aprendizado daquilo que genericamente poderia ser chamado por uma pedagogia do feminismo. Com relação à experiência de O., a aquisição desta postura se fez por intermédio de um processo conflitivo, no qual vieram à tona maneiras diferentes não só de conceber a prática e o trabalho desenvolvido no SOS, como de experienciar este tipo de militância. Esse confronto de posições e de estilos de vida, ao invés de produzir a segmentação do coletivo do SOS, permitiu que as relações internas de seus membros se fortalecessem, possibilitando assim o reforço da identidade do grupo. O fato de o SOS comportar mulheres com experiências de vida e com trajetórias individuais e políticas distintas era pensado, por suas ativistas, como uma característica singular e especial, principalmente quando o contrapunham aos demais grupos feministas. Enquanto os últimos eram vistos como grupos homogêneos, o SOS, a nível das representações de suas militantes, era apreendido como um grupo diversificado.

Assim, não é contraditório que a própria O., em uma outra passagem da entrevista, sublinhe esse aspecto do SOS:

"O SOS é um pouco a estrela do feminismo, e como toda estrela é um pouco invejada, um pouco badalada, um pouco atacada, um misto de todas essas coisas. Os outros grupos feministas são muito homogêneos entre si, lá dentro. Grupos A, B, X, Z são pessoas que têm a mesma formação cultural, a mesma faixa etária, o mesmo poder aquisitivo, a mesma situação de vida. São grupos muito mais homogêneos do que o SOS. O SOS é uma coisa mais dinâmica, mais viva, respira e se transforma muito mais, e o grupo é muito mais heterogêneo. Isto é muito bom. Eu não tenho nenhuma vivência

no movimento, não conheço, a não ser socialmente, os grupos, mas acho que os outros grupos são um pouco autofágicos. E nós vivemos um processo de fecundação e a diversidade de nossas experiências nos enriquece e nos acrescenta muito" (Entrevista realizada em abril de 1982).

Com esta afirmação, O. pretende destacar as características positivas do SOS que, na sua representação, o tornava não só diferente dos demais grupos feministas como singular e especial, e não sublinhar os aspectos conflitivos da relação que as integrantes do SOS estabeleceram com ela. Inicialmente, estas foram vistas de uma maneira totalizante e generalizante: faziam parte de um grupo "altamente intelectualizado", de "universitárias", "homogêneo" e "democraticamente fechado", uma "espécie de panelinha com postura e discurso semelhantes". No primeiro caso, os interlocutores a que se contrapõe são os demais grupos feministas e, por esta razão, O. refere-se ao SOS através da utilização do pronome nós. No segundo, os interlocutores são as demais feministas do SOS ("no princípio, éramos nós de cá - eu e a E. - e elas de lá e, apesar de não haver brigas, causamos muita estranheza no grupo), interagindo numa situação conflitiva.

Assim como "um mesmo grupo pode usar identidades diferentes, dependendo do interesse específico que quer explorar" (Carneiro da Cunha, 1980, p.58), isto também pode ser feito por um mesmo indivíduo.⁽⁴⁾ O relato de O. sobre a sua experiência é ilustrativo no sentido da utilização deste procedimento, e o seu discurso nos permite apreender e desvendar os vários contextos de enunciação e processamento das identidades contrastivas, feito com a intenção de explorar um interesse específico. Assim, ao ser perguntada sobre os motivos ou razões da saída de muitas feministas que atuaram no SOS, obtive a seguinte resposta:

"Eu agora vou falar como estrangeira, com todo o direito de ser discriminada depois. Eu observo que isto é normal de brasi-

(4) Para uma análise instigante sobre essa questão ver Roberto da Matta: "Você Sabe com Quem está Falando?" In Carnavais, Malandros e Heróis, Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

leiro, todo mundo tem um enorme entusiasmo inicial, mas as pessoas são muito imediatistas, querem logo um resultado, uma recompensa, uma paga pelo trabalho. E quando isto não acontece, as pessoas começam a se sentir frustradas. A saída vai depender então da tolerância e da frustração de cada uma. Este núcleo de doze do SOS (referência ao número de pessoas que estavam fazendo plantão no ano de 1982) é composto pelas pessoas realmente idealistas que têm uma tolerância maior à frustração, ou então um idealismo maior, uma fé maior" (Entrevista realizada em abril de 1982).

Sintetizando: a fala de O. sobre o SOS pode ser analisada em três níveis distintos, mas interligados pelo mesmo procedimento, qual seja, o da demarcação da identidade na sua dimensão contrastiva. O que significa dizer que, dependendo do contexto no qual o seu discurso era enunciado, a sua relação com o SOS era de maior ou menor identificação.

- 1) O da dimensão individual, quando o confronto com o coletivo do SOS explicitava-se através do clássico mecanismo de oposição entre o eu e o outro.
- 2) O da dimensão coletiva, quando contrapunha o SOS aos demais grupos feministas, através da oposição entre nós e eles.
- 3) O da dimensão da nacionalidade, explicitada por intermédio da oposição estrangeiro x brasileiro.

De posse dessas informações preliminares sobre o processo conflitivo de integração de O. no coletivo do SOS, podemos enfocar agora a maneira pela qual ela viveu e tematizou o contato com mulheres que praticavam o lesbianismo enquanto opção sexual. O que só poderá ser feito, no entanto, se contextualizarmos este contato no quadro geral de sua biografia e história de vida. Isto porque a sua descoberta da temática homossexual foi simultânea à descoberta do feminismo como prática social e, principalmente, como um estilo de vida. O discurso por ela utilizado para narrar a sua história de vida, ao demarcar a existência de dois tempos distintos que recortam a sua biografia, pretende mostrar a existência de duas mulheres: uma que é anterior ao SOS; outra que surge a partir da experiência e vivência neste grupo. Tudo se passa como se houvesse um "antes" radicalmente diferente de um "depois". O SOS foi o marco principal que definiu e deflagrou essa ruptura. Aliado a ele, a separação.

"Eu entrei no SOS em abril ou maio de 1981. Mas antes de falar disto, eu gostaria de falar um pouco do resuminho do meu currículo. Uma mulher fruto de minha época, porque vivi a minha juventude na década de 50, que era muito repressora, com toda aquela ideologia, filmes americanos, onde o casamento era visto como uma solução para a mulher. E eu achava que eu tinha que me casar. Achava bonito que a solução da vida de uma mulher fosse se casar. Então eu me casei também, porque tinha que fazer isto, já que o negócio era arranjar marido e cásar. Eu estava casada, muito insatisfeita porque o casamento não me trouxe a felicidade eterna, não resolveu minha vida, nem me trouxe a casinha com cerquinha branca, quadrinhos na parede, mil cortininhas. Esta coisa realmente não aconteceu e eu era muito frustrada com a situação do casamento, com uma porção de coisas que eu também não tinha muita clareza do que eram. Eu fui adquirindo esta clareza depois de me conscientizar do porquê da minha frustração.

Casei com um cara até que muito bom, não posso me queixar pessoalmente dele, porque ele, o marido, não me oprimia, mas a sociedade me oprimia porque eu era casada. Então, se o meu marido me dava toda a liberdade de sair quando quisesse e com quemquisse, a sociedade não me permitia chegar numa reunião sem o meu marido. A sociedade é que estava me oprimindo dentro do meu casamento e isto já estava ficando claro na minha cabeça. Li também alguma literatura feminista ocasional, li Simone de Beauvoir, já aos 20 anos, mas não sabia o que fazer para mudar este estado de coisas e muito menos a sociedade. Depois fui criando um pouco de conhecimento, fui aumentando um pouco a minha consciência feminista, ou seja, da mulher lutar por seus direitos. Neste período me separei porque o casamento não estava mais em condições de sustentar-se e isto era uma parte de minha frustração de vida, não era toda a minha frustração.

Depois que me separei é que eu comecei a criar asas, foi uma coisa lindíssima na minha vida porque comecei a poder ir aos lugares sem ter a obrigação de ter o meu marido sempre presente. Comecei a sentir isto: que as pessoas não ficavam questionando tanto, porque uma vez que eu estava separada, elas não podiam cobrar a presença do marido, porque se eu estivesse casada eu não aprenderia a patinar, não conseguiria ficar em pê em cima daquelas rodinhas. Foi uma coisa muito libertadora para mim, foi como se eu esti

vesse voando. Depois disso aconteceu o caso da Eliane de Gramont e comecei a participar do SOS.

Depois de minha entrada no SOS eu entrei numa crise existencial linda, porque eu comecei a questionar coisas que nunca tinham sido colocadas para mim. Ou se tinham, foi de uma maneira que até então nunca tinha me ocorrido a necessidade de questioná-las. O homossexualismo, por exemplo, era uma coisa que eu nunca tinha questionado, até então eu nunca tinha conhecido ninguém que se dizia homossexual. Eu vim conhecer no SOS, porque uma mulher que é homossexual é aquela que diz que é homossexual e, até então, como ninguém tinha me dito isto, isto era uma coisa que não existia para mim. Quer dizer, como uma fantasia, como alguma coisa muito distante, que não tinha realidade, nem sentido para mim. Aqui, no SOS, eu fui tomando contato com isso e descobri que não era nada daquelas coisas horroresas que se imagina, que muito pelo contrário a relação delas é de pessoa com pessoa, e que os seus encontros e desencontros sentimentais são tão sérios, aflitivos, neuróticos e prazerosos quanto o de qualquer relação heterossexual. São iguais, não existe nenhuma diferença. O que existe é uma pressão maior da sociedade em cima, mas isto existe também em cima das relações heterossexuais. Esta descoberta foi uma coisa que me fez reorganizar todo o meu pensamento.

Depois de alguns meses de SOS eu cheguei a um momento da minha vida, com tanto questionamento novo que eu perdi o meu referencial, todo o meu referencial anterior, todas as minhas certezas. E nesta época durante este meu processo de transformação, eu fiquei completamente sem referencial do mundo. Eu tive que me reencontrar, reencontrar meu novo eu na saída da crise.

Hoje eu não me vejo muito diferente do que eu era antes, ou porque eu já me esqueci como eu era, ou porque eu não acredito que eu tenha acreditado nessas coisas. Eu prefiro pensar que eu era outra pessoa. Aquelas memórias são de outra pessoa e, como hoje eu sou outra, aquilo não me diz mais respeito. É muito estranho, e também um pouco complicado. Eu não sei explicar muito bem o que aconteceu. De repente eu me perdi e fui encontrar uma outra eu.

Eu ainda estou falando do particular, depois eu gostaria de falar um pouco do meu eu social. Tive que requestionar tudo, ti-

ve que reavaliar tudo, já que tinha novos valores para pensar. Novos valores de dignidade, de mulher, novos conceitos da minha independência, mas da minha independência como ser social que está vivendo. Então eu não tenho que me preocupar mais com o que dizem meus vizinhos, porque até então eu me comportava de maneira a manter sempre as aparências, porque eu fui uma burguesa com tudo o que tinha direito. Não falar para ninguém que eu não tinha empregada porque era feio, por exemplo. Hoje em dia eu acho lindo falar que eu não tenho empregada e que sou eu quem cuida da minha casa. Hoje se a minha casa fica suja eu não me preocupo, mas antes eu me preocupava. Mudou a minha relação com essas coisas burguesas de aparência. Eu passei a não dar importância.

Mudou muito a minha relação com os meus filhos. Como eu entrei numa crise existencial, num sentido muito positivo - não é que eu ficava abatida, não é isto - eles tiveram que lidar com isto, já que eu era o referencial dos meus filhos. Nós éramos três em casa, eu e meus dois filhos, eles adolescentes, em fase de ainda procurarem a sua própria identidade, quando perderam o referencial de identidade que era eu, porque eu mudei muito. Se numa época eu dizia para eles, convicta, acreditando que uma determinada coisa era assim, depois de alguns meses eu mudava e dizia com a mesma convicção que não era mais assim. A diferença é que eu não sabia como era. Eles também ficaram desorientados e tivemos os três que nos reformularmos, dentro de casa, como pessoas. Era um trabalho que tinha que ser feito por nós três, caso contrário não conseguiríamos existir como pessoas. E a relação com eles melhorou, hoje nós podemos discutir coisas com maior profundidade, podemos brigar melhor, podemos divergir melhor um com o outro, porque cada um de nós está pensando por si. Eles também estão começando a achar as suas identidades.

Outra coisa que se modificou depois da minha entrada no SOS foi a minha visão dos homens. O homem deixou de ser a solução de vida, para ser uma proposta. Conviver com o homem para que ele me protegesse, para que ele me sustentasse, deixou de ser a solução para mim. Viver com um homem passou a ser uma proposta, sempre no sentido de ser questionada, avaliada, discutida. Atualmente eu tenho um namorado, um amante, faço questão de registrar. Hoje eu requestiono e avalio cada novo fato que acontece na nossa relação, e isto é muito importante para mim. É importante para mim

saber se estou bem. Passei a dar maior importância para mim na relação. Quer dizer, hoje eu quero saber se eu estou bem, se eu estou sendo gratificada, se eu estou levando vantagem para mim. Não vantagem sobre, porque eu não estou explorando, mas estou ganhando de presente, estou recebendo muitas coisas dele" (Entrevista realizada em abril de 1982).

Esta longa transcrição sobre a história de vida de O. e sobre as transformações por ela sofridas após seu ingresso no SOS foi feita com o intuito tanto de revelar uma outra versão sobre o contato entre mulheres com opções sexuais distintas, como de ressaltar que o SOS não pode ser analisado apenas na sua dimensão institucional, inscrita na lógica dos movimentos alternativos. Pois o SOS era ao mesmo tempo um lugar onde se ensinava todo um conjunto de coisas necessárias para a aquisição de uma postura e de um comportamento militante. O que, em outras palavras, significa apreendê-lo, de um lado, como um espaço de aprendizado da militância feminista, enquanto conduta política fundada na necessidade de desvendar e combater todas as situações de discriminação em que as mulheres se encontram inseridas; de outro lado, como um lugar de iniciação no universo cultural, existencial e comportamental, se assim podemos dizer, do feminismo. Feita por intermédio de pequenos rituais (como a passagem pelo grupo de novas, que será descrito e analisado em um momento posterior) e, principalmente, através de um aprendizado da pedagogia do feminismo. O relato de O., nessa perspectiva, revela com precisão a maneira pela qual uma mulher, tornada militante, pretende despir-se do seu passado - visto como opressor e tradicional - para transformar-se em "sujeito" de sua própria vida, ou seja, "consciente", "liberada" e "liberta" dos preconceitos e dos preceitos da submissão feminina. O. retrata assim o processo de conversão ao feminismo: seus requisitos, suas exigências e suas benesses.

Trata-se, pois, mais de uma conversão do que de que uma iniciação, já que ela se conquista por meio de uma disciplina e de uma pedagogia particular. Seu objetivo "didático" é viabilizar o aprendizado de novas formas de relacionamento entre mulheres, ancoradas na idéia de solidariedade e no compartilhar coletivo de experiências subjetivas libertas dos interditos e preconceitos da sociedade "patriarcal" e "machista", responsável, segundo o movimento, pela socialização da submissão feminina.

A conversão ao feminismo, no caso do SOS, realizava-se através do aprendizado de um novo código de relações pessoais, acionado por suas integrantes com o propósito explícito de dissolver as categorias homossexual e heterossexual. As praticantes do lesbianismo que não se dispunham a participar do movimento lêsbico - por não concordarem com o seu pressuposto geral relativo à necessidade de construir uma identidade específica - encontravam no SOS a justificativa "político-ideológica" para tal recusa, uma vez que o lesbianismo, ao ser praticado como opção sexual, não era suprimido. Vejamos, com mais vagar, através da história de A., no que consistia essa justificativa político-ideológica.

A. nasceu na Argentina, onde morou até 1978. Devido à repressão política, que se abateu no país na época do general Videla, à impossibilidade de continuar exercendo sua atividade profissional enquanto psicóloga, e à recusa em ingressar nos movimentos armados de resistência, saiu de lá e mudou-se para o México, onde passou a lecionar na universidade. Após a obtenção de uma bolsa de estudos, que pleiteara para a realização de um curso de pós-graduação, foi para Paris, onde frequentou cursos de psicanálise, na Sorbonne. Mas não conclui sua maîtrise por razões de ordem financeira: a bolsa de estudos era insuficiente para assegurar sua permanência na França. Voltou para o México e reassumiu suas atividades docentes na universidade, da qual tinha se afastado temporariamente. Nesse período, conheceu alguns argentinos que estavam cursando a pós-graduação em Antropologia, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Apaixonou-se pela música popular e pela cultura brasileira. Tomou então a decisão de mudar para o Brasil. Veio para São Paulo e prestou o exame de seleção para o mestrado em Antropologia. Após receber o resultado de sua aprovação, decidiu permanecer no país. O Brasil, para A., significou sobretudo "uma etapa maravilhosa de vida", pois aqui "eu aprendi de novo a ser alegre, a viver. O Brasil e as mulheres. Eu aqui me reencontrei com as mulheres".

Este reencontro deveu-se, por um lado, ao estabelecimento de uma relação amorosa com uma pessoa do mesmo sexo, que, entre outras coisas, deflagrou todo um questionamento da sua condição de mulher, e, por outro lado, a sua entrada no SOS. Esmiucemos esse primeiro aspecto, a partir do próprio relato de A.:

"A questão da mulher se colocava para mim como uma necessidade de independência, desde a minha infância. Na minha família, nós somos três mulheres, três irmãs. Não tenho irmão. A minha mãe foi uma mulher muito boa, ótima. Meu pai se queixava sempre de não ter tido um filho homem e eu sempre me senti muito ofendida por isso, a vida inteira. Me lembro que a primeira vez que levei um namorado em casa, tipo caso sério, meu pai falou assim para mim: 'que ótimo, por fim eu vou ter um filho'. Eu queria morrer. Quer dizer, eu nunca fui uma filha para ele, eu senti isto.

Eu sempre tive necessidade de ser independente, de mostrar que podia fazer as coisas, de que ser mulher ... Sempre tive isso na cabeça, discuti, pensei, busquei respostas: por que ser mulher era ser diferente? Por que ser mulher implicava não sair? Por que ser mulher impedia de estudar? Porque eu estudei psicologia, mas meu pai sempre me falava assim: 'você estuda qualquer coisa, porque na realidade você vai se casar depois e não vai fazer nada'. Então para mim isso sempre foi um assunto importante. Eu sempre quis demonstrar que não precisava de um homem ao meu lado para poder fazer as coisas, pois eu fazia tudo, tudo, que queria. Mas trepava com os homens. Então na minha cabeça eu continuava dependendo completa e absolutamente dos homens, mesmo que não precisasse deles para dirigir, para mudar de país etc.

Eu nunca tive medo, quer dizer medo sempre tive, mas enfrontei. Nunca precisei da companhia de um homem para nada. Só afetivamente e isso é uma coisa tão importante, tão forte. Ao mesmo tempo fui criada com uma ideologia muito forte sobre o valor da maternidade, sobre a força da mulher, mas como mãe. Minha família é toda de origem italiana, daquelas famílias onde as mulheres são muito fortes. Enfim, todas as mulheres foram mulheres de briga, de luta, mas mulheres com muitos filhos que foram submetidas pelos homens em casa, dentro de casa. E eu consegui me libertar disso quando me apaixonei por uma mulher. A primeira vez que vivi esta paixão foi aqui no Brasil. Aliás, eu já tinha vivido relações desse tipo, não era a primeira vez que eu conhecia uma mulher intimamente ou sexualmente, mas era sim a primeira vez que eu assumia e vivia essa relação como verdadeira, como importante e como não necessitando de um homem."

O "reencontro" de A. com as mulheres viabilizou-se tanto através da vivência de uma relação amorosa com uma pessoa do mesmo sexo - relação esta que tornou prescindível a presença masculina, do ponto de vista afetivo-sexual e até mesmo existencial - como a partir de sua participação no SOS. Inicialmente, porém, o seu ingresso na entidade não foi motivado por interesses feministas propriamente ditos, ou seja, pela vontade de ingressar em um grupo que implementava uma política feminista de combate à violência, e sim por razões de ordem acadêmica. A. pretendia realizar, no SOS, uma pesquisa sobre papéis sexuais, tendo em vista a dissertação de sua tese de mestrado em Antropologia Social. Entretanto, os primeiros contatos que travou com as integrantes do grupo foram tão intensos que, passado um mês, ocorreu uma inversão na ordem de prioridades:

"Logo que cheguei ao SOS eu me apaixonei pelas pessoas, pelo movimento, por tudo que estava acontecendo. Foi um momento muito rico, pois era um momento de grandes discussões, de intercâmbio. Tudo me parecia muito interessante, desde o ponto de vista político, da definição do que é político - embora hoje isso não esteja muito claro (referência ao mês de agosto de 1983, data em que a entrevista foi realizada), naquele momento me parecia que as pessoas tinham muita clareza sobre o que era político. Clareza sobre uma política que coincidia com todas as minhas expectativas antimilitarista, não necessariamente pacifista, sem lideranças reconhecidas, ou seja, uma espécie de grupo de autogestão, ainda que não se denominasse enquanto tal. Enfim, uma coisa apaixonante em todos os níveis. Ali encontrei respostas para os meus questionamentos como mulher, como pessoa. Eu me esqueci que era aluna de mestrado de antropologia, não queria mais saber de fazer trabalhos, de fazer pesquisa.

(...) No SOS eu encontro toda uma ideologia que me justifica, me dá razão, me faz entender. Aliado a isso, a possibilidade afetiva de não precisar de um homem. Minha cabeça ficou completamente enriquecida, estruturada, organizada. Eu tinha todas as respostas. Foi uma descoberta fantástica, porque consegui juntar milhões de coisas que estavam espalhadas na minha história e dar um sentido. O feminismo, para mim, foi isso: a possibilidade de juntar as diversas partes de minha vida, tanto intelectual, política, como afetiva e familiar. Me permitiu sentir uma pessoa íntegra. Essa síntese foi possível dentro do SOS, embora no momento em que en

trei no SOS, nem tudo tenha ficado estruturado e jóia. Mas sim de repente tudo o que vivi lá foi mil aberturas de portas e de milhões de coisas. Eu estava louquíssima, bebia muito, entrei em mil situações loucas e anárquicas. Tudo era muito caótico, mas tudo era muito rico.

Teve um tempo em que parei de ir no SOS, deixei de ir mais de um ano. Mas o SOS continuava permanentemente presente na minha cabeça. Todos os dias da minha vida. Desde que eu o conheci nunca mais me separei dele, não das pessoas que o compõem, mas do seu sentido. Do sentido de um feminismo com as características políticas que eu já te mencionei. Não é qualquer feminismo que tem sentido para mim, senão um feminismo com a ideologia antimilitarista, sem lideranças, de grupo de autogestão, que tem a política do cotidiano como centro. Todas essas palavras que estão, desde o começo, escritas na carta de princípios do SOS. Elas têm um sentido fundamental para minha vida. Então o feminismo que faz sentido para mim é aquele que pensa a política e a vida a partir do fato de sermos mulheres. E isto me permite sair dos limites de país, de nação, de partido, de classe, sem necessariamente entrar nas concepções da esquerda internacional, tipo operários do mundo uni-vos. E o feminismo como idéia permite às pessoas uma alternativa para atravessar esses espaços fechados" (Entrevista realizada em agosto de 1983).

A "fala" de A. pode, em uma primeira leitura, ser enfocada como uma narrativa particular de sua participação em um grupo feminista: a paixão pelas pessoas e pelo trabalho que realizavam; a trajetória "anárquica" pelo grupo e a modificação por ela produzida (abandono temporário da pesquisa proposta em função de uma experimentação mais completa dos acontecimentos, relações e situações que ali tinham lugar); a descoberta de um sentido para a própria vida a partir do feminismo que se praticava no SOS, na medida em que este vinha de encontro a sua necessidade de integrar partes de sua "personalidade" que se encontravam multifacetadas e separadas; tais são os seus indícios mais evidentes. Sem pretender ofuscar a singularidade biográfica contida nesse relato, é possível, a partir de uma leitura mais atenta do discurso por ele enunciado, destacar alguns pontos que eram recorrentemente explicitados por todas as integrantes do SOS, a saber: aqueles que versam sobre o significado do feminismo, tanto em termos dos seus ideários mais gerais como em função

das modificações que produzia na vida de cada uma delas. Torna-se então plausível, do ponto de vista analítico, apreendê-lo como uma espécie de discurso mítico do feminismo pois, enunciando um "antes" radicalmente diferente de um "depois", intenciona demarcar um corte drástico na temporalidade vivida por suas militantes. A entrada no SOS, por configurar-se como o "marco divisor de águas", inaugurava e simultaneamente anunciava um novo tempo e uma nova vida para as suas integrantes.

O marco ganha aqui uma conotação abrangente, pois era estabelecido não apenas a partir de uma iniciação, mas fundamentalmente por meio de uma conversão. Com esta afirmação não visou desconhecer o fato de que a prática feminista cria as suas próprias instâncias de "iniciação", mesmo que informais, para as mulheres que desejam tornar-se militantes do movimento. Pretendo sim salientar que o ingresso em um grupo feminista, por implicar uma adesão irrestrita aos seus valores, proposições, "imaginário" e ideários ideológicos acarreta mudanças em todos os níveis da vida cotidiana e pública de seus membros, daí o seu caráter de conversão.

A partir dos vários relatos expostos nesse segmento, podemos afirmar ainda que a conversão ao feminismo praticada no SOS era acompanhada por uma mudança de comportamento de suas integrantes, a qual, por sua vez, originava-se de um acontecimento decisivo ocorrido em suas vidas. Fosse ele uma "crise existencial", deflagrada após o nascimento de um filho; um estupro; uma separação conjugal que implicava não só uma mudança de status como a elaboração de uma nova visão sobre o casamento e sobre os homens em geral; o compartilhar coletivo de uma dimensão da prática feminista vivida como inédita, como foi o Encontro de Valinhos; fosse o estabelecimento de relações amorosas com pessoas do mesmo sexo. Contudo, se os motivos eram variados, é preciso ressaltar que todos eles se ancoravam em um mesmo "suporte" discursivo, qual seja: o que conferia ao feminismo um sentido totalizante que, extrapolando o âmbito propriamente político do movimento - isto é, das práticas concretas acionadas com o objetivo de lutar contra toda e qualquer forma de discriminação que incide sobre o sexo feminino -, encontrava sua tradução plena na vida particular de suas ativistas.

No que tange ao SOS, "ser" feminista significava não apenas integrar a entidade, mas fundamentalmente traduzir as suas pro

posições ideológicas gerais por meio da elaboração de um novo código de comportamento. Código este que incidia tanto sobre as atitudes requeridas, desejadas e, em algumas situações, exigidas para o desempenho de cada uma no interior do grupo; como sobre os comportamentos individuais que deveriam ser adotados fora do espaço físico da entidade. O que significa dizer que o "tornar-se" feminista do SOS implicava, de um lado, o aprendizado e a execução de novas formas de vestir, falar, habitar, pensar; de outro, o estabelecimento de novas condutas de relacionamento entre mulheres - particularmente entre as próprias feministas - e indiretamente com os homens. A conversão ao feminismo processava-se por intermédio de uma pedagogia particular e se expressava através da criação de um universo cultural específico que, na ausência de um termo mais adequado, poderíamos denominar de cultura feminista. A criação dessa cultura não é privilégio apenas das integrantes do SOS e dos demais grupos feministas brasileiros, uma vez que é possível detectá-la no restante dos movimentos feministas internacionais.

Naty Guadilla, em seu estudo sobre o movimento feminista francês contemporâneo, feito a partir da realização de um estudo de caso do grupo *Politique et Psycanalyse*,⁽⁵⁾ analisa os aspectos constitutivos da cultura feminista, chamando a atenção para o seguinte fato:

(5) *Politique et Psycanalyse* foi formado em outubro de 1968 por mulheres que estavam seguindo cursos de psicanálise, na Université de Vincennes, em Paris. O grupo recusa a denominação feminista por considerar que o feminismo é uma simples inversão do humanismo, na medida em que reforça a constituição de relações conscientes ou inconscientes com o patriarcado. A justificativa para essa recusa é feita nos seguintes termos: "la demande du Féminisme d'être 'reconnu' par les Partis et l'offre des Partis, d'intégrer le Féminisme expriment, avec précision, leur interdépendance, leur complicité, leur appartenance à un même système patriarcal, un et indivisible ... Le Féminisme n'est radical que comme racine du Patriarcat et ne peut, par fait de structure, revenir qu'à la différence du même, ou à la différence interne" (*Des Femmes en Mouvements*, nº 2, février 1978, p.13, citado por Guadilla, 1981, p.38).

Segundo Guadilla, o feminismo é concebido por este grupo como a última forma histórica do patriarcado. Por esta razão define-se como uma corrente de "mulheres em movimento", de "mulheres em luta", radicalmente "antifeminista".

O principal objetivo teórico do grupo é o de articular a psicanálise ao discurso político do materialismo histórico. Foi sobretudo com o propósito de desenvolver, completar ou revisar a psicanálise dita lacaniana que o grupo se constituiu. Nessa perspectiva, propõe-se a descobrir ou reencontrar a singularidade do inconsciente feminino. A integrante mais expressiva do grupo é Antoinette Fouque.

"Il est capital, pour comprendre le MLF, de s'attacher à l'étude de cette culture, surtout si l'on tient compte de l'importance que les femmes du Mouvement ont accordée à la constitution d'un mode de vie 'autonome', que ce soit en matière d'habillement, de maquillage, de coiffure, de nourriture, de langage, d'écriture etc." (Guadilla, 1981, p.77).

A justificativa para a realização desse estudo que, entre outras coisas, aborda a maneira pela qual as integrantes do *Politique et Psycanalyse* se vestiam, maquiavam, penteavam e falavam, deve-se, segundo a autora, ao fato de que esses aspectos contribuem para a coesão do grupo e simultaneamente para o reconhecimento de seus membros. Cumprem a função tanto de demarcar um pertencimento das mulheres ao movimento feminista como de evidenciar as diferenças entre os grupos que o compõe sendo, nessa perspectiva, acionados como traços distintivos.

A análise de Guadilla sobre os aspectos constitutivos da cultura feminista francesa extrapola, a meu ver, o âmbito empírico de sua pesquisa, pois aplica-se também ao feminismo brasileiro. No que tange à cultura produzida pelo SOS, é importante enfatizar que um dos seus aspectos centrais se referia à tentativa, empreendida por suas integrantes, de dissolver as categorias homossexual e heterossexual; o que, como vimos, não implicava a supressão do lesbianismo como prática sexual. Viviam-se, pois, no SOS um exercício contínuo de sedução entre mulheres, expresso ora por relações amorosas claramente definidas, ora por um erotismo difuso, os quais encontravam ali as justificativas político-ideológicas para a sua realização.

Vejamos mais detidamente no que consistiam essas justificativas, a partir da explicação que me foi fornecida por A. sobre a sua auto-representação enquanto mulher, que se relacionava amorosamente com pessoas do mesmo sexo, mas que se recusa a definir-se como lésbica:

"Com relação às relações humanas eu dificilmente me chamo de lésbica, porque o que eu quero mesmo é ter a possibilidade de encontrar uma forma livre de me relacionar com todas as pessoas. Eu sei que, em determinadas situações, a gente procura certas características mais do que outras, mas a minha vida tem sido sempre um contínuo movimento. Eu sempre detestei ficar numa

coisa só, mesmo que gostasse, pois detesto o imobilismo. Eu já transei, me relacionei sexualmente, eroticamente, amistosamente, intelectualmente com homens, mulheres e crianças. Ideologicamente penso que isso é uma coisa real, não tem porque ter determinações a priori tão categorizadas, tão rígidas, tão estritas. Porque a gente pode ter preferências, mas ainda assim elas são temporais."

A recusa em autodefinir-se como lésbica, expressa por A. e partilhada pelas demais feministas do SOS que se encontravam em uma situação análoga à da entrevistada, fundamenta-se em uma concepção do lesbianismo não como marca definidora de identidade e sim como preferência sexual, que, como tal, está sujeita às vicissitudes temporais. O lesbianismo, nessa perspectiva, era apreendido como um estado e não como essência, pois como afirma A. "a gente pode ter preferências, mas ainda assim elas são temporais". Se este era o pressuposto compartilhado e constantemente reforçado, a nível discursivo, pelas integrantes do SOS, não devemos, porém perder de vista a dimensão ideológica nele contida. Entre o discurso enunciado e prática concreta dessas feministas interpunham-se algumas mediações, que merecem ser analisadas,⁽⁶⁾ pois o que se verificava de fato era um privilegiamento das relações amorosas entre mulheres. Os homens, no contexto de atuação do SOS e na visão das feministas, eram apreendidos sobretudo como casos limite de alteridade. De um lado porque as feministas, ao prestarem "ajuda e solidariedade" às mulheres "vítimas" da violência, apenas tinham acesso aos agentes que a deflagravam por intermédio do discurso das "visitadoras".⁽⁷⁾ Discurso este que, conforme eluci-

(6) Essa ressalva é pertinente apenas sob a condição de não reeditarmos um falso problema, expresso por meio da oposição entre prática e representação. Um dos maiores legados da tradição etnográfica foi justamente o de, teoricamente, demonstrar a falácia de tal oposição, visto não ser possível sustentar, a nível analítico, uma dicotomia entre a prática concreta dos indivíduos das representações que estes constroem para explicá-la. Metodologicamente, no entanto, é válido proceder a uma separação entre essas duas instâncias, de forma a melhor compreender a maneira pela qual elas se interdeterminam.

(7) A expressão "mulheres visitadoras" é usada por Maria Filomena Gregori (1983). Utiliza-a por considerá-la mais ilustrativa e reveladora do que a expressão "mulheres vítimas" utilizada pelas feministas. Além disso, ela sugere uma inversão interessante na prática feminista, pois, até a construção do SOS, eram as feministas que apareciam para as outras mulheres, principalmente para as da periferia, como mulheres visitadoras.

darei ao analisar os plantões de atendimento da entidade, tendia a estabelecer uma oposição irreduzível entre os sujeitos envolvidos em situações marcadas pelo uso da violência, tanto física como verbal. As "visitadoras", construindo suas falas de modo a legitimar a vitimização de suas condições, retratavam os homens, normalmente seus companheiros, como hediondos algozes. Nesse embate de posições não havia lugar para nuances e menos ainda para a formulação de um discurso que evidenciasse a dinâmica dessas relações conjugais. Por outro lado, a constituição, no SOS, de um universo eminentemente feminino, gerador de uma cultura feminista própria, criava as condições necessárias para que as feministas, no limite, prescindissem dos homens. Isto porque o SOS, para além de sua dimensão institucional, apresentava-se como uma espécie de comunidade feminina auto-suficiente e autocentrada. Os poucos homens que indiretamente incorporavam-se nesse universo - geralmente os companheiros de algumas de suas integrantes e os amigos simpatizantes ou militantes da causa homossexual - eram "aceitos" por apresentarem traços de personalidade e comportamentos tidos como "femininos".

Exponho, a seguir, a fala de M. (uma das fundadoras do SOS) sobre a questão que me interessa sublinhar: as representações que as feministas foram construindo, ao longo de suas trajetórias no movimento e, em particular no SOS, sobre os homens.

"Na minha trajetória pessoal, de 74 para cá, eu senti os homens, em momentos diferentes, de jeitos diferentes. No começo eu senti os homens muito seguros e muito senhores de si. Depois eu os senti numa posição de bravata, com o começo do movimento feminista ('porque eu sou homem mesmo e as mulheres querem é um homem de verdade', esse tipo de coisa). À medida que o movimento feminista avançava e que suas idéias eram mais divulgadas, eu senti os homens em crise, pois já não estavam tão seguros do papel que lhes cabia, tão seguros de sua identidade. Enfim, estavam vivendo uma crise de identidade. Depois teve um período em que senti que eu estava cada vez mais afastada dos homens. De repente eu estava vivendo praticamente num mundo feminino e fiquei muito assustada com isso.

A última visão que eu tinha tido dos homens era deles em crise. 'E todo o meu trabalho estava voltado para a questão da mu

lher, eu falava e escrevia como feminista, fazia pesquisa de mercado que, na maior parte das vezes, é feita com mulheres, eu militava com mulheres e eram elas que decidiam as coisas. Eu ainda morava num lugar onde moravam dois homens, mas em alguns momentos se colocou, para mim, a perspectiva de morar com um grupo só de mulheres. No decorrer desse tempo, a afetividade em termos do mundo feminino foi aumentando. E o homem, para mim, passou a ser o outro, e um outro muito estranho. Quer dizer, o cidadão com quem eu transava no começo, até 1974, era o cidadão com quem eu tinha mais coisas em comum. De repente, em 78, 80, 81 ele passou a ser o cidadão com quem eu compartilhava a cama, porque as outras coisas em comum eram compartilhadas com mulheres. Isso me assustou muito.

No começo do movimento feminista não se dizia que o homem era o inimigo, mas se vivia um pouco como se fosse. Em qualquer clube de mães, a primeira dificuldade que a mulher enfrenta é convencer o marido para que ele a deixe sair uma tarde de casa. Ele não deixa, não quer permitir.

Dentro do SOS a primeira visão que se tem do homem é que ele bate nela, é bem o machão, o inimigo, o representante de todas essas coisas. Outro aspecto também é a importância que os homens adquirem na vida das mulheres, de um modo geral, em termos de formação de cabeça, e o espaço que eles ocupam na vida delas. Mas em cima de uma situação absolutamente insatisfatória. É fundamental, para a maior parte dessas mulheres, conseguir um homem para casar, viver e a quem subordinar toda a vida. Mas, de repente, a vivência que as pessoas têm é uma vivência de extrema miséria, que vai da cama à mesa, da falta de diálogo e de compreensão. O que há são barreiras muito grandes colocadas entre as mulheres, do tipo a outra é a rival, esse gênero de coisas. Mas quando a outra deixa de ser a rival e passa a ser uma pessoa com quem você convive e compartilha coisas que são mais próximas e importantes, aí dá esse nó.

Esse nó que eu estava te falando, de você viver quase que exclusivamente num mundo feminino. Mundo esse que é quase auto-suficiente, pois em alguns aspectos acaba sendo auto-suficiente. E nesse mundo o homem é o outro e quando um homem chega mais perto, como por exemplo o X. (pai da filha de M.), que é aceito porque não

caracteriza exatamente aquele esteriótipo, aqueles traços típicos do machão, as pessoas gostam muito dele e dizem assim: o X. é uma moça" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

A fala acima transcrita guarda, de um lado, uma analogia com o ensaio fotográfico, pois apresenta flashes reveladores das imagens que as feministas construíam para retratar homens e mulheres, dispostos em cenários sociais diversos: na periferia, no SOS, nas relações conjugais, nas moradias das feministas. De outro, assemelha-se a uma peça de um quebra-cabeça que, quando encaixada, nos permite visualizar, de um só golpe de vista, o seu desenho completo: um mapa, desenhado pelas cartógrafas do movimento, no qual os mares, territórios e demais acidentes geográficos foram substituídos por esboços de continentes masculinos e femininos. A dimensão inconclusa neles contida advém das próprias reformulações operadas pelo movimento feminista no que diz respeito às representações sobre a condição feminina e masculina e sobre os homens e as mulheres em seus múltiplos contextos de interação.

A situação de discriminação a que as mulheres encontram-se expostas foi, a princípio, explicada pelo movimento como resultado da dominação patriarcal e machista, inscrita nas formações societárias capitalistas. A sociedade e não aos homens enquanto seres biológicos concretos cabia, em última instância, a responsabilidade pela socialização da submissão feminina. Uma vez que o movimento feminista brasileiro, ao contrário do norte-americano, foi formado sobretudo por mulheres provenientes de organizações de esquerda diversas, a apreensão, desvendamento e superação dessa discriminação específica requeria o acionamento de ações concretas em campos sociais e políticos diversos: nos locais de trabalho e moradia, nas escolas, nos partidos, no parlamento etc., bem como nas relações conjugais. Os homens, nessa perspectiva, não compunham uma totalidade coerente e homogênea, visto não ser possível, segundo o discurso elaborado pelo movimento, sinonimizar, ou melhor, equalizar, o comportamento do operário ao do patrão. Mesmo que ambos adotem comportamentos e executem atitudes discriminatórias semelhantes em relação ao sexo feminino, a posição de classe diferenciada de cada um não pode ser minimizada, sob pena de obscurecer a maneira pela qual se realiza a subordinação da mulher em uma sociedade capitalista dependente.

Tal era, grosso modo, o pressuposto básico que orientava as discussões e reflexões que o movimento realizava, principalmente no seus três primeiros anos de atuação (isto é, de 1975 a 1978), sendo defendido sobretudo pelos grupos Centro da Mulher Brasileira e Brasil Mulher. A partir de 1976, com o surgimento do Nós Mulheres, criou-se uma nova concepção sobre a condição das mulheres, expressa através da produção de um novo sujeito político e social: "nós mulheres". O que vale dizer que "explicação" sobre a discriminação do sexo feminino passou a ser feita a partir de um outro recorte que não apenas o da posição de classes das mulheres e, indiretamente, dos homens.

No início do movimento, a reflexão sobre a dominação masculina era feita no sentido de apreendê-la no contexto mais geral de sua manifestação. Assim, o empenho feminista era tanto o de desvendar esse contexto como o de reconsiderar que os valores associados aos sexos são resultados de elaborações culturais. O machismo era pensado simultaneamente como um dispositivo de poder e como a forma através da qual os homens, enquanto seres culturais, orientam seus comportamentos em nossa sociedade. Dispositivo este que, na perspectiva do movimento, urgia suplantar, tendo em vista a construção de um novo padrão cultural que viabilizasse, aos homens e às mulheres, a vivência de relações igualitárias.

Porém, como nos revela M., se o movimento no seu início "não dizia que o homem era o inimigo, de fato vivia-se como se fosse". Ou seja, as feministas, apesar de produzirem uma reflexão mais elaborada sobre a condição e a dominação masculinas, acabavam por retraduzi-las (a nível de suas experiências de vida particulares e através do contato que mantinham com outras mulheres - notadamente as de periferia, com as quais realizavam trabalhos e lutas conjuntas) a partir de suas evidências e signos mais visíveis: os comportamentos e atitudes dos homens concretos que não permitem às suas mulheres trabalharem, participarem dos clubes de mães, atuarem nos movimentos sociais, saírem sozinhas etc. Essa "retradução" se agudizou após a criação do SOS, particularmente no seu primeiro ano de funcionamento, quando, num misto de ódio e indignação diante das histórias, das marcas e dos vergões que as "visitadoras" traziam inscritos nos corpos, fruto das agressões desencadeadas por seus companheiros, as feministas tendiam a

apreender os homens como os "machões", os "inimigos", os "representantes de todas as coisas".⁽⁸⁾

As implicações provenientes desse tipo de apreensão da dominação masculina se fizeram sentir em dois campos: na interlocução que as feministas do SOS criavam com as "visitadoras" e nas relações que estabeleciam com os homens fora do espaço institucional da entidade. Como vimos anteriormente, a partir da fala de M., a incorporação de alguns poucos homens no cotidiano das feministas devia-se ao fato de apresentarem traços de personalidade e comportamentos tidos como mais próximos dos atributos femininos, valorizados pelo movimento. Assim o companheiro de M. era aceito "porque não caracterizava exatamente aquele esteriótipo, aqueles traços típicos do machão, então as pessoas gostam muito dele e dizem: o X. é uma moça".

Em não sendo portadores dessas características, os homens não eram "aceitos". O resultado dessa não-integração expressou-se na criação e vivência, por parte das feministas, de uma comunidade de mulheres auto-suficiente. Em face dessa situação, o discurso das integrantes do SOS, que postulavam o lesbianismo como opção sexual e não como marca de identidade, deve ser redimensionado. Assim, a afirmação de A. sobre as vicissitudes temporais das preferências sexuais relativiza-se, na medida em que, pelo menos no contexto do SOS, estas tendiam de fato a recair sobre as mulheres.

(8) No segmento que virá a seguir, analisarei com mais vagar as implicações desse contato entre feministas e "visitadoras" no discurso e nas representações do movimento sobre a condição masculina.

3 - UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA: OS PLANTÕES DE ATENDIMENTO

O primeiro ano de funcionamento do SOS foi vivido como um ano de "pique": fruto da paixão e do entusiasmo que suas integrantes sentiam não só pelo trabalho desenvolvido nos plantões de atendimento, como pelas relações que mantinham umas com as outras. Viver e militar eram como uma única e mesma realidade. Ambas se inscreviam e circunscreviam o que denominei de "o momento maravilhoso". Ali, no SOS, as feministas viviam e exercitavam relações de caráter subjetivo, expressas através de manifestações afetivas e fundamentadas em uma prática política baseada na solidariedade: seja aquela que se oferecia às mulheres "visitadoras", seja a que procuravam acionar no interior do próprio grupo. Era a primeira vez, segundo uma das fundadoras, que o feminismo se realizava de fato passando por todas as participantes. Era também o momento em que uma experiência institucional feminista, assentada na lógica alternativa, conseguia agilizar um de seus pressupostos fundamentais: o de que o "pessoal é político".

No segmento anterior procurei demonstrar a primeira razão para explicar o porquê de um trabalho feminista, ligado ao combate à violência, propiciar a emergência e vivência de manifestações afetivas; esta se deve ao grande número de lésbicas que integravam o SOS. A segunda diz respeito à concepção de violência, formulada por suas integrantes, e as suas implicações para o trabalho que desenvolviam. Trabalho este que fundamentado na necessidade de "denunciar", "conscientizar" e "prestar solidariedade às mulheres vítimas da violência", criava, simultaneamente, os requisitos necessários para a constituição de uma militância feminista assentada nos moldes comunitários. Isto é, para a experimentação coletiva de uma condição comum de discriminação, baseada em gênero, que enfatizava o compartilhar coletivo de certas interdições percebidas como injustas, tendo em vista a sua superação. As feministas do SOS se reconheciam como parte de uma comunidade maior: a da população feminista que vivencia, no seu cotidiano, as investidas de uma violência particular, fruto, segundo o discurso do movimento, da opressão a que está sujeito o sexo feminino.

Na primeira fase do SOS - marcada pelo entusiasmo e pela enorme disponibilidade de suas integrantes para o trabalho que ali

desenvolviam - a contraposição entre mulheres de periferia e mulheres de classe média (tão presente e recorrente nas formulações e nos debates internos promovidos pelo movimento) parecia dissipar-se. Através da apreciação política do fenômeno da violência, procurava-se rastrear, delimitar e recortar um outro aspecto da vivência feminina, que vivido de uma maneira particular pelas mulheres, é, enquanto experiência social, comum a todas elas. A violência, nessa perspectiva, era apreendida como o termo unificador da condição de discriminação e subordinação vivida pelo conjunto de mulheres em nossa sociedade. O que não acontecia com as demais bandeiras de luta e proposições ideológicas do feminismo, pois, embora destinadas à toda a população feminina, elas na realidade acabavam por privilegiar, enquanto interlocutores preferenciais, ora as mulheres de classe média, ora as mulheres de periferia.

A questão da violência, seja enquanto vivência particular, seja enquanto experiência social, permitiria, segundo as feministas do SOS, a criação do laço simbólico necessário para a constituição de uma identidade mais globalizante entre mulheres. Quero com isso dizer que, pelo menos nessa primeira fase do SOS, a violência era apreendida como uma questão que possibilitaria o estabelecimento de uma forte identificação não só entre mulheres com experiências e biografias diferentes, que se dirigiam à entidade na condição de "vítimas" e de "clientela", como entre as próprias feministas.

Como disse uma das testemunhas desse período:

"Foi no SOS que eu vivi o feminismo por inteiro. Eu acho que o meu feminismo estava em algum lugar, na cabeça, nas pernas e de repente ele entrou no coração. O feminismo foi para o coração, foi uma entrada maior, foi uma entrega maior. Foi uma entrega tão grande que eu estive no SOS dois anos quase que diariamente, pensando, entrando em todas as comissões, em tudo que pinta-va; fazendo plantão e tudo com o maior prazer. E quando eu digo que foi um momento maior de entrega eu acho que não foi só meu, porque foi no SOS, na experiência que a gente começou a ter, lidando como uma questão que era tão próxima como a violência ... A gente não falava só das mulheres que sofrem violências, pois podíamos falar da gente mesmo e nós começamos a falar da nossa relação com a violência. Eramos um grupo grande de pessoas e, para

mim foi tão especial, porque eu me vi mudando, me transformando, vi as pessoas que estavam do meu lado mudando também. Nós estávamos mudando a nossa relação com nós mesmas. Hoje, no SOS, quando a gente usa a palavra afetividade as pessoas meio que detestam (referência ao ano de 1983, que datou o fim do SOS), mas naquele momento foi uma grande descoberta. Uma descoberta que o feminismo ainda não tinha conhecido.

Para te explicar essa descoberta, eu tenho que falar da minha história anterior no movimento. Eu já tinha participado de grupos feministas antes do SOS, tinha tido uma experiência aconchegante no 8 de Março, mas era com uma certa reserva. Depois da preparação do 2º Congresso tinha pintado uma distância entre a gente, pois a gente transava o feminismo como uma ideologia exterior, a gente tinha um discurso: feminismo é isso e aquilo e biri bararau. E no SOS pintou a possibilidade de nós transarmos essa ideologia, não como uma ideologia exterior mas tentando sacar que ideologia que sai de dentro, de se conhecer mais, de ficarmos mais próximas, muito mais perto, em todos os sentidos. Essa possibilidade eu ainda não tinha vivido no feminismo: essa possibilidade de estar muito próxima das mulheres e elas próximas de mim. Porque, essa proximidade, ela não pinta assim, tipo eu fico perto de você para ficar, não é assim, eu fico perto quando a gente está muito perto e quando eu estou muito perto de mim mesma e você de você mesma. No SOS isto não se deu de imediato, mas a gente estava entrando nele de cabeça, estávamos entrando em nós mesmas. No lançamento do SOS, que foi o dia em que nós apanhamos na rua, foi tão louca aquela relação com a violência, que eu vivi uma relação direta com tudo o que a gente tinha vivido e conversado na Comissão. Eu percebi como tudo estava à flor da pele. À flor da pele porque vinha do útero, não só da cabeça, vinha também do coração. E a gente estava à flor da pele com a violência, como eu nunca fiquei à flor da pele com nenhuma outra questão feminista. Foi super especial! Depois do SOS eu conto uma outra história de militância (Entrevista realizada em setembro de 1983).

O "contar uma outra história de militância", enunciado pela entrevistada, refere-se à maneira pela qual se procurou criar, no SOS, uma prática política baseada no compartilhar coletivo das experiências individuais e assentada na troca afetiva. A apreciação do fenômeno da violência imprimiu ao feminismo praticado na

entidade uma dimensão totalizante: este se expressava tanto através de uma atuação política concreta de combate à violência como "encarnava-se" na vida pessoal de suas proponentes. Isto explica o fato de o feminismo ser por elas concebido "não como uma ideologia exterior, mas como uma ideologia que sai de dentro", que permite uma aproximação maior, "em todos os sentidos", entre mulheres.

Na primeira fase do SOS, que se estende de outubro de 1980 a junho de 1981, a violência era apreendida sobretudo como um conjunto de fenômenos que incide sobre as mulheres no sentido de mantê-las em uma posição de inferioridade e de desigualdade. Violência era o espancamento, o estupro, a discriminação salarial, a insuficiência de creches, a dupla jornada de trabalho etc. Entendia-se o exercício da violência, principalmente daquele que se utiliza da força física, como um gesto de poder masculino; o que, a nível reflexivo, implicava o estabelecimento de uma polarização extremada entre homens e mulheres. Os homens vistos como os agentes dessa violência e as mulheres como suas vítimas preferenciais. Ao longo da história do SOS, esta visão inicial sofreu alterações: através do trabalho desenvolvido nos plantões de atendimento, as feministas foram descobrindo, por exemplo, que muitas mulheres, apesar de sofrerem longos anos de espancamentos, continuavam a viver com os homens que as espancavam. Esta descoberta levou a uma reformulação do pressuposto inicial que estabelecia uma nítida separação entre algozes e vítimas. Sem desconhecer as transformações que se operaram a nível da reflexão produzida pelas feministas é possível destacar algumas representações hegemônicas sobre a questão da violência:

"Violência não é apenas o espancamento, não é apenas uma manifestação física. Eu acho que existe uma outra dimensão, haja ou não espancamento, que é a questão do poder. A violência, para mim, é o poder que a pessoa tem sobre uma outra, ou que se utiliza dele para manipular, submeter uma outra pessoa. A questão do poder é que tem que ser esclarecida e compreendida. Tanto de uma pessoa se colocar sobre uma outra, de um poder sobre o outro, quanto do poder da submissão. Quando a gente discute o vitimismo das mulheres que procuram o SOS, fica claro que a pessoa se coloca no papel da submissão, que ela se deixa, num certo sentido, ser dominada. É importante aprofundar e discutir essas questões.

Violência então é esta relação de poder, de dominação, que pode acontecer com ou sem violência física. São duas formas de violência e ambas são igualmente violentas" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

Esta fala revela que, do ponto de vista feminista, a violência não é apenas o gesto que a evidencia - como por exemplo o espancamento - mas antes um conjunto de manifestações que imprime sobre as mulheres uma marca de desigualdade, expressa através da subordinação a que se encontram expostas. O fenômeno da violência ganha assim um caráter abrangente, passando a sinonimizar todas as situações em que ocorrem manifestações de poder masculino. Sendo assim, pode-se dizer que "o discurso feminista engendrado pela prática política desse movimento inaugurou não só uma nova representação sobre a posição ocupada pela mulher em nossa sociedade, como também denunciou, desvendando para o debate público, a existência de manifestações presentes no cotidiano das relações interpessoais, que se expressam como uma violência exercida sobre as mulheres. A qualificação de determinadas práticas do âmbito doméstico como sendo violentas às mulheres, tornou pública uma dimensão discursiva sobre a violência que a deriva das relações sociais intrínsecas ao espaço privado da vida" (Gregori, 1983, p.13).

Uma das "fundadoras" do SOS resume a questão:

"A gente acabou definindo a questão da violência como qualquer forma de discriminação contra a mulher. É complicada esta definição. Por um lado, é qualquer forma de discriminação contra a mulher. Por outro lado, é uma coisa que acaba sendo consequência da estrutura da sociedade em que a gente vive e também do machismo, as duas coisas se permeiam, ao mesmo tempo. Mas este é um pedaço mais obscuro de violência, é uma forma não-oficialmente considerada de violência, é uma forma considerada de relação entre pessoas, com as quais as pessoas não deveriam se meter. É, portanto, uma forma oculta da violência. Agora, por mais oculta que seja, desde briga entre marido e mulher até violência física, estupro etc., a violência é um leque muito grande de diversas formas de discriminação."

Esta visão sobre a violência, por ser compartilhada por todas as integrantes do SOS, ganhava, no contexto de atuação da

entidade, uma dimensão hegemônica. Hegemônica posto que fundamentada em um pressuposto consensual que apreende a violência como qualquer forma de discriminação contra a mulher.

Tal pressuposto norteava a atuação das feministas nos plantões de atendimento, que passo a descrever através, inicialmente, de um relato sobre "um dia de plantão", feito com o propósito de oferecer uma idéia mais clara dessa atividade.

* * * * *

Acompanharemos, a seguir, a história de duas personagens que, deslocando-se por caminhos distintos, se encontraram em um mesmo lugar: o SOS-MULHER. A primeira, aparentando 50 anos, trabalhava roupas discretas, uma sandália gasta, um vestido florido, que antes vistoso, talvez fosse destinado às missas de domingo. A segunda, na faixa dos 25 anos, mais "moderna" usava as roupas tidas como apropriadas para a sua geração: jeans, camiseta larga, exageradamente colorida, cabelos soltos, sapatos baixos e nenhuma maquiagem.

A primeira, que por necessidade de apresentação chamaremos de Sônia, saiu de casa por volta de uma hora, tomou dois ônibus e estava sentada num banco de praça, esperando a chegada da segunda que, nesta altura dos acontecimentos, tinha nome e codinome: Ana, plantonista e feminista do SOS. Esta, por morar mais perto da praça, não precisou pegar mais de uma condução, supomos, pois é bem provável ainda que tenha percorrido o itinerário que a trouxe da casa ou do trabalho, em seu próprio carro.

Sônia tinha um ar agitado. Suas mãos irrequietas, deixavam entrever um débil esforço em permanecer sentada. De vez em quando se levantava e perguntava as horas. Sua expressão era vaga, olhava para várias coisas ao mesmo tempo sem revelar nenhum interesse especial por nada. Esperava.

Para um passante distraído, Sônia talvez compusesse a imagem de mulher que ansiosamente aguarda um encontro. Num vislumbre, teve-se ainda à idéia de um possível mal-entendido, quem sabe de hora e de lugar, o que sem dúvida lhe explicaria a inquietação daquele olhar fugaz. Mas para o vendedor de lustres, que se debatia

entre a lassidão morna, própria do início das tardes, e a necessidade de angariar clientes, Sônia lhe parecia uma pessoa familiar. Ele, que através dos seus dias rotineiros de pequeno comerciante, aprendeu a conhecer e distinguir os "personagens" que circulavam pela praça, sabia que aquela mulher esperava "as moças", que trabalhavam na casa ao lado de sua loja.

"Olha dona, elas já devem estar chegando, no papel aqui (aponta o dedo em direção a porta) está escrito: plantões de atendimento, tardes, 14:30. Mas não se preocupe não, daqui uns cinco minutos elas aparecem."

Sônia agradeceu, atravessou a rua e tornou a se sentar, enquanto Antônio se encaminhou para o interior de loja.

14:35, Ana apontou na esquina. Olhou para a praça e soube, desde então, que aquela mulher a esperava. Apesar disso, entrou no bar mais próximo e pediu um cafezinho, "ritual" que cumpria solenemente nas tardes de quintas-feiras.

14:38, Ana caminhou apressadamente até o sobrado de porta lilás, única marca que o diferenciava das demais residências da praça. Nenhuma placa, a existência do SOS era indicada apenas por uma folha branca com os horários de atendimento. Abriu a porta e se preparou para dar início ao seu dia de plantonista. Recolheu a correspondência. Subiu as escadas. Esta era a parte mais escura da casa e antes de subir os últimos degraus não se tinha nenhuma visão do seu espaço interno. Em frente à escada, um corredor que servia de comunicação entre as três salas. A primeira era um escritório, com mesa, cadeiras, máquina de escrever, armário, arquivos, recados, contas de luz, recortes de jornais presos no mural de eucatex. Ao lado, uma das salas de atendimento: um sofá, duas poltronas, uma mesinha, alguns vasos e um cartaz: "Violência, até quando?". Caminhando por esta sala, chegava-se à cozinha e ao banheiro. Este estava repleto de dizeres feministas; a banheira servia de depósito dos cartazes utilizados nas manifestações públicas promovidas pelo SOS. Um deles chamava particularmente a atenção: "Sim Patrão, Sim Papai, Sim Marido", para logo em seguida estampar em letras garrafais, verdes e vermelhas, um enorme "BASTA".

Voltando do banheiro, passava-se novamente pela sala e pelo corredor e chegava-se ao primeiro compartimento da casa: uma enorme sala, com dois desbotados sofás, alguns cinzeiros espalhados pelo chão e um amontoado de velhas almofadas. Nas paredes, vários textos, muitos escritos: "O Silêncio é cúmplice da violência" destacava-se por seu papel colorido. Abrindo a porta, uma sacada que dava vista para a praça.

Ana abriu todas as janelas para entrar ar e luz e espantar o cheiro de umidade, próprio dos lugares pouco habitados. Sentada no escritório, organizava algumas fichas que seriam mais tarde preenchidas com as histórias das "visitadoras": nome, endereço, estado civil, profissão, se trabalhava, onde, se tinha filhos. Logo abaixo do cabeçalho, dois grandes espaços, subdivididos por uma linha, separavam o relato do encaminhamento dado a cada caso.

Mal teve tempo de fumar o primeiro cigarro da tarde. Sônia despontou no fim da escada ... Estabeleceu-se o primeiro encontro. Mudou-se de registro. Nesse momento Sônia-personagem revelou-se uma mulher comum - talvez o seu vestido nem fosse tão florido assim antigamente - que recorria anonimamente a entidades assistencialistas em busca de socorro. Ana, contudo, tentou sustentar pelo maior tempo possível a sua personagem feminista.

Sônia entrou na sala muito nervosa e quando olhou para Ana começou a chorar. Repetia compulsivamente a seguinte frase: "qualquer dia dona, vão acabar me encontrando morta. E eu vim aqui porque me disseram que vocês poderiam me ajudar".

- "Qual é o problema da senhora?"

- "Eu moro sozinha no Jardim Bonfiglioli e quero arrumar alguém para ir morar comigo, para repartir a casa, de preferência uma senhora. Eu não vou cobrar nada, só quero companhia".

- "Nós não fazemos esse tipo de trabalho D. Sonia. Aqui, no SOS, nós ajudamos mulheres que sofrem algum tipo de violência, seja o espancamento por parte dos maridos, seja o estupro, por exemplo. Na maior parte das vezes, as mulheres vêm aqui ou porque apanharam dos maridos e querem conversar ou porque querem saber informações sobre o que devem fazer em caso de separação. O

que nós fazemos aqui é conversar, trocar idéias, às vezes nós também encaminhamos algumas mulheres para as advogadas que trabalham para o SOS. No seu caso, o melhor que a senhora poderia fazer é se dirigir a alguma estação de rádio ou jornal, e colocar um anúncio, explicando o que quer. Agora com relação ao que a senhora disse logo que chegou aqui, eu acho que seria bom se a gente pudesse conversar um pouco."

Sônia respondeu que já havia posto anúncios nos jornais, mas que as mulheres que a procuraram para dividir a casa não puderam ficar morando com ela. "Foram duas senhoras, mas elas trabalhavam fora e muito longe da minha casa. Depois de algum tempo, decidiram mudar. Foram procurar uma casa mais perto do serviço. Qualquer dia dona vão acabar me encontrando morta."

Ana perguntou o porquê disso e ela passou a contar uma história complicadíssima, tendo por personagens principais seus pais, ela própria, e um bando de criminosos. A trama: violência, tóxico, sexo e perseguição.

Sônia era professora primária aposentada. Antes de vir para São Paulo, morava em Campinas, com os pais. Não se casou. Dividiu a sua vida entre o ensino às crianças e os cuidados com a mãe e o pai. Quando eles morreram, decidida a não morar com outros parentes, passou a viver sozinha. A partir desse período, segundo Sônia, "tudo começou. Passei a ser violentada todas as noites por um bando de homens. Eles eram esses estudantes, filhinhos de papai, funcionários da Light e homens da própria polícia". Além de ser violentada, era diariamente drogada "com esses tóxicos, dona, ele furam o rosto da gente, a palma da mão, do pé, que é para não deixar marcas. Eles nunca deixam marcas. Mas eles me violentam e eu nunca estou acordada, porque quando eles enfiam aqueles tóxicos, eu caio em sono profundo. Toda noite eu escuto aquele barulhinho: eles furam a parede com uma espécie de broca, injetam um gás que é para a gente ficar tonta e dormir, depois disso eles me violentam e me drogam".

- "E os vizinhos nunca viram? Nunca te ajudaram?"

- "Não porque eles fazem isso de madrugada. Fui na polícia, mas eles pensam que eu estou delirando, que estou louca. Fi-

zeram exame de corpo delito e não acusou nada, mas é porque eles me violentam por trás, para não deixar nenhuma marca. Eu disse isso para a polícia, mas eles não quiseram acreditar em mim."

"Dona é horrível demais. O tempo passava e eu ia ficando mais apavorada, até que um dia não aguentei mais, vendi a minha casa e me mudei para São Paulo. Vendi a casa por uma ninharia (e eu sabia que ela valia muito mais do que preço que pagaram por ela ...), mas eu estava desesperada, precisava ir embora de Campinas". Segundo Sônia, assim que chegou em São Paulo, "as coisas voltaram a acontecer, porque eles fazem parte de uma quadrilha maior, eles se comunicam. Quando eu mudei para cá, eles já estavam avisados".

Esses fatos vinham se repetindo há seis anos. Sônia era evasiva quando se referia à atitude dos vizinhos em relação às "coisas" que aconteciam na sua casa. Em Campinas, morava numa rua pouco habitada, isto dificultava o contato com as pessoas. No Jardim Bonfiglioli, não se relacionava com os moradores da redondeza. "Eles acham que eu sou uma mulher à toa, só porque eu moro sozinha. A polícia não acredita em mim e os vizinhos pensam que eu gosto dessa vida que levo. Todas as noites, eles (os bandidos) invadem a minha casa. Estou desesperada, eles me perseguem até no ônibus. Eles vão acabar me matando. E eu vou morrer sozinha. Dona, eu não mereço isso, eu sou uma mulher honesta".

- "Mas a senhora nunca viu nada?"

- "Não, eu estou sempre drogada, desacordada. De manhã, eu sinto dores, passo mal do estômago. Eu não aguento mais essa vida, eles vão me matar."

O que fazer diante deste "caso"? Encaminhá-la a um psiquitra, a uma instituição religiosa, aos jornais, à polícia? Ana optou pela instituição religiosa, sugerindo a Sônia que conversasse com alguma irmã de caridade. "Afimal tem muita gente que não tem onde morar, quem sabe a igreja não poderia ajudá-la?"

"Este é mais um dos inúmeros casos complicados atendidos no SOS", pensou Ana, "e como não sou psicanalista não tenho a menor condição de lidar com as mulheres que nos trazem esses tipos

de problemas. Se Sônia é louca ou não, é uma questão que não me compete, tudo que posso pensar é que ela vive as suas fantasias como se fossem reais. E se fossem efetivamente reais? Se Clara estivesse aqui provavelmente teria discordado do encaminhamento que dei ao problema de Sônia. Ela, como é terapeuta ocupacional e plantonista do SOS, talvez a definisse como uma psicótica, que precisa de um tratamento adequado. Esse é um caso exemplar onde se misturam e se confundem as dimensões sócio-psicológicas. Terceira margem? Mas de que rio, Guimarães Rosa?", devaneava Ana, até que ouvindo passos na escada, tornou a voltar à realidade.

Pelo barulho dos passos soube então que não se tratava de mais uma "visitadora" e sim de Cinthia, que como de costume chegava sempre atrasada. Após alguns meses de trabalho no SOS, Ana aprendeu a distinguir, pelos passos, quem era a mulher que estava subindo: se era uma plantonista subia leve, segura; se, ao contrário era uma "visitadora", seus passos eram pesados e cansados, marca de quem carrega no andar a peregrinação pelos caminhos da incerteza.

Cinthia entrou, cumprimentou Ana, perguntou rapidamente sobre a reunião geral do SOS, e pediu informações detalhadas do último plantão.

- "Ainda bem que hoje está mais tranquilo. Só atendi uma mulher. Realmente não gosto de dar plantão sozinha. Na semana passada, como a Tânia não pode te substituir, tive que assumir essa ingrata tarefa. Foi uma loucura, quinze mulheres na sala, com crianças de idades diferentes circulando pela casa toda. Todas conversando, opinando, trocando informações, discordando às vezes umas das outras, mas se ajudando. O clima era de grande solidariedade, quem não tinha compromisso ficou aqui no SOS até às 18 horas. Foi genial, Cinthia. Fizemos uma reflexão sobre a violência ... Se você estivesse aqui teria ficado contente com os resultados do plantão."

Com a entrada de uma nova "visitadora", as duas plantonistas interromperam a conversa. Fizeram as necessárias apresentações. Dora era o nome daquela mulher magra e bonita, de 32 anos. De dia, trabalhava em uma creche, à noite, fazia o supletivo, pois não tinha o ginásio completo. Mãe de três filhas: a mais nova tinha dois anos. Até os 28 anos de idade não tinha carteira de identida

de, nunca saía sozinha, a não ser para atividades relacionadas com a manutenção da casa, das crianças e do marido.

Casada, vivia para o cuidado da sua família. Aos 29 anos, começou a se sentir confusa, triste. Não conseguia mais se diferenciar do marido e das filhas.

- "Comecei a não saber quem eu era, a achar que alguma coisa não estava certa na minha vida, pois, apesar de não me faltar nada materialmente, eu não estava satisfeita com a minha vida. Não é que eu não gostasse mais das minhas filhas, não era isso. Era uma coisa minha, estranha, que me fazia chorar, que me fazia querer mudar de vida. Queria fazer alguma coisa que fosse minha: trabalhar e voltar a estudar."

Decidiu procurar um emprego e, ao mesmo tempo, matriculou-se em um supletivo noturno. O marido não aceitou a nova condição de Dora. Não entendia o porquê de suas mudanças e de suas novas ocupações, pois, no seu modo de ver, nada lhe faltava. Passou a ameaçá-la, afirmando que se ela continuasse insistindo nessa idéia "maluca" de trabalhar fora de casa, ele iria romper com o casamento. Usava constantemente as filhas como mediadoras de sua vontade. Apesar de todas as ameaças, Dora se recusou a abandonar o emprego.

A relação entre os dois tornou-se insustentável. Dora, então, decidiu sair de casa. Deixou o marido, as filhas (pois o que ganhava era insuficiente para cobrir as despesas de uma nova casa) e se mudou. Passou um tempo vivendo sozinha. Trabalhava e estudava. Às vezes, via as filhas. Viveu um período de descobertas pessoais, referentes às suas vontades, medos e angústias. Viveu, também, um período de grande sofrimento, fruto da separação das filhas que, com o passar do tempo, tornou-se insuportável. Passou a se sentir cada vez mais frágil, questionando a validade de tudo o que estava vivendo.

Voltou para a "família". O marido a aceitou, mas com a condição de que ela passasse a viver como dona-de-casa e abandonasse, definitivamente, o emprego. Dora tentou adaptar-se a essa situação, porém não conseguiu mais retomar as antigas atribuições domésticas. A insatisfação aumentava, assim como as brigas com o

marido. Pediu novamente a separação. Esta foi concedida pelo marido, mas na partilha dos bens, perdeu a casa. (É que do ponto de vista jurídico, Dora cometeu o que os advogados denominam de "abandono do lar". A consequência desse ato implica a perda de uma série de direitos no momento da separação).

Após a separação, Dora mudou de casa com as filhas e foi morar com a mãe, esperando o momento oportuno para alugar sua própria casa. Mas as dificuldades financeiras cresceram, o salário, que já era pouco, tornou-se insuficiente para o custeio de um futuro aluguel e da alimentação. (A pensão alimentícia concedida pelo ex-marido às filhas era irrisória). Além disso, a casa de sua mãe não comportava um acréscimo de quatro pessoas. Nesse contexto, a única saída encontrada por Dora foi pedir ajuda ao ex-marido, voltando para o seu antigo "lar". Ele a aceitou de volta, mas fisicamente e juridicamente continuaram separados.

No momento em que Dora se dirigiu ao SOS, continuava a trabalhar e a estudar. Mas freqüentemente se sentia frágil e insegura, pois a sua situação conjugal lhe parecia cada vez mais absurda. O ex-marido, e atual "companheiro" de casa, vinha realizando um trabalho sistemático com as filhas no sentido de jogá-las contra a mãe.

- "Vive dizendo para elas que eu não gosto mais delas; que eu as troquei pelo trabalho e pelo estudo. Diz que sou muito egoísta, que só penso em mim. Isto não é verdade. Eu adoro as minhas filhas, mas quero ter um pouco de vida própria. Converso bastante com elas, tentando mostrar para elas que estou estudando e trabalhando porque isto é importante para mim e para elas também. Porque, um dia, eu vou poder dar uma vida melhor para elas. Quando elas crescerem, acredito que vão entender melhor o que eu estou vivendo hoje."

Dora evitava brigar com o ex-marido na frente das crianças e, sempre que possível, conversava com ele, tentando mostrar-lhe que o que estava fazendo só estava prejudicando as filhas. Ele, por sua vez, recusava-se a entendê-la. Humilhava-a de todas as maneiras possíveis, seja agredindo verbalmente (com acusações do tipo: "você é uma puta mesmo. Pensa que eu não sei que você só está indo trabalhar para encontrar seus homens?"), seja levando outras mulheres para dormir em sua casa.

Dora perdeu muitas amigas e estava sendo muito marginalizada pela vizinhança, afinal como diziam certos vizinhos: "o que mais ela queria? tinha tudo, casa, comida, um marido excelente".

Cinthia e Ana tiveram uma longa conversa com Dora, principalmente sobre a sua relação com as filhas. Dora, ao contrário da maioria das visitadoras, não se utilizou dos filhos para explicar a necessidade de mudar de vida. A grande maioria, quando decidia que não queria mais continuar vivendo um relacionamento conjugal com os companheiros violentos, justificava essa decisão em nome da preservação dos filhos. Afirmações do tipo: "ele é muito violento, me espancava, me batia muito. E eu aguentei isto durante anos, mas aí ele começou a ficar violento com as crianças também, e isso eu não posso admitir de jeito nenhum. Comigo eu aguentava, mas espancar os meus filhos, isso não", eram recorrentemente utilizadas pelas "visitadoras", nos plantões de atendimento do SOS.

Ana e Cinthia sugeriram a Dora que retornasse ao SOS, para outras conversas, que poderiam ser organizadas por temas. Um dia falaria sobre a maternidade, outro sobre casamento, um terceiro sobre trabalho, e assim sucessivamente.

- "Nós não temos filhos e não podemos falar por você, mas podemos conversar mais e isto pode te ajudar. Quando a gente conversa sobre alguma coisa que a gente está vivendo - e se essa coisa é difícil e complicada - a gente vai descobrindo soluções novas, vai aprendendo, vendo coisas que estavam escondidas. Isso ajuda a compreender melhor as nossas dificuldades e nos torna mais fortes."

Dora gostou da idéia de conversas por temas. Disse que já havia pensado em fazer uma terapia, mas que o dinheiro não dava.

- "Passei muito tempo procurando um lugar como este, até que um dia, lá na creche onde trabalho, li na revista NOVA uma reportagem sobre o trabalho de vocês."

Foi assim que Dora, sabendo da existência do SOS, decidiu procurar a entidade. Porém, nunca mais voltou. Este primeiro e úl

timo encontro aconteceu em agosto de 1982, num plantão de quinta-feira à tarde, ministrado por duas plantonistas-feministas.

* * * * *

Os plantões de atendimento foram criados não em função de um plano de trabalho claramente estruturado pelas feministas da entidade, e sim como resultado dos acontecimentos e das necessidades práticas mais imediatas, verificados no início do SOS. Como me disse uma das plantonistas:

"De outubro a dezembro de 1980, o SOS estava completamente maluco. No primeiro dia, após o lançamento, (11 de outubro), em que a gente abriu o SOS ao público - e abrimos porque o Fernando Moraes (deputado pelo antigo MDB) nos cedeu uma sala - foi uma loucura! A manifestação (de lançamento) foi numa sexta-feira à noite, da sexta para o sábado, quando nós chegamos ao SOS, de manhã, o cara que morava embaixo da sede, disse que o telefone não tinha parado de tocar a noite inteira. Nós entramos na sala com o telefone tocando e já tinha um bando de gente, na porta, esperando atendimento. Aí foi aquela maluquice total! Os problemas eram os mais variados e a gente sequer sabia como encaminhá-los. Foi um processo muito rápido de tentar descobrir algumas soluções. Por exemplo: descobrir que uma mulher, para fazer alguma coisa, precisava de uma ocorrência, que ela precisava dessa ocorrência para poder mover qualquer tipo de ação contra o marido. E a ocorrência se conseguia na delegacia, e a delegacia não dava a ocorrência, e todo mundo sabia disso. Tivemos então que descobrir quais eram as formas de pressão para que as delegacias fornecessem essas ocorrências, mesmo que a mulher depois desistisse de usar o boletim de ocorrência. Diante disso, todas nós saímos à campo. De outubro a dezembro de 80 foi uma loucura, cada uma tinha o seu caso, e os casos de violência eram os mais escabrosos possíveis. E ninguém tinha muita consciência das medidas que deveriam ser tomadas. Então, rapidamente, começamos a ter consciência de que precisávamos ter plantões, porque o SOS era um serviço voluntário e não tínhamos condições de ceder o tempo todo para ele. Começamos a organizar os plantões, e organizamos também uma triagem, já que entre os casos atendidos muitos não nos dinham respeito. E nós não conseguíamos nos ater à questão da violência, nem conseguíamos direito definir os seus limites. Então, vinham pessoas que estavam en-

frentando problemas relativos à guarda dos filhos e nós atendíamos do mesmo jeito que as mulheres que estavam com problemas de pensão que não estavam sendo pagas. Vinham mulheres que queriam se separar e, muitas vezes, a separação não era motivada por problemas de violência, mas elas queriam se separar porque não aguentavam mais os maridos. Era uma clientela extremamente pobre, carente, de periferia. Se não me falha a memória, para cada dez mulheres pobres atendidas, tinha uma mulher de classe média" (Entrevista realizada em novembro de 1983).

A partir de novembro de 1980, a atividade de plantões se tornou obrigatória para todas as participantes, pois entendiam que o atendimento às mulheres - fosse ele realizado por telefone, fosse pessoalmente - era a instância privilegiada para se inteirarem "da realidade cotidiana de violência que sofrem as mulheres". Os plantões eram oferecidos diariamente, no período noturno, das 19 às 23 horas, por um grupo mínimo de três plantonistas. Paralelamente ao atendimento, as plantonistas procuravam relatar as principais informações obtidas nessa atividade num caderno da entidade, especialmente designado para esse trabalho. A função desse caderno era "servir de memória e instrumento de trabalho" para o conjunto de plantonistas. O que permitiria - assim supunham - que as pessoas dos outros plantões pudessem se informar sobre o que estava acontecendo no SOS. Segundo R.:

"O grupo de plantão, de segunda-feira, relatava no caderno todos os acontecimentos do seu dia de trabalho. Dessa maneira, quando o grupo de terça-feira chegava, bastava ler o caderno para ter uma idéia de que tinha acontecido no dia anterior. Essa forma de organização tornava os grupos mais autônomos para tomarem suas próprias decisões, já que cada uma era responsável pelo seu dia de plantão" (Entrevista realizada em novembro de 1980).

Esse tipo de organização, segundo a entrevistada, possibilitaria a apreciação de dois aspectos considerados fundamentais para o exercício de uma prática feminina. De um lado, permitiria que as informações e decisões fossem socializadas entre as participantes, minimizando assim a "influência" do grupo original - isto é, das "fundadoras" - , de forma a impedir que este detivesse mais poder que as demais integrantes do grupo. De outro lado, reforçaria a solidariedade entre as plan-

tonistas, pois, na medida em que elas tivessem autonomia de decisão para responder pela entidade, desenvolveriam um sentimento de autoconfiança, indispensável para a realização dessa atividade.

O entusiasmo inicial das feministas-plantonistas do SOS não diminuiu frente a uma série de problemas que tiveram que enfrentar e, em alguns casos superar, para que a entidade subsistisse. Entre eles, destacava-se a quase total ausência de uma base jurídica que permitisse às plantonistas oferecer informações seguras para a sua "clientela", ávida por soluções legais para os seus problemas específicos. Para suprir esta carência, as militantes contataram 25 advogadas, sensíveis às proposições feministas referentes ao combate à violência, e que se dispuseram a fornecer orientações jurídicas às mulheres que se dirigiam ao SOS.

Essas advogadas, com especializações diversas (algumas eram advogadas trabalhistas, outras lidavam com a parte criminal, havia também as que se dedicavam à área da família), apenas ofereciam orientação, pois eram impedidas de executar os processos. A justificativa para esse impedimento assenta-se no fato de que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) considera como "aliciamento e competitividade injusta" que os advogados, ligados a centros de prestação de serviços, executem os casos indicados por uma entidade, seja ela qual for. Assim, quando uma "visitadora", após entrar em contato com as plantonistas do SOS, definia que a solução para o seu problema com o marido era a separação, sugeria-se a ela que procurasse uma das advogadas do corpo jurídico da entidade, para que recebesse apenas uma orientação jurídica mais precisa sobre questões relativas à separação.

Esse impedimento da OAB, longe de atrapalhar a prática dos plantões (ainda que, do ponto de vista da eficácia, possa parecer um contra-senso que uma conversa genérica, nos moldes feministas, sobre os direitos da mulher, substituísse uma intervenção jurídica mais precisa), encontrava ressonância entre as integrantes do SOS. Claro que por razões contrárias às da OAB.

A lógica alternativa, que presidia a organização da entidade e, conseqüentemente os plantões de atendimento, baseava-se no fato de que a função das plantonistas era, sobretudo, discutir com as "visitadoras" os seus problemas específicos, resultan

tes da discriminação e da violência que sofriam enquanto mulheres. Assim, mais do que oferecer soluções jurídicas aos problemas apresentados pela clientela, propunham-se a encaminhá-las na resolução das suas dificuldades, a partir de uma tomada de "consciência" da situação de "opressão" que viviam.

"O grande perigo", enfrentado pelas plantonistas-militantes, era de incorrerem em uma prática de tipo assistencialista. Por esta razão, aos olhos desse "coletivo" feminista era salutar que as advogadas não apenas prestassem orientação jurídica, mas, principalmente, que fizessem esta atividade fora do espaço do SOS, ou seja, em seus respectivos locais de trabalho. Através dessa separação, as feministas do SOS acreditavam poder implementar uma prática alternativa, no tocante ao tratamento e ao combate à violência específica que incide sobre as mulheres. Nesse sentido, a demarcação de "áreas de competência" entre advogadas e plantonistas-militantes era percebida como um dos requisitos necessários para o desenvolvimento de uma prática não-assistencialista. Tal separação, no entender das participantes, era importante para garantir a especificidade do SOS, tanto em relação aos demais centros de prestação de serviços, como, inclusive, em relação à Frente de Mulheres Feministas que, no final do ano de 1980, pretendia, em conjunto com o restante dos grupos feministas paulistanos, criar uma Casa da Mulher. Este projeto foi concretizado, mas não contou com a participação das integrantes do SOS. A justificativa para esta atitude explicava-se, segundo R.,

"pelo fato de que elas tinham uma visão muito assistencialista das atividades que deveriam ser realizadas na Casa da Mulher. Elas pensavam em realizar esse trabalho através das especialistas: médicas, advogadas, psicólogas. Nós não. O nosso trabalho é muito diferente, pois entendemos que a prestação de serviços deve ter um caráter feminista, que nos diferencie das demais entidades assistencialistas" (Entrevista realizada em novembro de 1980).

Por "caráter feminista" entenda-se, entre outras coisas, a recusa do profissionalismo e do saber "técnico das especialistas", bem como a tentativa de tornar esse saber "técnico e individual" passível de socialização, tanto para o conjunto das plantonistas

como para as mulheres que se dirigiam ao SOS.⁽⁹⁾ Para tanto, substituíram o plantão individual (que funcionou de maneira preponderante até dezembro de 1980) pelo plantão coletivo.

"No princípio, os plantões eram individuais, mas depois começamos a fazer os plantões coletivos, que nos parecem muito mais ricos que os primeiros. As mulheres chegam aqui, contam as suas experiências de violência e as trocam umas com as outras. Assim elas se conscientizam que os seus problemas são vividos por um número muito grande de mulheres. O plantão coletivo propicia essa troca de informações e ajuda a construir um espaço de afetividade e solidariedade feminista. Dessa maneira, o trabalho das especialistas (advogadas e psicólogas) é apenas auxiliar" (Entrevista realizada em novembro de 1980).

* * * * *

Este foi o modo pelo qual se deu, de outubro de 1980 a junho de 1981, a formação e implantação dos plantões de atendimento: seus objetivos, propostas, princípios norteadores e formas de funcionamento. Entre os anos de 1981 a 1983 ocorreram mudanças nessa atividade. Essas diziam respeito menos ao seu funcionamento es-

(9) Maria Filomena Gregori, em uma análise sobre os plantões de atendimento do SOS, revela que para os princípios alternativos, partilhados pelo seu coletivo de militantes, o profissionalismo, equalizado à autoridade, criaria a falta de iniciativa individual do "cliente" na resolução dos seus problemas. O profissionalismo, segundo a antropóloga, era percebido pelo grupo "como uma conduta não-política e alienada. Contudo, no sentido de garantir uma apreciação mais igualitária e justa dos problemas sofridos pelas mulheres, as feministas do SOS acharam por bem enfrentar as contingências jurídicas, oferecendo serviços de tipo, pretensamente, diferente às mulheres. Ora, mas como tornar evidente que o tratamento feminista às questões femininas implica, politicamente, negar o profissionalismo? Simples: o SOS funcionaria em um espaço purificado, ou seja, não comprometeria o lugar físico onde seria desenvolvida a sua prática com profissionais de qualquer gênero. O efeito desse procedimento é apenas formal, na medida em que as plantonistas assumiam o papel de 'profissionais', ao oferecerem orientações de tipo legal. Ainda que as informações não fossem precisas ou solucionadas, para as mulheres não havia diferença entre uma profissional-advogada e a plantonista-militante. No entanto, o procedimento foi simbolicamente fundamental no sentido de demarcar uma diferença. Diferença essa que legitimava para as militantes o fato de estarem atuando em moldes feministas e alternativos" (Gregori, 1984, p.71).

pecífico (isto é, plantões individuais ou coletivos) e mais à maneira pela qual as plantonistas-feministas tematizaram e viveram as "crises" advindas desta prática (resultantes sobretudo de sua pouca eficácia política nos termos pretendidos pelos ideários feministas; evidenciada, por exemplo, no fato de a grande maioria das "visitadoras" não retornar - como se esperava - ao SOS após a primeira visita) e, indiretamente, o refluxo por que passava o movimento feminista em São Paulo, nesse período. Os primeiros sinais da crise, no entanto, só se manifestaram a partir de junho de 1981. Até aquele momento, vivia-se no SOS "o momento maravilhoso". O seu fecho, se assim se pode dizer, já se insinuava no ano de 1981, mas só se tornou visível e conclusivo em novembro de 1983, conforme procurarei mostrar.

4 - O "PIQUE" DIMINUI

É interessante se perguntar pelos motivos que levaram ao início do refluxo do movimento feminista em São Paulo, e analisar as razões que provocaram a diminuição do "pique" das feministas do SOS em relação ao trabalho desenvolvido na entidade. Quanto ao primeiro aspecto será apenas mencionado, uma vez que já foi analisado no Capítulo II, dedicado ao exame da dinâmica interna do movimento.

O ano de 1981 foi marcado pelo início do processo de reorganização partidária. Este repercutiu em todos os movimentos sociais e em relação ao movimento feminista pode-se dizer que suas implicações nem sempre foram positivas. O "saldo negativo" revelou-se na dificuldade sentida pelos grupos em continuar os trabalhos conjuntos iniciados no ano anterior. Um dos momentos significativos dessa dificuldade evidenciou-se na não-realização do 2º Encontro dos Grupos Feministas de São Paulo, previsto para acontecer em Valinhos, em junho de 1981. Além disso, as preparações do 3º Congresso da Mulher Paulista foram bastante tumultuadas, o que resultou na realização de dois eventos paralelos no dia 8 de março de 1981. Um no Estádio do Pacaembu, promovido pela Federação das Mulheres, composta basicamente de militantes do PC do B e do MR8 que, no ano anterior, tumultuaram o congresso realizado na PUC. O segundo teve lugar na Praça da Sé, sob a forma de uma manifestação, e contou com a participação de todos os grupos feministas e integrantes expressivas do movimento de mulheres. O fato de as feministas terem conseguido separar o "joio do trigo" - isto é, separar as defensoras da autonomia do movimento das que se utilizavam da "questão da mulher" como "trampolim político" para a colocação das questões concernentes às "lutas gerais", tidas como as principais - foi sem dúvida positivo para o movimento. Porém a dinâmica interna do feminismo - marcada por um processo ininterrupto de criação de oposição e segmentação entre os grupos - encarregou-se de diluir a positividade deste saldo. Aliado a isso, o desgaste sofrido pelas feministas após meses de reuniões, inicialmente em conjunto com as integrantes da Federação, e depois em separado com as defensoras da autonomia do movimento, para a realização do 8 de março. Em função da preparação desse evento, os trabalhos feministas específicos, iniciados em 1980, não tiveram prosseguimento.

O SOS, nesse contexto, aparecia quase que como o único grupo a implementar uma política feminista cotidiana, centrada em um trabalho concreto de apoio e solidariedade a mulheres provenientes das mais diversas camadas sociais. Não só a procura, por parte das "visitadoras", era grande como era significativo o número de mulheres interessadas em ingressar no SOS na condição de militantes feministas, no início de 1981, e particularmente após a realização da segunda passeata feminista na cidade de São Paulo. Esta foi organizada com o objetivo de protestar contra o assassinato de Eliane de Gramont por seu ex-marido, o cantor Lindomar Castilho. Contou com a participação de quase mil pessoas, a maioria mulheres, vestidas de negro, que em coro gritavam "quem ama não mata", enquanto percorriam um longo trajeto: do início da Avenida Consolação ao Cemitério do Araçá - onde Eliane foi enterrada - situado na Avenida Doutor Arnaldo. A passeata recebeu ampla cobertura da imprensa e da televisão, notadamente da Rede Globo, onde Helena, irmã de Eliane, trabalhava como repórter.

A preparação da passeata foi feita na sede do SOS que, naquele período, funcionava no comitê político do deputado Fernando Moraes do então MDB. Após a sua realização, o SOS chegou a incorporar quase 60 ativistas. Esta incorporação não se fez sem problemas, pois um número como este se, por um lado, representava um ganho para a entidade na medida em que ampliava o seu quadro de militantes, por outro lado punha em questão o funcionamento e a dinâmica do "coletivo" em função do tipo de organização privilegiado pelas feministas. Ou seja: os grupos feministas, por recusarem os princípios formais de hierarquia e liderança, só podem praticar a democracia participativa se contarem com número pequeno de integrantes. Caso contrário torna-se difícil, senão impossível, que as deliberações internas sejam feitas na base do consenso e não em função da decisão de um pequeno número de pessoas que atuem na condição de representantes. Outro problema enfrentado dizia respeito ao grande fluxo de pessoas que se dirigiam ao SOS para atuar na condição de feministas, mas que o faziam de forma descontínua. "Era um entra e sai de gente que passava uns três meses e ia embora, pessoas que passavam, voltavam ou que nunca mais apareciam" (Trecho de uma entrevista realizada em novembro de 1983).

Uma das medidas adotadas pelas "fundadoras" do SOS e pelas demais integrantes que estavam na entidade desde o ano anterior foi a implementação do "grupo das novas", que aliás era uma reivindicação das próprias mulheres que estavam chegando no SOS. Antes da criação desse grupo, as mulheres que desejavam ingressar na entidade, na condição de militantes, eram incorporadas de imediato nos plantões de atendimento. O funcionamento desse grupo era feito em três etapas. Na primeira, duas feministas "antigas", encarregadas da sua organização, faziam um pequeno histórico do SOS, apresentando os seus objetivos, funcionamento, estrutura e princípios ideológicos. Em um segundo encontro, as "novas" expunham os motivos que as levaram a procurar o SOS, o que pensavam do feminismo, como entendiam a questão da violência, como se viam enquanto mulheres; enfim, adotava-se uma dinâmica própria dos grupos feministas de auto-reflexão. No último encontro, eram dramatizados alguns casos mais frequentes das "visitadoras" atendidas nos plantões, tendo em vista a produção de uma reflexão não só sobre os problemas enfrentados nos plantões e a melhor forma de "responder" às "visitadoras" como sobre a questão mais geral da violência contra as mulheres.

M. disse que:

"Quando a gente propôs o grupo de novas, metade do pessoal que já estava incorporado nos plantões resolveu fazer o grupo. O. é uma delas; E. é outra. Na verdade todo mundo queria participar do grupo de novas e só não entraram aquelas que realmente não tinham tempo.

Era para ser um grupo de reflexão e era para ser uma troca de experiências, porque as pessoas chegavam ao SOS com cabeças diferentes das nossas e com posições e idéias surpreendentes e boas. Mas a gente sentia que era preciso um certo filtro antes das pessoas entrarem nos plantões, pois têm pessoas que entendem a violência de uma maneira muito diferente da nossa. Eu me lembro de uma mulher que queria ser plantonista e que me disse que ela tinha vivido o problema da violência. Disse ainda que quando isto acontecia ela batia não só no marido como na vizinha. Ou seja: ela era exatamente o outro pólo.

Nesse sentido, o grupo de novas funciona um pouco como transmissão das informações em termos do funcionamento do SOS. Eu não sinto isto como iniciação, mas sim como uma espécie de reflexão para todo mundo que dele participa, as 'velhas' e as 'novas' do grupo" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

Mas, apesar da criação desse grupo (que não tinha uma duração permanente, pois era estruturado de tempos em tempos em função da entrada de novas mulheres na entidade), a sua eficácia no sentido de assegurar a permanência das interessadas não foi grande. Assim, se entre os meses de abril a junho de 1981 o SOS chegou a contar com uma média de 60 ativistas, pouco tempo depois esse número diminuiu consideravelmente. Em setembro do mesmo ano apenas a metade dessas mulheres permaneceu efetivamente ligada ao SOS. Várias são as razões para explicar este refluxo. A primeira e mais evidente inscreve-se na própria conjuntura vivida naquele momento. Passado o período de maior euforia - fruto, entre outras coisas, da grande repercussão que o SOS adquiriu no movimento de mulheres e da ampla cobertura recebida pelos meios de comunicação de massa nos seus primeiros meses de funcionamento - assistia-se a um momento de normalização e rotinização da prática do SOS. O que implicou a saída de várias mulheres que por lá passaram transitariamente, com a intenção de manifestarem solidariedade e oferecerem serviços a uma causa feminista que ganhava destaque nos debates públicos do momento: a publicitação da ilegitimidade política, social e individual dos que assassinam suas companheiras em nome da "legítima defesa da honra".

A segunda razão para explicar a saída dessas mulheres refere-se à obrigatoriedade da atividade do plantão para todas as pessoas que desejassem ingressar e participar do SOS na condição de ativistas. O plantão, nesse período, era não apenas um instrumento acionado na luta contra a violência, mas a atividade principal do grupo, aparecendo como um princípio ideológico do qual as integrantes não abriam mão por considerarem-no como a instância privilegiada para se inteirarem da violência cotidiana que recai sobre as mulheres. Assim, tornar-se militante do SOS implicava tanto compartilhar os pressupostos feministas referentes às formas de luta adequadas para abordar e combater politicamente essa questão, como desenvolver uma prática concreta que permitisse a agilização desses pressupostos. Não bastava, nesse

sentido, ser portadora apenas de um conhecimento "abstrato" sobre a violência, era necessário, principalmente, vivê-la; o que, no entender do grupo, só poderia ser feito através de uma atuação específica enquanto plantonista. No entanto, como relata S.:

"A grande maioria das mulheres que chegaram ao SOS achavam uma puta barra fazer plantão e não estavam a fim de fazer plantão, mas gostariam de fazer um jornal que abordasse os direitos da mulher, um documento, gostariam de fazer uma assessoria de imprensa; outras gostariam de fazer um livro branco a respeito dos assassinatos de mulheres, através de um levantamento em delegacias. Havia 'n' propostas. Só que a gente não abria mão do plantão. A gente não aceitava isso. A gente achava que essas coisas eram ótimas e que todo mundo gostaria de fazê-las, mas a gente achava que todo mundo deveria dar plantão e quem quisesse faria as outras coisas. Então eu tenho impressão que essa obrigatoriedade de que para você fazer parte do SOS você tinha que fazer plantão e também a falta de uma discussão mais profunda a respeito disso fez com que as pessoas sentissem muito isso. Isso foi uma bobeira da gente e eu acho que as pessoas que não estavam a fim de dar plantão, estavam, na verdade, a fim de escrever sobre essa questão da violência, fazer um outro trabalho diferente, que eu acho que também teria muita importância. Mas a gente não conseguiu enxergar isso, porque, além disso, o plantão era uma coisa que quebrava você emocionalmente e isso fazia com que a gente achasse que todo mundo deveria estar ali segurando essa pelega, dando força.

Além disso, o SOS naquele momento era uma coisa extremamente heterogênea. Então qualquer discussão que se tentasse fazer era uma coisa muito difícil. Primeiro, um número enorme de pessoas para se fazer uma discussão. Segundo, tinha a presença de mulheres que já tinham toda uma elaboração a respeito da questão da violência junto com outras que estavam começando a pensar esta questão a partir da vivência concreta que estavam tendo e tinha também aquelas que nunca tinham pensado nisso e estavam começando a pensar na violência. Essas últimas estavam começando a pensar porque viram todo aquele bafafá em torno da morte de Eliane de Gramont e achavam que o que se tinha para fazer era por aí mesmo, que as mulheres tinham que começar a se defender. Então era muito complicado

do fazer uma discussão e eu acho que as pessoas que já tinham uma reflexão mais elaborada sobre a violência não tinham paciência de discutir com quem não tinha."

Obrigatoriedade do plantão e heterogeneidade de pessoas, tais são algumas das razões que explicam o afastamento de certas mulheres e a diminuição do grupo. Acrescente-se a isso o grande número de lésbicas integrantes do SOS e as implicações nem sempre positivas que o contato entre mulheres com opções sexuais diversas acarretou para aquelas que estavam entrando em contato, pela primeira vez, com o universo do feminismo, por não terem uma participação anterior no movimento.

O SOS, para algumas jovens mulheres freqüentadoras do circuito gay da cidade de São Paulo, aparecia como um lugar propiciador de encontros, sendo antes de tudo visto como um grupo de amigas, onde, eventualmente, poderiam namorar uma ou outra pessoa. Essas jovens mantinham uma relação fluida com o trabalho da entidade: apareciam por um tempo, afastavam-se e, por vezes, retornavam. Para entender a presença dessas mulheres é preciso mencionar as festas promovidas pelas integrantes do SOS, com o objetivo de angariar fundos, normalmente destinados ao custeio do aluguel da casa. Estas festas, no ano de 1981, faziam grande sucesso, atraindo um público considerável, composto na sua maioria de mulheres. Entre elas, encontrava-se uma presença significativa de lésbicas. Através das festas, travavam contatos com as feministas homossexuais do SOS, informando-se assim do trabalho que estas desenvolviam e do local em que era implementado. Dessa maneira chegavam ao SOS.

* * * * *

Feito esse levantamento inicial das razões mais evidentes que explicam a diminuição do número de integrantes do SOS, trata-se em seguida de analisar os motivos menos aparentes que provocaram a diminuição do "pique" das feministas-plantonistas no decorrer do ano 1981. Estes dizem respeito fundamentalmente a três questões: em primeiro lugar, às próprias condições de desenvolvimento dos plantões; em segundo, à descoberta do "vitimismo" enquanto estratégia utilizada pelas "visitadoras" nas suas relações com seus companheiros; e, por fim, às expectativas diferen-

ciadas das feministas e das "visitadoras" com relação aos resultados esperados nos plantões.

Para abordar a primeira questão, vejamos o que diz H. em relação às condições do atendimento oferecido às "visitadoras":

"A minha avaliação sobre o SOS é a seguinte: o fato de a gente ter saído com um trabalho de atendimento ao público sem um campo delimitado de ação levou a uma dispersão total das pessoas. Houve momentos em que eu me sentia pouco séria em relação àquele trabalho. Chegavam mulheres de todos os lugares, não só de São Paulo, como de Itu, de Jundiaí etc., contando os seus problemas e nós tínhamos que dar um tratamento mais adequado, pois afinal era a vida delas que estava sendo colocada, está certo? E de repente você não é uma psicóloga, você não pode dar soluções rápidas e práticas para essas mulheres, pois os casos envolviam coisas muito mais amplas, que tinham a ver com a estruturação emocional delas. Eu, pessoalmente, comecei a me assustar com a forma que o SOS estava estruturado e com a falta mesmo de clareza de como encaminhar os plantões. A minha avaliação e a minha idéia era que a gente tinha que ser um grupo de serviços e pronto. E para oferecer serviços tínhamos que ter um serviço organizado, que funcionasse com um corpo de advogadas ganhando, com pessoas ganhando, para poderem ficar ali dentro o dia inteiro, cobrando um mínimo de quem podia pagar, fazendo uma cota para quem não pudesse pagar, ou então, pagando as advogadas e dando taxas para o acompanhamento de processos no fórum. Mas aí se esbarrava na seguinte questão: o SOS é assistencialista ou não é assistencialista? Então devido às coisas que tínhamos na cabeça essa era uma proposta complicada. Porque a gente não podia ser assistencialista, tínhamos que ser feministas, tínhamos que levar cada mulher que passasse pelo SOS a adquirir uma nova consciência sobre a sua condição, para, se possível, transformá-la numa nova militante do movimento feminista. Mas isso não acontecia e trazia uma insatisfação muito grande, pois na maior parte dos casos o que se fazia era puro assistencialismo" (Entrevista realizada em novembro de 1983).

Esta fala revela com precisão os dilemas e impasses enfrentados pelas feministas do SOS: estes diziam respeito, de um lado, à necessidade de se diferenciarem das demais entidades de

natureza assistencial; de outro, ao fato de prestarem um trabalho voluntário que, exigindo uma enorme disponibilidade de tempo, revelava-se pouco eficaz em função da demanda das "visitadoras". Assim, a falta de clareza quanto às formas mais adequadas de realização do atendimento, detectada pela entrevistada como um dos principais problemas enfrentados no SOS, refere-se à ausência de um plano geral de ação que norteasse a atuação e o trabalho das plantonistas. O que se tinha eram princípios muito gerais, de cunho ideológico, definidos na "carta de princípios" da entidade. Princípios estes que, fundamentados na necessidade de oferecer às "visitadoras" a possibilidade de se reconhecerem como sujeitos de suas vidas, visavam oferecer os requisitos necessários para que estas se conscientizassem de que os seus problemas específicos eram frutos de uma condição mais geral de discriminação e subordinação do sexo feminino. Nessa perspectiva, opunham assistencialismo à conscientização. Contudo, se a nível retórico, as feministas recusavam o profissionalismo e o saber técnico das especialistas, por vê-los como sinônimos de condutas autoritárias e alienantes, próprias dos trabalhos considerados assistencialistas, na prática o que se observava era o seguinte: cada plantonista, ou cada grupo de plantonistas - dependendo do fato de realizarem plantões individuais ou coletivos - dirigia o encaminhamento em função menos dos conhecimentos produzidos pelo "coletivo" e mais daqueles que adquiriram ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais fora do SOS. Dessa maneira, os atendimentos e as formas de encaminhamento sugeridas nos plantões sofriam variações em função de serem, por exemplo, realizados por uma plantonista com formação profissional em psicologia ou por uma versátil dona-de-casa, "mãe de família", como era o caso de O. que, além de ser portadora desses "qualificativos", era também uma mulher de 40 anos, encontrando-se, portanto, mais próxima da faixa etária média das "visitadoras" atendidas.

Outro aspecto importante, que merece algumas considerações, refere-se à solução proposta pela entrevistada para superar as dificuldades e os impasses advindos da ausência de um "campo delimitado de ação" para as plantonistas da entidade. No seu entender, estas deveriam conceber o SOS como um grupo de prestação de serviços que, enquanto tal, seria composto de um número mínimo de profissionais, qualificadas para o desempenho de um trabalho ligado ao combate à violência, recebendo para tanto uma remuneração.

neração específica. Esta proposta parece não só plausível como pertinente do ponto de vista da resolução dos problemas internos enfrentados pelas plantonistas, principalmente se levarmos em consideração que a grande utopia das feministas-de "levar cada mulher que passasse pelo SOS a adquirir uma nova consciência sobre a sua condição de mulher para, se possível, transformá-la em uma nova militante do movimento feminista" - não se cumpria. Se implantada, essa proposta garantiria uma estrutura mínima à entidade bem como um quadro fixo de integrantes que desempenharia um trabalho mais contínuo e sistemático de atendimento às "visitadoras" do que aquele oferecido pelas plantonistas voluntárias. A sua operacionalização, porém, implicaria a diluição das fronteiras - mais simbólicas que reais - traçadas pelas feministas para diferenciarem o trabalho que desenvolviam do restante dos serviços assistenciais oferecidos à população feminina da cidade. Além disso, a profissionalização era incompatível com os pressupostos feministas, que supunham a adesão das mulheres aos seus ideários na condição de militantes voluntárias e não como profissionais remuneradas do movimento.

Diante da recusa do grupo como um todo em profissionalizar e remunerar algumas de suas integrantes, os plantões subsistiam mais em função do "estado de ânimo" das plantonistas do que como parte de um plano de ação estruturado e sistemático. Estavam sujeitos não só às agruras financeiras da entidade - que não contava ao menos com um orçamento fixo para o custeio mensal do aluguel - como às "crises pessoais" das que os realizavam. Crises essas que, desencadeadas pelos mais variados motivos (problemas amorosos; descrédito com relação aos rumos tomados pelo feminismo; insatisfações diversas quanto às formas de estruturação da entidade; desentendimentos com outras militantes etc.), encontravam legitimidade no grupo, visto ser ele um defensor fervoroso da idéia de que o "pessoal é político". Ainda que na maior parte das vezes esta defesa acarretasse sérios problemas a nível da continuidade do trabalho desenvolvido no SOS, produzindo frequentemente um estado mais geral de "crise" interna do grupo.

No segundo semestre de 1981, desencadeou-se no SOS o início de suas "crises", evidenciadas nesse período por meio da diminuição do "pique" de suas ativistas. A primeira explicação para a sua compreensão refere-se, conforme tentei demonstrar, às condi-

ções de desenvolvimento dos plantões. A segunda, a descoberta do "vitimismo" enquanto estratégia utilizada pelas "visitadoras" nas suas relações com seus companheiros. Analisemos, pois, com mais vagar as implicações que essa descoberta acarretou para as feministas, a partir da fala de S. Esta consiste em uma reflexão sobre as diferentes maneiras através das quais a questão da violência foi tematizada e compreendida pelo grupo.

"Nós acabamos desenvolvendo toda uma classificação da violência. Quando eu falo em classificação eu me refiro ao fato de que existem formas diversas de violência, algumas são tão bárbaras, tão maiores - não sei se a palavra é essa - que acabam te comovendo mais.

Teve um momento muito complicado porque a gente pensava sempre na questão da violência em termos da dupla moral, da educação diferenciada, da violência da própria sociedade como um todo. E a mulher acaba sempre sendo considerada como uma coisa de segunda categoria, uma propriedade dessa sociedade machista, e pelo fato da mulher sempre ter um dono, alguém mandando nela, este acaba se achando no direito de fazer o que quer com ela. E isso foi se tornando muito complicado quando a gente começou a lidar e trabalhar com alguns casos muito difíceis. Por exemplo: um dos primeiros casos que pintou no SOS foi de uma mulher que levava choque. O cara tinha toda uma instalação elétrica dentro de casa, dava choques elétricos na mulher. Pintaram outros casos desse tipo que eram muito complicados. Num primeiro momento a gente começava a transferir essa coisa que é muito mais ampla a uma maldade do sexo masculino, era como se existisse uma maldade do cara, porque a gente estava vendo e convivendo com aquilo.

Apesar da gente ter refletido muito pouco no SOS teve um momento em que a gente refletiu senão a gente teria caído num sectarismo dos mais extremos. Mas, de repente, você não podia ver um cara na sua frente que você já achava o cara um bárbaro. Como se o cara violentasse por violentar, porque era ruim. Aos poucos, quando você começava a lidar com isso, a acompanhar um caso com mais detalhes, a ficar mais perto e ir mais longe do que aquele momento em que a mulher chegava ao SOS, as coisas iam ficando um pouco mais claras.

Descobrimos, por exemplo, a própria cumplicidade da mulher. A gente começou a acompanhar alguns casos - mesmo esse do choque que a mulher levava - e, com o tempo, a gente começou a perceber que essa violência passava a ser uma necessidade da própria mulher. Ela acabava provocando determinadas situações também para levar esse choque e para se colocar numa situação de vítima. Então, às vezes, era importante para ela se assegurar e se manter naquele papel de vítima. Esse é um ponto que a gente começou a sacar.

O segundo: essa mulher era tratada como um objeto o tempo inteiro, tinha de cuidar das crianças, trabalhar às vezes etc., etc. E o cara que era o companheiro dela - e para quem ela achava que tinha que servir o tempo inteiro - nunca tinha um ato de reconhecimento por ela. Nenhuma atitude de reconhecimento da vida dela, de nada, nem de solidariedade, nem de afeto. E de repente ele espanca essa mulher, comete toda uma violência física contra ela. Isso faz com que ela passe a se sentir viva. De repente essa violência é uma coisa tão doida que é como se ela percebesse que ela existe: o cara percebeu que eu estou aqui. Então para ela a violência é menor do que a indiferença. E a gente percebia muito isso. É claro que ela não dizia isso com tanta clareza, mas quando a gente ia mais longe, mais fundo, a gente se dava conta disso.

No começo do SOS muitos dos casos que nós atendemos eram de mulheres que apanhavam há mais de doze anos, não eram de mulheres que tivessem sofrido uma ou duas situações de violência. É tão louco que quando a gente fala da violência a gente acaba sempre falando do espancamento, do estupro, dos assassinatos, como se a violência se resumisse nisso. Então a gente começou a perceber esse desespero delas, essa indiferença que tinha na relação delas com os homens, a perceber que apanhar não era tão ruim assim. Acho que é daí que surge aquele ditado de que mulher gosta de apanhar. Eu tenho a impressão que ele surge um pouco disso, de como ela é tratada mesmo: uma cidadã de segunda categoria, tratada como um objeto mesmo" (Entrevista realizada em fevereiro de 1983).

Sintetizando os principais pontos contidos na fala de S. pode-se dizer que eles se referem basicamente às implicações pro-

duzidas pela prática de atendimento ao nível de uma maior problematização da reflexão sobre a violência. A elaboração de um "sistema classificatório", feito com o intuito de apreender as diferentes situações expostas pelas "visitadoras", constituiu-se inicialmente a partir do postulado concernente à subordinação estrutural das mulheres. Assim, a violência era concebida ao mesmo tempo como causa e efeito dessa condição; expressando-se através da dupla moral e da educação diferenciada, e originando-se como subproduto de uma violência mais geral, produzida pela sociedade como um todo. Sociedade que, reservando às mulheres uma posição de inferioridade, lhes confere o estatuto de "cidadãs de segunda categoria". Tais eram os pressupostos iniciais produzidos pelas feministas para abordar politicamente a questão da violência e para "instrumentalizarem" os encaminhamentos propostos nos plantões de atendimento, onde as "visitadoras" eram sobretudo vistas como vítimas irredutíveis da dominação masculina. Esta visão era reforçada tanto pelas histórias das "visitadoras" como pela maneira como elas se auto-representavam nas suas relações conjugais. Mulheres que apanhavam sistematicamente há mais de doze anos, sujeitas a toda uma sorte de violências cotidianas, que incluía desde a "bronca" xingamentos e a surra até uma série de mecanismos perversos.

Nos plantões de atendimento, as "visitadoras", talvez por se encontrarem em um contexto institucional, onde ocupavam a posição de clientela (apesar de não ser esta a expectativa das feministas), tendiam a se retratarem quase sempre como donas-de-casa perfeitas, mães exemplares, esposas dedicadas, sujeitas a agressões e sofrimentos diversos cometidos por seus companheiros, bêbados, incapazes de prover "adequadamente" o lar e apresentados como pais relapsos e violentos. Essa auto-representação esbarrava frontalmente com as representações feministas relativas aos "códigos comportamentais" propostos para homens e mulheres nas suas relações familiares. Senão vejamos: enquanto as "visitadoras" tendiam a conceber e a nomear as atitudes violentas de seus companheiros por meio da utilização de um discurso próximo daquele que é produzido pela instituição jurídica, as feministas, ao contrário, propunham-se a romper com seus pressupostos, considerando-os mistificadores e discriminatórios. Explico-me: a instituição jurídica, através do discurso e da prática dos seus "manipuladores técnicos", reforça a reafirma o sistema normativo tradicional re

ferente aos papéis sexuais. Nesse sentido, tende a apreciar e, em última instância a julgar, os conflitos familiares através de uma perspectiva que os naturaliza. Como nos mostra Mariza Corrêa (1983), estes são interpretados como produtos de uma transgressão dos padrões preestabelecidamente definidos para homens e mulheres em nossa sociedade.⁽¹⁰⁾ Nessa ordem de razões, se a fidelidade é o dever mais enfatizado e exigido das mulheres, aos homens cabe a obrigação de serem os provedores do lar, os principais responsáveis por sua manutenção. A transgressão de um ou outro desses deveres implica não só a quebra dos comportamentos específicos que lhes são exigidos, mas fundamentalmente o rompimento das identidades sociais estabelecidas para homens e mulheres nas suas relações familiares. Esse discurso, apesar de produzido pela instituição jurídica que se apresenta como mediadora de uma realidade que não é sua, era o mesmo utilizado pelas "visitadoras". Estas, como afirmei anteriormente, tendiam a interpretar os conflitos familiares à luz de uma explicação que as apreendia de maneira naturalizante. Ao se auto-representarem como esposas dedicadas, fiéis, cumpridoras de suas funções domésticas e mães exemplares, se contrapunham aos seus companheiros que eram retratados como maridos relapsos, não provedores do lar e pais violentos. Tais eram os aspectos mais enfatizados para explicarem os conflitos familiares em que se encontravam inseridas. Entre os "atos" e os "autos" as diferenças são menos claras do que podem parecer à primeira vista.

As feministas, ao contrário, procuravam estabelecer uma nova ordenação para as relações de tipo familiar, fundada na concepção de que estas são passíveis de transformações culturais na medida em que são produzidas socialmente. Assim, enquanto as "visitadoras" elaboravam um discurso sedimentado numa lógica de tipo institucional - que tem por objetivo controlar e manter uma ordem

(10) Mariza Corrêa chama atenção, em seu livro *Morte em Família*, para os elementos e signos que serão considerados pertinentes, na exposição das vítimas e dos acusados, quando da elaboração pelos atores jurídicos dos processos em andamento relativos aos "crimes da paixão". Segundo a autora, "o dever mais enfatizado nesses casos tem sido o da fidelidade da mulher ao homem com quem se relaciona, sua possível infidelidade absolvendo ou atenuando o ato agressivo cometido pelo acusado. Esse dever da mulher corresponde a um direito do homem que pode, além de exigir plenamente o seu cumprimento, punir o seu não cumprimento. Mas para poder exigir plenamente esse direito, o homem deve, ele próprio, adequar-se à identidade social de marido, ou ser apresentado como o mais próximo possível dela, se outro for o tipo de união. É a obrigação principal de um marido, evidenciada nas acusações aceitas quando o seu crime é julgado, parece ser a de provedor do lar, o principal responsável pela sua manutenção. A esse dever do homem estaria ligado o direito da mulher, não de punir o seu comportamento, mas de buscar nova área de proteção, novos guardiões" (1983, p.192).

social tradicional - as feministas se propunham a romper com esta ordem, criando novas representações sobre os papéis masculinos e femininos. Para tanto, punham em questão, no contexto de interlocução proporcionado pelos plantões de atendimento, o modelo tradicional, alocador das identidades sociais tidas como pertinentes para homens e mulheres em suas relações familiares. As plantonistas questionavam o padrão cultural partilhado pelas "visitadoras", de forma a contestar, por exemplo, a fidelidade como o dever mais enfatizado para as mulheres e o papel de provedor do lar para os homens.

No início do SOS, porém, feministas e "visitadoras" produziam visões similares a respeito das atitudes e dos comportamentos masculinos, apesar de interpretarem de maneira radicalmente diferente os conflitos advindos das relações familiares. Exemplo dessa similaridade nos é fornecido pela entrevista de S., quando afirma que, em um primeiro momento, a questão da violência contra as mulheres era pensada quase como resultado "de uma maldade do sexo masculino, como se o cara violentasse por violentar, porque era ruim". Não se pode desconhecer, porém, a dimensão impressionista contida nessa enunciação, pois as integrantes do SOS, mesmo que de maneira descontínua, elaboravam uma reflexão mais sofisticada sobre a questão da violência.

À medida que as plantonistas se tornavam mais experientes e aptas para lidar com os casos atendidos, descobriram que a questão da violência era mais complexa do que supunham no início do funcionamento do SOS. Deparam-se, por exemplo, com o fato de que as "visitadoras" provocavam determinadas situações em que pudessem se colocar numa situação de vítimas". A explicação para tal procedimento, enunciada pela entrevistada e partilhada pelo grupo, continuava a pautar-se no postulado feminista básico, referente à subordinação das mulheres, visto serem elas "cidadãs de segunda categoria", tratadas quase sempre como "objetos". Essa explicação, no entanto, era acrescida por uma "novidade reflexiva", a saber: a descoberta de que para um número expressivo de "visitadoras" a "violência era menor que a indiferença". Uma descoberta assustadora, não tanto pelo fato de colocar em questão os pressupostos feministas, mas fundamentalmente porque abalou o estado de ânimo das integrantes do SOS. Afinal, além de trabalharem para sobreviver, ainda dedicavam grande parte do tempo "livre" ao trabalho que de-

envolviam, enquanto plantonistas, no SOS. Este tempo era consagrado à tarefa de "conscientizar" e oferecer "solidariedade" às mulheres "vítimas" da violência - segundo o discurso feminista -, de maneira que elas pudessem se reconhecer e atuar como sujeitos de suas próprias vidas, e não para que permanecessem expostas aos companheiros violentos por considerarem a violência menor que a indiferença. Em não se cumprindo essa pretensão, o "pique" inicial das feministas diminuiu. Passaram a dedicar menos tempo à entidade e a se entusiasmarem menos com os plantões.

Simultaneamente à descoberta do "vitimismo", ocorreu a constatação de que as expectativas feministas em relação aos "resultados" esperados nos plantões eram muito diferentes daquelas nutridas pelas "visitadoras". Não só as últimas, em sua maioria, não retornavam ao SOS após a primeira visita, como não o diferenciavam das demais entidades de prestação de serviços existentes na cidade, destinadas a uma clientela de baixo poder aquisitivo.

"Muitas mulheres procuravam o SOS achando que a gente tinha uma fórmula mágica, um caderninho que bastava abrir a página para dizer: a solução é esta. Elas estavam diante de um fato concreto, quer dizer, estavam ali mutiladas, estupradas e queriam uma solução imediata. E aí nós começamos a ficar embananadas, porque nós tínhamos uma expectativa muito grande com esse trabalho, assim como eu acho que as mulheres que nos procuravam tinham uma outra, que não era a que nós imaginávamos que elas tivessem.

A expectativa que a gente tinha era, primeiro, que a gente pudesse, por exemplo, nesse contato, questionar juntas, dar uma força juntas, porque a gente estava se entregando a esse trabalho, acreditávamos que ali era realmente um espaço de solidariedade, e por isso imaginávamos outras coisas. Quando uma mulher vai ao SOS depois de apanhar quinze anos não somos nós que vamos decidir que o caminho dela é separar do cara, que ela tem mais é que manter distância dele e cuidar da sua vida. Não é isso. É claro que individualmente, na cabeça de cada uma de nós, cada uma imagina o que deve ser melhor para alguém. Mas não era esse o nosso trabalho. Na verdade a gente queria que ela, nesse convívio, nesse contato com a gente e com outras mulheres também, pudesse ir descobrindo, ir buscando, tendo mais vontade de escolher o que é melhor para ela. Era isso que a gente queria arrancar das mulheres: fazer com

que elas fossem elas mesmas, ser gente, dar uma força e uma importância para elas, para que elas acreditassem nelas mesmas. E eu acho que essa expectativa que a gente tinha ... É claro que dá para entender um pouco o porquê dessa expectativa não ter sido correspondida : porque as mulheres que nos procuravam tinham um problema que era concreto e queriam uma solução imediata para aquele problema e por isso voltavam muito poucas vezes ao SOS. E quando voltavam estavam muito preocupadas em saber se elas já tinham conseguido um emprego; em saber se, caso elas se separassem, iriam conseguir uma pensão do marido, ou se o cara não ia roubar os filhos, ou se ela ia conseguir uma casa se decidisse pela separação. Ou se elas não tivessem se decidido pe la separação queriam saber se a gente poderia conversar um pouco com os caras para que eles parassem de bater nelas. Na verdade, o que elas queriam era interromper aquela situação imediatamente. Em cima disso, a gente acabava, na verdade, dando atenção para essas coisas, encaminhando as mulheres para as advogadas, vendo is so e aquilo, agências de emprego, telefonando para alguém em bus ca de informações. Mas a gente tinha uma certa dificuldade de dis cutir isso com as mulheres, uma certa dificuldade, eu acho, de su ber que essas mulheres quase não tinham tempo disponível para estar à noite no SOS, ou mesmo para estar às tardes no SOS.

Para a gente também estar naquele espaço era uma roda-vi da, porque chegavam sempre casos novos e todas as mulheres queriam falar. E naquelas tardes de plantão todo mundo se comovia com os outros casos que também exigiam uma atitude imediata, quer dizer, prática, e todo mundo ficava o tempo inteiro opinando sobre o que era melhor de ser feito. Uma dizia deve ser por aí, outra pensa do outras coisas. E acabava que a reflexão mesmo sobre as causas, do porquê, como você vê, como foi a sua história de vida etc., isso se perdia muito. Eu acho que isso dava um certo desânimo na gente e nas próprias mulheres.

Além disso tinha a própria expectativa delas em relação à gente. Eu acho que elas vinham ao SOS porque a imprensa ... Aca bou que o SOS virou um monstro, a gente não esperava que as coi sas surgissem como surgiram e a imprensa acabou deturpando o tra balho da gente e a nossa proposta. A imprensa divulgava o traba lhor da gente como um trabalho assistencial, não dizia quase nada sobre o fato do SOS ser um espaço de solidariedade às mulheres.

Dizia que tinha médico, advogado, isso e aquilo. Dava a maior ênfase na questão assistencial e as mulheres quando nos procuravam vinham, claro, com uma expectativa de quê? Da advogada, da psicóloga, da médica. E quando a gente tentava questionar alguma coisa, discutir algumas coisas, refletir um pouco, a gente sentia o estado de ansiedade delas, pois elas queriam saber como resolver os seus casos. 'Como é que fica o meu caso?' " (Entrevista realizada em fevereiro de 1983).

Enquanto as feministas, por meio de uma atuação voluntária como plantonistas, propunham-se a "conscientizar" as mulheres para que elas, através de uma reflexão sobre os seus problemas particulares relativos às situações de violência vividas, pudessem não só desvendar as razões menos aparentes subjacentes aos seus conflitos familiares, como rebelar-se contra a condição de subalternidade a que se encontravam expostas; as "visitadoras", menos interessadas, a princípio, em encontrarem um espaço de solidariedade e de reflexão, dirigiam-se ao SOS em busca de soluções concretas para os seus problemas específicos. Esperavam encontrar profissionais com especializações diversas - principalmente advogadas e secundariamente psicólogas - que não apenas lhes fornecessem explicações genéricas, mas fundamentalmente que apresentassem soluções concretas para suas demandas particulares. Ou seja: esperavam obter não apenas informações genéricas relativas, por exemplo, aos seus direitos em caso de uma separação amigável, mas encontrar advogadas que pudessem encaminhar juridicamente seus pedidos de separação. Ainda que algumas vezes a decepção inicial, resultante da descoberta de que aquelas jovens mulheres não eram advogadas e que estas últimas só forneciam orientações e não encaminhavam os processos por uma decisão da OAB, cedesse lugar a um sentimento de reconhecimento pelo fato de encontrarem pessoas dispostas a escutá-las sem as reprimir, na maior parte das vezes, entretanto, permanecia a demanda por soluções concretas. A conversa não era suficiente para suprimir a necessidade de certos serviços.

Raras eram as "visitadoras" que retornavam após a primeira visita e, quando isto acontecia, as plantonistas, em sua maioria, não sabiam como dar continuidade à conversa inicial. Seja porque possuíam experiências de vida muito diferentes, seja porque as conversas genéricas, nos moldes feministas da conscientização,

não eram suficientes para apreender e lidar com as particularidades e complexidades envolvidas nas histórias individuais das "visitadoras". Lembremos aqui da história de uma delas que, em momentos de brigas conjugais, recebia choques elétricos. As plantonistas encarregadas do encaminhamento desse caso perceberam, após algum tempo de encaminhamento, que essa mulher provocava "determinadas situações para levar esse choque e para se colocar numa situação de vítima".

Essa descoberta do vitimismo, enquanto uma das estratégias acionadas pelas mulheres nas suas relações conjugais, produziu, por um lado, sérias implicações a nível da diminuição do entusiasmo inicial das feministas frente aos plantões e, por outro lado, evidenciou, para as plantonistas, que o acompanhamento sistemático desses casos requeriam uma habilitação profissional que não dispunham. A saber: que seria necessário, em primeiro lugar, que elas tivessem um distanciamento emocional frente aos casos atendidos e, em segundo lugar, que não recusassem a presença de profissionais especializadas em psicologia ou em ciências afins, quando os seus "conhecimentos feministas" fossem insuficientes para dar continuidade ao atendimento inicial. Com relação ao primeiro aspecto, relativo ao distanciamento emocional necessário para lidar com as histórias narradas pelas "visitadoras", pode-se dizer que praticamente não se realizava. Durante o primeiro ano de funcionamento da SOS, as plantonistas estavam inteiramente envolvidas com o trabalho que desenvolviam. Tudo se passava como se fossem pessoalmente responsáveis pelos destinos dessas mulheres, sendo frequentemente acometidas por sentimentos de culpa quando não conseguiam escutá-las e encaminhá-las de maneira satisfatória. Nesse período, duas delas tiveram que se afastar da entidade por estarem vivendo um stress emocional, desencadeado por esse acentuado envolvimento.

A constatação de que as "visitadoras" tinham, em relação aos "resultados" esperados nos plantões, expectativas não só diferentes como por vezes divergentes das feministas, aliada à dificuldade sentida pelas últimas em lidar com os casos atendidos de uma maneira que não fosse preponderantemente emocional, foram, juntamente com as demais razões anteriormente analisadas, responsáveis pela diminuição do que uma entrevistada chamou de o "pique" das integrantes do SOS, no segundo semestre de 1981.

Um caso que ocorreu um ano depois da "diminuição do pique" deve ser mencionado e analisado a seguir porque ilustra, e si multaneamente resume, a discussão sobre as expectativas diferenciadas das feministas e das "visitadoras" em relação ao trabalho desenvolvido no SOS.

5 - "ESTAS MULHERES SÃO UM DESAFIO PRA GENTE": O CASO DAS ALBERGADAS

"Eu acho", disse Marina, "que isto aqui é muito legal, porque vocês são muito unidas, muito humanas. Eu vejo as mulheres que vêm aqui falar dos problemas delas, e vocês ajudam. Eu acho muito bacana, mas não sei dizer mais que isto. Não posso mentir, eu só sei dizer isto, que esta união de vocês é muito bonita. Eu queria que eu e Marli fosse assim, mas não deu. Bem que no começo eu tentei, mas depois fui ficando com cada vez mais raiva dela, até que não aguentei mais e dei uns tabofoes nela. Bati mesmo, porque eu não sou mulher de meias palavras."

No fim de agosto e meados de setembro de 1982, as feministas do SOS foram surpreendidas pela presença de um conflito inusitado, desencadeado por Marina e Marli. Essa situação, bem como a maneira como foi tratada pelo grupo, propicia uma rica discussão sobre a relação que as feministas-plantonistas estabeleciam com as "visitadoras". Permite também uma reflexão sobre a dinâmica interna do grupo.

No período acima mencionado, as atividades do grupo seguiam seu procedimento habitual: plantões três vezes por semana, oferecidos por treze plantonistas, apresentações esparsas do grupo de teatro do SOS,⁽¹¹⁾ discussões internas relativas a como pagar o aluguel do mês e, finalmente, intermináveis conversas sobre o refluxo do movimento feminista paulistano. O quadro vivido na entidade não apresentava nenhum dado novo, até que duas mulheres, das muitas atendidas no mês, ganharam um novo atributo, isto é, passaram de "visitadoras" para "albergadas". E nessa passagem inauguraram uma situação e uma polêmica inéditas no SOS. Não era a primeira vez que a entidade abrigava mulheres - no ano de 1971 três viveram essa situação, mas era sim a primeira vez que esse "coletivo" feminista se deparava e se envolvia com uma situação de conflito entre mulheres, que se estapearam no interior do SOS.

A convivência entre Marina e Marli cedeu lugar à construção de um conflito que, visto a princípio como uma certa distância

(11) No próximo capítulo farei uma descrição detalhada do grupo de teatro do SOS; por ora quero apenas deixar indicada a sua existência.

pelo grupo, resultou em um drama,⁽¹²⁾ no qual as feministas e as albergadas foram envolvidas.⁽¹³⁾

AS PERSONAGENS

Marli era negra, tinha 25 anos e uma filha de um ano e meio, Luíza. Ao ser despedida do emprego, no sétimo mês de gravidez, recorreu, no começo de agosto, ao SOS, esperando ajuda. Nesse período, uma "visitadora" dentre as várias atendidas no mês, inteirou-se da situação vivida por ela e se dispôs a empregá-la em sua casa. Estabeleceu, porém, uma condição: que ela doasse o bebê assim que ele nascesse.

Marli aceitou as condições propostas por sua futura patroa, despediu-se das feministas e passou a trabalhar novamente como empregada doméstica. Contudo, uma semana após ter sido admitida no novo emprego, pediu as contas e retornou ao SOS. Perguntada sobre os motivos que a levaram a tomar tal decisão, alegou o fato de não ter se dado bem com os filhos da patroa. Comentou também, de passagem, que esta recebia muitos homens em sua casa, situação que lhe provocava medo, além de não lhe parecer uma "coisa direita" para uma mulher desquitada. A razão principal, no entanto, para sua demissão deveu-se à adoção. Uma semana após estar empregada, Marli declarou que não doaria mais o bebê, rompendo assim o "contrato" estabelecido entre as duas.

Nos primeiros dias de retorno ao SOS, Marli não mencionou uma única vez a questão da adoção, referindo-se apenas aos desentendimentos com os filhos da patroa. No final da primeira semana, porém, afirmou que o motivo verdadeiro de sua demissão estava ligado ao bebê, pois havia reconsiderado a decisão, assumida com a patroa, de doá-lo assim que ele nascesse.

(12) A formulação clássica sobre situações de crise, entendidas como unidades passíveis de serem analisadas, encontra-se na concepção de "drama social" desenvolvida por Victor Turner (1957).

(13) Interessa-me, ao relatar esse "caso", descrever não só a circunstância em que o conflito emergiu e a maneira como ele foi trabalhado, como ainda desvendar o que a "crise" revelou em termos da prática do SOS. A perspectiva analítica escolhida para narrá-lo fundamenta-se na concepção de que "a vantagem dos estudos de crise é que no momento de confrontação e briga é possível enxergar representação e ação operando conjuntamente. Uma coisa é analisar discursos restritos estritamente no plano das idéias, onde os ideólogos desenvolvem suas posições de certa forma abstratamente, outra é ver estas idéias em ação, empregadas no sentido de legitimar certos comportamentos e denegrir outros. Afinal, são estas situações concretas que constituem a vida social como ela é, e por isso devem representar a matéria-prima do estudioso do processo social." (Pry, 1982, p.67).

Marina

Marina era branca, tinha 30 anos e uma filha de cinco, Iracema. Quando chegou ao SOS - poucos dias antes de Marli retornar - estava grávida de quatro meses. Esse foi o motivo alegado por seus patrões para despedi-la: a presença de uma segunda criança na casa era indesejável.

Após ter sido abrigada, afirmou que ficaria no SOS o menor tempo possível, o suficiente apenas para arrumar um outro emprego. Muito falante e expedita passava os dias na rua, em companhia da filha, a procura de um lugar onde pudesse trabalhar.

Assim que criou intimidade com as plantonistas que a receberam, contou-lhes sobre o namorado, o pai do bebê, que estava procurando uma casa para morarem juntos. Ele era operário de construção civil e, segundo Marina, apesar de não ser o pai de Iracema, estava disposto a aceitá-la como filha.

O fato de Marina ter um namorado disposto a reconhecer a paternidade do bebê e a sustentá-lo apareceu como a primeira diferença em relação à situação vivida por Marli. Esta não só não tinha namorado, como ainda o pai da criança literalmente sumiu quando soube que ela estava grávida. A segunda diferença explicitou-se através de algumas atitudes racistas, por parte de Marina.

AS FEMINISTAS

Refiro-me às personagens feministas, enquanto categoria totalizante, não por um descuido ou negligência em relação às diferenças existentes entre elas e sim porque, na construção do conflito, as integrantes do SOS, por serem apreendidas fundamentalmente como as "donas da casa", foram vistas, por Marina e Marli, como iguais e homogêneas.

* * * * *

Em agosto de 1982, Marli, Marina, duas crianças, bebês em gestação, plantonistas e integrantes do grupo de teatro compartilhavam o mesmo espaço: o SOS-MULHER. As duas foram abrigadas,

juntamente com suas filhas, porque não tinham para onde ir. Durante o tempo que ali permaneceram, as feministas lhes forneceram em dereços de agências de emprego, conversas esparsas, dinheiro quando possível, e contatos com outras "visitadoras", feitos nos plantões.⁽¹⁴⁾

A decisão de abrigá-las partiu inicialmente das plantonistas que as atenderam (cada grupo de plantonistas tinha autonomia de decisão em relação ao que se passava no seu dia de plantão), sendo posteriormente respaldada por todo o "coletivo". O que foi feito com um certo receio, pois existia uma recusa difusa em se pensar o SOS como um albergue, na medida em que, segundo as feministas, o Estado deveria se responsabilizar por esse encargo social. Mas, diante das circunstâncias que ambas estavam vivendo, não lhes recusaram abrigo.⁽¹⁵⁾ Não era a primeira vez que, no SOS, se abrigavam mulheres, a diferença é que albergadas anteriores foram aceitas por serem "vítimas" de uma violência conjugal, por parte de seus companheiros. Desta vez a questão não era de violência conjugal, e sim de discriminação no trabalho.

Não foi estabelecido um prazo para a permanência das duas no SOS, sairiam de lá quando suas vidas estivessem relativamente encaminhadas, isto é, quando conseguissem trabalho como empregadas domésticas, única qualificação profissional que possuíam. Sabe-se porém, o quanto é difícil para uma mulher grávida conseguir emprego como "doméstica", principalmente quando já tem filhos.

(14) Num dos plantões de atendimento, em que participei com mais duas plantonistas, Marli esteve presente. Nesse dia, atendi uma "visitadora" que discorreu sobre as inúmeras perseguições noturnas que estava sofrendo. Como esta mulher não quis participar do plantão coletivo, preferindo conversar "em particular", Marli se inteirou de sua situação apenas pelo relato que lhe fiz. Assim que terminei de lhe contar a história, ela fez o seguinte comentário: "Para mim, o problema dela é falta de homem, porque você sabe né? ... Mulher quando fica virgem a vida inteira, isso sobe para cabeça e ela acaba ficando doida".

(15) No ano de 1982, em São Paulo, existiam apenas dois tipos de instituições que abrigavam pessoas consideradas "carentes". A primeira era o CETREM, que abrigava mulheres e homens por um período máximo de 72 horas. A segunda era a Casa da Mãe Solteira que somente abrigava mulheres grávidas "abandonadas" pelos companheiros e pelas famílias, com a condição de não estarem acompanhadas de outros filhos. Diante dessa exigência tanto Marli como Marina não poderiam recorrer a esta instituição. Quando ao CETREM seria uma solução paliativa, pois passadas as 72 horas estariam novamente na rua.

A "TERRITORIALIZAÇÃO" DO SOS: ENTRE A "CASA" E A "ENTIDADE" CONSTRÓI-SE O CONFLITO

O sobrado da Praça Benedito Calixto continuou a ser, para as feministas, uma entidade de prestação de serviços e de solidariedade a mulheres "vítimas" da violência que, provenientes de todas as faixas sociais, para lá se dirigiam em busca de informações, soluções e orientações. As reuniões gerais do grupo, bem como os encontros semanais das plantonistas, seguiam seus procedimentos habituais.

Para Marli e Marina, a entidade era, antes de tudo, uma casa provisória e, como tal, foram aos poucos redefinindo o seu espaço. Ocuparam uma de suas salas e a transformaram num quarto. O banheiro passou a ser lugar de tomar banho, perdendo sua característica de depósito de materiais utilizados, pelas feministas, nas manifestações públicas: a banheira foi esvaziada e as faixas foram parar no escritório. O fogão voltou a funcionar e as panelas passaram a fazer parte do cenário da cozinha. O tanque readquiriu suas funções habituais e no varal, toalhas, fraldas e poucas roupas eram dispostas, alternadamente, por Marina e Marli.

Essas alterações deram um novo colorido à entidade. As duas participavam às vezes dos plantões, enquanto suas crianças brincavam por entre os lugares disponíveis. Aos poucos, porém, pequenos conflitos surgiram entre Marli e Marina. Novas reordenações entre os espaços que lhes foram destinados, expressavam simbolicamente uma tentativa, ainda difusa, de se diferenciarem internamente e perante as feministas. O primeiro sinal: Marina, juntamente com Iracema, saiu do quarto dos fundos e se mudou para uma das salas de atendimento, com vista para a praça. No dia seguinte, Marli procurou uma das plantonistas e se queixou de que parte do seu dinheiro havia desaparecido. Marina, por sua vez, proibiu-a de entrar no quarto da frente. A sala de atendimento, situada entre o quarto de Marina e o quarto de Marli se transformou em depósito de lixo: é que cada uma limpava somente o seu aposento e como a cozinha continuou ser um utilizada como espaço comum, as duas jogavam o lixo nessa sala por ser um espaço "neutro" e, principalmente, para não se encontrarem.

O conflito maior se deu em torno do varal. Antes de Marli retornar ao SOS, Marina vinha utilizando-o na área de serviços, mas com as duas vivendo na casa, essa se revelou insuficiente para atender a suas necessidades. Sendo assim, Marli passou a utilizar a varanda do banheiro como lugar para secar roupa. Essa decisão foi feita, a princípio, de comum acordo entre as duas, pois Luíza ainda usava fraldas e era preciso espaço para secá-las. A varanda cumpria esses requisitos, por ser a parte mais ensolarada da casa. Contudo, assim que os conflitos começaram a ser explicitados, Marina tentou se "apropriar" da varanda do banheiro, o que provocou uma enorme indignação em Marli. Essa "apropriação" revelou-se como a causa principal das agressões físicas que tiveram lugar ali dentro. No dia seguinte em que isso aconteceu, Marina acordou cedo, lavou as roupas de Iracema e as colocou para secar no varal da varanda. Quando Marli se inteirou do acontecimento foi ao banheiro e jogou as roupas da menina no chão. Naquele momento, segundo Marina, "perdi a cabeça e parti pra cima dela. Joguei ela no chão e esbofetei a cara dela".

A elaboração do conflito consistiu, para as duas, numa reapropriação da "casa-abrigo", em território de demarcação de suas diferenças. Nesse sentido, reelaboraram e atribuíram novos significados a um espaço que, a princípio, era pensado pelas feministas como um lugar para o exercício da solidariedade entre mulheres. Quando a casa foi cedida para abrigo tinham como suposição implícita a idéia que as duas pudessem encontrar não só uma solução satisfatória em termos de emprego, como pudessem criar uma relação de ajuda mútua. Essa expectativa se apoiava nas representações que o grupo construiu sobre a semelhança de suas experiências: empregadas domésticas, grávidas, sofrendo o mesmo tipo de discriminação trabalhista.

Marli e Marina, no entanto, transformaram o SOS numa espécie de palco, onde encenaram de maneira eloquente o teatro das diferenças, conflitos e ambigüidades existentes no universo feminino. As "cenas", por elas vividas, desvendaram uma outra leitura das relações entre mulheres, desfocando temporariamente os esquemas elaborados pelo grupo de teatro do SOS sobre a possibilidade de as mulheres se reconhecerem e se descobrirem como parte de uma condição comum.

Disputando os espaços da casa, deixaram claro que não estavam ali para serem solidárias, pelo fato de viverem situações estruturalmente parecidas. Extrapolaram, nesse sentido, a condição inicial de "albergadas" que lhes foi atribuída pelo grupo e se revelaram como mulheres singulares tanto em relação às feministas, quanto uma em relação a outra. Nesse processo, as feministas, apreendidas como as "donas da casa", também se diferenciaram, ao mesmo tempo que tentaram elaborar estratégias para lidar com o conflito. Estava configurada a crise.

* * * * *

O conflito entre Marina e Marli foi apreendido aos poucos pelo grupo. Inicialmente apenas algumas plantonistas se inteiraram dos desentendimentos entre as duas, mas o grupo como um todo só interveio quando a situação entre elas se tornou insustentável, do ponto de vista de suas proposições. A razão dessa demora explica-se por dois motivos. De um lado, porque o contato com ambas somente se realizava nos dias determinados pelos plantões de atendimento, sendo feito apenas pelas feministas alocadas para essa atividade. O restante do grupo só tomava conhecimento dos acontecimentos ocorridos, durante o decorrer da semana, nas reuniões gerais, realizadas no período noturno, onde eram relatados e, por vezes, discutidos. De outro lado, porque não sabendo como lidar, em termos de uma intervenção feminista, com a realidade conflitiva vivida pelas duas, evitou, por um tempo, a realização de uma discussão sobre as suas implicações para a prática do SOS. E, ao evitá-la, o grupo se empenhou, a princípio, em silenciar os acontecimentos que estavam ocorrendo no interior da entidade.

Se partirmos do pressuposto que "a linguagem diz prontamente quando renuncia a dizer a coisa mesma" (Merleau-Ponty, 1980, p.145), teremos que apreender e desvendar o silêncio do grupo como um procedimento que diz algo sobre sua prática. Em que sentido? No sentido de resgatar o não-dito como uma tática e também como um discurso. O silêncio tático revelou-se, nesse contexto, como uma recusa explícita, das feministas, em confrontar práticas e representações fundadas no pressuposto da solidariedade entre mulheres, com a vivência conflitiva apresentada por Marli e Marina. E ainda que essas representações e práticas fossem uma estratégia de luta política contra a condição de subalternidade vivida pelas

mulheres, é necessário não perder de vista a dimensão simbólica nelas contidas. Assim, no espaço do SOS, tudo se passava como se as mulheres pudessem e devessem transvestir de "posturas mais humanas, reconhecendo-se, livrando-se de preconceitos e apoiando-se mutuamente"⁽¹⁶⁾ (Gregori, 1982, p.17).

* * * * *

O silêncio tático foi a primeira estratégia formulada pelo grupo, mas, diante do acirramento do conflito entre as duas, esse se viu obrigado a elaborar novas condutas de intervenção. Foi feita então uma reunião, tendo por pauta "o caso das albergadas". Esta iniciou-se com uma fala de Márcia que defendeu a necessidade do grupo definir critérios mais claros para abrigar alguém no SOS. Na sua opinião, a acolhida deveria restringir-se às mulheres "vítimas" apenas de violências conjugais, o que não era o caso de Marli e Marina. Carla pediu a palavra e disse que, embora estivesse de acordo com a intervenção de Márcia, havia tomado a decisão de abrigá-las pela seguinte razão:

"Durante muito tempo eu tive um enorme sentimento de culpa por ter recusado abrigo a duas mulheres que atendi nos plantões. Até hoje não posso nem olhar para as fichas delas que me sinto mal. Uma delas sofria de doenças psicológicas, tendo sido internada várias vezes. Nos hospitais psiquiátricos por onde passou, sofreu tratamentos violentos, levou muito choque. Ela passou a vida trocando de hospitais e sempre sozinha. Um dia veio ao SOS e conversou comigo. Falou muito de sua vida. Parecia maravilhada de encontrar alguém que prestasse atenção nela, que a escutasse. Depois de muito conversar pediu abrigo por duas noites. Eu recusei e encaminhei ela para o CETREM. Até hoje não me conformo com essa decisão."

(16) Maria Filomena Gregori mostra que no contato estabelecido entre plantonistas e "visitadoras" esperava-se que essa postura solidária se fizesse presente. Entretanto, "era interessante notar que essa representação, veiculada pela prática como procedimento, tornou-se gradativamente em um símbolo. Era como se dentro daquele espaço, todos os rituais de atendimento, escuta, orientação, girassem em torno de um pressuposto simbólico - a identificação, a complacência, a solidariedade - omitindo todas as desavenças e tornando, naturalmente, as relações mais fraternas e igualitárias" (Gregori, 1982, p.17).

Quando Carla terminou de falar, outras feministas presentes na reunião confirmaram a ocorrência de casos semelhantes; a diferença é que sempre recusaram o abrigo.⁽¹⁷⁾ Sílvia pediu a palavra e disse que se o ideal seria o SOS só abrigar mulheres que se encaixassem na categoria de vítimas de violências conjugais, na prática era muito difícil não extrapolá-la.⁽¹⁸⁾ Na sua opinião, "o tratamento de choque recebido nos hospitais psiquiátricos não era menos violento do que apanhar do marido".

Seguiu-se, após esta intervenção, uma acalorada discussão sobre a questão de como qualificar e determinar a violência; o que fez com que o problema do conflito entre Marli e Marina fosse postergado para um segundo momento da reunião. Mas, à medida que a discussão se tornava mais genérica e menos "objetiva", as duas voltaram a ser a atração da noite. Segundo Ana, por exemplo, a presença de ambas no SOS estava tornando-se muito constrangedora, pois a impedia de realizar "bons plantões", visto que lhe parecia impossível discutir com as "visitadoras" sobre seus problemas relativos às manifestações diversas de violência "se ali dentro as duas não paravam de brigar". Ela estava se "sentindo invadida" e referiu-se ao SOS "como o nosso clubinho que precisava ser preservado". Esse último aspecto de sua fala provocou vee-

(17) A discussão relativa aos critérios para se abrigar alguém no SOS é ilustrativa tanto do tipo de organização "descentralizada" praticada pelo grupo, como, numa certa medida, reveladora de sua fragmentação interna. Os critérios eram definidos não em função de uma política geral para o "coletivo" e sim em função da visão e, fundamentalmente, do sentimento de cada plantonista. O que revela a inexistência de um plano global para atuação de cada feminista nos plantões, a não ser aquele relativo a princípios muito genéricos de luta contra qualquer forma de violência que incidisse sobre as mulheres. A proposta de "socialização" dos casos atendidos nos plantões, defendida pelo "coletivo", não se realizava de fato, pois ora eram apenas relatados e raramente discutidos de forma sistemática, ora não eram sequer mencionados nas reuniões gerais do grupo. Assim, a autonomia de cada grupo de plantonistas - almejada como prática descentralizadora de poderes - consistia sobretudo em um efeito de sua desorganização interna, apesar de sua defesa retórica,

(18) Essa impossibilidade prática, a meu ver, apontava para a situação do movimento feminista, em São Paulo, no ano de 1982. A falta de um trabalho conjunto e a existência de poucos grupos organizados, nesse período, imprimiram sobre o SOS uma atuação extremamente ampla, levando-o a perder, em determinados momentos, a especificidade de sua plataforma política. Nessa medida, o fenômeno da violência confundia-se e imbricava-se às manifestações mais gerais de discriminação sofridas pelas mulheres. O que levava o grupo a se sentir responsável por todo e qualquer problema referente à condição de subalternidade feminina.

mentes protestos. Renata afirmou que o problema não residia em preservar "o clubinho" e sim "os objetivos do SOS". O importante, no seu modo de entender, era encaminhar a discussão de maneira a encontrar soluções concretas e compatíveis com os "princípios feministas", para lidar com a situação conflitiva vivida por Marli e Marina. A solução estaria no estabelecimento de "algum tipo de solidariedade", que viabilizasse a permanência de ambas no SOS.

"Isso não significa que elas tenham que ficar amigas, trocar beijinhos, confidências e coisas do tipo. Mas elas têm que tomar algumas providências para ficarem juntas aqui." E, completou "estas mulheres são um desafio pra gente".

Após essa intervenção, outras foram feitas no sentido de enfatizar a importância da superação do conflito entre as duas, que estava se revelando incompatível com os princípios do "coletivo". Mas, se frente a essa questão o consenso era geral, o mesmo já não se podia dizer em relação às soluções propostas para solucioná-lo. Carla e Bia defenderam a idéia de se estabelecer um prazo para a permanência das duas. Esta proposta, no entanto, não foi aceita pelas demais participantes, pois entendiam que a solução para o conflito passava pela conscientização dos motivos que as levaram a brigar e a se esbofetearem. Não se tratava, nessa perspectiva, de puni-las pelo conflito que estavam vivendo. Por esta razão, o estabelecimento de prazo foi rejeitado, visto ser entendido como uma medida autoritária, contrária aos princípios feministas. Pairavam no ar as seguintes interrogações: o grupo aqui presente é o SOS? Ou o SOS é mais amplo que as pessoas que o integram? As feministas são as proprietárias da entidade?

Ao final da reunião, foi aceita (mais por cansaço do que por consenso) a proposta de o grupo como um todo realizar uma reunião com Marli e Marina, onde ambas seriam indagadas a respeito do que achavam ser o SOS. Após essa conversa, as duas seriam informadas com mais detalhes sobre os objetivos do trabalho do grupo e do feminismo de uma maneira geral. O procedimento escolhido baseava-se na idéia de "conscientização" em oposição à utilização de dispositivos punitivos.

"O que vocês acham que é o SOS? O que vocês pensam deste lugar?"

Assim foi iniciada a conversa entre as feministas do SOS e Marli e Marina.

"A gente pode responder?" - perguntou Marina.

"Claro que sim" - respondeu Carol. "Nós queremos justamente que cada uma diga o que pensa sobre o SOS. Foi para isto que nós marcamos esta conversa com vocês duas".

Marina adiantou-se em relação a Marli e respondeu:

"Eu acho que isto aqui é muito legal, porque vocês são muito unidas, muito humanas. Eu vejo as mulheres que vêm aqui falar dos problemas delas, e vocês ajudam. Eu acho isto muito bacana, mas não sei dizer mais que isto. Não posso mentir, eu só sei dizer isto, que esta união de vocês é muito bonita. Eu queria que eu e a Marli fosse assim, mas não deu. Bem que no começo eu tentei, mas depois fui ficando com cada vez mais raiva dela, até que não aguentei mais e dei uns tabefes nela. Bati mesmo, porque eu não sou mulher de meias palavras."

Ao definir-se como mulher de briga, que, quando contrariada, não se deixa submeter, Marina não só se contrapôs a Marli, como caracterizou a relação de ambas como diametralmente oposta à das feministas. Estas foram vistas como integrantes de um grupo homogêneo, que basicamente oferecia ajuda a mulheres necessitadas.

"Vocês", continuou Marina, "pediram pra mim dizer a verdade né? Então vou dizer mesmo, porque não me interessa mentir. No primeiro dia em que ela (referência a Marli) chegou aqui foi legal. Ficamos até altas horas conversando, contando nossos problemas, falando das nossas vidas. Mas depois daquela conversa⁽¹⁹⁾

(19) Nessa conversa, Sílvia abordou a questão da adoção, tematizando a decisão de Marli de não doar o bebê quando este nascesse. Segundo a plantonista, esta decisão poderia lhe trazer muitas complicações, já que ela não tinha um lugar para morar e nem ao menos a quem recorrer no momento posterior ao parto. Marina concordou com Sílvia e foi além, insistindo na urgência da adoção. A partir dessa conversa, a relação entre as duas começou a apresentar problemas.

que nós tivemos com a Sílvia (uma das plantonistas do SOS), ela fechou a cara e passou a me agredir, a me chamar de puta, de biscoite. Até mentir ela mentiu, dizendo pra vocês que eu estava trazendo o meu namorado pra dormir aqui. É mentira. Eu nunca trouxe ele pra dormir aqui dentro."

"Não trouxe?" - retrucou Marli. "Mas eu vi vocês dormindo aqui!"

"Mentira" - respondeu Marina. "Querem que eu chame ele pra desmentir? Ele está lá embaixo me esperando."

"É claro que, na frente de vocês", disse Marli, "ele não vai contar a verdade."

Uma das feministas presente faz, nesse momento, uma intervenção, solicitando a ambas que parassem de trocar acusações. No seu modo de entender, cada uma poderia falar o que quisesse, desde que respeitasse a fala da outra. A sugestão foi acatada. Marina, então, tomou a palavra e negou a acusação, feita por Marli, sobre o roubo do dinheiro. E acrescentou:

"Na frente de vocês, ela fica caladinha, mas quando vocês não estão aqui, a coisa muda. Domingo ela veio me dizer que aquela preta (referência a uma das plantonistas) tinha mandado ela procurar emprego, mas que ela não ia não."

Comigo é diferente. Eu tô de barriga, mas não tenho medo de serviço não. Eu estou aqui, mas é provisório. Porque eu estou batalhando para ter meu emprego e minha casa."

Assim terminou a fala de Marina. Márcia (uma das plantonistas) lhe perguntou se desejava dizer mais alguma coisa. Como a resposta foi negativa, Marli ganhou a palavra e ofereceu uma nova versão dos acontecimentos.

"Eu não sei bem o que vocês fazem aqui, só sei que vocês foram muito boas comigo. Porque vocês não têm nenhuma obrigação de me receber."

Agora, tudo que ela falou é mentira. Na frente de vocês ela diz uma coisa e por trás outra. Ela disse que eu não quero trabalhar, mas é mentira. Além disso, hoje de manhã, ela disse que não gosta de preto.

Eu saí do emprego porque eu voltei atrás. Eu não quero dar meu filho não. Eu voltei atrás, embora eu tivesse dito para a minha patroa, na frente de vocês, que ia doar o meu filho. Eu fiz isto para vocês não pensarem que eu não estava querendo nada com o serviço, por isso eu fui trabalhar na casa dela, mas não deu e eu voltei para cá.

Eu estou tentando conseguir serviço, mas está muito difícil. Ninguém quer empregar mulher grávida. Meu maior sonho é ter uma casa minha, para morar com os meus filhos. Porque eu não vou fazer igual a minha mãe que me abandonou quando eu era pequena. Eu já sofri muito, trabalho desde os seis anos de idade, trabalhei a vida toda e só vou desistir dos meus filhos no dia em que não tiver mais nada pra comer.

Eu não tenho homem nenhum pra me sustentar, mas eu sei me virar. E eu vim pra cá porque não tinha pra onde ir. Mas, se vocês quiserem, eu saio hoje mesmo.

Eu quero dizer mais uma coisa pra vocês: foi ela mesmo que me roubou, porque só nos duas é que estamos aqui. Quem mais podia ter roubado? Vocês não precisam. Foi ela mesmo.

E depois tem mais uma coisa: na sexta-feira, quando a Sílvia me chamou para conversar, ela veio junto e disse que também queria conversar. Isso eu não admito não, porque se vocês chama a gente pra conversar, a outra tem que respeitar isto."

"Eu não concordo com isso que você falou", disse Ana (uma das integrantes do grupo), "porque a nossa intenção é justamente a de que nós mulheres possamos conversar, trocar nossas experiências e sermos solidárias umas com as outras."

"É isto mesmo", disse Marina. "Outro dia eu estava lendo os cartazes de vocês e concordo mesmo com aquele que diz que 'o silêncio é cúmplice da violência'."

"Além disso", disse Márcia, "vocês nos contaram que no primeiro dia que passaram juntas tinha sido muito bom, porque vocês falaram da vida de vocês e dos problemas que estão vivendo."

"Mas nesse caso foi diferente" - respondeu Marli.

"Diferente por quê? - perguntou Carol. "Diferente por que a opinião dela era diferente da sua, ou por que ela estava presente?"(20)

Marli hesitou um pouco para responder. Mas reafirmou que o "problema mesmo era que ela foi conversar sem ter sido chamada".

Terminadas as falas, o silêncio tomou conta da reunião. As duas não se olhavam e pareciam esperar do grupo a apresentação de uma solução. Lúcia tomou a palavra e declarou que:

"Não estamos aqui para ser juiz de ninguém e muito menos para dar razão a uma ou a outra. Nós não estamos aqui para decidir por vocês. Mas uma coisa tem que ficar muito clara: aqui não é lugar para as pessoas praticarem violências. Ao contrário, nós estamos aqui para lutar contra a violência e não para incentivá-la.

Vamos tentar encontrar uma solução. O que você acha que poderia ser a solução Marli? Você acha que pode conversar com Marina e chegar a um acordo? Não digo que vocês tenham que ficar amigas, mas um mínimo de solidariedade tem que existir entre vocês, nem que seja na divisão das tarefas da casa."

(20) Pelo diálogo acima transcrito, parece que, se Marli concordou com o fato da plantonista conversar e opinar sobre a sua vida, isto deveu-se à hospedagem oferecida. Por esta razão, recusou a inclusão de Marina nessa conversa. Esta, por sua vez, afirmou a legitimidade de sua participação através da utilização de determinados signos que faziam parte do discurso elaborado pelas feministas para explicar o fenômeno da violência. A leitura do cartaz e a sua explicitação num momento-chave do diálogo são elucidativos do procedimento adotado por Marina. Se, num primeiro momento, quando perguntada sobre o trabalho do SOS, ela apenas referiu-se ao seu aspecto assistencial, em um segundo momento, sublinhou fragmentos do seu ideário, com a finalidade tanto de se legitimar perante as feministas como de se diferenciar de Marli.

"Eu não quero conversar com ela", respondeu Marli. "O que ela fez comigo eu não perdôo, não vou esquecer nunca mais".

"E você Marina? - perguntou Lúcia.

"Eu também não quero conversar com ela" - respondeu Marina. "Não tem mais clima para isso".

"Vocês preferem resolver a situação aqui dentro com a gente?" - perguntou Tânia. "Não estou pedindo para que vocês fiquem amigas, o que eu acho é que vocês têm que encarar esta situação com objetividade, como se fossem profissionais. Vocês têm que decidir, por exemplo, quem varre a casa, quem arruma a cozinha, quem lava o banheiro. Já que vocês não estão conseguindo fazer isto informalmente é preciso que estabeleçam um contrato. Um contrato formal, já que vocês não têm para onde ir e já que nós não vamos estabelecer um prazo determinado para vocês ficarem aqui. Além disso, eu gostaria de dizer pra vocês que nós não somos humanas, nem caridosas. Nós estamos trabalhando para tentar modificar a situação da mulher. Não estamos aqui por caridade. Não somos irmãs de caridade, nem assistentes sociais." (21)

(21) O fato de Marli e Marina terem nomeado como assistencialista a prática do SOS acarretou um profundo mal-estar nas integrantes do grupo. Pois, se a discussão sobre o assistencialismo era feita de maneira recorrente pelas feministas, a possibilidade de serem questionadas pelas "visitadoras", entretanto, não era prevista. Nesse sentido, Marli e Marina tornaram explícito um debate que se pretendia interno ao grupo. O assistencialismo era visto, pelas feministas, como um mal que precisava ser combatido e, se possível, eliminado. Para tanto, desenvolviam uma prática de denúncia, baseada na idéia da conscientização. Assim, a questão da mulher era tratada fundamentalmente como resultado tanto de uma opressão como de uma alienação secular, cuja supressão exigiria um trabalho de conscientização. Por esta razão, o conflito entre Marli e Marina foi apreendido, basicamente, como resultado da alienação opressiva, que, para ser suprimida, exigiria a sua conscientização e não a adoção de medidas punitivas. Contudo, ao proporem um trabalho que as tornassem conscientes da semelhança de suas condições, as feministas obscureceram a natureza dessa relação conflitiva.

Como revela Gregori, "diante de um conflito construído na vivência cotidiana de ambas, as proposições solidárias do grupo perderam conteúdo e significação. Isso pode ser explicado porque foram contrapostos o cotidiano doméstico das abrigadas e noções gerais de identificação entre vítimas de uma violência-opressão que atinge todas as mulheres" (1982, p.19).

Tânia explicitou um sentimento comum do grupo, qual seja: de que este não estava ali para julgar e sim para criar um espaço de solidariedade entre as mulheres. Sentimento partilhado posto que o ato de julgar era identificado como um dispositivo punitivo, contrário aos princípios "igualitários" e "democráticos" defendidos pelo movimento feminista. No entanto, quando confrontados com a vivência cotidiana de Marli e Marina, esses princípios tornaram-se opacos e ineficazes, constituindo-se antes de tudo em um recurso tático de retórica. Tudo se passou como se, diante da impossibilidade de viabilizá-los, restasse ao grupo, apenas, a tarefa de garantir a sua identidade, através de afirmação, perante as duas, de suas especificidades e diferenças em relação a outras práticas institucionais. O conflito vivido por ambas teve sobretudo o efeito de confrontar as feministas, enquanto integrantes de um grupo que se pretendia instaurador de uma prática e de uma postura alternativa às instituições assistenciais. Pois, embora o "coletivo" se auto-representasse como articulador de uma prática solidária entre mulheres, a sua realização, nesse caso, tornou-se indiferenciada daquelas que, a nível político e ideológico, propunha-se a combater. Por esta razão, o conflito entre as albergadas produziu, no contexto de atuação do SOS, uma situação de crise.

Interessante notar que a dinâmica escolhida para a reunião entre as feministas e Marli e Marina abriu brechas para que ambas esperassem das primeiras, se não um julgamento de suas atitudes, pelo menos uma solução para suas situações. Afinal, o que estava em jogo era a possibilidade ou não de permanecerem no SOS. Porém, para as feministas o jogo e, portanto o risco, se estabelecia em torno da plausibilidade dos seus pontos programáticos.

Ora, se o ato de julgar foi repudiado, cabe notar que a forma como o grupo lidou com o conflito (e conduziu o processo de sua discussão) se assemelhou, em alguns momentos, a um julgamento. Claro, não havia advogados e nem promotores, mas havia sim o desenrolar de uma confissão. As duas foram ouvidas, porém coube ao grupo a função de pontuar, deslocar, acentuar, o que se dizia ali dentro. O interessante é que no ato de pontuar produziu-se um paradoxo, pois, ainda que retoricamente houvesse uma recusa em julgá-las, a expectativa de ambas no sentido de sua realização acabou por produzir uma intervenção disciplinadora. Não foram estipulados prazos para a permanência de Marli e Marina no SOS e sim uma reor-

denação do espaço destinado à convivência das duas. A partir dessa reunião, ambas adotaram uma postura mais "profissional", conforme havia sido sugerido, em relação à divisão do trabalho domésticos. Os conflitos, porém, não foram suprimidos: os atritos verbais cederam lugar ao silêncio, indicativo da tentativa de ambas de se invisibilizarem uma perante a outra. O grupo frente a essa nova configuração conflitiva tornou a se calar. Não se falou mais sobre as duas, a não ser para discutir o aspecto pragmático de suas situações: a urgência de empregos que as retirassem da condição de albergadas. O conflito silenciado transformou-se em um tabu, no sentido que podia ser referido, mas nunca nomeado. Desde então, nenhuma outra mulher foi abrigada no SOS. Quanto às duas, após conseguirem emprego como domésticas (graças à indicação de uma senhora que apareceu à procura de orientação para seus problemas com o marido), foram embora e nunca mais voltaram. Delas nada mais se soube. (22)

-
- (22) A reflexão sobre o "caso das albergadas" reportou-me à análise desenvolvida por Roberto da Matta, em seu artigo "As Raízes da Violência no Brasil". Entre outras coisas, o autor aborda a prática dos "quebra-quebras", observada com uma certa frequência nos grandes centros urbanos brasileiros. Diante desses acontecimentos, o antropólogo se pergunta: "o que faz com que os 'quebra-quebras' ocorram contra os meios de transporte, justamente no momento em que as massas estão prestes a utilizá-los? Por que as massas não destroem seus locais de trabalho, mas o meio de transporte?" (1982, p.39). Estas questões o levam a enfatizar os aspectos simbólicos e culturais partilhados pelos atores sociais que desencadeiam essas manifestações de violência. Nessa perspectiva, afirma que a compreensão desse fenômeno exige "um apelo para a razão cultural ou simbólica", na medida em que não se pode pensá-lo apenas pela sua lógica utilitária. "No caso brasileiro, o transporte coletivo representa tudo o que define um modo de vida subalterno, inferior e pobre" (idem). Por essa razão, caso se queira explicar esse tipo de acontecimento social, é necessário "especular sobre o mundo de valores, dos símbolos e das representações, mesmo quando sabemos que a massa trabalhadora se insere enquanto tal num sistema cuja base lógica se funda no utilitarismo e no racionalismo que postula uma relação entre meios e fins (1982, p.39). Essa reflexão reportou-me de volta ao "caso das albergadas": grávidas, desempregadas, sem lugar para onde irem, não foram atributos suficientes para que se representassem como portadoras de uma condição comum, integrantes de uma mesma categoria - mulher. Sendo assim, instauraram um conflito que, revelando-se a princípio por intermédio de alguns signos de diferenciação, tornou a convivência de ambas insustentável. Para uma reflexão fundada na lógica utilitária, o comportamento de Marli e Marina se revelaria, no mínimo, incompreensível, tendo em vista que diante da precariedade de suas situações, dependiam, naquele período, do SOS, para terem ao menos um lugar para dormir. Entretanto, ao tentar desvendar o conflito vivido por ambas a partir de sua dimensão simbólica e cultural, acredito ter revelado uma outra faceta da condição feminina, que, à luz dos princípios feministas, tende a ser apreciada como alienante e, num certo sentido, irracional.

CAPÍTULO IV

EPÍLOGO

1 - O SOS E OS DEMAIS GRUPOS FEMINISTAS NO ANO DE 1982

"O SOS, no meu entender, deveria ser uma frente, um ponta de lança do movimento feminista, que permitisse captar todas as demandas das mulheres de forma a organizá-las em termos de reivindicações e em termos de movimento. Isso implicaria ter um movimento feminista organizado em cima de todas as questões levantadas. Se tem um caso de aborto, mais do que dar o endereço de uma clínica clandestina, tem que incorporar no movimento pela legalização do aborto. Assim como casos ligados a creches etc. Isso implicaria abrir novas frentes para o movimento feminista; implicaria também uma integração total do movimento. Mas isso não existe. Nós (referência ao SOS) somos um pouco como uma frente sem costas" (Entrevista realizada em novembro de 1982).

Dois anos após a sua fundação, o SOS encontrava-se diante de um movimento feminista muito diferente daquele de 1980 que lhe deu origem. Concebido inicialmente para ser uma frente feminista de luta contra a violência, transformou-se em um grupo autônomo que, durante o ano de 1982, enfrentou inúmeros e variados problemas. Entre eles, diminuição do número de plantonistas e falta de perspectivas quanto aos rumos que deveriam ser tomados pela entidade - agravada sobretudo após a permanência conflitiva das "albergadas". O quadro interno vivido por suas integrantes já apontava, em 1982, para uma situação de impasse definitivo, que efetivamente ocorreria, em 1983, com a dissolução do grupo. Como mostra a entrevistada citada acima, o SOS tornou-se "uma frente sem costas". Ou seja: devido à ausência de um movimento feminista forte e estruturado, o SOS foi obrigado a lidar com uma série de questões e encaminhar inúmeros casos que não eram de sua competência, pois extrapolavam a questão específica da violência, que se propunha a focalizar. Claro que a prática do aborto clandestino, por exemplo, pode ser entendida como uma violência às mulheres que são obrigadas a fazê-lo, principalmente porque a grande maioria das mulheres que se submete a um aborto clandestino qualifica essa experiência como uma violência. No entanto, em princípio, as integrantes do SOS não deveriam tratar desses e de casos semelhantes, se existisse, em São Paulo, uma rede de prestação de serviços feministas, trabalhando sobre problemas específicos. O ideal seria poder encaminhar as mulheres que, no caso, quisessem interromper

uma gravidez indesejada para um grupo feminista, cuja política se estruturasse em torno da saúde e da sexualidade feminina.

Esta utopia, porém, não se cumpriu. Em parte porque, em 1982, apenas cinco grupos continuavam em funcionamento em São Paulo: ⁽¹⁾ o Centro de Informação da Mulher (formado, em sua maioria, por mulheres que, durante a década de 70, viveram em Paris); o Sexualidade e Política (fruto de uma dissidência da Associação de Mulheres), o Pró-Mulher; o grupo Ação Lésbico-Feminista e o SOS. O grupo que organizou o Tribunal Bertha Lutz (composto de ex-integrantes da Associação de Mulheres e do Brasil Mulher) promoveu um único evento durante o ano de 1982, feito sob a forma de um julgamento público da questão da discriminação salarial sofrida pela mulheres. O não-cumprimento da utopia acima referida se deveu, por um lado, à dinâmica interna do movimento ⁽²⁾ e, por outro lado, à conjuntura política verificada no ano de 1982, marcada fundamentalmente pela agitação partidária, ⁽³⁾ decorrente do processo eleitoral para escolha, a nível nacional, de governadores e representantes do Legislativo (senadores, deputados federais e estaduais, e vereadores). A essa agitação partidária correspondeu um esvaziamento do movimento feminista, devido, entre outras coisas, à incorporação de maneira ativa de várias feministas no

(1) O único trabalho conjunto realizado pelos grupos existentes em São Paulo, no segundo semestre de 1982, foi a promoção de um debate público com as candidatas que disputavam as eleições no Estado. Este debate aconteceu na sede do Sindicato dos Jornalistas, em outubro, um mês antes das eleições. Havia uma presença majoritária de candidatas do PT. O PMDB foi representado por Carmem Barroso, integrante da Comissão de Estudos sobre a Condição da Mulher, do partido.

O debate consistiu basicamente em uma apresentação dos programas de cada candidata, feito individualmente e centrado na exposição de suas plataformas políticas. A discussão pretendida sobre a situação do movimento feminista em relação ao processo eleitoral não se realizou.

(2) Em 1982, por exemplo, o Centro de Informação da Mulher, o Sexualidade e Política e o SOS partilhavam a mesma sede. Era de se esperar que travassem um contato mais estreito, mas isso não ocorreu. A relação entre os grupos, apesar de cordial, era frágil, e eles não empreenderam nenhum trabalho conjunto.

(3) Esta situação refletiu-se internamente no SOS. Duas de suas fundadoras retiraram-se da entidade e passaram a participar da campanha de Ruth Escobar, candidata a deputada estadual pelo PMDB. Z. participou do comitê eleitoral de José Genoíno, candidato a deputado federal pelo PT. As demais integrantes continuaram a atuar no SOS e votaram tanto no PMDB como no PT. Os votos foram distribuídos entre Irene Cardoso (candidata a vereadora pelo PT), Catarina Koltai (candidata a vereadora pelo PT) e Ruth Escobar, além daqueles que não visavam eleger candidatos com plataformas políticas centradas na questão da mulher. Durante esse período não foi feita nenhuma discussão efetiva sobre as opções políticas das feministas do SOS. Houve sim muita fofoca, recriminação e mágoa em relação àquelas que passaram a dedicar menos tempo à entidade, por estarem trabalhando nas campanhas eleitorais de seus candidatos.

processo eleitoral.⁽⁴⁾

A atuação conjunta dos grupos paulistanos, nesse período, praticamente inexistiu. Entretanto, houve uma tentativa de articulação do SOS brasileiros, através da realização de um encontro nacional, feito em São Paulo, nos dias 29 e 30 de outubro. Participaram desse evento os seguintes grupos: SOS-MULHER (SP), Centro de Valorização da Mulher (Goiânia), SOS-MULHER (Porto Alegre), Centro de Defesa da Mulher (Belo Horizonte), SOS-Mulher (Campinas), Comitê de Defesa contra a Violência (João Pessoa), SOS-MULHER (Rio de Janeiro) e SOS-CORPO (Recife).⁽⁵⁾

O encontro foi dedicado à discussão dos problemas em comum, enfrentados pelos grupos. Entre eles, diminuição do número de integrantes, falta de perspectivas em relação ao trabalho de plantão, e dificuldades em realizarem reflexões sistemáticas não só sobre a questão da violência como sobre a prática interna dos grupos. As participantes, após constatarem o refluxo pelo qual vinham passando os SOS (exceção feita ao SOS-CORPO), procuraram explicá-lo nos seguintes termos:

(4) Em uma reunião realizada em novembro de 1982, na sede do Sindicato dos Bancários, para dar início às preparações do 8 de março de 1983, algumas feministas presentes constatarem que, durante o processo eleitoral, as integrantes do movimento não conseguiram praticar a dupla militância. Isso pode ser verificado através do esvaziamento e, por vezes, dissolução dos grupos. Uma das fundadoras do SOS procurou pensar o refluxo do movimento a partir do engajamento de várias feministas na luta partidária. No seu entender, as questões específicas do movimento foram deixadas de lado. Porém, na opinião de outras feministas, não se deveria culpar apenas as eleições pelo refluxo sofrido pelo movimento, já que este vinha ocorrendo desde o ano anterior. Lembraram, nesta reunião, as divergências ocorridas em torno da participação ou não do movimento no processo eleitoral, as quais impossibilitaram a realização do 2º Encontro dos grupos feministas, previsto para acontecer em junho de 1981. Ressaltaram que o engajamento das feministas no processo eleitoral possibilitou a criação de novos canais de divulgação e mobilização para a questão da mulher que não estavam mais existindo no movimento.

(5) Dos SOS presentes ao encontro apenas dois recebiam financiamento: o SOS-Corpo, de Recife (cujotrabalho centrava-se no corpo da mulher e não na violência, através da realização de cursos nos quais se ensinavam às participantes métodos relativos à contracepções e à prática do auto-exame ginecológico) e o Centro de Defesa da Mulher, de Belo Horizonte. Ambos tiveram projetos aprovados pela Fundação Ford. Os demais sobreviviam a custa de doações particulares e da promoção de eventos pagos, tais como festas e shows.

"De um lado, ele reflete uma situação de crise do movimento feminista. De outro significa ainda que a questão da mulher passou a ser incorporada como uma questão social. Na medida em que esta questão passou a ser canalizada pelos partidos, pelos sindicatos, pelos meios de comunicação de massa, o feminismo enquanto movimento deixa de ser o único canal de divulgação da problemática da mulher. O que fazer diante deste fato?

É necessário uma reformulação da prática feminista. Por exemplo: que relações o movimento feminista vai estabelecer com os governos de oposição, que tenham como proposta a criação de uma secretaria de mulheres? Ou ainda, qual será a nossa relação com uma bancada oposicionista, que poderá encaminhar um processo acelerado de modificações na condição jurídica das mulheres? Que tipo de intervenção o movimento feminista poderá exercer nestes espaços que os governos de oposição pretendem criar com relação à questão da mulher?" (Relatório apresentado no último dia do encontro, por um dos grupos de trabalho).

Estas indagações permaneceram sem respostas. No entanto, outras questões foram levantadas para explicar a situação do refluxo vivida pelos SOS:

"A participação cíclica das mulheres em nossos grupos pode ser entendida como resultado de nossa forma de organização não institucionalizada. Se, por um lado, não reproduzimos organizações burocráticas e autoritárias, por outro, não conseguimos ainda criar um compromisso coletivo e efetivo com as nossas propostas de trabalho."

Após esta intervenção, foi feita uma discussão sobre a dificuldade dos grupos em lidar com mulheres que ingressavam nos SOS com a intenção de se tornarem plantonistas, mas que apresentavam histórias de vida muito diferentes das feministas. Por esta razão, a maioria delas, após um curto período de permanência, abandonava os grupos. Discutiu-se também o tipo de relação que as feministas estabeleciam entre si e com a "clientela" de suas entidades. O debate orientou-se pela seguinte indagação: "o que querem as mulheres que procuram os SOS e o que nós queremos delas?"

Segundo a grande maioria das intervenções, "o maior exercício das plantonistas deveria ser o de compreender e escutar a

fala das mulheres que procuravam os SOS". Nesse sentido, as plantonistas deveriam, ao mesmo tempo, oferecer apoio e solidariedade às mulheres e discutir com elas a questão da violência. O trabalho dos SOS, nessa perspectiva, seria o de ajudar "tanto na construção de organizações autônomas como na conscientização das mulheres". Constaram, porém, que estes objetivos não estavam se cumprindo, seja porque poucos eram os casos de mulheres que retornavam aos SOS para uma segunda visita, seja porque as "visitadoras", em sua maioria, mais do que ajuda e solidariedade, requisitavam serviços e orientações das profissionais "competentes": advogadas e psicólogas. Seguiu-se então uma discussão sobre o tipo de relação que as feministas deveriam manter com estas profissionais - que prestavam serviços voluntários para os SOS - e com as instituições de uma maneira geral. Usá-las ou denunciá-las foi a grande polêmica do segundo dia do encontro.

"É importante garantir um trabalho de assistência às mulheres, através, por exemplo, da utilização do aparato jurídico, mas a nossa relação com as instituições não deve impossibilitar ou impedir críticas e denúncias que visem transformá-las."

O objetivo das denúncias deve ser o de garantir que as instituições cumpram com os seus papéis (nesse sentido, o delegado deve ser obrigado a registrar queixa-crime quando esta for solicitada pelas mulheres). De tal modo que a nossa luta seja capaz de garantir a conquista de nossa cidadania."

Após a leitura desta intervenção, o grupo que a redigiu apresentou uma proposta indicativa no sentido de os SOS promoverem uma denúncia pública sobre o tipo de tratamento oferecido pelas delegacias às mulheres "vítimas" da violência. Aprovada a proposta, marcou-se um dia nacional (7 de dezembro de 1982) para a entrega de uma carta aberta aos delegados de todas as cidades brasileiras, nas quais os SOS atuavam.⁽⁶⁾

(6) No dia 7 de dezembro, algumas feministas do SOS (SP) foram pessoalmente atendidas pelo então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Dr. Rubens Liberatori. Convidadas a entrar em sua sala de trabalho, onde estavam presentes representantes de grande parte dos meios de comunicação do Estado, as feministas lhe entregaram uma carta aberta dirigida a todos os delegados. Exigia-se, entre outras coisas, que eles se restringissem ao cumprimento de suas obrigações, evitando assim acrescentarem à violência sofrida pelas mulheres uma outra, de cunho policial.

O Secretário prontificou-se não só a observar o comportamento dos delegados como a punir os que cometessem excessos indevidos de autoridade policial. Pediu às feministas presentes que encaminhassem pessoalmente a ele qualquer irregularidade ou denúncia registrada pelo SOS.

A questão policial encontrava-se, após a vitória eleitoral do PMDB no Estado, na ordem do dia. Estava como nunca em evidência. Isso explica tanto a atitude do Secretário como a ampla cobertura dada pelos meios de comunicação ao evento.

2 - O SOS EM 1982

Em 1982, o SOS era freqüentado não só por um contingente fixo de militantes feministas, mas também por um número maior de pessoas que mantinham um contato esporádico com a entidade. Mulheres que, por falta de tempo e/ou disponibilidade para uma participação assídua, afastaram-se temporariamente da militância sem, entretanto, romperem os vínculos pessoais e de amizade que as ligavam ao SOS. Eram, por este motivo, consideradas membros "flutuantes" do "coletivo". O trabalho sistemático da entidade, no entanto, era feito por vinte e duas feministas, com formações profissionais diversas,⁽⁷⁾ alocadas nas seguintes atividades: plantões de atendimento, reuniões gerais e apresentações do grupo de teatro.

Este último grupo foi criado em fevereiro de 1982 pelas integrantes do SOS, que, desde o segundo semestre do ano anterior, vinham questionando a primazia dos plantões de atendimento, concebidos, até então, como a instância privilegiada para entrar em contato com a questão da violência. Mas, apesar desse questionamento, só poderiam participar do teatro as feministas da entidade que tivessem feito pelo menos três plantões.

As peças eram montadas em função de um trabalho coletivo, o que pressupunha a inexistência da figura do diretor e a participação das "atrizes" em todas as atividades e etapas necessárias para a sua execução: montagem, apresentação e divulgação. O teatro era concebido como um canal de divulgação dos casos atendidos na entidade, sendo, por esta razão, pensado como uma atividade fundamentalmente política e secundariamente estética.

(7) Estas mulheres eram alocadas nas atividades do grupo da seguinte maneira:

PLANTÕES	GRUPO DE TEATRO	REUNIÕES GERAIS
2 historiadoras 2 antropólogas 2 psicólogas 2 estudantes universitárias 2 secretárias 1 arquiteta 1 tradutora 1 programadora de computador	2 estudantes(*) 1 programadora de computador (*) 1 empregada doméstica 1 diagramadora	1 professora de inglês 1 administradora 1 psicóloga 1 estudante universitária 1 radialista 1 jornalista 1 funcionária pública além de todas as outras relacionadas às demais atividades

(*) Também participavam dos plantões.

A primeira apresentação pública do grupo aconteceu no dia 8 de março de 1982, no teatro do SESC, como parte das comemorações, promovidas pelos grupos feministas, do Dia Internacional da Mulher. A partir desta data, o grupo passou a existir formalmente.

Com o intuito de focalizar o fenômeno da violência em seus diferentes contextos de manifestação, as feministas-atrizes encenavam algumas histórias narradas pelas "visitadoras" nos planos, ao mesmo tempo que elaboravam outras de sua autoria. Certas cenas mostravam a maneira pela qual as mulheres, após uma série de desentendimentos verbais com seus companheiros, eram por estes espancadas. Outras tratavam da relação mãe e filhos, a partir de uma perspectiva interessada em discutir as implicações decorrentes da educação diferenciada dada aos meninos e às meninas. Havia ainda aquelas que encenavam o preconceito das esposas em relação às "outras", as amantes e/ou prostitutas, bem como das heterossexuais frente às lésbicas. Finalmente, algumas cenas abordavam a questão da discriminação salarial, examinando os tipos de relações que os patrões procuram estabelecer com as mulheres assalariadas, notadamente com as secretárias e empregadas domésticas. Em todas as peças, havia uma preocupação em denunciar não só a violência que recai sobre as mulheres como as instituições que lidam com essa questão, como por exemplo, as delegacias de polícia.

Apesar da diversidade dos temas encenados, as feministas pretendiam que a questão da violência fosse o fio articulador de todas elas. Nessa perspectiva, as mulheres eram representadas como "vítimas" preferenciais da violência, sendo apresentadas como "oprimidas" e "discriminadas" em relação à condição desfrutada pelos homens em nossa sociedade. O fenômeno da violência, mostrado como um subproduto dessa vivência subalterna, aparecia como o seu lado mais direto e visível; em todas as cenas havia uma tendência a abordá-lo a partir de uma visão explicativa baseada na idéia de causa e efeito. Sem dúvida, tratava-se de uma tática política interessada em constituir uma unidade mulher em oposição à unidade homem, apresentado como o agente visível do exercício dessa "dominação".

Contudo, ao constituir homens e mulheres como unidades estanques, as cenas tornavam o fenômeno da violência pouco nuancado e desprovido de complexidade. As mulheres eram predominantemente mostradas como vítimas, a não ser nos esquetes relativos à relação entre mães e filhos e naqueles que tratavam da divisão presente no universo feminino, expressa através da clássica oposição entre "santas" e "putas". Nestes casos, "mães" e "santas" eram apresentadas como reprodutoras de suas próprias condições subalternas: as primeiras por contribuírem, através da educação diferenciada, para a formação de meninas submissas e de meninos discriminadores; as segundas por reforçarem a separação entre mulheres que são, segundo as concepções das feministas, estruturalmente semelhantes.

Nessa perspectiva, eram encenadas diversas situações familiares, onde as mães desempenhavam papéis diferenciados, dependendo do fato de estarem lidando com meninas ou com meninos. Para as filhas, ensinavam comportamentos baseados na idéia do recato, da não reação, da obediência; quanto aos filhos, esperavam que fossem agressivos e sobretudo que fossem capazes de reagir, e até mesmo bater, quando necessário, de forma a não perderem jamais a virilidade. A "outra" era apresentada em situações onde a esposa descobria que seu marido estava tendo um relacionamento amoroso extraconjugal. Nestas cenas, a esposa, apesar de viver um casamento opressivo - subentendido pelos sinais e marcas de espancamento que trazia em seu corpo - dirigia toda a sua revolta e frustração contra aquela, a "outra", a amante, que estava tendo um caso com seu marido. Como contraponto, encenava-se o cotidiano desta mulher, de forma a mostrá-la como uma pessoa que tinha problemas e angústias parecidos com os da esposa, e que enfrentava situações adversas por viver uma relação amorosa clandestina.

A intenção desses "esquetes" era mostrar para o público que as mulheres, apesar de vítimas, têm uma parcela de responsabilidade e de participação nas situações que as oprimem. Assim, as feministas-atrizes procuravam passar esta idéia através de determinadas cenas, nas quais as mulheres viviam certos papéis sociais - como os de mãe, de esposa e de amante - de maneira contraditória, ambígua e, por vezes, violenta. No entanto, segundo as mensagens do teatro, elas assim o viviam por não serem "cons-

cientes" de sua condição subalterna. "Alienadas" de sua subjetividade e socialmente impedidas de se tornarem sujeitos de suas vidas, contentavam-se, conforme era mostrado pelos "esquetes" elaborados pelas atrizes-militantes, em sobreviver de acordo com as "regras do jogo". Jogo que, este sim, era necessário explicitar para que as mulheres, ao ganharem consciência dos mecanismos que produzem sua opressão, se reconhecessem como parte de uma categoria oprimida. Almejavam portanto que o público se identificasse com as cenas representadas, para que a partir dessa identificação pudesse se pensar e atuar como um sujeito político: Mulher.

Quanto aos produtores dessa opressão ora eram representados e corporificados pelos agentes empíricos masculinos, ora eram identificados à "moral burguesa" e suas instituições: a família, a justiça, o casamento etc. Os homens eram apresentados e retratados como "o marido espancador", o "patrão discriminador", o "delegado corrupto", o "policial displicente". Estes personagens masculinos tinham em comum o fato de, invariavelmente, praticarem atitudes violentas. O objetivo - didático? - desses "esquetes" era mostrar que a discriminação contra as mulheres se exerce por intermédio de homens concretos.

Vale a pena ressaltar aqui que as pretensões didáticas das feministas, subjacentes à elaboração dos personagens masculinos, nada deixavam a dever aos melhores momentos das peças produzidas pelo CPC (Centro Popular de Cultura), nas quais o imperialismo era encarnado geralmente por um grotesco capitalista norte-americano - invariavelmente gordo e decadente. Se o objetivo que orientava a construção de tais caricaturas era político, nem por isso se deve perder de vista o fato de que elas se tornavam inverossímeis, quando confrontadas com a vivência concreta dos agentes empíricos envolvidos em determinadas relações de opressão, sejam eles os "povos" do terceiro mundo ou as mulheres nos seus cotidianos privatizados. Principalmente se levarmos em consideração que, no caso das mulheres, estas vivem grande parte de suas vidas em contato com aqueles, homens, frequentemente identificados pelo discurso feminista como seus opressores.

Esta proximidade dificulta, às mulheres, o "exercício da alteridade". Quero dizer com isso que existem determinadas relações - marcadas pela utilização de gestos e atitudes socialmen-

te considerados violentos - que são tematizadas, pelos sujeitos envolvidos, por uma acentuada polarização entre o "eu" e o "outro". O torturador, por exemplo, é visto, na maior parte das vezes, como um "outro", pelo torturado. O que torna possível, à pessoa que se tornou objeto dessa prática, produzir não um distanciamento em relação àquele que a torturou como ainda elaborar estratégias e dispositivos para puni-lo e, eventualmente, para suprimi-lo.

Quanto à relação homem-mulher, pressupõe-se que seja construída e selada pela afetividade, ainda que tal pressuposto coexista com práticas discriminatórias e autoritárias (vide os crimes cometidos em nome da "paixão" e da "honra") e com uma série de conflitos que lhe são inerentes. Em tal relação, principalmente na que se constitui em contexto familiar, as mulheres se encontram em grande proximidade física e emocional com os homens. Pais, maridos e filhos compõem um leque de referências existenciais "obrigatórias" para a maior parte do contingente feminino da população. Essa constatação, aparentemente óbvia, tem implicações decisivas para a compreensão da situação das mulheres em nossa sociedade. Isto é, os homens só se tornam "outros" em determinados contextos muito específicos, tais como em casos de separação, de espancamento, de agressões. Sendo assim, a mesma mulher que ia ao SOS se queixar da agressividade de seu marido, ao sair dali, provavelmente, continuava a partilhar a vida conjugal com ele.

As falas enunciadas pelas "visitadoras", nos plantões de atendimento do SOS, tinham quase sempre um tom indignado. Os maridos ou companheiros eram por elas retratados como uns "brutos" que as espancavam sem motivos, "bêbados", "pais relapsos" que deixavam faltar comida em casa, ou ainda uns "sem-vergonhas" que estavam "andando com a outra". A descrição desses homens era filtrada pelas "visitadoras" que, recorrendo ao SOS somente em situações de crise, esperavam encontrar soluções para os seus problemas imediatos. O cotidiano concreto dessas mulheres tornava-se, assim, invisível para as plantonistas. A consequência dessa invisibilidade refletia-se nos "esquetes" elaborados pelas atrizes-feministas do SOS. Ao discurso "indignado" sobrepunha-se um discurso "escandaloso": o resultado era, sem dúvida, caricatural.

Os personagens masculinos veiculados pelo teatro tornavam-se esteticamente inconsistentes e politicamente ineficazes. As implicações dessas representações se fizeram presentes não só no espaço circunscrito pela encenação cênica, como na prática do SOS e do movimento feminista de uma maneira geral.⁽⁸⁾

* * * * *

Mas o que pensavam as feministas do SOS sobre o teatro que elaboravam? S., por exemplo, contou-me que:

"A primeira coisa que a atraiu no SOS foi o teatro. Eu acho que as manifestações para fora, como por exemplo, aquelas contra o Ricchetti, as manifestações contra as mulheres que foram assassinadas, contra o assassino do Brás, e o teatro, eu vejo todas elas como coisas que podem atingir o público, através da imprensa, através das próprias pessoas que vêem as manifestações. Isto tem um efeito difuso, como a Ruth Cardoso falou,⁽⁹⁾ de mexer um pouco com a mentalidade e eu acho que isso é muito importante. No caso específico das mulheres violadas, isto deve mexer, pode ser até que eu acredite nisso como uma coisa de fé, mas tenho a impressão que não é somente isto. Me lembro de que quando eu estava morando nos EUA, essas coisas tiveram um efeito muito grande, já que havia um movimento feminista por trás, que era, até certo ponto, muito forte.

Eu acho que o teatro tem um papel de difusão, de difundir essa informação feminista. A questão é saber até que ponto

(8) "Les femmes se vivent ou s'extrapolent 'en changement' collectivement, mais pour laplupart elles restent confrontées en particulier à l'inertie des hommes qui les renvoient une par une à leurs contradictions. Ainsi les rapports hommes/femmes, par le fait même qu'ils sont analysés comme une menace trop souvent pervetie a priori, sont relégués à la privatisation du couple qui constitue le pivot essentiel des discussions 'psychologiques' entre femmes, hors mouvement, hors analyse. Quand ce n'est pas la psychanalyse qui prend le relai unique. Les revendications, de collectives qu'elles étaient, régressent dans une lutte quotidienne contre soi-même, contre l'homme qu'on est sensée aimer, contre la société en général qui devient alors la symbolisation de toutes les contraintes intériorisées. In Lebez Martine "Comment les féministes 'se passent' des hommes", in "Elles Voient Rouge" n° 6-7 et 4° trimestre 1982, p.46, Paris.

(9) Referência ao seminário da professora Ruth Cardoso, no CEDAC (Centro de Documentação de Assuntos Comunitários), sobre a situação do movimento feminista no Brasil, realizado em outubro de 1982. S. era estudante de pós-graduação e apesar de não ser a militante "típica" do SOS, compartilhava o seu quadro de referências teóricas, bem como a rede de relações de suas participantes.

ele cumpre efetivamente este papel. Mas, isto é uma outra pergunta. Uma das coisas importantes nas discussões do grupo foi que elas sacaram que fazer melodrama não era a melhor coisa, que era preciso um lado cômico. Nisto elas tiveram muita sensibilidade, mas as cenas que são melhores representadas são aquelas que tocam mais de perto as mulheres do grupo de teatro e as mulheres que participam do SOS. As cenas que falam da violência que a gente sofre, as cenas de cantada de rua, do cara que chama a mulher de 'sapatão', que são coisas mais próximas de nós, por isto são mais reais e menos caricaturais: passam melhor. As cenas mais caricaturais são aquelas que falam de coisas distantes da 'nossa realidade', embora o teatro tenha como proposta trabalhar as cenas a partir dos casos que acontecem no SOS.

Os homens são muitas vezes tratados como vilões da história, mas a gente mesmo tem uma percepção disso. Se tentava amainar isto numa cena que retratava o homem batendo na mulher e a mulher batendo na criança. Mas aí o que você vê? Você vê assim: a mulher é vítima da violência, mas olha como ela reage, ela também bate nas crianças, mas o homem é o primeiro, o homem bate na mulher, a mulher bate na criança. Causa e efeito, né?" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

Duas passagens dessa entrevista chamam a atenção. S., ao refletir sobre a fragilidade das cenas de violência elaboradas pelas integrantes do grupo de teatro, aponta, indiretamente para a dificuldade apresentada pelo discurso político-feminista - e não só por ele - de escapar à lógica maniqueísta. Isto é: de pensar as relações entre os indivíduos fora das velhas e insuficientes dicotomias entre dominantes e dominados, vítimas e algozes (ainda que, a partir da prática dos plantões de atendimento, as feministas detectassem a insuficiência do vitimismo, enquanto estratégia elaborada pelas "visitadoras" para lidar com seus problemas concretos).

A segunda questão importante abordada pela entrevistada refere-se à concepção, partilhada pelas feministas-atrizes, do teatro como um canal de difusão dos temas e questões registrados nos plantões. As peças, nesse sentido, deveriam funcionar como uma espécie de amplificador público dos casos atendidos no SOS. Propunham-se tanto a divulgar o cotidiano privatizado e violento

das mulheres, como a politizar a questão da violência, de maneira a mostrar, a partir de um recurso que se pretendia lúdico, que suas manifestações concretas resultam da condição de subalternidade vivida pelas mulheres. Mas, o teatro apenas em parte cumpria este objetivo, pois, como mostra S., as cenas menos eficazes eram justamente aquelas que "falavam de coisas distantes" da realidade das feministas, ou seja, que falavam da realidade das "visitadoras". Não que estas não se encontrassem, como as primeiras, sob o alvo de determinadas investidas machistas e violentas, como as cantadas de rua, passadas de mão, referências pejorativas e discriminatórias, etc. Porém, quando procuravam o SOS, o faziam para falar fundamentalmente da violência que sofriam no âmbito doméstico.⁽¹⁰⁾

* * * * *

O teatro, enquanto uma das instâncias de divulgação do trabalho realizado internamente no SOS, tinha também como objetivo promover a multiplicação de grupos de mulheres, dirigindo-se, sobretudo, ao contingente feminino disperso nas periferias de São Paulo. Sobre este papel de multiplicação proposto por suas participantes, M. afirmou que:

"O teatro levanta a discussão e aponta para um nível de organização, já que as mulheres vão discutir o que viram e o teatro pode lançar essa semente. Mas ele está desarticulado porque

(10) Durante o período em que trabalhei como plantonista (seis meses), atendi apenas um caso de violência, que não dizia respeito a conflitos registrados na esfera doméstica. Uma mulher se dirigiu ao SOS, em busca de apoio para a denúncia que pretendia fazer contra o porteiro de uma boate, que a tinha impedido de entrar no recinto por estar desacompanhada. Protestou contra a discriminação sofrida nos seguintes termos: "isso é machismo, porque eu tenho o direito de andar sozinha e de ir a qualquer lugar que eu quiser". Seu protesto, contudo, se perdeu no meio dos relatos das demais "visitadoras", todas elas com problemas relativos a espancamentos, separações, a filha que o marido queria internar sob alegação de loucura, etc. Ela acabou se desculpando por estar ali. "Diante do marido de sua filha", disse ela, a uma das "visitadoras", "que tranca sua filha em casa e agora quer interná-la, me dá vergonha do meu problema, tão menor". O curioso foi que nós (plantonistas) fomos pegas de surpresa com a sua reivindicação. E, apesar da ajuda oferecida, esta também se diluiu. As "visitadoras", por sua vez, pareciam espantadas com a presença daquela mulher de meia idade, pintada, que reclamava do seu direito de ir e vir sem mencionar uma única vez a figura do pai, do marido ou dos filhos.

não conseguimos transformar as informações que vêm dos plantões.

O teatro teria o papel de lançar a discussão. Ele tem esse caráter público, ele levanta a discussão. Isto nos permitiria continuar a discutir com essas mulheres, as mulheres interessadas, de tal modo que elas pudessem formar grupos autônomos. O nosso papel seria o de iniciar esse processo, sem precisar ter uma ligação maior com esses grupos. Seria interessante se a gente conseguisse fazer isto nos bairros. Elas têm os clubes de mães, as associações de bairro, mas não têm justamente essa reivindicação, que é delas, mas que elas não sabem definir."

- Qual reivindicação?

"Além das creches e de tudo que elas necessitam para se lançarem na vida de algum jeito. E isto é uma coisa que as mulheres têm dificuldade de reivindicar, que é a coisa do corpo, do direito ao prazer, do conhecimento do corpo e do papel familiar delas. Pra mim, o teatro seria mais forte se transformasse as informações dos plantões. E isto não acontece porque falta a gente trabalhar as fichas de atendimento,⁽¹¹⁾ discutir aqueles casos. A gente só discute o que temos nas nossas cabeças, o interno. Aquelas informações acumuladas, se fossem trabalhadas, modificariam toda a relação da gente com o SOS, pelo menos eu tenho essa impressão. Me passa até que o fato disto não acontecer é como se refletisse um medo nosso, porque aquilo é um leque de informações e de contradições, que poderiam nos deixar mais inseguras ainda" (Entrevista realizada em dezembro de 1982).

Esta entrevista aborda os problemas e impasses vividos pelas feministas do SOS, no ano de 1982. O teatro enfrentava dificuldades, os plantões, por sua vez, encontravam-se desarticula-

(11) "As fichas de atendimento foram criadas para que as feministas do SOS controlassem o número de casos atendidos pela entidade e, sobretudo, para obter um material que viria a traçar um perfil da incidência de violência sobre as mulheres, dando um subsídio à reflexão sobre a prática dos plantões. Nessas fichas estão inscritas colunas com o relato sucinto da história de vida e de violência de cada visitadora; e o tipo de atendimento e comentários das plantonistas. Estes relatos viriam dar substância aos dados formais registrados, explicitando o contexto em que a violência se insere. Por outro lado, a descrição do atendimento seria uma maneira de resgatar as falhas e as formas de comunicação entre plantonistas e visitadoras. Contudo, este material não foi manuseado pela entidade" (Gregori, 1984, p.43).

dos, tanto por falta de uma infra-estrutura básica (contatos sistemáticos entre as plantonistas e o restante do grupo e entre este e as advogadas; apoio financeiro suficiente ao menos para o pagamento do aluguel etc.) como pelo escasso número de militantes dispostas a realizá-los: do total de vinte e duas participantes fixas apenas treze permaneciam alocadas nesta atividade.

Algo difuso estava impedindo que as atividades promovidas pelo grupo - teatro, plantões e manifestações públicas eventuais - cumprissem de maneira satisfatória os seus objetivos. Havia como que um medo implícito, por parte das feministas, em confrontar os seus pressupostos com a realidade apresentada pelas "visitadoras". Explicitá-lo poderia implicar um questionamento das táticas e estratégias utilizadas, até então, para lidar politicamente com a questão da violência. O que implicaria uma revisão de determinados postulados do grupo que, com o passar do tempo, sedimentaram-se numa espécie de "discurso de verdade" sobre a condição feminina. Como aliás, detecta a entrevistada: "me passa até que o fato disso não acontecer é como se refletisse um medo nosso, porque aquilo é um leque de informações e de contradições que poderiam nos deixar mais inseguras ainda".

3 - A CRISE

Apesar de questionado e criticado, o trabalho de atendimento ao público continuou a ser, durante todo o decorrer de 1982, a atividade mais importante do grupo. Mesmo não sendo mais obrigatório, constituía-se como o lugar principal para o aprendizado prático da pedagogia "oficial" do feminismo. Qualquer mulher que desejasse integrar-se ao SOS deveria passar, ainda que temporariamente, pelos plantões. O porquê desta exigência ficará mais claro a partir da fala de uma plantonista convicta:

"Eu acho" - disse G. - "que o plantão é uma coisa muito importante: é a única atividade que vai trazer uma modificação a longo prazo. É realmente um trabalho de formiga, mas que permite colocar as coisas de uma outra maneira. As mulheres vão ao SOS com a intenção de serem ouvidas, e o nosso trabalho é tanto o de escutá-las como o de questioná-las. Nos plantões, principalmente nos plantões coletivos, a gente coloca para as mulheres a questão da solidariedade, a gente tenta mostrar a importância das mulheres serem solidárias umas com as outras. E isto é muito importante.

As vezes a gente atende um mesmo caso, só que contado por diferentes mulheres: com uma está acontecendo isso, a outra está sendo espancada e a última lá está sendo ameaçada de morte por seu marido. Mas as mulheres não percebem a seqüência, não percebem que estão vivendo uma mesma situação. Elas só enxergam os seus próprios assuntos. Elas têm muita vergonha de serem espancadas ... essa vergonha sabe?

A coisa que eu acho mais importante nos plantões é que a gente não se coloca fora desse contingente de mulheres, pois a gente também vive situações parecidas por sermos mulheres. A gente discute com elas questões que nos dizem respeito também. Mas quando a gente atende essas mulheres lá na secretaria (referência ao escritório administrativo do SOS) eu acho deprimente. Em situações de crise a gente faz isso, faz um trabalho burocrático, tipo 'eu vou encaminhar a senhora para uma advogada, vou te dar uma cartinha'. Eu acho, muitas vezes, que nem é importante preencher a tal ficha de atendimento. O importante é sentar e conver-

sar com essas mulheres, é perceber que aqui é um lugar que elas podem vir para discutir, para dizer coisas que em outras instituições elas não podem dizer. Aqui, ao contrário de outras instituições, elas são ouvidas e não são recriminadas. Quando a gente consegue fazer isso, elas, de uma maneira ou de outra, voltam ao SOS".

Essa fala retrata a intenção das plantonistas de, através do trabalho de escuta e de questionamento, diferenciar o SOS do restante das instituições existentes em São Paulo. Para que não incorressem em uma prática assistencialista - vista como um mal que precisava ser combatido e politicamente suplantado -, procuravam estabelecer pontos de identificação com as histórias de vida narradas pelas mulheres. Contudo, quando essa identificação não se efetivava - seja porque as "visitadoras", em sua maioria, iam ao SOS à procura de advogadas e psicólogas e não de conversas genéricas sobre suas vidas, seja porque o número de mulheres atendidas era muito grande, dificultando, assim, a criação de um espaço efetivo de reflexão e discussão - as plantonistas sentiam-se insatisfeitas com o trabalho que realizavam.

A oscilação entre a realização de um trabalho nos moldes feministas - baseado na prática da conscientização e na ênfase à solidariedade entre mulheres - se fez presente, quase que o tempo inteiro, para as integrantes do SOS. Por esta razão, os plantões eram vividos ora como uma experiência fascinante - por propiciar um contato mais estreito com a realidade diversificada das mulheres - ora como um trabalho frustrante e ineficaz que funcionava, sobretudo, como uma espécie de entreposto por onde as "visitadoras" deveriam necessariamente passar caso desejassem obter orientações de tipo jurídico.⁽¹²⁾

* * * * *

(12) O fato de a orientação jurídica ser feita fora do SOS implicava, por um lado, uma extrema fragilidade da relação entre as feministas e as advogadas e, por outro lado, o não acompanhamento, por parte das plantonistas, dos desdobramentos dos plantões. Além disso, no ano de 1982, das 15 advogadas que integravam o corpo jurídico do SOS no ano de sua fundação, apenas sete continuavam a prestar assessoria para a entidade.

No segundo ano de funcionamento do SOS, somente treze feministas continuavam dispostas a participar dos plantões, a maioria deixou de fazê-los por não se sentir mais identificada com a sua proposta original. Aliado a isso, passaram a nutrir um profundo sentimento de exaustão e de descrédito em relação à entidade como um todo e ao grupo em particular. Várias integrantes afastaram-se definitivamente do SOS; já não sentiam prazer e vontade de participar de um trabalho que não as motivava mais. O grupo parecia prestes a desintegrar-se, as relações entre as pessoas tornaram-se tensas, o desânimo acentuou-se. O "coletivo" perdia, paulatinamente, a sua aura e significados iniciais: viver e militar deixou de ser, como antes, uma mesma e única realidade para suas integrantes. Poucos eram os momentos que lembravam o SOS em sua origem quando, para além de sua dimensão institucional assentada nos princípios alternativos, ela se constituía como uma espécie de comunidade autocentrada de mulheres feministas dispostas a viver conjuntamente relações de caráter pessoal - tanto de amizade como amorosas - e a prestarem solidariedade umas às outras. O "período maravilhoso", que marcou o "coletivo" em sua fase inicial, estava irremediavelmente terminado. Apesar disso, as participantes, em 1982, não pouparam esforços e tempo para discutir, questionar e lastimar a "crise" pela qual passava o SOS, em particular, e o feminismo de uma maneira geral. Infundáveis e cansativas reuniões foram feitas, durante todo o decorrer do ano, com o propósito de examiná-la. Raras eram as convocatórias - afixadas no mural de recados da entidade - que não se iniciavam com os seguintes dizeres: "se você ainda acredita no SOS venha à reunião do dia tal", ou, "não deixe de participar da reunião geral do dia y, vamos formalizar o fim do SOS".

Em quase todas as reuniões, o procedimento adotado pelo grupo era praticamente o mesmo: após constatar a "crise" e diagnosticá-la (fragmentação do grupo de teatro; desânimo das plantonistas que pareciam cada vez menos dispostas a atender às "visitadoras"; recorrentes e contundentes críticas ao trabalho de plantão; falta de dinheiro para o custeio mensal do aluguel), este era tomado por uma espécie de "delírio organizacional". Invariavelmente, ao término desses encontros, inúmeras propostas eram apresentadas tendo em vista a alteração do quadro caótico verificado no SOS. Estas pressupunham a realização de um número cada vez maior de reuniões, planejadas com o objetivo de atender às es-

pecificidade de cada atividade implementada pelo grupo. Assim, as plantonistas, as "atrizes-militantes" e as que não estavam vinculada a nenhum trabalho concreto - mas que se consideravam e eram consideradas membros do "coletivo" - passaram a se encontrar não só nas reuniões gerais como em reuniões específicas, destinadas à apreciação de cada uma das atividades do SOS.

Durante um curto período de tempo, sua sede foi ocupada diariamente: os plantões eram feitos em três tardes e duas noites, nas quartas-feiras, de quinze em quinze dias, realizavam-se as reuniões gerais, as sextas eram destinadas ao encontro das plantonistas e os fins-de-semana aos ensaios e discussões do grupo de teatro.

Apesar do aumento do número de reuniões, o "coletivo" não conseguiu recuperar o seu "pique" inicial. Além disso, as tentativas feitas no sentido de sistematizar as discussões sobre os encaminhamentos propostos nos plantões e sobre a violência sofrida pelas "visitadoras" revelaram-se inócuas. Apenas as plantonistas as realizavam, o restante do grupo mantinha-se afastado e pouco informado sobre o que de fato acontecia durante as tardes e as noites destinadas ao atendimento das "visitadoras".

Tudo se passava como se essas reuniões tivessem um fim em si mesmas. O grupo, para não se desintegrar, parecia fazer desses encontros a razão de ser de sua existência. A aparente ausência de "lógica" desse procedimento adquire "racionalidade" se levarmos em consideração, como o faz Ruth Cardoso em seu já citado artigo sobre os movimentos sociais, que "não são apenas as reivindicações que unem os participantes de um movimento e por isso mesmo sua ação negociadora nem sempre é a mais direta ou a mais eficaz. A união é uma virtude em si mesma e para mantê-la, tanto se usa a discussão muitas vezes infundável, quanto os cânticos ou outras formas lúdicas que hoje faziam parte de qualquer reunião" (1983, p.235, grifos meus).

Com o intuito de esclarecer e de revelar a singularidade adquirida por esse procedimento, quando utilizado em momentos de crise pelas feministas, passo a descrever duas situações que me parecem exemplares para sua compreensão. A primeira aconteceu em outubro de 1982, quando o grupo se preparava para "comemorar" os

seus dois anos de existência e para lembrar o dia 10, escolhido pelas feministas como dia nacional de luta contra a violência. A segunda teve lugar em Valinhos, num convento de freiras, onde se realizou um fim-de-semana de discussão sobre o que fazer com o SOS.

SITUAÇÃO 1

Foram necessárias duas longas reuniões para chegar a um consenso sobre os eventos que deveriam ser realizados no dia nacional de luta contra a violência: uma manifestação feminista, no Parque do Ibirapuera, e dois debates, na sede do SOS, destinados às "visitadoras". O primeiro se centraria na questão do alcoolismo, por ser um dos principais problemas apontados pela "clientela" para explicar a violência de que era "vítima". Frases do tipo "quando ele bebe, fica violento e me bate", apareciam com grande frequência em sua fala. O segundo abordaria a questão dos direitos da mulher e deveria ser coordenado por uma das advogadas integrantes do corpo jurídico do SOS. Para coordenar o primeiro foi sugerido e acatado o nome de um médico homeopata que estava estudando o alcoolismo.

O consenso em torno dessas propostas não foi, porém, suficiente para impedir a ocorrência de divergências quanto aos dias e horários mais adequados para concretizá-las. Em função dessa discordância, dois grupos se formaram. O grupo 1 defendia a idéia de que os debates deveriam acontecer durante os dias da semana, às tardes: este era o período em que as "visitadoras" apresentavam maior disponibilidade de tempo para irem ao SOS. Associado a isto o fato de os maridos, nesses horários, encontrarem-se frequentemente fora de casa, o que, a princípio, garantia às mulheres uma maior oportunidade de se deslocarem pela cidade. O grupo 2 propôs que os debates fossem feitos também nos dias de semana, mas no período noturno. Todas as pessoas que defenderam esta idéia trabalhavam fora, em período integral, e só poderiam comparecer nesse horário.

Frente à impossibilidade de solucionar esse impasse foi marcada uma outra reunião para discuti-lo e, se possível, resolvê-lo. No terceiro encontro, o grupo 2, após desistir da idéia de realizar os debates no período noturno, por estar em minoria, de-

fendeu a proposta de que estes deveriam acontecer durante o fim-de-semana. Uma das defensoras dessa proposta lembrou que os plantões de sábado, embora menos procurados, eram mais tranquilos e satisfatórios: as poucas "visitadoras" que retornavam ao SOS, para uma segunda visita, o faziam nesse dia. Argumentou também que o grupo 1, ao defender a idéia de realizar os debates no período vespertino, estava privilegiando apenas as donas-de-casa, uma vez que as mulheres que trabalhavam foram não poderiam comparecer.

O grupo 1 retrucou, alegando que a realização dos debates em um fim-de-semana implicaria fornecer às "visitadoras" uma infra-estrutura como, por exemplo, creche e comida, que o SOS não dispunha.

Uma outra questão que mereceu longas discussões foi a de como entrar em contato não só com as "visitadoras" como com os grupos organizados de mulheres, para que comparecessem aos debates. Várias sugestões foram apresentadas. Uma delas consistia na idéia de enviar, pelo correio, um malote com 1 500 cartas, endereçadas a todas as "visitadoras" que, até aquele mês, tinham recorrido à entidade e cujos endereços constassem nas fichas de atendimento utilizadas pelas plantonistas. Esta proposta, apesar de acolhida com entusiasmo, não se viabilizou. Uma das participantes presentes nessa reunião lembrou que esse tipo de correspondência não era muito eficaz, pois o retorno raramente ultrapassava os 10%. O que significa que, de um total de 1 500 "visitadoras" contadas apenas 150, se tanto, compareceriam. No seu modo de entender, o envio desse malote representaria, em função desse dado, um custo demasiadamente alto para o grupo que não tinha, em outubro, dinheiro suficiente para cobrir ao menos o aluguel do mês.

Acatadas essas ponderações, o "coletivo" desistiu da idéia de contatar, em bloco, as "visitadoras". Apenas as que passassem pelos plantões durante os dias que antecedessem os debates seriam informadas. Manteve, no entanto, a proposta de convidar algumas integrantes do movimento feminista e do movimento de mulheres, como por exemplo, as participantes da Associação das Donas-de-Casa e do movimento de luta por creche, entre outras.

Por não haver consenso quanto ao dia e horário adequados para a realização do debate sobre o alcoolismo (devido à falta de

tempo o debate sobre os direitos da mulher foi suprimido), a decisão foi mais uma vez adiada. Na terceira reunião, o grupo, porém, procurou estabelecer um consenso em torno do tipo de evento que deveria ser promovido no Parque do Ibirapuera. Em lugar de uma manifestação pública, foi sugerida a proposta de um "passeio" feminista de bicicleta ou a pé, visto como mais próximo de uma comemoração festiva. Uma das defensoras dessa idéia argumentou com ironia que, frente à conjuntura vivida pelo movimento feminista no período, o passeio, além de ser uma atividade que exigiria pouca infra-estrutura, poderia significar e ser divulgado pelos meios de comunicação como uma pequena passeata. A possibilidade de chover nesse dia foi mencionada como um dos fatores que poderia estragar o "passeio". Mesmo assim esta proposta foi acatada por consenso.

Uma quarta reunião foi marcada para decidir o horário e o dia do debate e para finalizar os preparativos do passeio que seria feito no Parque do Ibirapuera. Nesse último encontro, o número de participantes havia sofrido uma redução considerável: estavam presentes apenas 12 feministas. Assim, tanto o grupo 1 como o grupo 2 encontravam-se bastante reduzidos. Alarmados com a situação e temerosos em relação à possibilidade de os eventos não se realizarem por falta de quorum, os dois grupos se uniram e decidiram marcar, em regime de urgência, uma data para o debate, o que aconteceu após uma hora de negociação.

De um fim-de-semana prolongado, em que se ofereciam às "visitadoras" dois debates, creche e refeições (o cardápio também foi objeto de prolongados debates: da macarronada ao lanche rápido, eles terminaram com a realista constatação de que os recursos financeiros da entidade eram insuficientes para cobrir uma despesa dessa natureza. O melhor seria que cada convidada se encarregasse de sua própria alimentação), restou um único debate. Este aconteceria no sábado, dia 9 de outubro, a partir das 4 horas da tarde. O grupo, após quatro exaustivas reuniões, certificou-se mais uma vez da "crise" pela qual vinha passando.

*

*

*

*

*

Sábado, 9 de outubro, dia do debate sobre "violência e alcoolismo". Cheguei ao SOS no horário marcado e encontrei apenas uma feminista. Tive, porém a surpresa, de ver a casa arrumada e limpa. Quinze minutos depois entrou o médico convidado. Um jovem profissional, vestido com roupas informais: jeans, camiseta e tênis. Enquanto aguardávamos os convidados, trocamos algumas palavras sobre o tempo.

As 17 horas o médico se preparou para dar início à palestra. Dos presentes apenas as integrantes do SOS, nenhuma outra convidada compareceu. O debate, ao contrário do previsto, não contaria com a participação nem das "visitadoras" e das mulheres atuantes em grupos organizados, mas única e exclusivamente com as feministas do SOS que, entre aflitas e desoladas, distribuía-se por entre as almofadas e cadeiras disponíveis. O "clima" era de indisfarçável mal-estar.

De repente alguém se levantou e propôs que, antes de começar o debate, fosse feita uma arrecadação de dinheiro para comprar cerveja e conhaque. Após arrecadá-lo, algumas pessoas foram até o bar da esquina para providenciar os aperitivos. Voltaram em seguida e fizeram uma farta distribuição de cerveja e de conhaque.

Uma das fundadoras do SOS explicou ao médico o porquê do debate e a razão para convidá-lo. As mulheres atendidas nos plantões, em sua maioria, apontavam o alcoolismo de seus companheiros como a causa da violência que sofriam. O médico deu então início a sua exposição, afirmando que os alcôolatas, homens ou mulheres, são, com grande frequência, portadores de comportamentos violentos.

Não vou me ater ao conteúdo de sua exposição, pois o que me interessa é relatar os acontecimentos que tiveram lugar durante o decorrer do debate. A todo momento as feministas interrompiam a apresentação do médico e questionavam as suas afirmações. A discussão, apesar de acalorada, se manteve dentro dos limites de "civilidade", até o momento em que N. (uma integrante "flutuante" do grupo que não comparecia ao SOS há uns seis meses) entrou na sala, completamente bêbada. Com um tom debochado passou a agredir verbalmente o médico. Fez algumas tentativas mal-sucedidas de refutá-lo, devido talvez ao seu estado alcoolizado. Para tanto munuiu-se de alguns pressupostos antropológicos. O interessante é que o médico

a contestou também por meio de seus conhecimentos nesta disciplina, adquiridos no decorrer de sua formação enquanto homcopata.

Por volta das 19 horas o debate foi encerrado. O médico despediu-se e polidamente agradeceu o convite feito pelas feministas, que permaneceram por mais uma hora no SOS. Nenhuma palavra foi dita sobre o debate. Discutiram sim sobre o que fazer, caso a chuva não parasse (chovia ininterruptamente há cinco dias em São Paulo), no dia seguinte, no Parque do Ibirapuera, onde pretendiam realizar um "passeio feminista".

Algumas pessoas sugeriram como alternativa ao passeio, uma manifestação no interior de um trem de metrô. A idéia era que as "feministas-atrizes" apresentassem alguns "esquetes" relativos à violência exercida sobre as mulheres, enquanto percorressem o trajeto completo do metrô.

A proposta, segundo uma das feministas, era interessante, mas o problema era o que fazer com a imprensa que talvez divulgasse, no dia seguinte, o local do passeio, tal como havia sido determinado anteriormente. Essa intervenção suscitou uma polêmica discussão a respeito da pertinência ou não de o grupo subordinar a sua atuação e eventos aos meios de comunicação de massa: "Mas para que serviu o trabalho de divulgação do passeio, feito através do contato com profissionais da imprensa e da televisão?", perguntou alguém, visivelmente irritada com os rumos seguidos pela discussão.

O grupo deliberou, após prolongadas intervenções, que, caso não chovesse, o passeio aconteceria às 13 horas, como previsto, no Parque do Ibirapuera. Foi marcada uma última reunião (a quinta desde que se iniciaram as preparações para o dia nacional de luta contra a violência), para o dia seguinte, às 10 horas da manhã. Todas deveriam comparecer para preparar as faixas, para decidir sobre as palavras de ordem que deveriam ser pronunciadas no passeio e, eventualmente, para alterar o evento se a chuva continuasse ...

*

*

*

*

*

Domingo, 10 de outubro, dia nacional de luta contra a violência. Tempo instável, sujeito a chuvas e trovoadas: informou o serviço meteorológico da TELESP.

Deixei de lado o "passeio", a observação participante (ou seria extenuante?) e a pesquisa e só retornei ao SOS na quinta-feira, para fazer plantão. Encontrei as plantonistas que semanalmente realizavam este trabalho e fui por elas informadas que o "passeio" havia sido feito no Ibirapuera, mas com um número muito reduzido de participantes. Foram estas as únicas informações que obtive, pois o grupo não fez uma única reunião para avaliar e discutir os resultados dos eventos propostos em relação ao que se esperava inicialmente. As reuniões subseqüentes foram convocadas para discutir os temas que deveriam ser debatidos pelo conjunto dos SOS brasileiros, em um encontro, realizado em São Paulo, no final de outubro.

SITUAÇÃO 2

De outubro a abril, mês em que as feministas do SOS se deslocaram de São Paulo para Valinhos - com o propósito de realizarem um prolongado fim-de-semana de discussão - a "crise" do grupo só aumentou. As reuniões tornaram-se gradativamente mais espaçadas e contavam com um número cada vez menor de participantes. O grupo de teatro praticamente inexistia e deixou de fazer apresentações públicas.⁽¹³⁾ O trabalho de atendimento ao público recebia críticas cada vez mais contundentes.

(13) No dia 8 de março de 1983, as "feministas-atrizes" do SOS deveriam apresentar uma peça (feita a partir de alguns "esquetes" sobre situações diversas de violências sofridas pelas mulheres) na festa-show, realizada no Museu de Arte de São Paulo, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Apesar de anunciada, inclusive pelos jornais, foi cancelada na última hora. O grupo não havia ensaiado com antecedência e preferiu não apresentá-la. Esta festa-show foi promovida por algumas entidades do movimento de mulheres e pelos grupos feministas. Entre eles: Centro de Informação da Mulher, Sexualidade e Política, Ação Lésbico-Feminista, Casa da Mulher do Grajaú, Casa da Mulher do Jardim Miriam, Associação das Donas-de-Casa etc. Nesse mesmo dia, a Federação de Mulheres, a União de Mulheres (compostas de militantes do PC do B e do MR8), entre outras entidades, fizeram uma manifestação pública na Praça de Sé, para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Em face desta situação, o grupo perdia a razão prática de sua existência, uma vez que sua principal atividade - os plantões - estava prestes a extinguir-se por falta de pessoas dispostas a executá-la: no início de 1983 restavam apenas quatro plantonistas. Concebido inicialmente como um princípio ideológico de trabalho, o plantão passou a ser gradativamente visto, por uma parte das feministas, como um instrumento tático de combate à violência, que, com o passar do tempo, se revelara ineficaz. Por esta razão, deveria ser formalmente suprimido. Esta medida, no entanto, não era consensual.

Enquanto uma parte do grupo entendia que a especificidade do SOS residia justamente no fato de seu trabalho dirigir-se a um contingente abrangente de mulheres e não apenas às feministas ou àquelas que atuavam em grupos organizados de mulheres; outra parte acreditava que a prática de prestação de serviços, embora idealizada como alternativa, não conseguia alcançar de fato o seu objetivo primeiro, qual seja: fazer com que as "visitadoras" não apenas interrompessem o curso de uma relação violenta, mas sobretudo que se conscientizassem sobre os mecanismos que criavam e sustentavam a "condição submissa" em que viviam.

Frente a esta questão, o grupo se dividiu. Passou a viver uma situação de impasse na medida em que a lógica que o presidía pressupunha o consenso como a base de sua sustentação. Ou seja: toda e qualquer medida que acarretasse mudanças na dinâmica, na organização ou na estrutura da entidade deveria resultar de uma decisão consensual, conseguida, na maior parte das vezes, através de longas e cansativas reuniões, e não por meio de uma votação. Votar implicaria não só conferir legitimidade a facções que, em determinadas situações, explicitassem posições divergentes a respeito de uma questão qualquer, como reconhecer a existência de estruturas formais de poder e de hierarquia. Ou, em outra palavras, implicaria aceitar que a decisão da maioria pudesse prevalecer sobre a minoria em função de uma votação e não de um consenso, o que, do ponto de vista da organização política privilegiada pelas feministas, era inaceitável. A extinção ou não dos plantões envolvia esta questão de fundo e uma outra que pode ser traduzida nos seguintes termos: seria o plantão uma questão de princípio do SOS ou um instrumento tático de trabalho que poderia ser suprimido? A resposta a esta pergunta provocou a formação de duas correntes de opinião no interior do grupo:

- "Eu acho que o plantão é uma questão de princípio e, por esta razão, não pode ser colocado em votação".

- "Mas então vamos colocar os princípios em questão. Pois os princípios se esgotam, se superam e quando isto acontece eles precisam ser revistos".

- "Mas esta questão não pode ser decidida por votação, tem que ser por consenso. O plantão, insisto, é uma questão de princípio. Através dele nós nos diferenciamos dos outros grupos feministas. Eu defendo o plantão, embora ache que ele precisa ser reestruturado. O plantão é a nossa ponte, o nosso contato com outras mulheres não feministas. O dia em que a gente não tiver mais relação com as mulheres que não são feministas, nós vamos perder a característica de grupo feminista que nós temos hoje".

- "Eu discordo de você, pois eu acho que a questão de princípio é auxiliar as mulheres e não o plantão. O plantão foi definido como a forma, o instrumento para acionar este princípio. E, talvez, ele não seja mais eficaz. Para mim, o importante é fornecer instrumentos para que as mulheres possam se organizar. E isso pode implicar a extinção do plantão" (Falas recolhidas em uma reunião realizada em abril de 1983).

Por não haver consenso sobre o estatuto político do plantão (conforme se pode notar a partir das falas transcritas) e na medida em que o grupo recusava submeter a continuidade ou extinção dessa atividade a uma votação, as feministas tomavam individualmente a decisão de permanecerem ou não vinculadas a ela. Como disse Y. - uma das que defendiam a eliminação dos plantões, por considerá-lo um instrumento ineficaz -:

"Eu saí do plantão porque estava com muitos problemas pessoais. Quando eles foram resolvidos eu não retornei por algumas razões. Eu me sentia impotente com relação ao que eu estava fazendo nos plantões, porque eu não conseguia dar uma resposta satisfatória para aquilo que as mulheres queriam. Não conseguia ter um diálogo maior com elas. O papo era sempre aquele imediato. No plantão, a gente não tem a possibilidade de perceber a mulher crescendo, de perceber o nosso trabalho crescendo. As discussões nos plantões, por vezes, eram lindas, mas terminavam naquela tarde. Elas

não voltavam, não havia retorno. Esse nosso trabalho não dá frutos e a minha angústia vinha daí.

Nós não conseguimos socializar os casos, de forma a ter uma visão mais aprofundada sobre os mecanismos que envolvem a violência. Quando a gente discute os casos, a gente não reflete continuamente sobre eles e sobre estes mecanismos. O plantão seria importante se ele se transformasse numa fonte produtiva para nossas reflexões, se ele servisse para a gente fazer uma prática de denúncia, como se ele fosse um dossiê" (Entrevista realizada em março de 1983).

Vemos assim que a decisão de permanecer ou não nos plantões passou, com o tempo, a ser tomada em função do desejo individual de cada feminista e não por uma deliberação coletiva do grupo. No entanto, à medida em que diminuía o número de pessoas dispostas a participar dos plantões (de um total de vinte e duas integrantes apenas quatro plantonistas, no início de 1983, continuavam a fazê-los) e aumentava a crise do grupo (expressa por um processo que parecia irreversível de desestruturação), este teve que enfrentar a discussão sobre o que fazer com os plantões e, in diretamente, com o SOS. Para tanto, promoveu um fim-de-semana intensivo de conversas e debates, feito em um convento, próximo à cidade de Valinhos, no mesmo lugar onde, em 1980, se realizou o 1º Encontro dos Grupos Feministas de São Paulo. A escolha do lugar não foi aleatória, pois, além do convento, existiam outras alternativas para o encontro - inclusive a própria sede do SOS - financeiramente menos onerosas para as participantes.

Valinhos, para as integrantes do grupo, ao mesmo tempo que representava o lugar onde se ritualizou uma momentânea comunhão entre as feministas, simbolizava a origem do SOS: foi naquele convento que ele se constituiu, sob a forma inicial de uma comissão de luta contra a violência. Assim, o retorno a Valinhos pautava-se, por um lado, pela urgência de uma discussão objetiva sobre o que fazer com a entidade e, por outro, pela expectativa de uma espécie de reencontro "mítico" com o sentido e significados originais do grupo, não tanto em termos de seus objetivos de trabalho mas de sua importância na vida de cada um de seus membros. O que, no início de 1983, só parecia possível de ser alcançado se todas as integrantes se retirassem para fora do espaço onde os con-

flitos entre elas e o desânimo que experimentavam frente ao trabalho que realizavam tornavam-se cada vez mais acentuados: o próprio SOS.

O depoimento de J. (uma das fundadoras do grupo) sintetiza esta procura:

"Eu estou há meses vivendo fora do SOS. Estou sabendo das coisas pelas notícias que recebo. Eu não troquei o SOS pelo PMDB, como muita gente anda dizendo por aí por causa da minha participação na campanha de Ruth Escobar. Não é nada disso. Além do mais, pra mim, não existe essa coisa de troca.

Mas não é sobre isso que eu quero falar aqui hoje. Eu quero falar de uma outra coisa, quero dizer como está sendo especial voltar aqui pra Valinhos, porque foi aqui que rolou a proposta do SOS, que saiu o trabalho com a violência.

Eu me vi transformando nesse grupo de mulheres que eu não vou chamar de SOS. Foi uma transformação profunda pra mim e para as pessoas que viveram isto comigo. E foi principalmente a afetividade que existia entre a gente que segurou o nosso trabalho. Pra mim, isto é o político. É por aí que a gente vai poder fazer um trabalho novo: através da sexualidade e da afetividade.

Foi aqui, em Valinhos, e depois no SOS, que eu vivi de fato o feminismo. Quantas crises o SOS já não passou porque as pessoas estavam em crise? Pra mim, o SOS não é uma entidade. O SOS são as pessoas. Ele me interessa por causa das pessoas e não por causa dos plantões. Atender àquelas mulheres não me interessa mais. O feminismo, pra mim, é a relação das mulheres com as mulheres, com todas as dificuldades que nós temos, com os nossos erros, nossas crises, nossas vivências e nossas idéias.

Eu queria lembrar, aqui, do início do SOS. Daquele SOS onde nós vivíamos intensamente todos os dias. Nós saíamos juntas, bebíamos juntas. O feminismo era também sair pra biritar" (fala pronunciada no encontro de Valinhos, em abril de 1983).

Esta fala procura reconstruir o sentido original do feminismo praticado e experimentado no SOS, no momento de sua forma-

ção, quando o mais importante, para suas integrantes, parecia ser vivenciar, de maneira intensa, as relações pessoais e afetivas que aconteciam no interior do grupo. Porém, ao procurar reconstituir esse sentido primeiro, J. nostalgicamente reconhece a sua perda. O seu esforço (e não apenas dela como de todas que, com grande expectativa em relação a esse encontro, deslocaram-se de São Paulo para Valinhos) parecia ser o de, através de uma enunciação discursiva que buscava pelo tempo perdido, recriar o "élan" e o "clima" iniciais do grupo.⁽¹⁴⁾ Ou, para usar a expressão clássica de Victor Turner (1974), sua fala denota a expectativa de reencontrar o espírito de "communitas", experimentado pelas feministas no início do SOS.

Esta expectativa, porém, não se cumpriu.⁽¹⁵⁾ O fim-de-semana foi particularmente tenso. As pessoas pareciam decepcionadas com os resultados do encontro. Os conflitos entre elas tornaram-se, em Valinhos, mais nítidos. Ali se iniciou o fim o SOS.

A proposta de extinguir os plantões, defendida por uma grande parte das participantes, não foi acatada. Mais uma vez vieram à tona diferentes e excludentes concepções sobre o seu estatuto político e sobre o trabalho mais adequado, do ponto de vista feminista, para lidar com a questão da violência. Enquanto uma parte

(14) Edward MacRae, em sua tese de doutoramento sobre o grupo SOMOS, detecta a ocorrência desse mesmo tipo de procura e procedimento a ela associados, por parte dos militantes homossexuais. Estes, ao constatarem a gravidade da crise vivida pelo grupo (que parecia apontar para sua definitiva dissolução), retiram-se de São Paulo com a expectativa de reencontrar, a partir de um fim-de-semana prolongado nas montanhas, o seu significado perdido. A saber: aquele que remontava ao tempo em que o grupo se constituía como a principal referência - afetiva, sexual, existencial e política - na vida de seus integrantes. Tempo no qual, segundo o antropólogo, os militantes homossexuais estabeleciam com o grupo uma relação similar a de um "casamento". (1985, p.247).

(15) Como disse uma das feministas presentes ao encontro: "eu acho que o que está acontecendo é que a gente perdeu o tesão pelo SOS. Eu não me encontro mais nele. Talvez as coisas possam mudar, não sei. No começo do SOS era diferente, existia uma solidariedade muito grande entre a gente. Nós nos sentíamos muito subversivas, nós nos indignávamos com as histórias das mulheres que a gente atendia. Isso mudou a nossa consciência. Quando a gente elegeu a questão da violência contra a mulher, a gente conseguiu jogar novas idéias no social. Por isso, a gente se uniu muito. Foi o momento de maior energia, o momento mais caloroso e rico do SOS. Hoje a gente se cansa muito fácil".

do grupo concebia o plantão como uma questão de princípio,⁽¹⁶⁾ outra parte o apreendia como um instrumento que se tornara ineficaz e desinteressante para as pessoas que o faziam.⁽¹⁷⁾ Em comum, partilhavam apenas a idéia de que a continuidade ou não dos plantões deveria ser decidida por consenso e não por votação. Ambas as facções não estavam dispostas a reconhecer formalmente a segmentação do grupo. Pareciam acreditar, apesar de todas as evidências em contrário, na possibilidade de que ele voltasse a adquirir, mesmo que em outras bases, a dimensão perdida de um coletivo. Ao final do encontro, optaram por continuar, em São Paulo; as discussões iniciadas em Valinhos. Esperavam contar com a participação de todas as integrantes para que, juntas, deliberassem sobre o que fazer com os plantões e com a entidade. Tinham ainda a esperança de que qualquer medida que viesse a ser tomada resultasse de uma decisão consensual.

* * * * *

Os plantões de fato acabaram. Mas não por uma deliberação coletiva tirada à base de um consenso ou de uma votação. Acabaram quando a última plantonista deixou de fazê-los. Em agosto de 1983, o grupo encerrou suas atividades, três meses depois, formalizou para si, numa última reunião, o fim de sua existência.

Após o encontro de Valinhos, foram feitas algumas tentativas no sentido de dar prosseguimento às discussões que tinham permanecido inconclusas. Em maio, o grupo promoveu uma série de quatro

(16) Uma das participantes, que defendeu a continuidade dos plantões, fez a defesa nos seguintes termos: "o plantão é uma instância fundamental e por isto não pode ser dispensado. E isso por duas razões. A primeira, porque ele é como um periscópio, ele nos oferece uma amostragem da realidade das mulheres e de suas diferenças. A segunda razão é que ele tem uma perspectiva afetiva e existencial. Quero dizer com isso que quando eu faço plantão eu não sou tão absurda com as mulheres quanto um padre. Nos plantões, eu posso ficar de fora dos padrões estabelecidos para as mulheres e ser, ao mesmo tempo, solidária com elas. Eu acho que quando a gente não fica tão preocupada com os limites da nossa prática, com o fato dela ser assistencialista ou não, o plantão é incrível".

(17) Como disse R.: "o plantão, para mim, dançou. Um SOS que coloca o plantão como trabalho central não tem mais espaço para mim. O plantão só serve pra gente fazer uma discussão intelectual sobre a violência, mas não serve para avançar a questão da mulher. Eu gostaria que o trabalho do SOS fosse mais agitativo, que fosse um trabalho de denúncias. Isto seria um trabalho concreto de solidariedade às mulheres e não os plantões. A gente poderia fazer campanhas contra a violência, contra o estupro e outras coisas mais" (fala promovida no encontro de Valinhos).

reuniões. A questão do que fazer com os plantões e com o SOS de uma maneira geral ocupou, nesse período, toda a atenção das feministas. Porém, mais uma vez, nada deliberaram. Do total de vinte e duas mulheres presentes na primeira reunião, apenas sete compareceram no último encontro do mês de maio.

O grupo só voltou a se reunir em meados de junho, em função não mais da discussão sobre os plantões, mas de uma notificação que recebeu da imobiliária que alugava a sede do SOS. Esta, através de uma carta, comunicava que o grupo tinha mais dois meses para lhe entregar a casa; passado este prazo seria movida uma ação judicial de despejo. Simultaneamente ao recebimento dessa notificação, as integrantes do Centro de Informação da Mulher (que dividiam a casa com as feministas do SOS) informaram que o Conselho Estadual da Condição Feminina,⁽¹⁸⁾ por intermédio de sua presiden-

(18) O Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado por decreto pelo governador Franco Montoro, no dia seguinte a sua posse, 16 de março de 1983. Surgiu de um trabalho anterior às eleições do governo do Estado, feito por um grupo de mulheres feministas que atuavam junto à Comissão de Mulheres do PMDB. Entre elas, algumas integrantes da Frente de Mulheres Feministas, do jornal *Mulherio*, e dos grupos Brasil Mulher e Tribunal Bertha Lutz. Estas mulheres elaboraram um Programa Estadual em Defesa dos Direitos da Mulher e a minuta que instituiu o Conselho. Ambos foram entregues ao governador Montoro, no dia 8 de março de 1983. Dia Internacional da Mulher.

Confirme declarou Zuleika Alambert (num debate promovido, no dia 9 de março de 1983, no auditório da Folha de S. Paulo, no qual participaram, além de representantes do Conselho, representantes do SOS, da Associação das Donas-de-Casa, do Movimento de luta por creches, do Sexualidade e Política e do Serviço de Orientação à Família), "o Conselho é o resultado do esforço conjunto de algumas feministas do PMDB para dotar a máquina governamental de um instrumento político não-assistencialista, capaz de estabelecer uma política global para os problemas da mulher". Para alcançar este objetivo, suas integrantes definiram, inicialmente, quatro áreas prioritárias de atuação: trabalho, saúde, creche e proteção contra a violência.

A criação do Conselho provocou uma grande polêmica entre as feministas, principalmente entre aquelas que apoiavam ou estavam vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. Temiam, por um lado, que o Conselho, por ser um órgão de trabalho do governo, não tivesse autonomia de deliberação e, por outro, que viesse a institucionalizar as lutas e reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas, substituindo, assim, o papel que cabia aos movimentos sociais. Como disse uma das integrantes do grupo Sexualidade e Política, no debate acima mencionado "a questão da mulher deixou de ser coisa de primeira dama e de chás beneficentes. Deixou de ser objeto para ser tema. A luta pela nossa libertação não objetiva uma libertação outorgada, já que somos sujeitos dessa luta. Queremos, por isso, decidir sobre nossas vidas. Os movimentos populares de mulheres querem tomar suas próprias decisões. E esperamos que haja espaço para essa participação, neste novo Governo".

ta, Eva Blay, estava solicitando ao secretário do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (na época, o antropólogo Antonio Augusto Arantes) a doação de uma casa para os grupos feministas atuantes em São Paulo. Era praticamente certa a possibilidade de conseguí-la, pois o CONDEPHAAT havia tombado uma série de casas na cidade, que se encontravam vazias. A doação de uma delas, se outra fosse a dinâmica interna do movimento, poderia significar a concretização de um velho sonho dos grupos feministas de criar uma Casa da Mulher.

As integrantes do SOS, após receberem essas duas notícias, encontraram-se para avaliar a disponibilidade e o interesse do grupo para uma eventual mudança de sede. Apesar da ameaça de um despejo iminente, não pareciam dispostas a transferir o SOS de lugar. Empenharam-se, nesse sentido, em apresentar objeções tanto em relação à localização da casa que poderia ser cedida (próxima à São Caetano, mais conhecida por rua das noivas, que, por ser basicamente uma rua comercial, fica praticamente deserta no período noturno), como à idéia de ter que partilhá-la com o grupo Ação Lésbico-Feminista. Como de costume, a reunião estendeu-se por algumas horas. Terminou sem que nenhuma deliberação fosse tomada. Mais uma vez o grupo postergava, para um outro momento, a tarefa de decidir sobre o que fazer consigo mesmo.

* * * * *

O fechamento do SOS resultou da obrigação de devolver a casa à imobiliária, sob pena de assim não procedendo envolver-se em uma ação judicial de despejo. Uma razão externa provocou, ou melhor, acelerou o processo de desintegração do grupo, em curso desde o ano anterior. O "coletivo", incapaz de tomar uma decisão em relação a si mesmo e ao trabalho que desenvolvia de forma cada vez mais precária, encontrou assim uma justificativa para a sua dissolução.

Enquanto o Centro de Informação da Mulher e o Lésbico-Feminista se preparavam, no final de agosto de 1983, para ocupar a nova sede que partilhariam em conjunto (cedida pelo CONDEPHAAT), as integrantes do SOS encontravam-se para decidir o que fazer em relação aos móveis, ao material de escritório e às fichas de atendimento, utilizados no decorrer dos três anos de existência da entidade. Um final, sem dúvida, melancólico.

4 - O ÚLTIMO ENCONTRO

C. - "Uma vez dentro da falecida entidade (referência ao SOS), nós tivemos a oportunidade de ter um homem que se propôs a nos ajudar. Ele veio a uma das nossas reuniões para discutir a participação que ele queria ter dentro do SOS. Nós não o aceitamos e ele acabou nos acusando de sermos um clubinho. Eu acho que, naquela época, nós não éramos um clubinho. Mas, hoje, com o fim do SOS, eu acho que nós podemos sim virar um clubinho."

E. - "Que horror! Eu me sinto ..."

C. - "Um clubinho, sem nome, sem sede, onde as pessoas se encontram por suas ..."

E. - "Ah não! Isso não."

C. - "Posso falar! A gente pode continuar a se encontrar como a R. falou, porque temos afinidades umas com as outras, por prazer."

E. - "Mas a questão não é essa. A questão de fechar o SOS é uma questão política."

C. - "Encontrar sem ansiedade. Ninguém está falando de política. Agora nós estamos falando de prazer, que é uma outra coisa."

T. - "Outro departamento."

L. - "Reflexão à beira da piscina."

E. - "No mundo que nós estamos vivendo, nós vamos ficar nos encontrando nas sextas-feiras à noite por problemas afetivos? Tudo bem, eu até gosto da idéia, mas ..."

G. - "O SOS, nesse momento, são as pessoas. A idéia em si se perdeu, ficou pra trás. Mas a gente não pode enterrar uma coisa que foi muito importante na vida da gente, que mudou e empurrou nossas vidas."

C. - "Eu concordo com você G. Além disso, por que a gente não poderia se encontrar todas as sextas-feiras, ou de quinze em quinze dias? Sobram ainda quatorze dias e meio para resolver a dívida externa, a situação do país. Você pode fazer tudo isso à vontade, sozinha se preferir. O que eu não entendo é o porquê da gente não poder se encontrar por puro prazer. A situação do país é grave? Isso nós sabemos. Mas será que nós vamos conseguir resolver de fato algum problema nesse mundo? Eu acho sim que a gente pode continuar se encontrando, para sentar, conversar, tomar uma cervejinha, unir o útil ao agradável. Pô, gente muito mais chata que a gente se encontra toda semana na Academia Brasileira de Letras!"

Este diálogo foi travado no dia 19 de dezembro de 1983, data do último encontro do grupo que criou, organizou e sustentou o SOS, no decorrer dos seus três anos de funcionamento. Ao convocarem esta reunião, as feministas tinham a intenção de discutir, por um lado, a maneira pela qual deveria se dar a comunicação pública do fechamento da entidade e, por outro, refletir sobre o que fazer como grupo frente ao fato que o trabalho prático que o sustentava não existia mais.

O fim do SOS não havia sido ainda formalizado publicamente: nenhum comunicado tinha sido feito aos meios de comunicação de massa, nem ao restante dos grupos feministas. Algumas pessoas propuseram, nessa reunião, a realização de um evento nos moldes do Tribunal Bertha Lutz, em que o grupo simultaneamente expusesse quais foram os resultados e as conquistas do SOS, bem como as razões de seu fechamento, e denunciasse as várias situações de violência nas quais as mulheres se encontram envolvidas. Outras acreditavam que o melhor seria organizar uma grande festa, com todo mundo vestido de negro, para "enterrar" o SOS. Havia ainda aquelas que não estavam dispostas a fazer nenhum evento público, mas que gostariam de levar em frente uma reflexão, interna, sobre o significado, as conquistas e os motivos que contribuíram para o fim do SOS. Pretendiam realizar uma espécie de balanço do que havia acontecido, de forma a resgatar o SOS "enquanto uma experiência absolutamente fundamental", como disse A., na vida de cada uma das participantes.

Mesmo não havendo uma visão consensual sobre os procedimentos a serem adotados para anunciar publicamente o fim do SOS, existia sim uma disposição comum, manifestada por todas as pessoas presentes, no sentido de que os vínculos que as ligavam se mantivessem (como revela o diálogo transcrito).

A idéia de que o fim da entidade pudesse implicar o fim dos encontros do grupo parecia ser motivo não só de desagrado e intranquilidade, como parecia capaz de detonar um sentimento de perda, similar ao que se experimenta em situações de morte. Não foram poucas as vezes em que a palavra enterro foi pronunciada no decorrer da reunião. Para a grande maioria das feministas que passaram pelo SOS, este, antes de ser uma entidade, era o conjunto das pessoas que o integravam, isto é, o "coletivo". O que não significa que muitas delas, por experimentarem sentimentos contraditórios em relação ao grupo, não desejassem, em determinadas circunstâncias, pôr fim a uma ligação que, assemelhando-se em certos aspectos a um vínculo de tipo matrimonial, adquiria, por vezes, uma dimensão asfixiante. Ou seja: a intensidade da ligação que as feministas mantinham umas com as outras no interior do grupo, em alguns momentos, parecia implicar a supressão de suas individualidades e vida particular. Como aliás, W. explicitou no início da reunião:

"Eu vim aqui hoje para discutir o espólio do SOS e não para ficar determinando quando o SOS nasceu, morreu, acabou. Eu acho que essa discussão é muito racional para a irrationalidade toda que é a nossa vivência em comum. Porque eu acho que se a gente acabou é porque houve um momento em que a gente deixou de conversar e preferiu optar pelos caminhos que a gente tinha antes. Como assim? De repente faz um ano que as coisas acontecem e a gente não faz nada, estamos quietas. Então, eu fico maluca, fico pensando: mas que bando de mulheres vagabundas nós somos, principalmente eu. E aí eu fico pensando, umas são vagabundas porque cansaram, outras são esforçadas porque não começaram, três são despirocadas porque não sabem onde vão. Eu não sei mais o que pensar.

Primeiro, e eu não sei nem porque motivo, mas eu acho que não temos que dar nenhuma declaração à praça. Que se danem! Quem veio nos perguntar se a gente precisava disso ou daquilo?

Ninguém (...). Então por que nós temos que dizer publicamente que falimos? Isso parece uma empresa capitalista que tem que pedir uma concordata. Por que pedir uma concordata? Não tem que pedir!

Eu quero fazer a tabulação das fichas do SOS mas não quero fazer isso com compromisso com o SOS, com o coletivo, com não sei quem. Que se dane o coletivo! Onde estava o coletivo esse tempo todo? Não estava em lugar nenhum. Fomos a Valinhos (referência ao encontro realizado em abril de 1983) e foram dois dias chatíssimos, as pessoas chatas, todo mundo um horror! Pra quê? Por que não assumir que não nos entendemos mais? Agora cada uma pega, no SOS, o que lhe interessa e tchau. Por que uma declaração conjunta, se a gente não se entende mais? Pra quê? Não tem sentido! Pra que tentar encontrar um limite, uma explicação, uma história? Não tem história. Acabou! Faz tempo que acabou. Você marca uma reunião na sua casa, tem dez caras do trabalho pra receber e vêm apenas duas e tem gente que liga em cima da hora e ainda desmarca a reunião. Vá tomar banho, sabe! Eu tenho mais o que fazer. Sou carrerista sim, e acho que todas somos, senão não seríamos feministas. E eu me pergunto: onde está o nosso feminismo? Não está em lugar nenhum, não está em lugar nenhum!

A gente é um bando de ambiciosas. E nós ficamos ciumentas, porque o grupo da gente não faz uma festa bonita, porque não temos cartazes na parede (referência à festa organizada pelo CIM para inaugurar a casa cedida pelo CONDEPHAAT). Que se danem! Eu ponho cartazes na parede da minha casa, porque eu não quero ter uma casa comum. Não quero me casar com dez mulheres, ou sei lá com quantas. Já é difícil casar com uma ... Que se danem!

Eu acho que o SOS pirou faz tempo. Faz dois anos, quando saíram umas trinta mulheres do grupo. Mas a gente continuou lá, resistindo, tipo mãezonas. Era isso que eu tinha pra dizer."

Esta intervenção, feita num tom agressivo e emocional por uma das feministas que mais se empenhou e se envolveu com o grupo e com o trabalho por ele realizado no SOS (W. até o fim defendeu a continuidade e a importância dos plantões), provocou, a princípio, um silêncio constrangedor. Entre atônitas e indignadas, as pessoas pareciam não saber se W. de fato "acreditava" no teor de suas palavras, ou se apenas estava explicitando um sentimento am-

bíguo em relação ao SOS, no momento de seu fechamento. Passado o impacto inicial, se seguiu uma profusão de intervenções, marcadas todas elas pela tentativa de resgatar a experiência do SOS não só em termos individuais como em termos sociais e políticos mais amplos. A fala de M. sintetiza essa tentativa:

"Eu não concordo com o que você (referência a W.) falou. Acho que nós temos que fazer uma comunicação pública do fechamento do SOS. Pode ser um balanço, um evento amplo, sei lá. Mas ele tem que ser feito. Não um balanço melancólico, tipo não conseguimos, por isto estamos fechando o SOS e quem quiser retomar a questão da violência que retome e tudo bem. Eu imagino um balanço para a gente dizer publicamente o que a gente descobriu com o trabalho do SOS, porque eu acho que a gente descobriu um monte de coisas e é importante tornar públicas algumas delas. Eu acho que, em primeiro lugar, a gente descobriu o seguinte: que o caso mais banal, do tipo da mulher que quer separar do marido, que quer conseguir pensão, que quer trabalhar, que quer se virar porque está cansada de apanhar, esbarra numa questão social que a gente é incapaz de resolver, seja qual for o nome que a gente tenha. E a gente é incapaz de resolver porque falta creche, falta emprego, falta não sei o quê. Isso precisa ser dito e denunciado.

Outra coisa que precisa ser dita é que virou moda falar de violência e isto, de certa forma, está criando uma paranóia para dizer que é necessário reforçar o esquema policial. E a resolução da violência não passa por aí.

Tem uma terceira coisa que precisa ser dita que é a seguinte: as mulheres ficam até o último minuto numa situação de violência porque elas acabam curtindo alguma parcela de poder, alguma parcela de acomodação. E que elas precisam ser sacudidas porque senão vão continuar assim para o resto da vida. Quer dizer, as mulheres que apanham são cúmplices, elas querem continuar apanhando até o momento em que elas considerem que é mais vantajoso pular fora do barco. Eu acho que a gente tem que denunciar isto.

Nós servimos de ponta de lança do feminismo, durante muito tempo. E eu não acho que nós nos apropriamos indevidamente da questão da violência, nem que nós viramos mães do SOS. Eu acho que

a violência é um assunto maldito. E nós tivemos a coragem de tomá-la em nossas mãos e de torná-la pública. A gente funcionou muito mais no sentido de botar na rua, de tornar pública a violência, do que de impedir outras pessoas de falarem, porque falou quem quis, em nome da violência, em nome do SOS, em nome de não sei o quê."

Ao tentar resgatar a importância do trabalho realizado pelo SOS - em termos de suas descobertas e impasses - M. como que descreve um círculo do qual o feminismo brasileiro parece não conseguir escapar. As feministas que criaram o SOS procuraram, através da apreciação política do fenômeno da violência, rastrear, delimitar e recortar um aspecto da condição feminina que, vivido de maneira particular pelas mulheres, é, enquanto experiência social, comum a todas elas. Elegeram, nessa perspectiva, a questão da violência por considerá-la como o termo unificador da condição de discriminação e subordinação vivida pelo conjunto de mulheres em nossa sociedade. O que não acontecia com as demais bandeiras de luta e proposições ideológicas do feminismo, pois, embora destinadas a toda população feminina, elas, na realidade, acabavam por privilegiar, enquanto interlocutores preferenciais, ora as mulheres de periferia, ora as mulheres das camadas médias. A questão da violência, seja enquanto vivência particular, seja enquanto experiência social, criaria, no entender das feministas, o laço simbólico necessário para a constituição de uma identidade globalizante entre as mulheres. O que a fala de M. parece revelar são não só os limites dessa concepção, como os limites do próprio feminismo no sentido de viabilizar o seu projeto político. Pois a sua intenção de transformar a consciência e a condição das mulheres esbarra na ausência de condições sociais concretas - tais como creches, trabalho etc. - para que esta transformação se viabilize de fato.

M., em sua intervenção, parece estabelecer uma espécie de primazia das questões sociais gerais em relação às questões específicas privilegiadas pelo movimento. Sem a resolução das primeiras, o empenho feminista de levar adiante as suas lutas e reivindicações particulares parece - conforme se pode deduzir de sua fala - condenado ao fracasso (como aliás afirmavam os partidários das chamadas "lutas gerais", com os quais as feministas, no final da década de 70 e início dos anos 80, se contrapunham através de verdadeiras "batalhas discursivas"). Assim, o que M. enuncia como sendo uma descoberta do SOS apenas corrobora o que as

esquerdas brasileiras já afirmavam antes mesmo da constituição do movimento feminista no cenário político nacional. Uma "descoberta" que, no limite, dilui a experiência que as feministas acumularam no SOS, durante os seus três anos de funcionamento. Pois, para se chegar à constatação de "que o caso mais banal esbarra numa questão social" não seria necessário que o SOS tivesse existido.

Quanto à descoberta de que as mulheres "que apanham são cúmplices", se, por um lado, revela uma compreensão mais alargada da condição feminina, que só se tornou possível a partir do trabalho realizado no SOS (antes dele tal enunciação seria impensável pelas feministas); por outro lado, parece desconhecer o fato de que o feminismo foi um dos agentes discursivos que mais contribuiu para o silenciamento dessa faceta da condição das mulheres. Todo o empenho do movimento foi no sentido de tornar pública a idéia de que as mulheres vivem uma situação estrutural de subordinação e não de revelar as várias formas concretas das quais ela se reveste. O que implicaria, por exemplo, abordar e tematizar a questão da cumplicidade não apenas em debates públicos, mas fundamentalmente redimensionar os trabalhos concretos realizados pelo movimento.

A proposta de M. no sentido de tornar públicas as "descobertas" do SOS não chegou a ser implementada, assim como não o foram a idéia de uma grande festa de encerramento e a de reuniões quinzenais, sugeridas com o intuito de que as pessoas continuassem a se encontrar por "prazer" e, eventualmente, para realizarem uma espécie de balanço sobre o trabalho e a experiência vividos, em conjunto, no SOS. O dia 19 de dezembro de 1983 marca formalmente o fim de uma instituição alternativa feminista de prestações de serviços e solidariedade às mulheres "vítimas" da violência, e do "coletivo" que lhe deu origem. O grupo, enquanto tal, nunca mais se encontrou.

· CONSIDERAÇÕES FINAIS

"ASSIM PASSARAM 10 ANOS: FEMINISMO, HISTÓRIA E MEMÓRIA"

Este foi o título escolhido para nomear uma semana de debates realizada, em dezembro de 1985, na Universidade de São Paulo. Tal evento foi organizado por algumas professoras dessa universidade (vinculadas à Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais), por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e por integrantes do Centro de Informação da Mulher. A intenção das organizadoras era fazer não só uma "arqueologia do passado feminista", como também "discutir o que fizemos e somos" ao longo de uma década, que, iniciada em 1975 (Ano Internacional da Mulher, tal como foi batizado pela ONU), estava prestes a encerrar-se.

Apesar de bem divulgado, o encontro contou com uma participação reduzida de pessoas (por volta de cinquenta) que, com relativo conforto - pois havia cadeiras suficientes para todas -, instalaram-se em uma das salas de aula da universidade. Cinco anos atrás - isto é, em 1980 - um evento dessa natureza teria atraído pelo menos o dobro de participantes (tanto homens como mulheres), ávidos por se informar, questionar e discutir não só a condição da mulher e o feminismo, como a pertinência ou não de lutar pelas questões específicas colocadas pelos movimentos sociais ditos minoritários.

Em 1985, porém, tais questões não pareciam mais capazes de mobilizar a atenção, a curiosidade e a "vontade de saber" da "juventude" universitária. A sala destinada à realização do encontro foi ocupada basicamente por mulheres na faixa dos 35 aos 45 anos. Conhecendo-se há bastante tempo - talvez há pelos menos uma década -, elas partilhavam um passado comum, seja por atuarem no movimento feminista, seja por frequentarem ou lecionarem nas universidades. (onde lutaram para que a questão da condição feminina ganhasse legitimidade enquanto objeto de estudo e de pesquisa). Várias dentre elas atuaram simultaneamente nessas duas áreas. Mulheres que "envelheceram juntas" no interior de um movimento que também parece ter "envelhecido". O feminismo, como praticado no final dos anos 70 e início dos anos 80, sofre um refluxo, virou memória e talvez entre para a história.

A maior parte dos grupos formados, em São Paulo, ao longo de uma década (1975-85) não existe mais. O SOS-MULHER acabou, assim como o Tribunal Bertha Lutz (composto de ex-integrantes da Associação de Mulheres e do Brasil Mulher, extintos em 1981), o Sexualidade e Política (formado por várias ex-integrantes da Associação de Mulheres ligadas ao Partido dos Trabalhadores), a Frente de Mulheres Feministas (que, em sua maioria, ingressou no Conselho Estadual da Condição Feminina) e, recentemente, a Ação Lésbico-Feminista. Enquanto grupo organizado no início dos anos 80 restou o Centro de Informação da Mulher.

"Assim passaram dez anos": dez anos de uma vivência comum, partilhada por uma certa geração de mulheres; dez anos de um certo tipo de feminismo e de movimento. O seu desfecho revela-se tanto na extinção da maioria dos grupos que o integravam como na incorporação de várias feministas em órgãos de trabalho ligados ao governo, como o Conselho Estadual da Condição Feminina, por exemplo. Além disso, a prática da dupla militância perdeu a ênfase e o estatuto adquiridos originalmente: as feministas que continuam a desenvolver uma atuação política parecem privilegiar, atualmente, a militância partidária.

As questões políticas levantadas pelo movimento, por sua vez, não possuem mais a capacidade de mobilização que despertavam no início dos anos 80. Transformaram-se em problemas de "ordem institucional". Ao mesmo tempo, sofreram um processo de "redecodificação" por parte dos meios de comunicação de massa. Estes, num primeiro momento, serviram apenas como transmissores e amplificadores de uma reflexão organizada principalmente pelas feministas a respeito de determinados assuntos. Com o passar do tempo, porém, e à medida que os tópicos dessa reflexão se difundiam, parece que

"a iniciativa em abordar certos temas foi se deslocando do movimento feminista para os produtores de rádio e televisão e os editores de jornais e revistas. Os temas levantados pelas feministas sofreram assim um processamento semelhante ao que ocorre no sistema jurídico, quando ele transforma certos fatos sociais em artigos legais, traduzindo-os de uma linguagem para outra. Isto é, posições bem definidas perderam seus contornos nítidos, questões sociais foram transformadas em problemas domésticos e uma reflexão

que poderia ser apropriadamente chamada de subversiva das normas vigentes de relações entre os sexos foi, enfim, incorporada ao contexto familiar no sentido estrito da palavra".

(Corrêa Mariza, 1982)⁽¹⁾

A incorporação das questões feministas pelos meios de comunicação de massa e pelo universo familiar, se não foi suficiente para provocar uma mudança concreta das relações entre os sexos, provocou sim uma alteração no modo de expressão cultural das normas vigentes dessas relações. A condição feminina, ao menos a nível retórico, deixou de ser preferencialmente abordada a partir de uma visão discriminatória e hierarquizante. Isso parece ocorrer notadamente entre certos segmentos das camadas médias (cuja "influência" cultural é importante ressaltar, extrapola a posição de classe que ocupam, na medida em que, por exemplo, são tratados pelos meios de comunicação de massa como uma espécie de paradigma de comportamento e de "estilo de vida" para a população em geral).

As mulheres ("pós-movimento feminista") tornaram-se "iguais" aos homens, no sentido que passaram a ser reconhecidas como aptas para usufruir e desempenhar papéis, profissões, "estilos de vida" anteriormente concebidos e reservados apenas a eles. Tal reconhecimento, no entanto, não foi acompanhado pela criação de uma infraestrutura social efetiva capaz de proporcionar às mulheres a possibilidade real de usufruí-lo. A dupla jornada de trabalho, executada por grande parte da população feminina; a insuficiência de creches; a permanência da empregada doméstica no universo doméstico das famílias de classe média (mas não exclusivamente nele) - para citar apenas os exemplos mais contundentes - evidenciam a precariedade dessa "nova" condição adquirida pelas mulheres.

Não se pode, contudo, desconhecer ou minimizar o papel do movimento feminista no sentido de deflagrar uma alteração no modo de expressão cultural da condição feminina e das relações entre homens e mulheres. Sua contribuição para essa transformação cul-

(1) "Direito e Averso (Mulher, Cidadania e Justiça no Brasil)". Trabalho apresentado no XII Congresso da IPSA, Rio de Janeiro, agosto de 1982, xerox.

tural foi decisiva; assim como para o reconhecimento da mulher enquanto pessoa na esfera pública e não apenas privada.

O feminismo, juntamente com os demais movimentos sociais de cunho comunitário - que se organizam em função da formulação de uma carência coletiva comum: como, por exemplo, a ausência de água, luz, asfalto ou o sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto -, contribuiu também para a constituição de uma nova forma de cidadania.

"Nos movimentos sociais, de modo geral, a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito. Os habitantes da periferia afirmam seu direito à água, luz, esgoto, assistência médica; as mulheres reiteram seu direito à igualdade; os homossexuais ao seu prazer; também as mães que trabalham têm direito às creches, assim como os índios às suas terras e todos têm o direito à proteção contra a violência" (Durham, 1984, p.29).

Os membros desses movimentos procuram, por um lado, construir e apresentar para a sociedade um conjunto de novos direitos formulados a partir da definição de uma série de carências coletivas, tidas como inaceitáveis; por outro lado, empenham-se em criar uma experiência coletiva, nos moldes comunitários, que lhes possibilite a vivência da igualdade.

"Nos movimentos, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivenciam a experiência da comunidade. Os movimentos sociais se constituem, portanto, como lugar privilegiado onde a noção abstrata da igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. A igualdade constitui-se, dessa forma, como representação plena, caracterizada na comunidade" (Durham, 1984, p.28).

O processo de construção simbólica da igualdade, no caso do movimento feminista - e dos demais movimentos de cunho comunitário - tende a recobrir a "heterogeneidade das positivities" (dos bens, das capacidades de trabalho, dos recursos culturais) apresentada por suas integrantes, na medida em que se assenta, fundamentalmente, na valorização de uma "negatividade específica", partilhada por todos. No entanto, as diferenças existentes entre elas não

são eliminadas, mas apenas ocultadas e, numa certa medida deslegitimizadas, quando, por exemplo, se trata de simpatias e antipatias pessoais, ou de preferências partidárias distintas. Impedidas de se "degladiarem publicamente", uma vez que poderiam cindir a experiência da igualdade e a vivência "mítica" da comunidade, as diferenças resvalam para o "espaço informal das fofocas, das acusações pessoais, das manipulações conscientes e inconscientes", coexistindo, ao mesmo tempo, com a vivência da união. Essas características, apresentadas pelo feminismo, são encontradas em todos os movimentos sociais. Por esta razão, segundo Durham, eles

"tendem a apresentar uma dupla face: a pública, que enfatiza a igualdade, a união, o consenso; e a oculta, das cisões, divergências, acusações mútuas, discriminações que só são reconhecidas para serem deploradas, mas que contribuem muito para o sabor, a intensidade e a dramaticidade dessa prática coletiva" (Durham, p.30).

A articulação analítica dessa "dupla face" dos movimentos sociais permite captar não só a "intensidade e dramaticidade" de suas práticas, como desvendar aspectos e dimensões importantes de sua dinâmica. Nesse sentido, a análise desses movimentos não pode se ater apenas à sua organização formal (recusa às lideranças, à hierarquia, negação do sistema de representação, ênfase na participação plena de todos tanto nos processos de tomada de decisão como na própria execução, vivência do coletivismo e da igualdade), sob pena de revelar-se insuficiente.

O movimento feminista (que se formou na segunda metade da década de 70 e atuou até a primeira metade da década de 80) privilegiava essa forma de organização por entender que a luta pela obtenção da igualdade para as mulheres, e por uma sociedade mais igualitária, exigia a imediata implementação de práticas políticas baseadas na democracia de base. Entretanto, não se pode desconhecer que a sua dinâmica foi marcada por um processo ininterrupto de produção de oposição e segmentação entre os vários grupos que o integravam. Os conflitos, as divergências, as cisões, as disputas, observadas entre eles, eram freqüentes e não ocasionais. Ao mesmo tempo que lutavam para que a condição específica das mulheres fosse reconhecida, pareciam se organizar para assinalar diferenças internas.

Outra particularidade apresentada pelos grupos referia-se à sua constituição como espaço de aprendizado dos princípios e condutas políticas feministas e, simultaneamente, como lugar de "iniciação" e "conversão" das mulheres no universo cultural, existencial e comportamental do feminismo.

As mulheres, para se tornarem feministas, deveriam não só participar das manifestações promovidas pelo movimento (passeatas, atos públicos, congressos etc.) e ingressar num grupo específico, como fundamentalmente, deveriam ser capazes de traduzir os princípios ideológicos gerais do feminismo por meio de um código particular de comportamentos. Código esse que versava tanto sobre as atitudes requeridas, desejadas e, em algumas situações exigidas, para o desempenho de cada uma no interior dos grupos, como sobre os comportamentos individuais que deveriam ser adotados fora deles.

O processo de "tornar-se feminista", em relação às mulheres que ingressavam no SOS-MULHER com a intenção de desenvolverem uma atuação militante, implicava, de um lado, o aprendizado e a execução de novas formas de vestir, falar, habitar, pensar; de outro, o estabelecimento de novas condutas de relacionamento entre as mulheres e entre elas e os homens. A "conversão" ao feminismo, realizada por intermédio de uma pedagogia feminista, expressava-se através da adesão das mulheres ao universo simbólico, comportamental e cultural do movimento.

As militantes do SOS, apesar de se reconhecerem como ativistas feministas, no sentido amplo, identificavam-se sobretudo com as pessoas que se apresentavam como "iguais" por viverem uma prática de atuação mais cotidiana. Ou seja, identificavam-se mais com as integrantes da própria entidade do que com as feministas que participavam de outros grupos. Cada uma tendia a pensar o SOS e a prática por ele implementada (que pressupunha um estreito contato entre elas e relações de cunho pessoal, subjetivo e por vezes amoroso) como símbolos de singularidade quando confrontados com os demais grupos feministas.

A esse mecanismo de identificação (produzido não só pelas feministas do SOS como pelas integrantes dos demais grupos) sobrepunha-se, em determinados contextos e situações particulares, um outro diametralmente oposto: o da produção ininterrupta de diferen-

ciação e segmentação ora intergrupo, ora entre grupos. A articulação desses dois mecanismos marcou o processo de organização e a prática do movimento feminista; particularmente no que tangia a sua maneira de apreender, organizar e lidar com os conflitos e com as divergências que atravessam toda a sua história. Quando eles se manifestavam, os grupos ou se fragmentavam em segmentos opostos ou se fundiam com outros agrupamentos do mesmo tipo.

Esse processo de segmentação revela-se como uma consequência estrutural do tipo de organização privilegiada pelo movimento feminista e não como um dado conjuntural que se pudesse, por força de uma vontade consciente, suprimir. Pois a segmentação se processa segundo uma lógica que, embora passível de inteligibilidade, é quase sempre independente da consciência dos sujeitos por ela envolvidos. Por esta razão, a segmentação, vivida de uma maneira processual, é ao mesmo tempo um dispositivo e um mecanismo, que se presta para assinalar diferenças entre grupos e indivíduos (Pritchard, 1979).

No contexto do movimento feminista - marcado por um processo contínuo de produção de oposição, fusão e segmentação - a identidade política dos grupos ganhava sobretudo uma dimensão contrastiva. (Barth, 1976, p.69).

O que, do ponto de vista analítico, implicou apreender a identidade dos grupos feministas (e também dos demais movimentos sociais de cunho comunitário) de maneira análoga ao que, recentemente, vem sendo feito em relação à identidade dos grupos étnicos. Como revela Roberto Cardoso de Oliveira,

"a identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, isto é, à base da qual esta se define. Implica a afirmação do nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposições. Ela não se afirma isoladamente" (Oliveira, Roberto C. 1976, p.5).

Afirmando-se por contraste e não isoladamente, a identidade aparece, em contextos sócio-políticos, como um sistema de classificação (de pertencimento ou exclusão), no qual

"Solamente los factores socialmente importantes pueden ser considerados diagnósticos para los miembros, no así las diferencias 'objetivas' y manifiestas generadas por otros factores. Por distintos que puedan parecer tales miembros en su conducta manifiesta, si afirman que son A, en contraste con otra categoría análoga B, esperan ser tratados como tales, y que su propia conducta sea interpretada y juzgada como A's y no como B's; en otras palabras, están confirmando su adhesión a la cultura común de los A. (...) Desde este punto de vista, el foco de la investigación es el límite étnico que define al grupo y no el contenido cultural que encierra" (Barth, 1976 (69), p.17).

* * * * *

O que se ganhou com os estudos de etnicidade vale também para os estudos sobre movimentos sociais, principalmente para os de cunho libertário (Cardoso, Ruth, 1983) ou alternativos (Evers, 1983), formados pelos hippies, negros, homossexuais, ecologistas e feministas. Estes, assim como os grupos étnicos, constituindo-se sob a forma de comunidades (isto é, de coletividade de "iguais"), criam e reinventam suas próprias "tradições culturais". Mas, o que se ganhou com tais estudos? A noção clara, segundo Manuela Carneiro da Cunha,

"de que a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. É uma estratégia de diferenças" (Cunha, Manuela, 1985, p.206).

A identidade, assim concebida, deixa de ser uma constante, uma marca imutável que caracterizaria um grupo étnico ou um movimento político e passa

"a uma concepção mais adequada do que poderíamos chamar de 'algébrica' da identidade, adotando assim uma imagem de Simmel que compara a identidade a uma variável numa equação (talvez tivesse sido mais apropriado falar em um sistema de equações): 'embora se trate sempre da mesma variável, seu valor muda em função dos valores dos outros fatores' (G. Simmel, 1977, p.59, citado por Cunha, Manuela, 1985, p.208).

Assim, no lugar de buscarmos a "essência" da identidade de um grupo e de um movimento social, passamos à tarefa de investigar e analisar os contextos sócio-políticos (sempre mutáveis) nos quais ela é acionada, criada e recriada. O que esperamos, tenha-se cumprido no decorrer deste trabalho sobre as práticas feministas observadas, contemporaneamente, em São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ALBANO, Celina et MONTERO, Paula

- 1982 "Anatomia da Violência". In: O Lugar da Mulher. LUZ (org.), Rio de Janeiro, Graal.

ALMEIDA, Suely Kofes de

- 1982 "Entre nós Mulheres, Elas as Patroas, Elas as Empregadas". In: Colcha de Retalhos. (Vários autores), São Paulo, Brasiliense, p.185-193.

ALVARES, Sonia E.

- 1983 Female Participation, women's movements, and the state: the political mobilization of women in Brasil and Nicaragua. Projeto de pesquisa apresentado à Inter-American Foundation Social Science Research Council Fulbright-Hays Doctoral Fellowship. São Paulo, abril.

ALVES, Branca M.

- 1980 Feminismo e ideologia: a luta da mulher pelo voto feminino no Brasil. Petrópolis, Vozes.

ARDAILLON, Danielle et CALDERA, Tereza

- 1984 "Mulher: indivíduo ou família". In: Novos Estudos CEBRAP, v.2, nº 4, São Paulo, abril, p.2-10.

BARROSO, Carmem et COSTA, Albertina (org.)

- 1983 Mulher, Mulheres. São Paulo, Cortez e Fundação Carlos Chagas.

BARTH, Frederik

- 1969 Los Grupos Étnicos y sus Fronteras. (La organización social de las diferencias culturales). BARTH (org.), México, Fondo de Cultura Económica, 1976, p.7-49.

BARTHES, Roland

- 1979 Aula. São Paulo, Cultrix.

BEAUVOIR, Simone

- 1980 O Segundo Sexo (1. Fatos e Mitos). Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
1980 O Segundo Sexo (2. A Experiência Vivida). Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

BOURDIEU, Pierre

- 1976 "Les modes de domination". In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, p.122-132.

BRUSCHINI, M. Cristina et ROSEMBERG, Fúlvia (org.).

1980 Vivência. História, sexualidade e imagens femininas. São Paulo, Brasiliense.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite

1982 "Duas faces de uma experiência". In: Novos Estudos CEBRAP, v.1, nº 2. São Paulo, abril, p.53-58.

1983 "Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico". In: Sociedade e Política no Brasil Pós-64. ALMEIDA et SORJ (org.), São Paulo, Brasiliense, p.213-239.

1984 Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. Trabalho apresentado no VIIIº Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Águas de São Pedro.

CARROLL, Lewis

1980 Aventuras de Alice no País das Maravilhas. Tradução e organização Sebastião Uchoa Leite. São Paulo, Summus.

CARVALHO, Edgard A.

1982 "Reflexões sobre a identidade cultural". In: Veredas, nº 101 (revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, p.7-18.

CASTELLS, Manuel

1980 Cidade, Democracia e Socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CHAUÍ, Marilena

1979 "Arguição". In: BOSI, Eclea - Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. São Paulo, Biblioteca de Letras e Ciências Humanas.

1985 "Participando do debate sobre mulher e violência". In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, 4. FRANCHETTO et alii (org.), Rio de Janeiro, Zahar, p.24-62.

CLASTRES, Pierre

1978 A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

COELHO, C. Novaes

1983 As memórias da guerrilha e as mudanças nos conceitos de cultura e de política. Projeto de pesquisa apresentado à FAPESP, São Paulo.

1984 Nas pegadas do sucesso. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP, São Paulo.

COLLIN, Françoise

1978 "No man's land: reflexions sur 'l'esclavage volontaire' des femmes". In: Les Femmes et Leurs Maîtres. MACCIOCCHI (org.), Paris, Cristian Bourgois Editeur, p.141-158.

CORRÊA, Mariza

1980 Cara, Cor e Corpo. Campinas, mimeo.

1981a "Feminismo e Antropologia". In: Folhetim, (suplemento do jornal Folha de S. Paulo, 24/05), São Paulo.

1981b Os Crimes da Paixão. São Paulo, Brasiliense.

1982 Direito & Averso (Mulher, Cidadania e Justiça no Brasil). Trabalho apresentado no XII Congresso Internacional de Ciência Política, Rio de Janeiro.

1983 Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro, Graal.

COSTA, Márcia R.

1982 Uma tentativa de contribuição aos problemas metodológicos encontrados na realização de pesquisas sobre mulher: público/privado; indivíduo/pessoa. Trabalho apresentado na 13ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, São Paulo.

CRUZ, Anette Goldberg

1982a "Os Movimentos de Liberação na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil". In: O Lugar da Mulher. LUZ (org.), Rio de Janeiro, Graal.

1982b "Feminismo em Regime Autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro". Trabalho apresentado no XII Congresso Internacional de Ciência Política, Rio de Janeiro.

CUNHA, Manuela Carneiro

1981 "Religião, Comércio e Etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos, no século XIX".

In: Religião e Sociedade, nº 1. São Paulo, Cortez, p.51-60.

1985 Negros, Estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense.

DA MATTA, Roberto

1982 "As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social". In: A Violência Brasileira. PINHEIRO (org.), São Paulo, Brasiliense, p.11-44.

1983a "Você sabe com quem está falando?". In: Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, Zahar.

1983b "O ofício do etnólogo, ou como ter 'antropological blues' ". In: A Aventura Sociológica. (Org. Nunes), Rio de Janeiro, Zahar, p.23-35.

DEBERT, Guita G.

1982 "Identidades políticas e o nacional popular". In: Veredas, nº 101 (revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, p.31-51.

DELEUZE, Gilles

1979 "Os Intelectuais e o Poder" (conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze). In: FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, p.69-78.

DUMONT, Louis

1966 Homo Hierarchicus. Essai sur le système des castes. Paris, Gallimard.

DURHAM, Eunice R.

1977 "A dinâmica cultural na sociedade moderna". In: Ensaio de Opinião, v.4, Rio de Janeiro, p.32-35.

1982 "Cultura e Ideologia". In: Folhetim (suplemento do jornal Folha de S. Paulo, 03/05), São Paulo.

DURHAM, Eunice R.

1983 "Antropologia hoje: problemas e perspectivas". Versão preliminar para ser apresentada à ANPOCS. São Paulo.

1984 "Movimentos Sociais, a construção da cidadania". In: Novos Estudos CEBRAP, nº 10, São Paulo, outubro, p.24-30.

ECO, Umberto

1979 "A língua, o poder, a força". In: Polêmica nº 1 (revista semestral de crítica e criação). São Paulo, Cortez & Moraes, p.20-32.

1983 O Nome da Rosa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

EVERS, Tilman

1983 "De Costas para o Estado, Longe do Parlamento". In: Novos Estudos CEBRAP, v.2, nº 1, São Paulo, abril, p.25-39.

1984 "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". In: Novos Estudos CEBRAP, v.2, nº 4, São Paulo, abril, p.11-23.

FERREIRA DOS SANTOS, C. Nelson

1981 Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar.

FOUCAULT, Michel

1977a História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal.

1977b Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes.

1979 Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal.

1984 História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal.

FRANCHETTO, Bruna et alii

1981 "Antropologia e Feminismo". In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, 1. FRANCHETTO et alii (org.), Rio de Janeiro, Zahar, p.11-48.

FRIEDAN, Betty

1983 A Segunda Etapa. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

FRY, Peter

1977 "Das vantagens de ser bruxa". In: Boletim dos Trabalhos em Andamento no Conjunto de Antropologia. UNICAMP, Campinas.

1982a "Febrônio Índio do Brasil - onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei". In: Caminhos Cruzados. Vários autores, São Paulo, Brasiliense, p.65-88.

1982b "Da hierarquia à igualdade: a construção da homossexualidade no Brasil". In: Para Inglês Ver. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, p.87-115.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie

1980 "Literatura no feminismo". In: Reflexão nº 18 (Quem tem medo da filosofia?). Revista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas.

GEERTZ, Clifford

1978 A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar.

GIANOTTI, José Arthur

1983 "A lógica da chefia". In: Trabalho e Reflexão. Ensaios para uma dialética da sociabilidade. São Paulo, Brasiliense, p.155-160.

GLUCKMAN, Max

s.d. Rituais da Rebelião no Sudeste da África. UNB, Brasília.

GREGORI, M. Filomena

1982 SOS-MULHER: espaço alternativo de defesa à violência que se exerce sobre a mulher. Relatório de pesquisa apresentado à USP, São Paulo.

1983 Discurso e prática da entidade SOS-MULHER e a 'fala' das visitadoras. Projeto de pesquisa apresentado à FAPESP, São Paulo.

1984 O alternativo: uma análise sobre os plantões do SOS-MULHER. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP, São Paulo.

GREGORI, M. Filomena et PONTES, Heloisa

1982 Mulher e Poder: notas para uma discussão. Trabalho apresentado na 13ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, São Paulo.

1983 A família, a violência e o feminismo. Trabalho apresentado no VIIº Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Águas de São Pedro.

GROSSI, Miriam

1985 Histoire du féminisme à Porto Alegre. Relatório de Pesquisa, Paris.

GUADILLA, Naty García

1981 Libération des Femmes: le M.L.F. Paris, Presses Universitaires de France.

GUATTARI, Felix

1981 Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense.

LA BOÉTIE, Etienne

1982 "O Discurso da Servidão Voluntária ou O Contra Um" (1577). In: Discurso da Servidão Voluntária. Santos L. (tradução), São Paulo, Brasiliense, p.11-37.

LAFER, Betty M.

1975 "Em busca do feminino". In: Cadernos de Opinião. Rio de Janeiro.

LEBEZ, Martine

1982 "Comment les féministes se passent des hommes". In: Elles Voient Rouge, nº 6-7, 3º et 4º trimestre, Paris, p.43-47.

LEACH, Edmund

1977 Sistemas Políticos de la Alta Birmânia. Barcelona, Anagrama.

LEFORT, Claude

1979 "Sociedade 'sem história' e historicidade". In: As Formas da História. São Paulo, Brasiliense, p.37-56.

LEFORT, Claude

- 1982 "O Nome do Um". In: Discurso da Servidão Voluntária. São Paulo, Brasiliense, p.125-171.

LÉVI-STRAUSS, Claude

- 1973 "A Análise Estrutural em Lingüística e em Antropologia". In: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, p.45-70.
- 1974 "Introdução à obra de Marcel Mauss". In: MAUSS, Marcel - Sociologia e Antropologia. São Paulo, EDUSP, p.1-36.
- 1976 "Jean-Jacques Rousseau, fundador das Ciências do Homem". In: Antropologia Estrutural Dois. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p.41-51.
- 1977 L'Identité. (Séminaire dirigé par LÉVI-STRAUSS), Paris, Grasset.
- 1981 Tristes Trópicos. Lisboa, Edições 70.

MACRAE, Edward

- 1982 "Os respeitáveis militantes e as bichas loucas". In: Caminhos Cruzados. Vários autores, São Paulo, Brasiliense, p.99-111.
- 1983 "Em defesa do gueto". In: Novos Estudos CEBRAP, v.2, nº 1, São Paulo, abril, p.53-60.
- 1985 O Militante Homossexual no Brasil da "Abertura". Tese de doutoramento em Antropologia, USP, São Paulo.

MAFFESOLI, Michel et BRUSTON, André (org.)

- 1979 Violence et Transgression. Paris, Éditions Anthropos.

MALINOWSKI, Bronislaw

- 1984 Argonautas do Pacífico Ocidental. In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural.

MARTINEZ-ALIER, V. et MOISÉS, J.A.

- 1978 "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão, o trem atrasou". In: CEDEC. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MATOS, Olgária

- 1981 Paris 1968: as barricadas do desejo. São Paulo, Brasiliense.

MERLEAU-PONTY, Maurice

- 1980a "A Linguagem Indireta e as Vozes do Silêncio". In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, p.141-175.

- 1980b "De Mauss a Claude Lévi-Strauss". In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, p.193-206.

MONTERO, Paula et SORJ, Bila

- 1985 "SOS-MULHER e a luta contra a violência". In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, 4. FRANCHETTO et alii (org.), Rio de Janeiro, Zahar, p.101-107.

NEHRING, Maria L. Moraes

- 1982 Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese de doutoramento em Ciências Políticas, USP, São Paulo.

OLIVEIRA e SILVA, Alice I.

- 1982 A Construção Social da Mulher de Prendas Domésticas. Trabalho apresentado na 13ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, São Paulo.

- 1985 Rendas, Babados, Bilros e Crochês: a construção social da mulher de prendas domésticas. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso

- 1976 "Identidade étnica, identificação e manipulação". In: Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, p.1-31.

ORLANDI, Luiz

- 1980 A Voz do Intervalo. São Paulo, Ática.

OSAKABE, Haquira

- 1979 Argumentação e Discurso Político. São Paulo, Kairos.

PAOLI, Maria Célia

1981 Mulheres: o lugar, a imagem, o movimento. São Paulo, mimeo.

1982 "Violência e Espaço Civil". In: A Violência Brasileira. PINHEIRO (org.), São Paulo, Brasiliense, p.45-55.

PAZ, Otávio

1978 "A rebelião da juventude no mundo moderno". In: Anima, nº2. Rio de Janeiro.

PERLONGER, Néstor

1983 O negócio do michê - a relação entre o prostituto viril e seu cliente. Projeto de pesquisa apresentado à FAPESP, São Paulo.

POUILLON, Jean

1968 "Sartre et Lévi-Strauss". In: L'Arc, nº 26. Paris.

PRITCHARD-EVANS

1979 Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo, Perspectiva.

ROSALDO, Michelle et LAMPHERE, Louise (org.)

1979 A Mulher, a Cultura e a Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ROWBOTHAM, Sheila

1975 A Consciência da Mulher, o Mundo do Homem. Lisboa, Iniciativas Editoriais.

1981 Além dos Fragmentos. O feminismo e a construção do socialismo. São Paulo, Brasiliense.

SAFFIOTI, Heleieth

1976 "A questão feminina em debate". In: Cadernos CEAS. Salvador.

SCHWARZ, Roberto

1978 "Cultura e Política: 1964-1969". In: O Pai de Família e outros estudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.61-92.

SAHLINS, Marshall

1979 Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro, Zahar.

SINGER, Paul

1983 "O feminino e o feminismo". In: São Paulo: o povo em movimento. SINGER et BRANT (org.), Petrópolis, Vozes, p.207-230.

TOURAINE, Alain

1978 La voix et le regard. Paris, Seuil.

1984 "Le reflux des mouvements sociaux". In: Le Retour de L'Acteur. Paris, Fayard, p.271-298.

TURNER, Victor

1957 Schism and continuity in an African society. Manchester, Manchester University Press.

1974 O Processo Ritual. Petrópolis, Vozes.

VAN GENNEP, A.

1977 Os Ritos de Passagem. Petrópolis, Vozes.

VELHO, Gilberto

1981 Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar.